

1. EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO HUMANA

Iniciando a abordagem deste assunto, comecemos pelo seu principal objeto de estudos: a comunicação. Para entender sua etimologia, recorreremos ao Dicionário de Comunicação (RABAÇA; BARBOSA, 2001) com o objetivo de reunir algumas definições conceituais. Inicialmente, a palavra deriva do latim *communicare*, com o sentido de “tornar comum”, “partilhar”, “repartir”, “trocar opiniões”. Sabe-se que o termo comunicação é polissêmico, revestindo-se de significados diversos, em função de quem usa. O processo de comunicação nos envolve por um dinamismo, onde várias coisas acontecem ao mesmo tempo. Se estabelecendo sempre entre instabilidades da sua própria natureza e em vários níveis – consciente, subconsciente e inconsciente – como parte orgânica da dinâmica da própria vida.

O processo comunicacional se refere a algo que está sempre transformando e transformando-se. David Berlo (1999) diz que é um fenômeno em constante mutação, cujos integrantes influenciam uns os outros e cuja ocorrência, por seu dinamismo, não tem começo nem fim fixos. Compreendê-lo, implicaria voltar no tempo, pesquisar as origens da fala, o desenvolvimento das linguagens em torno do comportamento humano. Sendo assim, verificamos que a comunicação representa um dos fenômenos de maior importância para a evolução do homem.

Não se sabe exatamente quando, nem como, mas em uma determinada era pré-histórica, com a evolução de sua espécie humana, o indivíduo notou que o próprio aparelho fonador emitia sons, balbuciava, e posteriormente os conseguiu articular. “O homem é um ser que fala. A palavra se encontra no limiar do universo humano, pois caracteriza fundamentalmente o homem e o distingue do animal.” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 3). Involuntariamente, com a fala, a espécie humana é capaz de imitar os sons da natureza ou nomear objetos ao seu redor. “Com esse simples ato de nomear, distanciamos-nos da inteligência concreta animal, limitada ao aqui e agora, e entramos no mundo simbólico” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 14).

David Berlo ainda completa:

Formamos sons e aprendemos que alguns destes sons produzem em outros comportamentos que nos servem – somos alimentados, vestidos, aquecidos, etc. Entre nove meses a um ano podemos mover todo o corpo (dentro de limites) à vontade. Podemos aproximar-nos de objetos desejáveis, evitar os indesejáveis. Começamos a *influenciar*, bom como a ser influenciados; a determinar nosso ambiente, bem como a ser por ele determinados” (BERLO, 1999, p. 11 – grifo do autor).

Baseando-se no poder de organização da estrutura comunicativa - principal característica para identificar uma sociedade - é perceptível que o primeiro passo dado para o avanço da humanidade foi a conquista da linguagem verbal articulada, ou seja, a oralidade. “Verificamos que certos sons e sequências de sons atingem outras pessoas, por vezes de maneira que nos interessam, por vezes que não nos interessam. Por experiência, erro e imitação aprendemos a falar, a fazer perguntas, a fazer pedidos.” (BERLO, 1999, p.11). A inteligência na sociedade oral se fundamenta na memória auditiva. Porém, usar somente a linguagem oral cria limitações, como a falta de perpetuação das suas ideias com o passar do tempo, e também a dificuldade de alcançar distâncias geográficas maiores.

Nos primórdios, o indivíduo comunicava os acontecimentos na mesma ordem em que eles se davam, ou seja, a descrição era feita na mesma sequência dos fatos. “A linguagem humana intervém como uma forma abstrata que distancia o homem da experiência vivida, tornando-o capaz de reorganizá-la numa outra totalidade e dar-lhe novo sentido” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 3). Daí surge para o homem a necessidade de fixar seus signos e transmiti-los a distância, ordená-los, para conseguir se expressar e estabelecer suas relações na sociedade. Podemos usar como exemplo o homem pré-histórico, que era capaz de se expressar através dos desenhos que fazia nas paredes de suas cavernas. Somente após um longo período histórico, a linguagem escrita iria substituir os desenhos.

Quando o objeto passa a ter um nome, ele deixa de ser fisicamente necessário como referência imediata, pois, o simples ato de pronunciar o nome designa-o, para torná-lo presente. “Pela linguagem, o homem deixa de reagir somente ao presente, ao imediato, passa a poder pensar o passado e o futuro, e com isso, a construir o seu projeto de vida.” (ARANHA; MARTINS, 1986, p.14). Mais uma vez, David Berlo ressalta que “aprendemos a tomar decisões em determinado sentido, e não em outro. Analisamos outras pessoas e a natureza do mundo material. No devido tempo, começamos a abstrair-

nos do nosso ambiente, a analisarmos-nos intimamente, como se fôssemos alguma outra pessoa.” (1999, p.11).

O conhecimento é repassado através de discursos e narrativas que se repetem com o passar das gerações, em forma de ciclo periódico. O homem é o único animal capaz de criar símbolos em relação aos objetos que quer representar, e, para que essa representação se concretize, é preciso aceitação do grupo em que convive. Em cada tribo social, as palavras e os gestos dos sujeitos são dotados de significados simbólicos. “Dissemos que a posição da fonte no contexto social e cultural influencia o seu comportamento geral de comunicação” (BERLO, 1999, p. 51). Cada época e cada grupo têm seu próprio repertório que funciona como um espelho que reflete o cotidiano vivido naquele momento, revelando e deixando um legado dos valores fundamentais de uma época numa determinada sociedade.

Um código pode ser definido como qualquer grupo de símbolos capaz de ser estruturado de maneira a ter significação para alguém. Os idiomas são códigos. A língua inglesa é um código: contém elementos (sons, letras, palavras, etc.) que são dispostos em certas ordens que têm significação, e não em outras ordens. (BERLO, 1999, p. 58)

Escrever permitiu que homens e mulheres arquivassem, expandissem e explorassem a linguagem, enviando e controlando os signos por uma distância maior de espaço e tempo. A palavra passou a ser a senha de entrada no mundo humano “linguagem, portanto, é um sistema de representações aceitas por um grupo social, que possibilita a comunicação entre integrantes desse mesmo grupo” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 14). Emissor e receptor não inventaram o meio de comunicação que utilizam, mas receberam do grupo ou sociedade a que pertencem – as narrativas tem brutal importância nestas trocas culturais, de geração em geração.

Há vários tipos de linguagens criadas pelos indivíduos no decorrer das suas evoluções, que vão das verbais, artísticas, gestuais e etc. Algumas delas possuem estruturas mais flexíveis que outras, ou seja, algumas não foram estabelecidas pelo processo de cristalização social rígida. Sendo assim, não são identificadas por todos os grupos sociais, podendo cair no ostracismo com o tempo. Portanto, da mesma forma que há diferentes tipos de linguagem, existem diversos tipos de pensamentos. “Assim,

podemos dizer que a estruturação da língua influencia a percepção da realidade e o nível de abstração e generalização do pensamento” (ARANHA; MARTINS, 1986, p. 16).

A inteligência humana, nesta fase, é diferente da memória no período da oralidade. Aqui, ela se fixa na capacidade de raciocinar, criticar e interpretar o conteúdo da mensagem. “O comportamento de linguagem é um comportamento aprendido; o aprendizado da linguagem está inerentemente relacionado com a comunicação. *Os sentidos são as nossas interpretações, os comportamentos de receptor-e-fonte que desempenhamos internamente*” (BERLO, 1999, p.197 – grifo do autor). Devido a esse complexo campo de ação, a comunicação não pode ser analisada separadamente da linguagem, muito menos do universo comportamental humano em si.

O nível de conhecimento do emissor diante da informação a ser repassada é fator determinante no sucesso da transmissão da mensagem final. Diante das variáveis que o conceito de conhecimento pode nos levar, vamos nos atentar nas afirmativas do sociólogo Robert Ezra Park que, a partir de uma observação anterior do psicólogo pragmatista William James¹, fundamentou sua teoria da existência de dois tipos de conhecimento “o conhecimento de” e “o conhecimento acerca de”.

De acordo com o autor, o conhecimento adquirido através da experiência, dos hábitos no cotidiano, com influência direta do seu ambiente original é considerado o “conhecimento de”. O meio social e o conteúdo cultural traz uma posição, que, inevitavelmente, transparece no discurso. “Como quer que seja, o ‘conhecimento de’, como eu gostaria de empregar a expressão, é a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia.” (PARK, 1940, p.169). Ou seja, “conhecimento de” seria o entendimento empírico das práticas sociais.

O homem é um ser geneticamente capacitado de grande mobilidade e a partir do seu instinto humano, consegue desvendar a própria intimidade, construindo, mesmo inconscientemente, uma personalidade única que o faz ir à busca de um universo propício para sua acomodação, onde possa se sentir natural no mundo em ocupa e que escolheu para viver. Assim, “o conhecimento de” é uma forma de saber que integra o sujeito e seu objeto de atenção. Há uma indistinção em que o conhecimento sobre o real passa a ser de tão naturalizado que perdemos sua dimensão como construção simbólica e social.

1 Foi tutor de Robert Ezra Park em Harvard, entre os anos de 1898 a 1899. (WIKIPEDIA, 2012)

O autor continua:

O “conhecimento acerca de” é formal; é o conhecimento que atingiu certo grau de precisão e exatidão substituindo a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras. As ideias não só constitui a estrutura lógica de todo conhecimento sistemático, mas também entram na própria natureza das coisas com que à ciência – natural para distinguir-se da ciência histórica – se preocupa. (PARK, 1940, p.171).

Assim, essa capacidade de ordenar o real, que possui o mérito de torná-lo inteligível, acaba, por outro lado, em distanciá-lo das práticas cotidianas. Isso se dá porque o saber especializado se faz com base em artifícios, técnicas e jargões próprios, separados do senso comum. Na discussão sobre o campo científico, baseando-se nos conceitos funcionalistas, o autor estadunidense destaca que a "ciência, puramente intelectual, corre sempre o risco de tornar-se tão completamente alheia às coisas que, os símbolos com os quais opera, passam a serem meros brinquedos mentais" (PARK, 1949, p.172). A sociedade vai se organizando em torno do conhecimento que se torna abstrato, ou seja, mediado pelos signos da comunicação.

Enquanto decorre a respeito das definições dos tipos de conhecimento, o autor aborda uma questão extremamente relevante: o fato de que o real se dá pela mediação da linguagem. Portanto, tanto o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de” não são o sinônimo irrefutável do real, e sim formas de o dizer e o interpretar. Primeiramente, aponta que a centralidade vai além de uma limitação. “A vantagem de substituir o curso real dos acontecimentos por palavras, conceitos e uma ordem lógica está em que a ordem conceitual torna inteligível a ordem real” (PARK, 1949, p.171-172). Portanto, uma relação entre o simbólico e o real, o que pode apontar para o fato e a sua narrativa.

E, mais do que um artifício o autor percebe a linguagem como um elemento que participa e integra a realidade, influenciando, em contrapartida no curso dos acontecimentos. O que fica evidente quando afirma: “na medida em que as formulações hipotéticas que denominamos leis se conformam ao curso real dos acontecimentos, pode-se prever, partindo de uma condição presente, uma condição futura das coisas” (PARK, 1949, p.172). Assim, para o autor não existe a possibilidade de dissociar o empírico do verbal, o pensamento e a materialidade. Provando a impossibilidade de analisar separadamente as três vértices que aqui foram discutidas - comunicação, linguagem e

comportamento humano – e que compõem o campo de ação comunicativa, David Berlo conclui:

O ponto de vista do teórico de comunicação é de que nenhum aspecto isolado do comportamento humano pode ser analisado convenientemente, se forem deixados de lado quaisquer dos demais aspectos desse comportamento. Não compreenderemos bem o processo da comunicação se não tentarmos relacionar todas as variáveis umas com as outras, se não empregarmos todo o nosso conhecimento, com quer que tenha sido obtido, tenha vindo de onde for, para ajudar-nos a explicar e a predizer como as pessoas são o que são, e em que se estão transformando (1999, p. 174).

Outra questão do processo comunicacional, importante de analisar nesta discussão é o princípio cultural. Compreendemos que a participação nos sistemas sociais é um fator determinante para que se estabeleça a comunicação. No entanto, como se relaciona o conceito de cultura dentro desta discussão? Conforme Berlo a cultura é “um complexo de modos de viver, de adaptar-se ao ambiente em mutação e de garantir, por pressão social e por recompensas, a realização de seus imperativos” (1999, p.173). Neste sentido,

A cultura influencia a personalidade. As necessidades biológicas influenciam a organização social. O conhecimento influencia a organização social. O conhecimento influencia as atitudes. A língua influencia o pensamento. O pensamento influencia crença. A crença influencia os sistemas sociais. Os sistemas sociais influenciam as condições biológicas. Nenhuma é primária, nenhuma é fundamental. Todos os fatores discutidos são relacionados com todos os demais. (BERLO, 1999, p. 174)

Buscando novos pontos de vista para se conceituar cultura, percebemos que de acordo com John B. Thompson (1990), a palavra cultura foi usada em meados do século XVIII como sinônimo de civilização, ou seja, ter cultura era sinônimo de participar de um “processo progressivo de desenvolvimento humano” (1990, p. 168).

Sendo assim, a cultura é transmitida pelas gerações como forma de conhecimento: “Com o advento das sociedades modernas no último período da Idade Média e início da era moderna, uma transformação cultural sistemática começou a ganhar um perfil mais preciso.” (THOMPSON, 2011, p.77). Esse contexto trata-se de um momento de aceleração das descobertas tecnológicas do século XX, essas constantes mudanças dão a impressão de uma aceleração do tempo e da necessidade de encontrar formas capazes de produzir conhecimento imediato. Assim, a notícia, frente a outras formas de registro

ganha um valor particular nesse contexto. Robert Park vai mais longe nas suas convicções.

O papel da notícia assumiu uma importância antes acrescida que diminuída em confronto com outras formas de conhecimento como a História, por exemplo. Tão rápidas e drásticas são as mudanças nos últimos anos que o mundo moderno parece ter perdido a perspectiva histórica, e nós parecemos estar vivendo, dia a dia, no que descrevi anteriormente como presente especioso. (PARK, 1949, p.184)

Assim, um presente tratado pela informação jornalística, descrito cotidiano pelas mídias, em comparação com os fatos históricos, portanto não-imediatos. Segundo o autor a sociedade do século XX experimentou uma sequência de transformações que mudaram a perspectiva histórica - e cronológica - do tempo. Trata-se segundo ele de um momento em que os acontecimentos cedem a outros novos em tal velocidade que a impressão cognitiva causada por tal movimento é a de vivermos em um eterno presente, já que ele se superpõe de forma dinâmica. Nesse lugar a notícia ganha uma importância fundamental, pois é aquela que está atenta e se funda no "presente especioso". Tal importância é destacada quando afirma que "parece que a nossa é a época da notícia, e um dos acontecimentos mais importantes da civilização norte-americana foi o surgimento do repórter" (PARK, 1949, p. 185).

1.1. As mídias no mundo e o poder simbólico

Existe aqui o anseio de entender o que ocorreu com as sociedades modernas desde que surgiram pela primeira vez na Europa no final da Idade Média e do começo da Idade Moderna. Para cessar essa dúvida, regressaremos ao final do século XV e iremos propor a atribuição de um papel muito mais importante à ascensão das instituições da mídia, e a expansão gradual das redes do fluxo de informação. Pois foram a partir delas que na atualidade surgiram os conglomerados da comunicação, que mais tarde foram denominados de “mídias”.

Thompson (2011) questiona o fato de muito dos teóricos sociais não terem se atentado para a importância da mídia, seja pela suspeição quanto ao seu caráter superficial, seja pela fidelidade ao legado das teorias clássicas da sociologia, que

desconsideram o papel do desenvolvimento dos meios de comunicação para a sociedade moderna.

O impacto destas transformações foi paulatinamente sendo sentido muito além dos centros urbanos em expansão e dos emergentes estados da Europa. Através da exploração, do comércio e da colonização, outras partes do mundo foram cada vez mais envolvidas neste processo de transformação institucional que começou na Europa, mas que logo se tornou global em alcance. (THOMPSON, 2011, p. 75)

Ainda seguindo a linha de raciocínio do mesmo autor, as características do mundo moderno que resultaram das transformações institucionais que se iniciaram no último período da Idade Média, são duas. Em primeiro lugar as mudanças econômicas, onde o feudalismo europeu foi se transformando gradualmente em um sistema capitalista. Em segundo, as alterações do campo político da época, houve a redução e o reagrupamento das numerosas unidades políticas em estados-nações, que passaram a concentrar o monopólio do uso legítimo da força em seu território.

A proposta de Thompson (2011) é de que, ao contrário de centralizar as mudanças que aconteceram diante dos valores, crenças, atitudes, como é comum na bibliografia que explora a questão, colocar em evidência as transformações que se processaram na produção e circulação das formas simbólicas, a partir das quais uma mudança cultural sistemática foi implementada. Por exemplo, o sentimento de identidade nacional, que acompanha o desenvolvimento dos estados-nações, encontra-se articulado ao desenvolvimento da mídia que possibilitou a divulgação rápida e sistemática de ideias e símbolos nacionais.

Ao observar o pensamento acerca do poder simbólico² exercido pela mídia, ao organizar o conhecimento sobre os fatos. Thompson, no entanto, se contrapõe à linha de receptores como espectadores passivos, que apenas absorvem as mensagens a que são expostos – afinal, convive em espaços culturais, onde se definem suas representações sociais. O autor aponta que o desenvolvimento das sociedades modernas tornou o processo de formação do “eu” mais reflexivo e aberto. Isso foi possível diante da disponibilização de uma extensa variedade de materiais simbólicos, sendo que os

2 O conceito de poder simbólico usado neste artigo foi desenvolvido por Thompson, quando o autor identifica quatro tipos principais de poder: econômico, político, coercitivo simbólico, sendo que eles “refletem os diferentes tipos de atividades nas quais os seres humanos se ocupam, e os diversos tipos de recursos de que se servem no exercício do poder” (1998, p.22).

indivíduos dependeriam cada vez mais dos próprios recursos para construir identidades coerentes para si mesmos – no cotidiano, com as trocas de informações sociais.

Thompson ainda discorre a respeito da relevância da mídia na influência da formação de uma vida autônoma e responsável da sociedade. Três mudanças teriam ocorrido quanto à reorganização do poder simbólico, duas delas foram abundantemente discutidas pela Sociologia e História. A primeira diz respeito à transformação do papel que as instituições religiosas mantiveram na Idade Média durante o monopólio e difusão de símbolos religiosos. Porém, a partir do fortalecimento dos estados, a influência religiosa foi minimizada. Outra variável relevante para o abalo do poder da Igreja Católica foi o aparecimento do protestantismo, que dividiu a autoridade religiosa quanto ao poder político e à propagação de estilos de vida.

A segunda mudança, acompanhando o pensamento do autor, se deu diante da crescente expansão de sistemas de conhecimento e instrução secularizados, que se libertaram da tradição religiosa, para o qual concorreu o desenvolvimento das ciências, que gerou a formação de sociedades literárias, mudanças no currículo universitário e nas escolas. “Por esse tempo a população das nações onde a impressão se desenvolveu não ultrapassava 100 milhões, e somente uma minoria podia ler.” (THOMPSON, 2011, p. 86). Assim,

O século XVI testemunhou um desenvolvimento importante das ciências, como a astronomia, a botânica e a medicina. Estas disciplinas emergentes estimularam a formação de sociedades literárias por toda Europa e chegaram ao currículo das universidades liberais. Da mesma maneira que o conhecimento científico se libertou da tutela da tradição religiosa, assim também o sistema de educação foi ganhando mais autonomia fora da Igreja. (THOMPSON, 2011, p. 83)

A terceira mudança se deu devido à migração da escrita para a impressão, com o consequente desenvolvimento da mídia. O autor afirma que “foi durante esse tempo que as técnicas de impressão, originalmente desenvolvidas por Gutenberg, espalharam-se pelos centros urbanos da Europa.” (2011, p.83). O inventor teve suas técnicas exploradas por oficinas de impressão montadas, a maioria, como empresas comerciais. A capacidade de transformar as formas simbólicas em mercadorias foi determinante para o sucesso e sobrevivência desse comércio, que fez parte do crescimento da economia capitalista da época. “O advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes

de poder simbólico que geralmente escapavam ao controle da Igreja e do estado” (THOMPSON, 2011, p. 84).

Apesar de serem bem conhecidas, é relevante para esta pesquisa descrever brevemente as inovações técnicas que proporcionaram o desenvolvimento da impressão. De acordo com Jorge Bacelar (1999), em 105 d.C. os Chineses desenvolveram o papel de farrapos, fabricado com uma espécie de plantas têxteis, dando origem a uma alternativa econômica ao precioso e dispendioso papel de seda.

Desde a sua introdução na Europa, no século XII, o papel foi-se afirmando como alternativa viável ao vellum e ao pergaminho, que constituíam à época os meios convencionais de para o registo e transporte da informação escrita. O papel de farrapo foi-se tornando cada vez mais barato e abundante e, simultaneamente, a alfabetização expandia-se. Em parte, os dois processos aceleraram por se estimularem mutuamente. A necessidade de documentação aumentava com o desenvolvimento do comércio, assim como com o aumento da complexidade dos processos de governo e administração política e religiosa. (BARCELAR, 1999).

Ainda de acordo com o autor, Gutenberg³, ourives na cidade de Mainz, percebeu que o momento de transformações na Europa era propício para o investimento em uma nova tecnologia que pudesse solucionar os problemas burocráticos que surgiram. Para tal, desenvolveu e adaptou características das tecnologias têxtil, papelreira e de prensagem. Dando origem à inovação mais significativa na época, o estabelecimento dos processos de moldagem e fundição de tipos móveis metálicos. “Gutenberg desenvolveu um método de duplicar a fundição das letras de metal, de modo que grandes quantidades de tipos poderiam ser produzidas para a composição de textos extensos” (THOMPSON, 2011, p. 85).

A invenção da impressão de caracteres móveis pode ser considerada a origem da comunicação de massas por constituir o primeiro método viável de disseminação de ideias e de informação a partir de uma única fonte para um auditório numeroso e disperso. Fundamentado em diversos processos técnicos, a imprensa vai evoluindo em conjunto com as ciências aplicadas, a história dos tipos de impressão é apenas um capítulo dessa evolução.

3 Johannes Gensfleisch zur Laden zum Gutenberg, foi um inventor e gráfico alemão. Sua invenção do tipo mecânico móvel para impressão começou a Revolução da Imprensa e é amplamente considerado o evento mais importante do período moderno. (WIKIPÉDIA, 2012)

Passadas as resistências iniciais, o clero viu as vantagens do poder da impressão. Indulgências impressas, textos teológicos e mesmo manuais de instruções para a condução de inquisições, tornaram-se instrumentos comuns para a disseminação da influência da Igreja. Mas o reverso da moeda também se fez sentir: era muito mais difícil controlar a atividade dos impressores do que tinha sido controlar os copistas, tanto religiosos como seculares, durante séculos. A produção e distribuição de uma variedade explosiva de textos tornou-se rapidamente impossível de conter. Cópias impressas das teses de Lutero foram rapidamente divulgadas e distribuídas, desencadeando as discussões que viriam a iniciar a oposição à ideia do papel da Igreja como único guardião da verdade espiritual. (BACELAR, 1999).

As mudanças sociais ocorridas ao longo do tempo servem como base para entender a inserção dos meios de comunicação. De acordo com Bacelar (1999) a expansão gradual da imprensa foi garantida pela grande variedade dos textos escolhidos para imprimir e pelos estilos dos tipos que eram usados no processo. Neste momento de evolução histórica, surgem as primeiras impressões contingentes da imprensa: as gazetas, os pasquins, folhetos com notícias e os libelos, folhas de caráter opinativo.

Publicações periódicas de notícias e informações começaram a aparecer na segunda metade do século XVI, mas as origens dos jornais modernos são geralmente situadas nas primeiras duas décadas do século XVII, quando periódicos regulares de notícias começaram a aparecer semanalmente com um certo grau de confiabilidade. (THOMPSON, 2011, p. 99).

Mais adiante, com o desenvolvimento destes impressos, resultaria, no século XVII, um gênero intitulado jornalismo. O nascedouro do jornal se deu em solos europeus, e, mais adiante, migrou para o espaço norte-americano. “É significativo que, depois de uma vitoriosa guerra de independência contra a coroa britânica, as colônias americanas incorporaram o direito a uma imprensa livre como a Primeira Emenda à Constituição” (THOMPSON, 2011, p.103). Obviamente, o desenvolvimento desse material em cada nação ocorreu de forma distinta.

Seguindo o raciocínio de Thompson (2011), cada vez mais as pessoas tem acesso àquilo que podemos denominar de “conhecimento não-local”⁴ e o desenvolvimento da mídia cria novos campos de ação e interação que envolveram formas características de

⁴ As experiências locais espaço temporais da vida cotidiana torna-se constante e cria oportunidades de experimentação que a maioria dos indivíduos jamais teria em situações do tipo face a face. “Hoje vivemos um mundo no qual a capacidade de experimentar se desligou da atividade de encontrar” (THOMPSON, 1998, p. 182).

visibilidade e nos quais as relações de poder podem mudar de formas rápidas e imprevisíveis.

Os avanços tecnológicos, a ubiquidade dos media, a necessidade incessante de encher a cada vez mais páginas de jornais e horas de tempo de emissão, a maior competição, os apetites dos profissionais da notícia, uma obsessão societária com tudo cada vez mais rápido (...) alimentam o frenesi e inundam as vidas privadas dos cidadãos. (TRAQUINA, 2001, p. 195).

À medida em que a esfera pública foi assumindo uma importância central como "público", produtor de uma "opinião pública", ela acabou provocando transformações no próprio processo político. Se fazendo valer das ideias de Thompson (2011), a política nos governos democráticos é (ou deveria ser) uma atividade principalmente pública e visível. Por conta disso, ainda de acordo com o autor, somente a mídia é capaz de definir o que é público no mundo contemporâneo.

De fato, a própria constituição de um “evento público” se dá a partir da existência da mídia. Escândalos, denúncias de corrupção e fraudes passaram a ser descoberto pelos veículos de comunicação, o que fortalece o seu poder na sociedade. Por mais que os líderes políticos possam tentar administrar sua visibilidade, nunca podem controlá-la completamente. A visibilidade mediada pode escapar do controle e, de vez em quando, funcionar em seu detrimento.

As autoridades políticas procuraram exercer algum controle sobre a proliferação de periódicos e jornais através da imposição de taxas que deveriam, como se pensava, restringir a produção e forçar os periódicos marginais a sair de circulação, e ao mesmo tempo trazer uma receita adicional para a coroa. (THOMPSON, 2011, p.102).

O autor ainda conclui:

Há força considerável no argumento de que a luta por uma imprensa independente, capaz de reportar e comentar eventos com um mínimo de interferência e controle estatais desempenhou um papel importante na evolução o estado constitucional moderno. (...) Garantias legais de liberdade de expressão foram sendo adotadas por vários governos europeus, de tal maneira que pelo fim do século XIX a liberdade de imprensa tinha se tornado uma questão constitucional em muitos estados ocidentais. (THOMPSON, 2011, p. 103)

Diversos autores e teóricos dedicam-se aos estudos sobre o poder e os seus múltiplos significados na sociedade. Uma das definições mais clássicas certamente é a de Max Weber (2002) que conceituou o poder como sendo uma ordem a ser obedecida por um grupo específico, ou seja, um grupo deveria seguir a doutrina empregada pelo governante. No entanto, é pertinente salientar aqui que, de nada adianta deter de recursos para se chegar ao poder sem uma estratégia convincente, da mesma forma que sem recursos suficientes, não há como dar continuidade a um projeto estratégico de qualidade. Possível acreditar que neste sentido weberiano, o jornalismo ganha status de poder ao se tornar mediador dos fatos sociais, descrevendo-os a partir de seu posicionamento político.

A mídia se mostra ordenadora do sistema social a partir de suas instituições. Desta maneira, não seria correto entender que o jornal O Popular pensaria o mundo a partir de revoluções, mas defendendo a ordem de uma sociedade para o desenvolvimento econômico e social, mas sem rupturas que gere o caos. Nesta perspectiva, deveremos fazer apontamentos neste texto.

Um assunto que realmente carece de mais debate, entretanto, muitos autores que enveredaram por estes caminhos apontam para a importância dos meios de comunicação para a formação do pensamento social. Em Goiás, certamente, o jornal mais lido do Estado exerce papel fundamental para a construção da realidade e identidade social na região, ao dispor a cada dia de suas narrativas nas bancas de jornal.

Nelson Traquina, no seu livro *“O estudo do jornalismo no século XX”* (2001), considera que por ser uma construção, as notícias são narrativas, que se utilizam da literatura para enquadrar os acontecimentos cotidianos e construir as ‘estórias’ jornalísticas. As notícias registam também os enquadramentos e narrativas culturais que compõem a expressão jornalística, os valores-notícia e as negociações entre jornalistas e fontes de informação. “Os enquadramentos são sugeridos através de metáforas, frases feitas, exemplos históricos, descrições e imagens, ou seja, na linguagem de Gamsom (1984), *símbolos de condensação*.” (TRAQUINA, 2001, p. 87). Por vezes, não havendo outros enquadramentos disponíveis, os jornalistas usam enquadramentos já usados para interpretar os novos acontecimentos.

O fato de reunir diversos pontos de vista sobre o mesmo assunto e compartilhar pensamentos, faz do comunicador um agente de construção narrativa. O estudo dos efeitos dos meios de comunicação tem relevância social, uma vez que é aqui que se

compreende como os meios de comunicação trabalham na formação da opinião pública. A influência no cotidiano do indivíduo é inegável, visto que temos uma infinidade de informações que são disseminadas por estes canais. “A capacidade das mídias em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase que completamente a partir dos mass mídia” (apud TRAQUINA, 2001, p.14).

Um estudo realizado por Shaw (apud Traquina, 2001) relata que a hipótese do agenda setting, em consequência da ação dos meios de informação, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas tendem a incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os meios de comunicação incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Walter Lippmann (apud Traquina, 2001) argumentou que o mass mídia é a principal ligação entre acontecimento no mundo e as imagens desses acontecimentos em nossa mente.

O sociólogo Robert Karl (apud Traquina, 2001), acredita que o jornalista não é inteiramente livre para escolher a narrativa que irá trabalhar. “Essa escolha é orientada pela aparência que a ‘realidade’ assuma para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas.” (TRAQUINA, 2001, p. 87). A um nível organizacional, o processo de seleção e produção de informação é baseado pelas características organizacionais, pelos processos organizacionais de socialização dos jornalistas e pelas dinâmicas próprias que a organização noticiosa estabelece com o meio.

Assim, segundo a *teoria organizacional*⁵, as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. O jornalista sabe que seu trabalho vai passar por uma cadeia organizacional em que os seus superiores hierárquicos e seus assistentes têm certos poderes e meios de controle. (TRAQUINA, 2001, p.77)

Segundo os autores abordados por Traquina (2001), o interesse é crucial. Possivelmente, por influência da ideologia política, as informações repassadas pela imprensa vão ser tendenciosas. A teoria de ação política propõe que algumas notícias

5 “Na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância duma *cultura* organizacional, e não uma *cultura profissional*” (TRAQUINA, 2001, p.72).

podem ser distorcidas para favorecer questões políticas, geralmente visando o lucro. Muitos veículos recebem verbas e ajudas de custo de certos partidos ou políticos, não necessariamente estão se vendendo, mas negociam espaços em seu meio.

Nas *teorias de ação política*, os mídias noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista, isto é, servem objetivamente a certos interesses políticos: na versão de esquerda, os mídias noticiosos são vistos como instrumentos que ajudam a manter o sistema capitalista; na versão de direita, servem como instrumentos que põem em causa o capitalismo. Seja de esquerda ou de direita, estas teorias defendem a posição de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais bem específicos, que utilizam as notícias na projeção da sua visão do mundo, da sociedade, etc. (TRAQUINA, 2001, p. 81).

Quando se relaciona mídia com a política surge um embaraço com relação à diversidade conceitual dos termos, como comunicação, mídia, informação, que têm sido utilizados sem distinção devida entre o real significado de cada uma deles. Por isso, antes de nos aprofundarmos no assunto abordado, é necessário esclarecer os conceitos de mídia e política que iremos nos atentar.

A mídia será aqui entendida como o conjunto das organizações que utilizam determinadas tecnologias para concluir a comunicação humana, sendo que, como já vimos, a existência de um aparato tecnológico intermediário é indispensável para que a comunicação se concretize. Diante deste contexto a comunicação passa, portanto, a ser uma comunicação midiaticizada.

Mesmo que, como já vimos no início do estudo, tenha sido um tipo de comunicação que surgiu lentamente na história da humanidade, a mídia se consagrou como um dos mais importantes símbolos da modernidade. “O uso da mídia não implica simplesmente a transmissão de informações, mas cria novas formas de ação e interação. O exame das características dessas novas formas nos mostra como a mídia transformou as condições da vida social e política” (THOMPSON, 2002, p.11).

Política, por outro lado, em sua origem clássica, derivada da palavra grega *polis*⁶, significa aquilo que diz respeito à cidade, o que é urbano, civil e público. “O conceito é extremamente amplo e compreende qualquer tipo de liderança *independente* em ação”

6 A *pólis* era o modelo das antigas cidades gregas, desde o período arcaico até o período clássico, vindo a perder importância durante o domínio romano. Devido às suas características, o termo pode ser usado como sinônimo de cidade, definindo um modo de vida urbano que seria a base da civilização ocidental. (Wikipédia, 2012)

(WEBER, 2002, p.55 – grifo do autor). A ideia de política nos leva a associar o exercício do poder, como nas relações entre soberano e súditos, e entre governantes e governados. “Hoje, nossas reflexões não se baseiam, decerto, num conceito tão amplo. Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação política, e, daí hoje, de um Estado.” (WEBER, 2002, p.55 – grifo do autor). Traquina (2001) ressalva que as mídias foram consideradas por muitos pensadores como o Quarto Poder⁷, pois seria uma proteção aos cidadãos, dos possíveis abusos de poder dos governantes. Portanto, a imprensa então seria uma garantia do controle das gestões públicas, da participação consciente do cidadão no processo de administração pública. A qual provoca reação pública diante das denúncias de irregularidades e pode desencadear uma repercussão maior do que quando as apresentações de denúncias feitas apenas por um órgão público específico. Permitindo que a política possa ser um processo democrático controlado pela sociedade.

O jornalismo nesta análise tem como papel de gerar conhecimento sobre os fatos sociais colocando em lugar estratégico no jogo de poder dentro do sistema social, certamente como faz entender o autor, às vezes com mais condições de organizar a sociedade do que as demais instituições, pelo que parece concordar Thompson sobre o processo de visibilidade dos tempos contemporâneos. Portanto é possível observar que a mídia além de ter influência sobre a sociedade, exige atenção das instituições sociais, tornando-se muitas vezes o primeiro poder, com sua capacidade semiótica de fluxo do simbólico.

1.2. Mídia e Política: “Quarto poder”

“Se coubesse a mim decidir se deveríamos ter um Governo sem Jornais, ou Jornais sem um Governo, não hesitaria um minuto em optar pela segunda hipótese.” A assertiva proferida por Tomas Jefferson, no século XVIII, defendia o regime democrático e exaltava a importância de estabelecer relações entre mídia e política para a subsistência da democracia moderna. Jefferson percebeu que a imprensa, enquanto portadora de um espaço de visibilidade privilegiado, deveria manter os cidadãos informados sobre o que

⁷ Este é um conceito usado por Nelson Traquina (2001), para designar a mídia como um guardião dos cidadãos, dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes.

se passava na política, para que estes pudessem formar uma opinião que deveria nortear a condução do governo.

Livre da censura do governo e dos interesses privados a imprensa poderia levar as informações adequadas a todos os cidadãos, atuando, assim, como uma mediadora entre o Estado e a sociedade e uma porta-voz da opinião pública – diante do exposto resta saber se realmente os jornais assumem este papel, sobretudo nos Estados Unidos de Jefferson. Afinal, na ordem social é preciso pensar nas representações sociais e seus agentes, que fazem parte das narrativas midiáticas. Em essência, quais são as vozes que aparecem no jornalismo: da opinião pública ou dos personagens políticos que estrategicamente ordenam o espaço social?

De acordo com o Thompson, em seu livro “*Escândalo Político*” (2002), antes do advento da mídia, um “evento público” só era possível a partir de um compartilhamento de lugar (espaço físico) comum; co-presença; visão, audição, aparência visual, diálogo. Depois do desenvolvimento da mídia, um evento para ser “evento público” não está limitado à partilha de um lugar comum. O “público” não tem mais limites geográficos e pode estar distante no tempo e no espaço. Dessa forma, a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do “público”, mas também a estende, transforma e substitui. O “público” agora é midiaticizado.

Uma das consequências da ação da mídia foi a *transformação da visibilidade*. Um acontecimento público há algum tempo, era o que acontecia em locais abertos, acessíveis a todos, e para ser visto era necessária a presença física; e um acontecimento privado era o que permanecia restrito a poucos, atrás de portas fechadas. Com o advento da mídia, público e privado adquiriram um novo sentido: público passa a ser o que pode ser atingido pelo olho grande da mídia, que transmite o evento a milhares e milhões de pessoas, distantes no espaço e afastadas no tempo. O Público, agora é visível. (THOMPSON, 2002, p.12 - grifo do autor).

Diante dessas novas circunstâncias da visibilidade, há consequências diretas para os profissionais da área política em geral. Começa aqui o processo de criação de um novo relacionamento com o público, seus possíveis eleitores. A partir deste momento se apresentam na mídia como cidadãos comuns, o autor chega a denominar de “intimidade não-recíproca à distância” (THOMPSON, 2002, p.12). Onde, mudam os discursos feitos à frente de multidões e passam a ter uma espécie de “conversa ao pé de fogo”.

Para o autor, entretanto, “a visibilidade se torna um risco e pode revelar a fragilidade dos políticos” (THOMPSON, 2002, p.12). Pois a partir da mídia, o político consegue chegar diretamente ao seu público, porém, não se pode ter controle absoluto das interpretações feitas pelo espectador, que pode variar para os pontos positivos ou negativos.

Todo o desenvolvimento do *marketing* comercial e o *marketing* político são sinais evidentes destas transformações na própria forma de fazer política e estar na política; assim, a agenda pública também pode influenciar a agenda das agendas políticas e a agenda jornalística (TRAQUINA, 2001, p.26).

A ideia de Quarto Poder vem à tona como a de um poder fiscalizador dos outros três e, ao mesmo tempo, como um poder que influencia os demais poderes, de modo a veicular aspirações da sociedade civil.

Segundo Nelson Traquina, o termo “Quarto Poder” foi usado pelo inglês Lord Macaulay, no ano de 1828. No momento em que os primeiros teóricos da democracia – que era um novo sistema de governação - argumentavam que a imprensa noticiosa passaria a possuir um papel fundamental e dual. Em primeiro lugar, seria uma guardiã dos cidadãos, “protegendo-os do abuso de poder por governantes que até então tinham mostrado apenas a face da tirania” (TRAQUINA, 2001, p. 190). Em segundo lugar, “ser simultaneamente um veículo de informação para equipar os cidadãos com ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e uma voz dos cidadãos na expressão das suas preocupações, da sua ira, e, se for preciso, da sua revolta” (TRAQUINA, 2001, p. 190). Resumindo, o termo “Quarto Poder” foi concebido pelo inglês, para definir ‘o papel dual e fundamental’ da imprensa quando a democracia começava a ser instituída como sistema de governo.

Por isso, a imprensa, na busca do ideal, pode ser compreendida como um meio que pode garantir a vigilância do funcionamento público e a inserção consciente dos cidadãos na política, possibilitando que a democracia possa ser classificada como um tipo de governo gerenciado pela população. Sendo responsabilizada de levar a população informações pertinentes, para que possam basear suas decisões de voto, formação de opinião política. Em outras palavras, a imprensa se transformou em uma mediadora importante da constituição da esfera pública e passou a ser seu palco principal para os assuntos pertinentes ao cotidiano da sociedade, para um mundo cada vez mais complexo.

Diante desta situação, acreditou-se que a opinião pública poderia delimitar e legitimar as decisões referentes à política. Apesar disso, o propósito dado à imprensa de representar o quarto poder, deliberou aos jornalistas a legitimidade necessária para tranquilizar seus próprios receios, justificando o seu lugar crescente na sociedade, enquanto cumpria o duplo papel.

Porém, houve constantes críticas a respeito do dever exercido pela imprensa em favor da política democrática, Traquina (2005) questionou a abrangência da liberdade concedida à imprensa, o que o leva a propor a instauração de meios que a responsabilizasse e limitasse, assim como existiam aos outros poderes constituídos.

Porém, segundo Thompson (2002) desmerecendo as críticas, a imprensa continuou a atuar como o quarto poder, o que dava a entender que era atribuição dos jornalistas não só publicar os atos de transgressões relacionados à administração pública, como também, promover investigações, caso houvesse indícios de irregularidades. Contudo, essa atividade jornalística teve sua ascensão somente a partir do ano 1960, nos Estados Unidos, quando os primeiros escândalos políticos tomaram conta das páginas da imprensa. Ainda de acordo com o autor, as reportagens investigativas naquele período acarretaram mudanças à cultura jornalística e a inseriu em um contexto de buscas por segredos oculto, e a revelação desses segredos pela imprensa era considerada parte legítima da atividade jornalística. Mecanismos que contribuíram para a manutenção da transparência e controle do poder.

A reflexão sobre a atuação da imprensa no contexto de uma democracia liberal, empreendida por meio da análise da cobertura de um escândalo político, suscita a discussão acerca das condições estruturais que fazem emergir os escândalos. Mesmo considerando a visibilidade dos tempos modernos, como analisa Thompson (2002), não se deve esquecer do processo narrativo – trazendo a discussão sobre a condição da mídia de ser o espelho dos acontecimentos sociais, simplesmente retratando-os, sem interferência -, relacionando o factual com a ficção das histórias, como observa Motta (2005). No mundo político não se pode negar as preferências dos agentes sociais para a construção do conhecimento para a ordem institucional. Ainda que nas democracias contemporâneas haja mais participação da opinião pública nas decisões sobre o cotidiano.

Sobre os escândalos políticos, foco deste trabalho, se referem a “um ato que envolve uma transgressão moral capaz de suscitar uma resposta pública. Escândalos

políticos são ofensas morais mais particularizadas por envolverem indivíduos que atuam dentro do campo político” (THOMPSON, 2002, p. 239). Por seu turno, grande parte das narrativas contém um fundo moral, conforme ideologia e discurso dos enunciadore. Além disso, a própria estrutura narrativa, na dramaticidade, é que faz com que os escândalos políticos midiáticos sejam acompanhados com interesse pela audiência, que no final deverá atuar, com sua influência na organização do espaço social.

O jornal O Popular ao tratar a Operação Monte Carlo não consegue se isentar de suas relações políticas e ideológicas, afinal, uma empresa de comunicação tem seus interesses mercadológicos, políticos e pertencem a grupos com suas identidades e cultura. Há um processo de negociação que envolve a opinião pública certamente, mas são agentes, sendo cada qual com seus interesses. O que não quer dizer falta de ética e responsabilidade social, simplesmente.

2. NARRATIVA E REALIDADE

“Somos seres narrativos, sonhamos, imaginamos, recordamos, conversamos, aprendemos, interagimos, nos divertimos, cremos, amamos, zombamos e odiamos narrando” (MOTTA, 2005, p.5 – grifo nosso).

A civilização moderna, com seus aparatos tecnológicos, oferece ao homem novas formas de perceber, sentir e pensar. O que torna o indivíduo moderno mais eficiente na recepção e decifração de mensagens, quando ele passa a dominar o maior número possível de códigos passa a interferir ativamente na rede de significado cultural, tanto como receptor, quanto narrador. A afirmação do artigo: *“O papel da mídia na difusão das representações sociais”* de Marcos Alexandre (2011). Ir além do que o simples contar histórias, o ato narrativo propicia ao ser humano a opção de compartilhar suas experiências com outros seres em sua volta.

O Dicionário de Teoria da Narrativa (REIS; LOPES, 1988) chama a atenção sobre a polissemia do termo narrativa, observando que ele corresponde à antiga concepção da *narratio*, parte da *dispositio* da retórica clássica que se refere à organização do discurso. Narração é definida como o procedimento representativo dominado pelo relato de eventos que configuram o desenvolvimento de uma ação temporal (cronológica) que estimula a imaginação, a *diegese*⁸ da história.

A própria existência é um grande exemplo de narrativa: desde o momento que é concebido até a finitude do corpo, o indivíduo passa por uma sequência de vivências ricas em personagens e ações, em um espaço de tempo concebido pela mente. “A narratologia que defendemos parte do suposto que a organização dos discursos humanos em ciclos encadeados ocorre espontaneamente e é intuitivamente reconhecido pelos seres humanos” (MOTTA, 2005, p. 15). Desde os primórdios, no cotidiano de nossos ancestrais, até a presente era, a atividade narrativa acompanha a caminhada terrestre humana.

⁸ Diegese é um conceito de narratologia, que diz respeito à dimensão ficcional de uma narrativa. A partir de diegese, sinônimo de história, formam-se outros termos (diegético, intradiegético, omodiegético, etc.) hoje largamente difundidos e consagrados pelo uso. (REIS; LOPES, 1988)

No livro de Luiz Gonzaga Motta “*Narratologia*” (2005), o autor considera que a centralidade das relações humanas é atribuída à narratologia presente nas narrações. Pois é a partir dela que se consegue construir a realidade física e cultural do indivíduo, traduzindo o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em que vive. “As narrativas criam o ontem, fazem o hoje acontecer e justificam a espera do amanhã. A coerência narrativa cria o tempo, o nosso tempo” (MOTTA, 2005, p.6).

Como um narrador nato, o homem possui faculdades culturais suficientes para recordar suas melhores memórias e, aos poucos, começa a construir um emaranhado de histórias onde se transmite a sua narração. Resultado da necessidade humana de contar e recontar as histórias das trajetórias que permearam sua vida. “As narrativas são construções discursivas sobre a realidade humana. São representações mentais linguisticamente organizadas a partir de nossas experiências de vida. Sejam elas fictícias ou fáticas” (MOTTA, 2005, p. 18).

Porém como já dito anteriormente, muito das experiências do mundo contemporâneo é mediada pelos meios de comunicação e, porque não, os produtos jornalísticos. Dessa maneira, aquilo que é de conhecimento público depende do que é veiculado pelas empresas jornalísticas, mas que para sua sobrevivência no mercado, precisa – mesmo que discretamente – manter posicionamento com atenção na economia, se organizando conforme as normas do sistema capitalista.

Para Charaudeau, em seu livro “*Discurso das mídias*” (2009), “comunicar” diz respeito a um fenômeno mais complexo que simplesmente transmitir uma informação; segundo o autor, através da informação apenas se inicia o processo de produção do discurso.

Se existe um fenômeno humano e social que dependa precipuamente da linguagem, é o da informação. A informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui a alguém que se presume não possuí-lo. Assim se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido. (CHARADEAU, 2009, p.33)

No entanto, o autor alerta:

Contar não é somente descrever uma sequência de fatos ou acontecimentos [...] para que haja narrativa é necessário um contador, investido de uma

intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa a alguém, e isso, de certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa. (CHARAUDEAU, 2009, p.153)

Nesse sentido, o ato de narrar pode revelar legitimações, valores, representações e dados preponderantes para o processo de compreensão e leitura do mundo em que se vive. O uso de apelos estéticos e emocionais, fatos de contorno dramáticos, revela a tentativa de aumentar a aceitação frente aos leitores, entretanto,

Quem narra evoca eventos conhecidos, seja porque os inventa, seja porque os tenha vivido ou presenciado diretamente (uma atitude de alteridade). Revela, assim, uma tendência para a exteriorização temporal, para uma atitude de distanciamento autônomo. Mas sempre de forma verossímil, como se houvesse presenciado. Narrar é uma técnica de enunciação dramática da realidade de modo a envolver o ouvinte na história narrada. (MOTTA, 2005, p. 9)

Podemos usar como exemplo os bons autores, que possuem a capacidade de fascinar por aquilo que contam e, principalmente, pela maneira como fazem isso. Visto assim, o ato de comunicar, então, uma questão de estratégia. Motta faz questão de afirmar que “Narrar não é, portanto, apenas contar ingenuamente uma história, é uma atitude argumentativa, um dispositivo persuasivo de linguagem. Narrar é uma atitude, quem narra quer produzir certos efeitos de sentido através da narração” (MOTTA, 2005, p.9).

Nenhuma narrativa é desinteressada, cada narrador estrutura o seu discurso a partir dos efeitos que pretende provocar no leitor, seja camuflando ou explicitando suas intenções quando faz escolhas narrativas, definindo seus personagens, cenários, imagens – ou seja, definindo uma maneira de ver o mundo a partir do que se narra. Assim, a Operação Monte Carlo, objeto deste trabalho, se insere neste percurso narrativo, com suas seleções definidas pelo enunciador. A rigor, as reportagens levam conhecimento sobre o acontecimento à recepção com base nas narrativas jornalísticas, definindo os seus protagonistas e antagonistas.

Os acontecimentos relatados pelas narrativas (realistas ou imaginárias) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos e realizam coisas que os humanos também realizam (antropomorfismo natural da narrativa). A construção de personagens e ações na narrativa é uma estruturação de condutas humanas, que fornecem ao narrador a matéria prima e os modelos. Ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos (atividade mimética) (MOTTA, 2005, p.6).

O jornalista segue uma lógica, de reter a atenção e acompanhamento dos fatos pelo leitor de forma lógica, apresentando causas, intrigas e caracterizando personagens como numa narrativa literária. Entretanto, cabe uma ressalva, é necessário diferenciar a narrativa jornalística da ficção, que tem base nos fatos existentes, não se trata de uma criação voluntária do profissional da imprensa. De acordo com MOTTA (2005), a principal estratégia textual é provocar o “efeito de real”, fazendo com que os fatos narrados sejam interpretados como verdades absolutas, como se estivessem falando por si mesmos. O que não constitui uma verdade plena, pois se exige um mediador, e tudo que ele representa, entre o acontecimento e o leitor. Este efeito se tem a partir de diversos recursos de linguagem e com uma fixação de seu centro no aqui e no agora, no presente. “O jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (MOTTA, 2005, p. 106).

A análise da narrativa jornalística, apesar das diferenças, faz referência à teoria literária, usada originalmente para análises literárias, mas com abordagens críticas, como frisa Motta (2005). Contudo, apesar das diferenças no processo de produção, há alguns pontos que coincidem. Os próprios jornalistas resistem a tratar como notícias como “estórias”⁹ ou narrativas, pois essa concepção pode ir de encontro à ideologia profissional do campo que torna as notícias como um espelho do real, mesmo que dentro das redações seja comum os profissionais se referirem às pautas como “estórias” e a algumas fontes como “personagens”, descreve Traquina (2008, p. 17).

Observamos então que o discurso narrativo é construído através de discreta atitude que permitem estruturá-lo, e “ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos” (MOTTA, 2005, p.17). A relação entre o factual e fictício, portanto, mantém uma linha tênue, de modo a levar o jornalismo a considerar o real a partir dos acontecimentos, mas ao descrevê-lo organiza seus discursos que aparecem nas suas narrativas, como forma de defender suas verdades e posicionamentos, eis a estória.

9 A rigor, vale a pena salientar. Toda a apreensão da realidade é necessariamente uma reconstrução subjetiva do real. A realidade que o jornalismo produz não é a verdade absoluta, é apenas uma representação do real, uma leitura da realidade.

Desta forma, o jornal O Popular ao construir o seu texto deverá considerar uma espécie de contrato de informação com o seu público, o qual permite definir seus valores e conhecimentos. Entretanto, como verá mais adiante, no ato comunicativo o narrador leva vantagens na ordenação dos fatos, pois tem a palavra e poder para construir sua narrativa, definindo o seu discurso e ideologia.

No mundo das representações sociais há possibilidade de haver mais inserção do jornal, jornalista e fonte na construção desta realidade, em conformidade com um processo de negociação envolvendo os agentes sociais. Em resumo, o jornal como mediador, com posicionamento político, na narrativa expressa sua ideologia ao organizar no texto seus personagens; dando ênfase a um ou outro, em conformidade com sua visão de mundo. Portanto, a narrativa, cabe enfatizar, não é isenta, sequer o jornalismo atinge sua objetividade, como espelho da realidade a partir da simples descrição dos acontecimentos.

Neste sentido, o jornal O Popular não somente observa os fatos sobre a Operação Monte Carlo, mas revela seu posicionamento ao selecionar, descrever, narrar, definir seus personagens e ações, ordenando suas páginas publicadas (diagramação), com destaque para seus títulos, imagens. Como forma de dar sentido à narrativa, ao fato jornalístico.

2.1. O nascedouro da imprensa goiana

A possibilidade de contar histórias e de difundi-las para um número vasto de pessoas ganhou nova expressão a partir das invenções Gutenberg, como já vimos no início deste estudo. A instalação de tipografias pela Europa permitiu a explosão da produção de folhas volantes, que podem ser considerados os antepassados diretos dos jornais atuais. A imprensa no Brasil, por ter tido sua implantação tardia é constantemente questionada, devido à sua estreita relação com o poder político e econômico desde o seu surgimento.

Quando o assunto é imprensa, o imaginário por si só é envolvido por uma ideia de manipulação ou mesmo alienação. Entretanto, quando o debate sobre a imprensa nacional é ampliado historicamente surgem pontos interessantes a serem discutidos, pois revelam autênticos combates contra os bloqueios políticos contra a implantação da imprensa no país. Possivelmente, tal resistência governamental pode ser o início de alguns problemas

sociais, como certo atraso cultural e econômico permitido pela modernidade, e que perpetuam até a contemporaneidade.

Aproximando o estudo da imprensa para o Estado de Goiás, nos deparamos com o obstáculo da escassez de estudos e pesquisas voltados para a abordagem da história da imprensa goiana. Tornando árdua a simples tarefa de construir um breve resumo da história que antecede o nascimento do objeto aqui analisado: o jornal O Popular. Diante da necessidade de aprimorar o estudo desenvolvido, iniciamos as buscas por trabalhos acadêmicos anteriores de pesquisadores interessados no assunto, mesmo que seja ainda incipiente¹⁰.

Direcionando o rumo da pesquisa para o antepassado de Goiás foi-se descobrindo aos poucos, pequenos acontecimentos determinantes para que fossem dados os primeiros passos da construção do atual cenário da imprensa regional. Seguindo o raciocínio de pesquisadores que já se aventuraram por esses caminhos, como Rosana Maria Ribeiro Borges e Angelita Pereira Lima (2008), a história da imprensa regional sofrerá uma “divisão didático-metodológica preliminar” (2008, p. 70), a qual pode ser analisada em cinco períodos distintos, porém interligados.

O primeiro período foi marcado pelo o início da circulação do primeiro jornal goiano, o *Matutina Meyapontense*. Editado pela primeira vez em cinco de março de 1830, na cidade de Meia Ponte, hoje conhecida como Pirenópolis, o jornal perdurou no período de 1830 a 1834. O seu proprietário, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, um rico fazendeiro, fez história na região com o veículo de comunicação, que exerceu grande influência sobre seus leitores e grupos do poder no curto período de sua veiculação.

No campo político, o pioneiro impresso goiano ficou conhecido pela luta contra a dominação portuguesa semelhante aos periódicos do restante do país, construindo o seu espaço político em conformidade com os valores dominantes da época, ainda durante o período absolutista brasileiro, sob o poder da monarquia portuguesa. Tornou-se uma espécie de porta-voz da região na capital federal, Rio de Janeiro, caracterizando o primeiro período pelo nascimento da primeira mídia da Província de Goiás (BORGES; LIMA, 2008, p. 70).

10 Constatamos a falta de memória histórico da imprensa goiana, certamente uma área sensível devido à importância cultural e política dos meios de comunicações regionais.

Ainda sob a efervescência da imprensa no Brasil, no ano de 1829, o marechal Miguel Lino de Moraes reivindicou ao Império a instalação de uma tipografia na capital da Província goiana. Porém, seu pedido foi negado. Na época o Império afirmou que não havia necessidade de Goiás possuir uma tipografia. Acredita-se que a renúncia foi por conta da situação econômica, tendo em vista o esgotamento de jazidas de ouro, e o isolamento geográfico.

Nesse mesmo ano, entrava em cena um personagem que marcaria a história da imprensa goiana e brasileira, um dos homens mais ricos do seu tempo, que chegou a financiar dívidas do governo da Província de Goiás: o comendador Joaquim Alves de Oliveira, comandante-geral do julgado de Meia Ponte. [...] Em desagravo ao veto do imperador no tocante à aquisição de uma tipografia pelo governo da Província de Goiás, o comendador Joaquim Alves de Oliveira comprou com recursos próprios uma tipografia no Rio de Janeiro, que foi instalada em Meia Ponte. No ano seguinte, o jornal foi publicado pela primeira vez. (BORGES; LIMA, 2008, p. 71/72)

“O *Matutina Meyapontense* publicava atas de reuniões dos dirigentes da província, atos oficiais, correspondências civis e oficiais, literatura, crônicas, cartas aos leitores, tendo ainda alguns anúncios” (BORGES; LIMA, 2008, p. 73). Aqui é importante salientar que, ao mesmo tempo em que o *Matutina Meyapontense* era considerado oposição pelo Império, na região goiana, era considerado um jornal oficial.

Porém, com o decorrer do tempo, a imprensa informativa passa à opinativa, caracterizando o jornalismo literário e político. A partir desse momento as finalidades econômicas passaram para segundo plano, enquanto as manchetes foram tomadas por publicações de finalidades pedagógicas e políticas.

As críticas à Coroa portuguesa presentes no *Matutina* faziam-se uma constância na maioria dos jornais brasileiros deste período e desencadearam um processo de censura que chegou a impedir a circulação de muitos jornais. Segundo o Império, a Lei da Imprensa serviria para regular a “linguagem cáustica, ferina, desabrida e imoral das folhas de oposição”. Jornalistas foram espancados, perseguidos e exilados. (BORGES; LIMA, 2008, p. 73).

Importante destacar que “A primeira lei de imprensa no Brasil foi um decreto outorgado por Dom Pedro I, em 22 de novembro de 1823 – 10 dias depois de o imperador dissolver a Assembleia Constituinte, insatisfeito com a disposição dos constituintes de reduzir o poder imperial” (NUNES, 2003).

O segundo período da imprensa goiana foi marcado pelo processo que desencadeou a extinção do jornal *Matutina Meyapontense* e o início do *Correio Oficial de Goyás*. “O último número de que se tem notícia e registro histórico do *Matutina Meyapontense* circulou em 24 de maio de 1834” (BORGES; LIMA, 2008, p. 73). Ainda no mesmo período, houve o surgimento de periódicos em muitas cidades no entorno da capital goiana, as novas publicações foram impulsionadas pelo enfraquecimento do Império.

O *Correio Oficial de Goyás* foi criado por Lei Provincial que, além de instituir o jornal como veículo de comunicação oficial do Estado, estabeleceu orçamento para que o mesmo pudesse se manter. Da rubrica deste orçamento, constavam gastos com aluguel de imóvel para o funcionamento da tipografia, compra de papel, tinta e remuneração de recursos humanos. Sob a direção do mesmo tipógrafo do *Matutina Meyapontense*, tenente Mariano Teixeira dos Santos, o *Correio* teve sua primeira circulação em 3 de junho de 1837. (BORGES; LIMA, 2008, p. 74)

Na sua primeira fase, o *Correio Oficial de Goyás* circulou durante quinze anos. Em maio de 1864, voltou a circular em sua segunda fase, que definitivamente teve fim em 1890. “Com o fechamento do *Correio*, os atos oficiais passaram a ser publicados no jornal *Goyás*, veículo político ligado ao grupo dos Bulhões, dirigido por Antônio Félix de Bulhões Jardim” (BORGES; LIMA, 2008, p. 74).

No fim deste segundo período da imprensa goiana, mais de trinta jornais circulavam na cidade, a grande maioria seguia a mesma linha liberal que expeliam ácidos discursos contra os governantes. Durante a virada do século, houve a proclamação da República e “Goiás já não era mais uma província pobre e abandonada” (BORGES; LIMA, 2008, p. 74). Aqui se inicia o terceiro período, que iria de 1890 a 1934.

A primeira Constituição da República, datada de 24 de fevereiro de 1891, proclamava que em qualquer assunto “é livre a manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer, nos casos e pela forma que a lei determinar”. (NUNES, 2003)

Naquela época, Goiás começava a sentir os primeiros ventos do progresso, com o projeto conhecido como “Marcha para o Oeste”. Período em que Getúlio Vargas estimulou o povoamento do interior do País. Tal medida procurava combater a política

café-com-leite, que abrangia São Paulo e Minas Gerais. Dessa forma criou-se “novos nichos de apoio político através do desenvolvimento do interior do Brasil” (BORGES; LIMA, 2008, p. 78). Portanto, somente em meados de 1940 o Estado de Goiás saía do ostracismo político e econômico.

O “campo jornalístico” começou a ganhar forma nas sociedades ocidentais, durante o séc. XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e, concomitantemente, de outros processos que incluem a industrialização, a urbanização, a educação em massa, o processo tecnológico e a emergência da imprensa como “mass media” (TRAQUINA, 2008, p.20).

Paralelamente as mudanças políticas nacionais, aconteciam alterações no campo social do interior do país. Um grupo hegemônico oriundo dos Bulhões se derivou em “duas oligarquias: os Caiados e os Ludovicos. O embate político entre as duas oligarquias culminou na transferência da capital para Goiânia” (BORGES; LIMA, 2008, p. 77). O início da transferência da capital para Goiânia, em 1933, acabou se constituindo no maior marco do processo de ocupação da região. Diante desses acontecimentos que nasce o quarto período da imprensa goiana, demarcado entre os anos de 1936 a 1945.

Tendo em vista que praticamente todos os veículos de comunicação, as instituições e pessoas que ocupavam alguma posição social ou se relacionavam profissionalmente com o Estado acompanharam Pedro Ludovico. Era um homem de grandes artimanhas políticas, como a estrada de ferro construída no sul do Estado, que, por onde passava, movimentava as cidades, fomentava o comércio e levava o tão sonhado “desenvolvimento” ou mesmo a mudança da capital para Goiânia. Talvez essa tenha sido sua principal cartada diante da desarticulação que se promoveu no caiadismo, cujo berço era a cidade de Goiás. [...] Na luta pelo poder político em Goiás, Pedro Ludovico queria imprimir a ideia de progresso e desenvolvimento na construção da nova capital, deixando para trás tudo o que era velho, arcaico e atrasado, conceitos que associava ao caiadismo (BORGES; LIMA, 2008, p. 78).

Esse período é definido por uma grande mudança no jornalismo em Goiás. “No início do ano de 1936, o Correio Oficial foi transferido para Goiânia, circulando pela primeira vez em 8 de abril, com homenagens a Pedro Ludovico Teixeira e saudações à nova capital” (BORGES; LIMA, 2008, p. 78). Embora a capital goianiense só fosse concluída em 1937.

Sendo assim, durante o quarto período da imprensa goiana se deu o principal acontecimento de relevância para o estudo que estamos realizando. Os espaços para jornalismo político e opinativo foram fechados e o jornalismo empresarial se destacou,

levando ao surgimento, no dia 3 abril de 1938, do jornal *O Popular*. O periódico começou pequeno, havia sido idealizado por três irmãos que vieram do nordeste, Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças.

Dados históricos registram que, em 1939, cerca de 40 periódicos impressos circulavam em Goiás, sendo 6 jornais e 2 revistas em Goiânia, 5 jornais em Anápolis e 27 jornais em outras cidades do interior do Estado. Entretanto, a maioria desses jornais teve uma vida curta, tendo em vista que diversos fatores, que carecem de um estudo mais aprofundado, impediram o desenvolvimento democrático da imprensa em Goiás. Um desses fatores pode ser explicado pela análise dos mecanismos de controle e censura empregados em grande escala de 1936 até a abertura política do País no início da década de 1980. (BORGES; LIMA, 2008, p. 79)

De acordo com Letícia Nunes (2003), a segunda lei de imprensa brasileira se deu durante um decreto de Getúlio Vargas no ano de 1934, alterado em 1937 com a instauração do Estado Novo, que estabeleceria então uma censura prévia aos veículos de comunicação para garantir “a paz, a ordem e a segurança nacional”. Segundo o Artigo 122 da Constituição de 1937, a manifestação de pensamento, por escrito, oralmente ou por imagens, era permitida apenas mediante as condições e nos limites prescritos em lei.

Essa intervenção política estabelece uma série de limitação à imprensa, que em Goiás, tem como consequência a formação de poucos grupos e conglomerados de comunicação. Ainda sim, durante essa época histórica, houve o lançamento da *Revista Oeste* em 5 de março de 1942, “durante o batismo cultural de Goiânia” (BORGES; LIMA, 2008, p. 79). A revista tinha orientações estado-novista, portanto, no âmbito local, a *Revista Oeste* era um veículo oficial do primeiro prefeito de Goiânia, Pedro Ludovico. “Chegando a ser transformada, com o decreto-lei publicado em 1943, num veículo oficial deste” (BORGES; LIMA, 2008, p. 79). Ainda conforme as autoras, porém, apesar da sua estreita ligação com o governo, ganhou reconhecimento nacional e foi considerada “uma das melhores revistas de ênfase cultura do País” (2008, p. 79).

Neste quarto período, surgiram as primeiras emissoras de rádio de Goiás, a pioneira foi a *Rádio Brasil Central* (RBC), em 1950, criada em conciliação com a política da Marcha para o Oeste, e tinha “o objetivo de lutar pela mudança da capital federal para Brasília” (BORGES; LIMA, 2008, p. 81). Em seguida, surgiram outras rádios, como a

Anhanguera, a Difusora de Goiânia, a Carajá de Anápolis, Independência, Araguaia, Universitária, entre outras.

Nos anos de 1945 até o golpe militar de 1964, se constituiu a quinta e última parte da evolução da imprensa goiana. Neste período de fechamento do sistema político democrático, que atingiu de forma direta a imprensa brasileira, também teve reflexo nos veículos goianos, porém não optaram pelo enfrentamento. Como já se tornou senso comum foi um tempo de práticas de censura, inclusive prévia, porém houve fortalecimento de alguns veículos e conglomerados de comunicação no Brasil, inclusive nas diversas regiões do interior brasileiro, dependendo apenas da sintonia com a política da “ordem e progresso”.

Ao contrário do que aconteceu em diversos veículos de imprensa nacionais, que substituíam as matérias censuradas por receitas culinárias, fotos estranhas ou simplesmente deixavam espaços em branco nas páginas dos jornais e revistas tentando informar ao eleitor que ali havia acontecido algum tipo de censura, os jornais goianos não ousavam muito no desafio à censura. Geralmente, substituíam as matérias censuradas por outras de conteúdo mais ameno ou aprovados pelos censores, praticando, ainda, a autocensura. (BORGES; LIMA, 2008, p. 81).

Durante o governo militar houve a fundação e a solidificação dos grandes grupos de comunicação no Brasil, dentre eles, a Organização Jaime Câmara, fundada em 24 de outubro de 1963. Hoje é o maior conglomerado de comunicações do Centro-Oeste reconhecida nacionalmente pela estrutura com diversas veículos de comunicação líderes em audiência no Estado. O carro chefe é a TV Anhanguera, a qual ganha destaque entre as maiores filiadas da Rede Globo, emissora do Jardim Botânico, Rio de Janeiro, matriz que está entre as maiores empresas de comunicação do mundo, considerando público e poder econômico.

Amparados por novas tecnologias, os cenários do jornalismo nacional e goiano, garantia melhor impressão e mais agilidade na produção das edições. A partir daí surgiram as primeiras preocupações com a estética do jornal, o tornando um produto, mercadoria.

As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social. (TRAQUINA, 2008, p.20).

Consequentemente a isso, as redações foram tomando formas empresariais e o jornalista, uma necessidade mercadológica. Mesmo que só em 1969, o decreto do governo federal reconhecesse a profissão de jornalista, decretando o surgimento do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Goiás.

Os jornalistas não foram exceção à tendência histórica da profissionalização. Pelo contrário, acompanharam, embora com algum atraso, todo o processo que se intensificou, como já tivemos a oportunidade de sublinhar, com a industrialização e a urbanização das sociedades no século XIX. (TRAQUINA, 2008, p. 34)

Ao mesmo tempo em que a modernidade trouxe benefícios para o meio social, como acrescenta William J. Goode (1960) quando afirma que sociedade industrializada é sociedade profissionalizada. (apud TRAQUINA, 2008) Desta forma, surge o questionamento de até que ponto a imprensa ser controlada por empresários é favorável para a construção do conhecimento público, com liberdade de pensamento. Os interesses empresariais estão situados na esfera privada, o que o distancia do seu propósito inicial de manter uma relação transparente com o público, informando com coerência e veracidade.

Outro ponto que merece discussão é se, apesar do fim das repressões do regime ditatorial, se estabeleceu a total liberdade de expressão, de fato. Pois, depois de vários governos de cerceamento da comunicação livre, principalmente na cobertura política, as mídias regionais desenvolveram mecanismos de independência do Estado, principalmente nos municípios fora dos grandes centros comerciais. Não há dúvida, quanto à intensidade dos ventos da liberdade de comunicação e política no Brasil dos tempos atuais, mas o distanciamento necessário do jornalismo em relação ao poder estatal ainda merece importante trabalho de pesquisa histórica, em várias regiões do país.

Embora esse não seja o foco desta pesquisa, a política e a comunicação fazem parte dos objetivos desta análise, que se propõe verificar a narrativa do jornal O Popular – impresso diário de maior circulação em Goiás – estudando a abordagem feita a um escândalo político envolvendo grandes personalidades da política goiana, o que será o assunto a ser abordado nos próximos capítulos.

2.2. Organização Jaime Câmara

O Popular é um jornal impresso diário de notícias, fundado em 1935. O periódico começou modesto, foi idealizado por três irmãos que nasceram na cidade nordestina “de Jardim de Angicos, hoje município de João Câmara, no Rio Grande do Norte.” (WIKIPÉDIA, 2012). Jaime Câmara, Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças mudaram-se no início dos anos 30 para Cidade de Goiás, naquela época, capital do Estado.

A história dos irmãos Câmara na comunicação goiana teve início alguns anos antes, quando Jaime Câmara e Henrique Pinto Vieira comandavam uma tipografia e uma papelaria na Cidade de Goiás (também chamada de Vila Boa ou Goiás Velho). “A sociedade era denominada *J.Câmara & Irmãos*, na tipografia, a atividade inicial era um pequeno jornal satírico, intitulado *Vossa Senhoria*” (BORGES; LIMA, 2008, p. 79.)

De acordo com Mário Martins (2005), o pequenino jornal começou a circular no dia 18 de agosto de 1935, considerado o menor jornal do mundo, quando fechado possuía dimensão minúsculas, formato 6x8, composto em corpo seis e oito¹¹. Asmar (2005) argumenta que *Vossa Senhoria* foi reconhecido e destacado pelo Guinness World Records.

Portanto, o jornal embrião para o aparecimento, alguns anos mais tarde, do jornal O Popular (MARTINS, 2005). Depois de proibido pelas autoridades, muito provavelmente pela sua linha satírica, o *Vossa Senhoria* foi substituído por *A Razão*, jornal de curta duração fundado também por Jaime Câmara (BORGES; LIMA, 2008, p. 79).

A “Marcha para o Oeste” promovida pelo governo Vargas - que culmina com a fundação de Goiânia, como a capital do Estado, na tentativa da industrialização do Estado, fora do conservadorismo político com base no agronegócio - marca o princípio do maior veículo impresso do Estado. A rigor, Jaime Câmara e seus irmãos estavam entre os pioneiros que acreditaram na nova capital e acompanhou as transformações políticas e econômicas varguistas. Por conta disso, Jaime Câmara desfez a sociedade com Henrique Pinto Vieira e fundou o jornal O Popular, ao mesmo tempo em que mudou o nome *J. Câmara & Irmãos* para *Organização Jaime Câmara*.

11 Conforme observa José Asmar em “Imprensa Goiana - Depoimentos para a sua história”, p. 247. (MARTINS, 2005)

Desta maneira, em 1937, deixou a antiga capital (Vila Boa) e transferiram-se para Goiânia, dando continuidade ao projeto de jornal impresso. Na nova capital, a empresa funcionou “provisoriamente, em uma pequena casa de madeira na Avenida Anhanguera, às margens do Córrego Botafogo. O prédio de número 345 da Avenida Goiás ficou pronto no ano seguinte” (WIKIPÉDIA, 2012), o edifício seria o novo endereço do grupo. O prédio da família Câmara era uma das primeiras obras da capital e, rapidamente, tornou-se ponto de referência. A oficina gráfica foi montada na parte de trás do prédio, sendo que na frente funcionava uma papelaria e uma livraria. “Nesse cenário nasceu o projeto de impressão de um jornal voltado para a comunidade goianiense” (WIKIPÉDIA, 2012).

A primeira edição do jornal O Popular foi publicada no dia três de abril de 1938. Possuía quatro páginas e foi vendido ao preço de 500 réis (algo em torno de vinte e oito reais na cotação atual), com “tiragem de três mil exemplares” (WIKIPÉDIA, 2012). “A composição do jornal era feita pelo sistema de caixas tipográficas, com a utilização de letras cunhadas e alinhadas à mão uma a uma, até formarem uma palavra completa. A impressão era manual” (WIKIPÉDIA, 2012).

Os três irmãos se dividiam nas tarefas de produção do jornal. “Câmara Filho era responsável pela parte jornalística e era, ao mesmo tempo, repórter, redator e editorialista” (WIKIPÉDIA, 2012). O telex não existia, sendo assim, as notícias nacionais e internacionais chegavam com grande atraso aos leitores, sendo que

Jaime Câmara atuava como revisor e ainda cuidava da administração. [...] A distribuição do jornal era tarefa de Vicente Rebouças, que ficou conhecido pela disposição em fazer viagens pelo interior: saía de carona na carroceria de caminhões ou em qualquer outro meio de transporte disponível e, em cada cidade que chegava, tratava de cobrar dívidas de anunciantes e de vender novas assinaturas. (WIKIPÉDIA, 2012)

Na época, ainda não existia a figura do jornaleiro, portanto, as vendas eram restritas às poucas bancas de revistas que existiam. Em 1944, o jornal saboreou seu primeiro grande avanço tecnológico com a chegada de uma impressora Frankental, alemã, e passou a circular diariamente. “Na década de 50, O Popular já estava consolidado como um dos mais importantes veículos da imprensa goiana” (WIKIPÉDIA, 2012). Apesar do sucesso do jornal, somente em 1963, que a empresa dos irmãos foi registrada como *Organização Jaime Câmara*.

Em 1981, O Popular mudou de endereço para a nova sede no Setor Serrinha - onde se encontra até hoje - o sistema de composição passou de 24 para 70 linhas por minuto e 28 mil exemplares por hora. “Em 1995, a redação foi transferida para uma área de 600 metros quadrados e o sistema de produção foi todo informatizado” (WIKIPÉDIA, 2012). Em 1996, um novo projeto gráfico do jornal foi implantado pelo designer Mário Garcia, no mesmo ano, surgiu também o Popular On-Line (www.opopular.com.br).

O Popular é o principal veículo de mídia impressa de Goiás. Pertencente à Organização Jaime Câmara - afiliada Rede Globo no estado - e com seus mais de 70 anos de muita credibilidade jornalística, o jornal se orgulha da posição de respeito que ocupa, conquistado graças ao forte comprometimento com os interesses da sua comunidade; graças aos investimentos constantes em modernização, que lhe garantem o título de um dos melhores designs gráficos da atualidade, e aos diversos projetos que encampa, demonstrando cada vez mais sua preocupação com o desenvolvimento de Goiás e da Região Centro-Oeste. (ANUÁRIO DE MÍDIA, 2008).

O jornal edita diariamente três cadernos: caderno Principal, Magazine (caderno cultural) e Classificados. Além desses, há três outros, semanais: Revista da TV e Almanaque (domingo) e o Suplemento do Campo (sexta-feira). Durante o ano ainda são editados diversos cadernos especiais. O Diário goiano é líder em tiragem na região, com 37 mil exemplares por dia durante a semana, e 59.950 mil aos domingos. As circulações nas bancas gira em torno de 28.880, assinaturas: 65.920 e cortesias: 5.200 (ANUÁRIO DE MÍDIA, 2008).

Atualmente,

A Organização Jaime Câmara é hoje o principal complexo de comunicação do Centro-Oeste brasileiro, formado por 26 veículos sediados nos estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. São onze emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, três jornais - O Popular, Jornal Daqui e Jornal do Tocantins - nove emissoras de rádio, o portal Goiasnet, Vrum e Lugar Certo. Integram ainda o TMK Call Center e a Fundação Jaime Câmara, destinada à responsabilidade social do grupo. (Site Organização Jaime Câmara, 2008).

De acordo com o site que reúne dados públicos - e informações fornecidas pelos próprios grupos de mídia para montar um panorama completo da mídia brasileira - o Donos da Mídia (2008), aponta que até o ano de 2008, a Organização Jaime Câmara, possuía 89 sócios. Diante destes dados, fica perceptível a grandiosidade das *Organizações Jaime Câmara* no âmbito regional aqui estudado. Devido ao seu extenso

alcance na sociedade regional a pesquisa em torno de suas narrativas ganha importância e relevância para o conhecimento do processo comunicativo e formação do pensamento do público do Estado de Goiás e região.

2.3. A cobertura da Operação Monte Carlo segundo o jornal O Popular

Com o objetivo de conhecer os fatos que envolvem o Escândalo político, que atinge diretamente Goiás e suas instituições representativas sociais, será apresentado aqui um breve relato, em linhas gerais, do acontecimento, o qual será objeto de análise deste trabalho, a partir da cobertura do jornal goiano.

Carlos Augusto de Almeida Ramos, mais conhecido como Carlinhos Cachoeira, é um empresário goiano, preso sob acusações de envolvimento no crime organizado e corrupção. Carlos Augusto é empresário e possui em um importante território para a operação dos seus negócios ilegais com o jogo, onde já esteve à frente de seis empresas. Inclusive a Vitapan Indústria Farmacêutica, uma das empresas do empresário, que recebeu R\$ 128,3 milhões de janeiro de 2005 a fevereiro de 2012. De acordo com relatório da Procuradoria da República em Goiás, o contraventor já foi dono de, no mínimo, 59 empresas em todo o país.

O nome de Carlinhos Cachoeira ganhou repercussão nacional em 2004 após a divulgação de vídeo gravado por ele, em que Waldomiro Diniz, assessor do então ministro da Casa Civil José Dirceu, lhe faz pedido de propina para arrecadar fundos para a campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores e do Partido Socialista Brasileiro no Rio de Janeiro. Em troca, Diniz prometia ajudar Carlinhos Cachoeira numa concorrência pública carioca. A divulgação do vídeo se transformou no primeiro grande escândalo de corrupção do governo Lula, o “mensalão”.

No dia 29 de fevereiro 2012, Carlos Augusto foi preso, acusado de ser o chefe de uma quadrilha especializada em explorar máquinas caça-níqueis em cinco Estados. Denominada Operação Monte Carlo¹², a ação policial desarticulou a organização que explorava máquinas de caça-níquel no Estado de Goiás e Distrito Federal por 17 anos. A partir daí, as revelações do que a Polícia Federal, o Ministério Público Federal (MPF) e a

12 Monte Carlo é um dos 10 bairros do Principado de Mônaco, um microestado situado no sul da França. Conhecida estância luxuosa, famosa pelo seu glamour, celebridades, praias e cassinos. Mônaco é conhecido como um “paraíso fiscal”, onde investidores não são sujeitos a impostos de renda.

Receita Federal levantaram trouxeram à tona muito mais do que denúncias relacionadas ao jogo ilegal.

De acordo com o relatório do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, Cachoeira combinava o auxílio de ex-agentes de inteligência das polícias Civil e Federal com fontes dentro dos principais órgãos de segurança pública para garantir a manutenção do seu esquema. Presos na Operação Monte Carlo, os delegados da Polícia Federal Fernando Byron e Deuselino Valadares aparecem como duas das principais fontes da organização criminosa.

O êxito da exploração dos jogos de Cachoeira se dava devido à grande cumplicidade dos delegados perante o empresário. As ações policiais privilegiavam os negócios do bicheiro, dando cobertura para as casas de jogos de azar, comandavam falsas operações de neutralização do jogo do bicho e ainda algumas ações eram realizadas para combater empresários rivais de Cachoeira.

Escutas telefônicas da Polícia Federal revelam ainda a ligação do empresário e políticos de Goiás, incluindo o governador Marconi Perillo (PSDB) e o senador Demóstenes Torres (DEM). De acordo com as conversas interceptadas, havia suspeitas de que os lucros da jogatina eram destinados ao patrocínio de campanhas eleitorais.

No dia que foi deflagrada a Operação Monte Carlo, além das prisões, também foram feitas apreensões na sede da construtora Delta em Goiânia. Em várias ocasiões, Carlinhos Cachoeira pede aos seus infiltrados informações a respeito de possíveis ações contra a construtora. Havia indícios de que a maior empreiteira de obras do PAC com prestação de serviço ao governo Federal, e que teve José Dirceu como consultor, serviria para lavagem de dinheiro e teria Carlinhos como sócio oculto.

Os documentos apreendidos na sede da construtora, em Goiânia, mostram que a Delta contabilizava serviços supostamente prestados por empresas de fachada, que seriam subcontratadas por ela, para a execução de obras públicas. Notas fiscais emitidas pelas empresas fantasmas davam um ar de legalidade. O dinheiro, então, era depositado na conta dessas empresas.

Wladimir Garcez¹³, ex-vereador de Goiânia e um dos presos na Operação Monte Carlo, se apresentou como representante comercial da construtora. No entanto, durante os depoimentos, o ex-vereador foi desmentido pelo diretor da empresa, Cláudio Abreu que negou vínculos de Garcez com a Delta. Wladimir Garcez aparece em diversas escutas telefônicas com o grupo de contraventores, o ex-vereador tucano é considerado um dos principais integrantes da quadrilha orquestrada por Carlinhos Cachoeira.

Wladimir também é personagem principal de outro ponto importante da investigação. A casa onde Cachoeira foi preso, já havia pertencido ao governador do PSDB, Marconi Perillo. Segundo o governador, Garcez, que na época havia sido responsável pela venda do imóvel, era apenas o intermediador da transação e que o dono da casa seria Walter Paulo, dono da Universidade Padrão, em Goiânia. Apesar de ser o dono do imóvel, que lhe custou mais de um milhão de reais, Walter Paulo afirma que o emprestou a Garcez e não sabia quem estava morando nela. A residência que virou o centro das atenções fica num condomínio de luxo, em Goiânia, negociada com o governador no valor de R\$1,4 milhão.

Ainda em situação delicada, Marconi Perillo mais uma vez tem seu nome envolvido com Cachoeira. Foram interceptadas conversas telefônicas da chefe de gabinete do governador, Eliane Gonçalves Pinheiro, com o empresário preso. Cachoeira presenteou Pinheiro com um telefone criptografado habilitado no exterior, de uso do grupo contraventor, que dificultaria grampos telefônicos.

Nas conversas, então interceptadas pela PF, Eliane é avisada pelo bicheiro sobre uma ação da Polícia Federal que seria desencadeada em 13 de maio de 2011 e que tinha como objetivo combater um esquema de fraudes contra a Receita Federal em diversos estados, incluindo Goiás. As conversas flagradas são trocas de informações que poderiam interferir nos interesses de ambos. Eliane seria mais uma ramificação da quadrilha no Estado.

Diante dessa revelação, a chefe do governo do Estado confirmou que mantinha vínculos de caráter pessoal com pessoas indiciadas na Operação Monte Carlo e sustenta não ser ela a pessoa que aparece nas gravações, conversando com Cachoeira. No entanto, ainda assim pediu demissão do cargo e entregou ao governador a carta de exoneração.

¹³ É importante ressaltar que Garcêz fez parte do segundo governo de Marconi Perillo, em 2003, como Secretário do Trabalho. Como veremos no decorrer da análise, o jornal O Popular evita inserir esta informação suas narrativas.

Perillo voltou a negar, em entrevista à TV, ligação com bicheiro, dizendo que nunca soube da relação de Cachoeira com sua chefe de gabinete. Durante tal entrevista, Marconi Perillo admitiu conhecer o bicheiro Cachoeira e ter se encontrado com ele por três vezes em "reuniões festivas", uma delas na casa do senador, principal líder político dos Democratas, Demóstenes Torres.

Em meio às denúncias de ligação com o empresário do ramo de jogos de azar, o senador afirma ter recebido presentes de casamento de Cachoeira, pois eram amigos há anos e suas respectivas esposas seriam bem próximas. O senador ainda diz ter sido surpreendido com a notícia da prisão do empresário, pois pensava que ele tivesse abandonado a contravenção, e se dedicasse apenas a *negócios legais*.

Em pronunciamento na tribuna do Senado, Demóstenes Torres negou ter concedido favores a Carlinhos Cachoeira, e disse "não haver motivos" para se defender porque mantinha uma relação de amizade com o empresário, sem qualquer vínculo profissional. No entanto, com o desencadear das investigações Torres aparece cada vez mais nas conversas telefônicas. Inclusive em um dos diálogos flagrados, Cachoeira o aponta juntamente com Eliane Pinheiro como dois importantes elos com o governador de Goiás, Marconi Perillo. A investigação policial gravou cerca de 300 diálogos entre o senador e o empresário de jogos por pelo menos oito meses.

Relatório do Ministério Público Federal apontou que o grupo possuía telefone com mecanismo de acesso direto via rádio entre o bicheiro e seus subordinados. Os chips usados eram habilitados nos Estados Unidos, supostamente imunes a grampos. O esquema de comunicação ficou conhecido após o ex-senador Demóstenes Torres ser flagrado em diálogos com o contraventor. Cerca de 80 pessoas faziam parte do seletor "Clube Nextel", como se autodenominavam.

Após a veiculação das investigações e para que pudesse acompanhar a evolução dos fatos, Demóstenes Torres pediu afastamento da liderança do partido Democrata (DEM) no Senado Federal. No mesmo dia, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedido de abertura de inquérito para apurar as denúncias contra o senador.

Paralelamente a esse momento, senadores que não possuíam bom relacionamento com Torres e inflavam o assunto da implantação da CPI, argumentando que temiam a perda de credibilidade da casa perante a sociedade.

Como dito no começo, a Operação Monte Carlo trouxe à tona muito mais do que denúncias relacionadas ao jogo ilegal. Novas investigações revelaram que, por influência de Cachoeira, Demóstenes Torres durante seus mandatos, pressionou projetos que beneficiariam os negócios do empresário. E consequentemente, a ele próprio, já que as investigações revelaram que o senador recebia 30% do lucro das jogatinas.

O Ministro Ricardo Lewandowski do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu acatar pedido do procurador-geral, Roberto Gurgel, e abriu inquérito para investigar o senador goiano. Para isso, autorizou a quebra do sigilo bancário de Torres pelo período de dois anos. Percebendo a fragilidade da sua carreira política e temendo uma possível expulsão do partido, então pediu desligamento do partido Democrata (DEM).

Líderes partidários apresentaram requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) mista para investigar as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com parlamentares e empresários. Foram 330 assinaturas de deputados e 67 de senadores favoráveis à comissão de inquérito, cujas investigações se estenderiam às empresas relacionadas com Cachoeira, como a construtora Delta.

O requerimento que pede a criação da CPI mista para investigar as relações de Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados é lido em sessão conjunta do Congresso, e é oficialmente criada no dia 25 de abril de 2012, com participação de Senadores e Deputados. Em outra frente, o Conselho de Ética do Senado aprova requerimentos para pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria Geral da República (PGR) informações sobre o envolvimento de Demóstenes Torres e Cachoeira.

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi escolhido presidente e o deputado Odair Cunha (PT-MG), relator. A CPI encaminha pedido de informações ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria Geral da República (PGR), requerendo acesso aos inquéritos das operações da Polícia Federal.

3. CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA DO ESCÂNDALO “MONTE CARLO”

Neste capítulo, buscou-se examinar a cobertura empreendida pelo jornal O Popular do escândalo político protagonizado pelo empresário Carlos Augusto Ramos - conhecido como Carlinhos Cachoeira - para analisar a atuação do jornalismo na cobertura desse escândalo, a fim de compreender a construção da narrativa diante da visibilidade dada pela mídia ao caso político, e as suas consequências na esfera pública regional.

De tal modo, o caso Monte Carlo foi reconstituído em sua totalidade respeitando a ordem cronológica dos acontecimentos. Devido aos numerosos fatos noticiosos envolvendo o caso, a estrutura do presente capítulo teve como parâmetro os pontos de virada. Depois de identificados, passaram a ser episódios, num total de 13, selecionados para análise, que compõem a estória do jornal goiano sobre o ocorrido. Inicialmente, há os fatos relacionados com a ação da Polícia Federal, destacando-se as matérias em que o foco recaiu sobre o personagem principal da trama, o empresário do jogo do bicho, Carlos Cachoeira, e seu “braço direito” o ex-vereador e ex-secretário do Governo, do PSDB goiano, Wladimir Garcêz.

No auge do desenrolar dos fatos, feitas as apreensões em empresas relacionadas ao esquema ilegal e os personagens detidos, inicia-se a construção da estória. O surgimento dos nomes de políticos goianos como o governador Marconi Perillo e senador Demóstenes Torres eleitos em 2010, o caso policial ganha ares de escândalo político e entram em cena dois protagonistas importantes, voltando à atenção da mídia nacional para o Estado de Goiás. No entanto, no decorrer da análise, ainda vão surgir personagens secundários que promovem maior dramatização e detalhamento na construção da narrativa.

As treze edições selecionadas para a coleta de dados se deu no período entre o dia 1º de março ao dia 21 de abril de 2012. Atentamo-nos para a relevância de cada manchete na construção da estória da Operação Monte Carlo. Foi considerado o espaço físico das capas nas edições em que tais matérias foram publicadas, seus títulos, subtítulos, símbolos ou infográficos, fotos e textos. E como categorias de análise a política goiana, que envolve seus personagens, como são retratados pelo jornal O Popular. Além das argumentações e discursos dos políticos e atuação destes personagens na narrativa do

veículo. A pergunta que baseia esta pesquisa é como o jornal goiano constrói a narrativa política do Estado, na Operação Monte Carlo, considerando sua ideologia e formação da opinião pública.

Em essência, o estudo das matérias jornalísticas em que foram apresentadas as referidas acusações contra os personagens é duplamente importante para esta pesquisa. Primeiro, porque um escândalo político é constituído por um processo de apresentação de denúncias, esclarecimento por parte dos envolvidos e apuração por parte das instituições competentes, com grande influência da mídia. Em segundo lugar, porque para analisar o posicionamento da imprensa diante desse escândalo é necessário empreender uma pesquisa em profundidade das matérias, em que tais denúncias foram apresentadas.

Por meio do exame de todos os pontos aqui descritos, foi possível perceber os procedimentos jornalísticos efetivamente acionados pelo jornal e o discurso a respeito do escândalo. O que consequentemente possibilitou que encontrássemos o verdadeiro posicionamento do jornal diante dos acontecimentos e a visibilidade do caso repassada para a sociedade goiana, gerando o conhecimento da opinião pública.

3.1. Operação Monte Carlo: desarticulação do esquema

Thompson (2002) identifica como fase pré-escândalo o momento em que as infrações das normas ainda não tiveram visibilidade pública. Essa fase engloba o processo de inquérito e investigação realizados pelos órgãos públicos responsáveis pelo controle da corrupção ou qualquer que sejam os sujeitos que podem levar às descobertas de situações passíveis que se transformam em escândalos. O autor ainda pondera que "a fase pré-escândalo pode envolver a publicação de informação que subsequentemente acabará sendo relevante para um escândalo, embora não seja reconhecida como tal nessa fase" (THOMPSON, 2002, p. 14).

No caso Monte Carlo pode-se considerar que esta etapa se iniciou com a eclosão de imagens no ano de 2004, quando o protagonista principal desta estória, Cachoeira, é aparentemente apresentado pela mídia em um flagrante em vídeo durante negociação com Waldomiro Diniz, na época, assessor especial do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, considerado um agente político importante no governo do ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Devido ao desacordo nas negociações, Carlos Ramos apresenta imagem feita por seu grupo sobre o encontro com Diniz, então assessor

especial do Ministro do governo petista, José Dirceu, à revista *Veja*¹⁴. Deste modo, concluímos que este flagrante feito no ano de 2004 caracterizou a fase pré-escândalo, do caso aqui estudado.

Após este momento da trama, o caso terá continuidade anos depois (em 2012), com a volta do bicheiro ao crime, agora com novos personagens, outras situações e mais recursos envolvidos. O jornal O Popular começou veicular o acontecimento no dia seguinte das prisões do grupo de contraventores, e aqui daremos início ao primeiro episódio da história, das novas intrigas e acontecimentos narrados.

Na primeira publicação, na edição do dia 01/03/2012, foram usados em torno de 70% do espaço da capa para destacar a ação policial ocorrida no dia 29/02/2012. O jornal criou uma vinheta “Operação Monte Carlo”, com cores escuras e em seguida há pequenos ícones de máquinas de caça niqueis, com cores fortes (sobressaindo o vermelho), que fará parte da chamada da trama, quando os assuntos se relacionam ao caso, permanecendo durante toda a cobertura, inclusive após a instauração da CPMI do Cachoeira, como ficou conhecida na mídia brasileira.

A chamada de capa da edição tem fundo preto e quatro ilustrações, divididas em “A Operação” e “Os presos”. Referindo-se a “operação”, está a maior fotografia da página, na qual um policial recolhe uma das máquinas usadas nos jogos ilegais. No que diz respeito a “presos”, aparecem fotos do protagonista Carlinhos Cachoeira, do personagem Wladimir Garcêz e uma terceira foto, que faz menção aos 80 envolvidos no esquema.

Ao analisar o título “o cassino caiu” (01/03/2012, p.1) e o subtítulo “organização que explorava jogos ilegais foi desmantelada”, subentende-se que para o narrador, a questão principal do caso é a desarticulação da organização que explorava jogos ilegais no centro-oeste brasileiro. Desta maneira que a narrativa sinaliza para como será organizada a trama e seus personagens na narrativa sobre o fato.

No interior do jornal, por sua vez, foram utilizadas três páginas e meia para detalhar o caso. A primeira matéria, intitulada de “operação liga Carlinhos Cachoeira a policiais” (01/03/2012, p.4) trouxe uma grande imagem do acusado, revelando-se, portanto como protagonista da história de O Popular. Na busca de situar o leitor sobre a

14 *Veja* é uma das principais revistas de distribuição semanal brasileira, com mais de um milhão de exemplares comercializados por edição, publicada pela Editora Abril.

prisão de Cachoeira, a narrativa foi iniciada com fatos antigos, usando em forma de *flashback* acontecimentos que fazem referência ao vídeo da fase de pré-escândalo, no ano de 2004. Como salienta o narrador, foram “oito anos após ter seu nome envolvido no escândalo que culminou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, o goiano Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, voltou ao noticiário nacional.” (01/03/2012, p.4). Portanto, ao unir o texto e a imagem em destaque evidencia o cuidado do narrador de situar o leitor a respeito de quem é o personagem principal dessa trama.

A matéria seguinte descreve que a “jogatina era protegida pelo aparato do Estado” (01/03/2012, p.5). Com destaque no subtítulo, o narrador relata as ações dos policiais corruptos: “policiais faziam operações falsas, proteção a casas de jogos e combate a grupos rivais a Cachoeira” (01/03/2012, p.5). Apesar de utilizar a palavra “Estado” no título, não há referência direta ao governador Marconi Perillo. A matéria é ilustrada, mais uma vez, com imagem das máquinas de caça-níqueis apreendidas.

A matéria, no entanto, se atém aos atos ilícitos dos servidores das polícias do Estado e as detenções feitas. “Entre os investigados detidos, o ex-vereador e presidente da Câmara, Wladimir Garcêz, dois delegados da Polícia Federal de Goiás, seis delegados da Polícia Civil Goiana e 29 integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás” (01/03/2012, p.5). É importante ressaltar que nesse primeiro momento, na narrativa do jornal goiano, o jornal ainda não destaca nome de políticos no grupo de acusados, o único apontado até este instante o ex-vereador do PSDB, Wladimir Garcêz, do mesmo partido do governador, que faria parte do grupo contraventor, declarando inclusive ser representante comercial da Delta Construtora.

A terceira matéria, do mesmo episódio, possui como título: “prisões realizadas após 15 meses de investigações” (01/03/2012, p.6), frisa que nesse primeiro instante as apurações dos acontecimentos estão voltadas para o envolvimento de integrantes do sistema de segurança pública, “até mesmo de altas patentes” (01/03/2012, p.6). Aqui é importante acrescentar a estória dois personagens importantes, os delegados da Polícia Federal (PF) Fernando Bayron e Deuselino Valadares, que tinham o papel de repassar de informações ao grupo de Cachoeira. “A assessoria de comunicação da Polícia Federal do Distrito Federal informou que o envolvimento dos delegados federais no esquema é o de vazamento de dados sigilosos para integrantes da quadrilha” (01/03/2012, p.6).

Nesta matéria o narrador destacou os quinze meses de investigações no título, e na página seguinte, outra matéria foi intitulada de “suspeitas levantadas em fevereiro de 2011” (01/03/2012, p.7), onde o jornal relembra que no ano de 2011 havia denúncias sobre desvios de conduta de policiais que deveriam encurralar o jogo ilegal. As duas matérias podem ser entendidas como uma forma de chamar atenção para o período pré-escândalo, como dito anteriormente, segundo Thompson (2002), pode envolver a publicação de informações precedendo a visibilidade pública do escândalo, portanto sem relevância. Nesse momento da estória, esta informação solidifica a imagem de vigilante do jornalismo feito pelo O Popular. Tanto que o narrador faz questão de destacar que não se trata de um fato recente, e faz parte da cobertura jornalística de anos anteriores.

A trama prossegue, sendo possível observar o surgimento de fatos que dão continuidade à estória. Com novos personagens, apresentados pelos agentes da Polícia Federal, com suas investigações antes sigilosas, agora reveladoras do crime.

Uma matéria nota no canto esquerdo da sexta página retrata as buscas e apreensões feitas na construtora que merecer destaque na trama ao longo da narrativa, pois foi beneficiária das negociações ilícitas. “Polícia faz buscas e apreensões na Delta” (01/03/2012 p.6), um dos principais alvos das investigações da Polícia Federal. Enquanto eram confiscados papeis, o diretor da empresa, Cláudio Abreu, prestava depoimento. O ex-vereador detido Wladimir Garcêz, que se apresentou como representante comercial da Delta há seis anos, foi desmentido por Cláudio Abreu, diretor da empresa, que confirmou ser amigo de Garcêz, mas negou vínculo do ex-presidente da Câmara com a empreiteira que dirige.

Em seguida, com o intuito de revelar os participantes da quadrilha, o diário goiano faz uso de infográfico que apresenta ao leitor os personagens da narrativa, destacando suas funções, muitas delas do setor público. Neste infográfico da sexta página, alguns suspeitos – novos e já citados - ganham nomes e passam a ser conhecidos através de fotografias. São citados os delegados Deuselino Valadares e Fernando Byron, o corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública de Justiça, Aredes Correia Pires, o delegado regional da Polícia Civil de Luziânia, Juracy José Pereira, o titular da delegacia de Alexânia, Hylo Marques Pereira e o tenente-coronel Sérgio Katayama.

Na quarta matéria do episódio tem como título: “Coronel Katayma deixa cargo” (01/03/2012, p.7), revelando a vulnerabilidade profissional daqueles que corromperam

suas funções e foram apontados como participantes da máfia. Apesar de no infográfico da página anterior, Katayma ter sido identificado como um dos que foram “acusados de integrar o grupo” (01/03/2012 p.6), nesta matéria no subtítulo aparece a voz do funcionário público, com sua defesa, “ex-comandante de policiamento na capital diz que afastamento dará maior transparência a apurações” (01/03/2012, p.7).

O enquadramento traz uma perspectiva de análise do jornalismo em que a seleção do que é noticiado, a saliência de determinados fatos, informações e/ou sujeitos e a omissão de outros, indicam os ângulos da realidade dada a conhecer por meio da cobertura jornalística. Este primeiro episódio da narrativa indica um "enquadramento" restrito dado ao caso protagonizado por Cachoeira. Isso quer dizer que dentro de tudo que estava sucedendo naquele momento, o narrador descreve Cachoeira como o agente que suborna inúmeros servidores da segurança pública, para que façam a proteção de seus negócios ilegais.

Na narrativa, a partir do momento em que o fato discordante foi identificado, se dá início às articulações da estória e dos desdobramentos da notícia surgem os confrontos. Neste caso em particular ainda não estão evidentes, como se fosse tratar-se apenas de uma intervenção da Polícia Federal no sentido de coibir a ilegalidade em Goiás e Brasília. Entretanto, conforme destaca Motta, “o conflito, a meu ver, é o elemento estruturador fundamental de qualquer narrativa e particularmente da narrativa jornalística que trabalha com rupturas, descontinuidades e anormalidades” (2005, p. 41).

É importante lembrar que não existe uma só narrativa no mundo sem personagens, aqui eles serão definidos pelos seus atos, independente de seu caráter ou personalidade, conforme composição da trama pelo narrador, neste caso o Jornal O Popular. Por ocupar um papel central como protagonista, Cachoeira passa a ser considerado fundamental na narrativa para o desenvolvimento da ação, um anti-herói em torno do qual gravitam outros personagens, seus colaboradores da ilegalidade, muitas assumindo papéis de coadjuvantes na trama. Em vários momentos dos textos publicados no episódio, o empresário é acusado de “chefiar” e “comandar”, “uma organização criminosa altamente sofisticada e que esbanjou sucesso nos negócios por quase duas décadas, graças à proteção do braço forte do Estado”¹⁵ (01/03/2012 p.5).

15 Marconi Perillo não faz parte da trama diretamente, embora o seu governo mereça destaque como protetor do contraventor do jogo do bicho.

Um personagem pode, na mesma estória, compor-se em diferentes ações, conforme a intrigas que se estabelecem. Neste sentido, inicialmente chama a atenção a ausência da referência na estória do diário Goiano de dois protagonistas importantes: Marconi Perillo (PSDB) e Demóstenes Torres (DEM). Portanto, na inexistência destes personagens, conclui-se que Cachoeira é aquele que recebe as luzes do narrador neste episódio.

Nos dias seguintes das primeiras prisões a imprensa local bombardeou os leitores com novas informações desencadeadas pela operação policial, devido à quantidade de envolvidos e das quase duas décadas que a quadrilha agia. São fatos destacados sutilmente pelos meios aqui e ali, que no final gera grandes relatos, que culminam em escândalos muitas vezes motivados por intrigas políticas. Afinal, como destaca Motta, “As notícias sobre um determinado evento não cessam de repente como num conto, ao contrário, repercutem indefinidamente e geram outros fatos sucessivamente” (2005, p.46).

3.2. Novos personagens na estória

O terceiro dia de cobertura do jornal, dia 3 de março, e o *segundo episódio* da estória aqui analisada, reserva um espaço modesto na capa para a reportagem que dá sequência a operação. Com tipografia mediana, o título da manchete: “Delegado da PF era sócio de Cachoeira em empresa” (03/03/2012, p.1), no subtítulo, O Popular releva que o Ministério Público Federal aponta em inquérito, que o delegado Deuselino Valadares é sócio de Cachoeira em empresa de segurança. “Empresa foi adquirida no ano passado e, segundo inquérito, seria usada para lavagem de dinheiro da máfia dos caçaníqueis.” (03/03/2012, p.1).

Neste episódio a vinheta “Operação Monte Carlo” ocupou duas páginas. No subtítulo da primeira matéria: “Deuselino Valadares comprou Ideal Segurança no ano passado com laranjas do empresário” (03/03/2012, p.6), evidenciando a acusação feita pelo jornal, que teve acesso aos inquéritos do MPF e se baseia no documento para afirmar a veracidade das acusações.

Além de sócios de direito, as interceptações telefônicas da PF identificaram uma sociedade de fato constituída por Deuselino, Carlos Cachoeira, Gleyb Ferreira da Cruz, Rossini Aires Guimarães e Cláudio Dias Abreu, todos

investigados e apontados como testas de ferro do líder da suposta organização criminosa. (O POPULAR, 03/03/2012, p.6).

O surgimento de novos personagens de renome na sociedade goiana na narrativa revela a amplitude da influência de Carlos Cachoeira na administração pública e privada do Estado, sem fazer emergir nomes de personagens da política regional. Embora devido à relevância do caso, o narrador neste episódio traz uma matéria baseada na reportagem da revista *Época*¹⁶, destacando que: “Senador e deputados federais são citados em reportagem de revista” (03/03/2012, p.7).

A partir da citação da revista, em que acusa o ex-senador Demóstenes Torres (na época filiado ao DEM) de manter relações próximas com o empresário Carlos Cachoeira, O Popular apresenta entrevista com o parlamentar goiano por telefone, momento em que o senador goiano confirma amizade com o empresário detido e se declara surpreso diante dos desdobramentos da Operação Monte Carlo. “Segundo ele, Cachoeira era uma figura até segunda-feira e hoje é outra” (03/03/2012, p.7). Para a revista *Época*, em matéria reproduzida pelo O Popular, Demóstenes disse que a esposa de Carlinhos é muito amiga da sua atual mulher e que, em seu casamento – realizado no ano anterior ao episódio – recebeu de presente do casal Cachoeira um fogão e uma geladeira.

O democrata argumenta, no entanto, que só tinha conhecimentos dos caça-níqueis de Carlinhos Cachoeira quando se tratava de um negócio legal, especialmente quando o senador foi secretário de Segurança Pública, no primeiro governo de Marconi Perillo. [...] eu pensei que ele tivesse abandonado a contravenção, e se dedicasse apenas a negócios legais (O POPULAR, 03/03/2012, p. 7).

Seguindo a narrativa do jornal goiano, com referência a revista *Época*, ainda os deputados federais goianos Carlos Alberto Leréia (PSDB) e Jovair Arantes (PTB) também mantinham relações próximas com o contraventor. Para a revista, os deputados admitiram encontros casuais com Carlinhos, mas negaram quaisquer envolvimento com seus negócios ilegais. Quando procurados pelo jornal O Popular, como descreve o

¹⁶ *Época* está entre as maiores revistas semanais publicadas no Brasil, editada pela Globo, empresa da qual o grupo que publica o Popular, Jaime Câmara, tem negócios, como a TV Anhanguera, filiada da Rede Globo de Televisão.

narrador os parlamentares não foram encontrados para prestar seus esclarecimentos¹⁷. Assim, na estória de O Popular novos personagens surgem na trama a partir da voz de outro narrador, Revista *Época*, com revelações políticas, relacionando definitivamente representantes públicos com a Operação Monte Carlo.

No mesmo episódio outra matéria envolve o nome do governador de Goiás, Marconi Perillo, agora diretamente, um dos personagens embora com pouca luz na estória do jornal goiano, mas importantes na trama, ao lado de Carlos Cachoeira. A matéria traz como título: “Casa onde Cachoeira foi preso foi (*sic*) de Marconi” (03/03/2012, p.7). Entretanto, ainda no subtítulo, segue a defesa do governador, o qual diz ter vendido o imóvel no início do ano de 2011 ao proprietário da Faculdade Padrão. Importante pontuar que mesmo se tratando de uma matéria a respeito do envolvimento do governador do Estado com o bicheiro detido, na ilustração da página do jornal na estória aparece apenas uma fotografia, a de Cachoeira seguida pela legenda: “Empresário Carlos Cachoeira está preso por montar esquema de jogo” (03/03/2012, p.7).

O texto jornalístico, por sua vez, inicia dando voz a Marconi Perillo, que dá sua versão detalhada de como se deu o processo de venda da casa que morou até 2010. Perillo afirma que por intermédio do ex-vereador Wladimir Garcêz, o qual atuou como uma espécie de corretor de imóveis, o dono da faculdade Padrão, Walter Paulo Santiago comprou o imóvel. No drama descrito pelo Popular, volta à narração da revista *Época*, apontando relações políticas de Cachoeira em Goiás – numa referência ao governador.

Nas investigações reveladas pela revista, reproduzidas pelo diário Goiano, constavam dezenas de mensagens entre Wladimir Garcêz e o governador Marconi Perillo. O jornal abriu espaço para explicações do governador, que inclusive atribuiu a troca de mensagens de celular com Garcêz sobre as negociações da venda do imóvel. Perillo lidou bem com os questionamentos levantados pelo jornal O Popular, mesmo não se esquivando do escândalo, negou todas as acusações que estavam dispersas na imprensa. Uma resposta também a críticas de outras mídias nacionais.

Thompson (2002) pondera que assim que um escândalo é deflagrado, os acusados tendem a assumir a culpa, negá-la ou afastar-se dos cargos que ocupam. Em todo caso, o objetivo é fazer com que o escândalo desprovido de novas revelações causadoras de

17 Mesmo considerando o fato de o jornal estar muito próximo de suas fontes, que fazem parte de outras estórias do jornal do passado. Na narrativa, a sensação que se passa para o leitor é ser um acaso a Operação Monte Carlo, cujos personagens atacam na obscuridade.

especulações pela imprensa, morra aos poucos. No entanto, a negação da culpa que, depois, é desmentida por novos fatos, pode gerar novas transgressões - as de segunda ordem - dessa forma, as transgressões iniciais podem dar lugar a outras, que dão ainda mais fôlego aos escândalos, já que as narrativas jornalísticas enriquecem-se e prolongam-se com seus desdobramentos.

Fundamental anotar que mesmo realizando a cobertura sobre o envolvimento de Cachoeira com a contravenção no Estado, na estória do jornal Goiano, os personagens Demóstenes Torres e Marconi Perillo demoram a sobressair. Ainda assim, as denúncias aparecem na voz de outro narrador, da revista Época - que é inserida constantemente nos enunciados de O Popular.

Como se observa na narrativa, os personagens Marconi Perillo e Demóstenes Torres receberam amplo espaço para responder e se defender das críticas da opinião pública local e os apontamentos da mídia nacional. No entanto, Cachoeira, apontado como protagonista e destacado incessantemente, é caracterizado pelo narrador como sendo uma espécie de anti-herói sobre o qual recai a responsabilidade pela contravenção e organização política para o crime no Estado. Além disso, o veículo não reserva espaço nenhum para algum tipo de resposta por parte do bicheiro, diferentemente do que ocorre com o governador do Estado e Senador Goiano.

3.3. No rastro do dinheiro da contravenção

No dia quatro de março, o jornal O Popular voltou a privilegiar a vinheta “Operação Monte Carlo” na capa. A manchete do terceiro episódio da estória revelou que a “Construtora ligada a Cachoeira tem 276 milhões em contratos públicos” (04/03/2012, p.1), ou seja, que há envolvimento do grupo com governos estaduais e ainda fazendo a ligação entre a construtora Delta e o empresário. Ocupando um espaço de destaque no topo da página - e ilustrada por um recorte do trecho do inquérito do Ministério Público Federal (MPF) - aponta que durante as buscas na construtora, foram encontradas salas ocupadas por Cláudio Dias Abreu, Carlos Augusto de Almeida Ramos, Wladimir Garcez Henrique e André Teixeira Jorge. As salas estavam localizadas no escritório da empresa em Goiânia, no 16º andar do Edifício New Bussines Style, na Avenida Jamel Cecílio, Jardim Goiás. A comprovação da denúncia solidifica a ligação dos acusados com a empresa.

O episódio aqui é desenvolvido em três páginas do jornal e a matéria de manchete é intitulada: “Delta tem contratos milionários” (04/03/2012, p.4). A matéria revela que a construtora Delta venceu licitações em várias prefeituras da região. A empreiteira na qual o empresário Carlinhos Cachoeira, e outros acusados, mantinham suas salas, “celebrou pelo menos R\$ 276 milhões em contratos de limpeza, aluguel de carros e infraestrutura com o governo do Estado e as principais prefeituras de Goiás nos últimos dois anos” (04/03/2012, p.4). Seguindo a estória, a contravenção se alastra para outras administrações, que não somente atinge o Palácio das Esmeraldas, no coração do Estado de Goiás.

No ano de 2010, a construtora foi vencedora de uma licitação onde alugou o equivalente a dois mil carros para as Polícias Militar e Civil. Esta modalidade de contrato, já havia sido questionada anteriormente pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP) pelo valor exorbitante.

Somente na Agência Municipal de Obras (Amob) da capital teve empenhados em 2010 e 2011 R\$ 54,2 milhões. Alguns dos contratos da empresa são exibidos no site. Entre eles, a implantação de infraestrutura urbana e a construção do viaduto da Avenida T-63 na capital – a obra, constantemente, apresenta problemas de acabamento (O POPULAR, 04/03/2012, p.4).

Neste episódio, constantemente O Popular, em forma de *flashback*, faz emergir notícias de anos anteriores, como: “em janeiro deste ano o POPULAR revelou contrato da Prefeitura capital com a Delta, no valor de R\$ 3,7 milhões” (04/03/2012, p.4). O chefe do executivo municipal de Goiânia neste período era Paulo Garcia, do PT, partido que faz oposição ao governador Marconi Perillo, do PSDB.

Deste modo, o narrador, mais uma vez, descreve que a trajetória da cobertura do jornal diante de irregularidades com a construtora, não teve início a partir da Operação Monte Carlo, mesmo que em publicações anteriores o assunto tenha ganhado apenas tímidas coberturas.

Na tentativa de acrescentar mais peso às acusações feitas pelo jornal, um box relembra antigas suspeitas à respeito da Delta Construtora que foram publicadas no diário Goiano em anos anteriores. A matéria é intitulada: “Questionamentos em Goiânia começaram com fotossensores” (04/03/2012, p.4). O narrador afirma que no ano de 2005 foi aberta licitação para compra dos equipamentos, porém, diante de suspeitas de

irregularidades no processo licitatório, houve a intervenção do Ministério Público e da Câmara Estadual de Goiânia. No entanto, com o passar do tempo e descompromisso com o caso, a Comissão Especial de Inquérito (CEI) instalada pelos vereadores foi simplesmente “encerradas sobre argumento de falta de elementos a serem investigados” (04/03/2012, p.4). Na trama, o jornal liga o grupo contraventor aos personagens da trama, que no mundo político se enfrentam em intrigas permanentes. Ninguém estaria salvo da ilegalidade, revelada pela Operação Monte Carlo.

A segunda matéria de grande destaque desse episódio evidencia o esforço do jornal em investigar as consequências dos jogos ilegais na sociedade goiana, “caça-níqueis somem dos bares” (04/03/2012, p.5). A equipe jornalística percorreu 150 quilômetros dos arredores da capital e apenas dois locais ainda tinham máquinas disponíveis para apostas nos jogos de azar. Contudo, a matéria em nenhum momento relaciona a administração pública com o controle das jogatinas, apenas mantém o enfoque da cobertura na constatação da atual situação dos antigos pontos de apostas ilegais.

Esta matéria pode ser compreendida como uma maneira de tornar a narrativa mais valiosa aos interesses do seu público local, por colocar em prática a tarefa de vigilante do jornalismo. Uma vez que as investigações realizadas pelo jornal faz transparecer a vida pública e tomando partido dos direitos sociais, exercendo o papel de “quarto poder”. Como vimos anteriormente, abordagens como essa feita por O Popular, reforçam a mítica de que jornalistas são os “cães de guarda das instituições democráticas” (TRAQUINA, 2008, p.85).

A terceira página deste episódio retoma o assunto da casa onde foi efetuada a prisão de Carlos Cachoeira. Embora o governador seja um personagem fundamental nesta circunstância, sua imagem não está presente na diagramação da página. Duas fotografias ilustram a matéria, a primeira aparece apenas Cachoeira e a segunda, a vista panorâmica do condomínio Alphaville, onde fica localizado o imóvel em questão.

O título afirma: “Casa foi emprestada a Wladimir” (04/03/2012, p.6), no subtítulo o narrador ressalta: “Walter Paulo Santiago, dono da Faculdade Padrão, confirma que comprou casa de governador em 2011, mas alega que não recebeu”. (04/03/2012, p.6). O jornal conta que Santiago confirmou a versão do governador de que o ex-vereador Wladimir Garcêz participou da negociação do imóvel, exercendo função de corretor, e que

depois do fechamento do negócio, havia pedido a mansão emprestada ao atual dono. O novo proprietário afirma que ligou para Garcêz no fim do ano de 2011 para saber à respeito da entrega do bem adquirido, “ele me pediu prazo até dia 15 de fevereiro” (04/03/2012, p.6).

A matéria é finalizada com a reafirmação do governador, de que “nunca recebeu indicações de Cachoeira e que o governo não fez negócios com o empresário”. (04/03/2012, p.6). Numa resposta, duas abordagens do governador, descritas pelo narrador: não haver relacionamento político e financeiro com Carlos Cachoeira, por isso não negociou cargo no governo e não vendeu a mansão para o contraventor. Embora o fato narrado na reportagem a princípio estivesse relacionado apenas com a transição de venda da propriedade. Neste momento da estória do jornal é incontestável o grande nível de participação de Marconi Perillo no discurso do veículo, pois, sempre que o nome do governador é exposto nas páginas do jornal, o político goiano recebe espaço para acrescentar seus argumentos. Este espaço oferecido a Perillo é bem utilizado pela sua assessoria, que, discretamente, constrói um discurso em defesa do personagem.

Neste sentido, o jornal ganha dupla função no processo comunicativo. Primeiro ao dar respostas ao público local, que convive com grande volume de informações sobre o caso que implica o chefe do executivo estadual; e, segundo, de responder às críticas feitas pelas mídias nacionais, servindo de fonte para os veículos que fazem cobertura, principalmente do eixo Rio-São Paulo e suas agências. O personagem da estória descrita pelo O Popular, Marconi Perillo, é tratado com diferença em relação ao escândalo, que atinge diretamente a política regional, com denúncias que o próprio narrador descreve sucessivamente. A administração estaria envolvida com o grupo contraventor, mas os enunciados não revelam diretamente as relações do governador nesta trama, dificultando a consolidação do processo comunicacional que deve existir entre imprensa e sociedade. “Para não parecer provinciana nossa mídia regional adota um glamour desbotado, cerca-se de colunistas sociais e veste Prada, esquecida de que o seu pedigree ou virá da dedicação ao interesse público ou de nada valerá” (DINES, 2012).

Retomando a narrativa, no quarto episódio da estória, apesar de ganhar o topo da capa, é discretamente ofuscado pela visita da presidente Dilma Rousseff ao interior do Estado. Entretanto, com o título: “82 são indiciados em 12 crimes da máfia do bingo” (16/03/2012, p.1), a tipografia grande divide espaço com três boxes que chamavam

atenção para tópicos com notícias distintas a respeito do caso. No primeiro, uma lista dos nomes dos envolvidos no caso; no segundo: telefones habilitados nos Estados Unidos e o terceiro, anunciando que já possuía assinaturas suficientes para implantar a CPI da Operação Monte Carlo.

As matérias destacadas no episódio ocupam duas páginas inteiras do jornal, sendo que a primeira, na quarta página da edição, teve 80% do espaço ocupada por um infográfico. Devido ao grande número de envolvidos, o jornal optou por fazer uso de uma narração dinamizada onde o leitor pudesse ter mais clareza dos personagens acusados e dos crimes cometidos. “Mais recentemente, as infografias (gráficos, quadros, mapas) tomaram conta das páginas dos jornais, das revistas e das imagens informativas. Elas recuperam informações para situar os leitores e telespectadores desinformados” (MOTTA, 2005, p.52). Entretanto, como avalia Charaudeau “as mídias trapaceiam cada vez que uma explicação é apresentada como a decodificação simplificada de uma verdade oculta, como acessível a todos e a mesma para todos graças ao efeito mágico da vulgarização” (2009, p. 62-63).

O infográfico intitulado de “Os indiciados”, além de atrair a curiosidade do leitor, funciona como subsídio para que a informação seja transmitida com agilidade, pois a linguagem não verbal da infografia e facilita a interpretação.

No decorrer da leitura, os nomes dos acusados são divididos em “Os líderes”, “Delegados da Polícia Federal”, “Delegados da Polícia Civil”, “Principais aliados dentro da Polícia Militar”, “Demais indiciados” e por fim, as “Penas” que podem ser condenados a cumprir. Os personagens que receberam destaques possuem fotografias ao lado de seus nomes. São eles: o protagonista Carlos Cachoeira e os coadjuvantes Wladimir Garcêz, o delegado Deuselino Valadares dos Santos, o corregedor da Polícia Civil Aredes Correia Pires, o delegado José Luiz Martins de Araújo e o ex-coronel Massatoshi Sérgio Katayama. Possivelmente, o leitor atento se questionaria se houve a ocultação de nomes de outros personagens principais. Demóstenes Torres, por exemplo, não é apontado nesta produção gráfica.

Na segunda página, a matéria intitulada “CPI já tem assinaturas suficientes” (16/03/2012, p.5) dá visibilidade ao Deputado Federal Protógenes Queiroz (PCdoB-SP) que demonstra ter pressa no andamento do processo de instalação da comissão

investigativa. Segundo o deputado, o objetivo da CPI é investigar a espionagem política patrocinada pelo grupo de Cachoeira.

Nos jornais e bastidores políticos as intrigas se revelam envolvendo o governo e oposição.

As revelações da Operação Monte Carlo que enredaram o senador Demóstenes Torres na rede do crime organizado está produzindo uma sucessão de choques na sociedade [...] E porque foram produzidas para defender o interesse público e não interesses escusos, seus desdobramentos são tão surpreendentes. Pela primeira vez na “escandalogia” brasileira temos oposição e situação rigorosamente irmanadas na busca de culpados. (DINES, 2012)

Na estória de O Popular, no entanto, fontes que não foram identificadas pelo narrador, deram entender que havia interesses ocultos por detrás do pedido agilidade nas investigações. O diário goiano, em matéria com uso do *Off the Record* (conhecido como *off*), afirma a existência de senadores que não possuíam bons relacionamentos com Demóstenes Torres e que estavam “inflando a Câmara a agir contra ele” (16/03/2012, p.5). Utilizando-se da difícil situação enfrentada por Torres, opositores pretendem desestabilizar totalmente seu respaldo político. As intrigas no campo político levam a busca o embate no campo simbólico, especialmente com uso da mídia.

Em alguns casos, e especialmente em casos de escândalo político, poderá haver também indivíduos particulares e grupos de interesse que estarão procurando usar o escândalo como meio de desacreditar seus opositores. (THOMPSON, 2002, p.108).

O caso que teve início como uma operação policial para dismantelar a exploração de jogos ilegais, desencadeou uma sequência de descobertas que respingaram no Parlamento. Até então a análise narrativa estava construindo uma estória com ênfase em torno de prisões e denúncias, investigações decorrentes de um típico caso policial. Contudo, devido aos novos desdobramentos dos fatos, os acontecimentos ganham grandes proporções e alcançam diretamente à administração pública e a partir deste instante, o escândalo ganha relevância em todo o cenário político nacional.

Conclui-se que neste quarto episódio a estória de O Popular vai além do personagem Cachoeira, passando a acrescentar na trama as relações que envolvem de maneira direta autoridades políticas do Estado, dentre eles o Senador goiano com destaque no Congresso Nacional, Demóstenes Torres. As narrativas expõem com cautelas os envolvimento de muitos personagens da política regional, porém se mantém apático

diante da necessidade de por em evidência o personagem representante do Estado, Marconi Perillo.

No quinto episódio, apesar de não ocupar um grande espaço na chamada principal, a manchete ostenta um certo clima de comemoração, ao trazer na capa, com tipografia grande o título: “Agora é com a Justiça” e subtítulo: “Máfia dos bingos é denunciada” (20/03/2012, p.1). O uso da expressão adverbial temporal “agora”, realça o encadeamento lógico de tempo, o que se supõe o início de um novo momento da história.

Nas folhas internas, há apenas uma página destinada à vinheta “Operação Monte Carlo” e quatro matérias relacionadas com o caso. A notícia destacada foi intitulada: “Denúncia feita, agora é com a Justiça” (20/03/2012, p.4). A primeira denúncia feita pelo Ministério Público Federal (MPF) à Justiça foi divulgada como motivo de vitória sobre o grupo chefiado pelo bicheiro Cachoeira. Como em uma narrativa cinematográfica, então, são apresentados os heróis e os vilões. O MPF, como protagonistas da estória, entra em cena com o ‘ato heroico’ de denunciar e iniciar o processo de desarticular dos esquemas de corrupção.

O Ministério Público Federal (MPF) ofereceu ontem a primeira de pelo menos três denúncias que serão feitas contra a máfia dos caça-níqueis em Goiás. Ao todo, 81 pessoas são acusadas pelos crimes de formação de quadrilha armada, corrupção ativa e passiva, peculato e violação de sigilo por parte de policiais. Apontado como líder da organização criminoso, o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, teve ontem iniciado o julgamento do seu pedido de habeas-corpus. Mas devido ao pedido de vista de uma desembargadora, ele deve permanecer preso por no mínimo mais uma semana. (O Popular, 20/03/2012, p.4).

O narrador apresenta, de fato, Carlinhos Cachoeira como líder da quadrilha de exploração dos jogos ilegais. Ainda na reportagem principal há um pequeno box com notícias de que o MPF solicitou que a Polícia Federal fixasse indenização para que a quadrilha repare os rombos dos cofres públicos. O ministério alega que as pseudo-atuações e simulações de operações policiais renderam prejuízos financeiros ao Estado. A partir daqui fica evidente que, com o impulso e apoio do Ministério Público Federal, a estória começa a sair da situação inicial de ruptura, perturbação e caminha para a resolução do conflito. Numa referência ao caso Monte Carlo, o jornalista Alberto Dines, escreve no observatório da imprensa que,

A sociedade brasileira está perdendo a capacidade de se defender, sabe apenas chamar a polícia. E depois entrega os malfeitores a um Judiciário atravancado, aturdido, lerdo, muitas vezes venal. [...] O Estado policializado, dependente do poder de polícia, incapaz de detectar ameaças e denunciá-las, é em última análise fruto de uma imprensa – grande, média ou pequena – viciada no perigoso jogo de olhar para o lado. (DINES, 2012).

Em apenas uma página, a cobertura jornalística feita nesse episódio, se restringiu as ações do MPF e o futuro penitenciário de Cachoeira, não havendo nenhuma citação ou aprofundamento de outros personagens na trama. Cachoeira é o anti-herói, o líder da organização, capaz de envolver pessoas no seu jogo de ilegalidade, agora enfrenta os rigores da justiça e continuará atrás das grades, apesar do pedido de habeas-corpus. Mais uma vez, não podemos deixar de frisar, que o discurso do jornal isenta os políticos Marconi Perillo e Demóstenes Torres da estruturação da trama, nos episódios analisados até este instante da estória.

3.4. Tentáculos de Cachoeira

No sexto episódio analisado, edição do dia 21 março, a capa reforça o ineditismo da produção jornalística com o selo de “Exclusivo” na manchete, que tem como título: “A teia de Cachoeira” (21/03/2012, p.1). No subtítulo o jornal há a denúncia do esquema do contraventor possuía ramificações na esfera pública, não só no quesito de receber informações sigilosas de investigações, como “também tinha na nomeação de pessoas em cargos públicos” (21/03/2012, p.1).

O caso tem repercussão nas narrativas da mídia nacional com amplo apelo, sobretudo diante do envolvimento de políticos e partidos essenciais nas engrenagens do jogo político, que é evidenciado em ano eleitoral. No jornal O Popular o caso vai ganhando novos contornos, conforme se desenrola os fatos, muitos deles emergem do protagonista Política Federal. A rigor,

Os escândalos midiáticos normalmente se estendem por um período de tempo que é sempre mais que um dia e pode durar semanas, meses ou até mesmo anos, mas não pode durar indefinidamente. Duram sempre mais que um dia porque o primeiro dia em que as revelações e alegações apareceram na mídia é somente o início de um possível escândalo midiático; se isso irá desdobrar em um escândalo amadurecido depende das maneiras como os outros irão responder às revelações e alegações iniciais, respostas que irão aparecer nos dias, semanas ou meses que se seguirão. (THOMPSON, 2002, p.102)

Portanto, também a estória do narrado midiático deve ter início, meio e fim. Sobre a Operação Monte Carlo, a narrativa não sinaliza para o seu final.

A matéria de destaque da edição tem como título: “A rede de contatos de Cachoeira” (21/03/2012, p.4). De acordo com a peça acusatória do Ministério Público Federal entregue no dia anterior para a Justiça Federal de Goiás, o contraventor Carlinhos Cachoeira mais uma vez haveria sido flagrado em interceptações telefônicas trocando informações com uma funcionária do governo estadual. O narrador faz questão de salientar que o “documento obtido com exclusividade pelo POPULAR” (21/03/2012, p.4).

A chefe de gabinete civil da governadoria, Eliane Gonçalves Pinheiro, surgiu em conversas com Cachoeira onde o ‘líder da quadrilha’ repassa informações sobre atividades sigilosas da Polícia Federal. Na ocasião, Cachoeira havia alertado Eliane a respeito de uma operação da PF que faria buscas e apreensões na casa do prefeito de Águas Lindas, Geraldo Messias. Ocorrida em maio de 2011, a operação citada seria a Apaté, que durante a ação sequer encontrou o prefeito nos locais das buscas. Levantando suspeitas de que o prefeito estaria devidamente avisado da investigação policial.

Questionada, a chefe de gabinete confirmou as conversas, disse conhecer o bicheiro desde o ano de 2003, quando foi apresentada por um ex-colega de trabalho. Mas negou que as informações repassadas por ele tenham prejudicado a operação policial Apaté. O município Águas Lindas faz parte das cidades onde os negócios ilegais de Cachoeira eram ativos, e que, ainda no ano de 2011, o prefeito Geraldo Messias foi presenteado pelo contraventor com uma viagem à Las Vegas, nos Estados Unidos.

A preocupação de Cachoeira em ajudar o prefeito de Águas Lindas, Geraldo Messias (PP), se explica além da aliança política pelo fato de a cidade ser uma das mais importantes para os negócios ilegais do empresário. A troca de informações privilegiadas também dava a Cachoeira prestígio e influência junto a autoridades. (O POPULAR, 21/02/2012, p.4)

Na narrativa, o Ministério Público Federal é apresentado como protagonista da estória e acrescenta na trama de personagens a funcionária pública Eliane Pinheiro. O narrador deixa subentendido o questionamento se ela era mesmo apenas um auxílio no acesso e repasse de informações sigilosas, ou se, Cachoeira aproveitava da proximidade de Eliane, para fazer uma espécie de “ponte” com personagem Marconi Perillo. Em outras palavras estaria sendo cooptada pelo grupo ou seria integrante da contravenção, no

qual tem como aliado para as negociações ilegais o governador de Goiás. Uma dúvida que persiste na estória, gerando tensão na opinião pública.

Ainda na matéria principal, há um box intitulado “Influências até na nomeação de parentes em órgãos públicos” (21/03/2012, p.4), a denúncia é referente à Câmara de Anápolis. Conversas interceptadas entre Cachoeira e seu sobrinho vereador de Anápolis, Fernando Cunha Melo, o bicheiro solicitava “acomodação no gabinete (do vereador) de uma sobrinha do delegado federal Deuselino Valadares” (21/03/2012, p.4). Na ocasião, a contratação se estendeu por meses, intermediada por dois personagens desta estória, ex-vereador Wladimir Garcêz e o assistente de Cachoeira, Gleyb Ferreira. No final do texto, o narrador afirma que a ex-sogra do contraventor ocupa cargo público no município.

Outras duas matérias seguintes associam o êxito do esquema ilegal de jogos de azar aos serviços feitos pelos subordinados à Cachoeira. A primeira matéria: “Cumplicidade de delegados foi decisiva” (21/03/2012, p.4), explica a participação dos delegados nos negócios de jogos ilegais. Somente a partir das informações vazadas por eles que Carlinhos Cachoeira conseguia se antecipar e safar seus negócios e comparsas da mira policial.

Na segunda matéria: “Ex-vereador tinha várias funções dentro do grupo” (21/03/2012, p.4) o jornal teve acesso a documentos que detalham a atuação de Wladimir Garcêz nos negócios do bicheiro. “O ex-vereador aparece diversas vezes sendo acionado pelos membros da quadrilha para interceder junto a policiais civis e saber informações sobre ações em andamento ou planejadas” (21/03/2012, p.4). Devido ao grande número de conversas no período investigado, entende-se que Garcêz possuía um contato diário com Cachoeira.

Ao longo da cobertura o jornal segue confirmando suas marcas na exposição dos fatos, como sujeito atuante na revelação das denúncias. Desta forma remete-se a ele próprio o crédito de alguma descoberta (“O Popular apurou”, “O Popular teve acesso às informações” etc.), em outras ocasiões refere-se a ele como se fosse o sujeito que faz contato com as fontes (“Procurado pelo O Popular”, “Ao O Popular, ele confirmou”, “Consultado pelo O Popular” etc.). Essa estratégia, aliás, é recorrentemente utilizada pela imprensa para salientar a atuação do veículo no processo de construção do material jornalístico. Na tentativa de sinalizar para os leitores sua importância e eficiência na observação e relatos dos fatos, com capacidade de representação da sociedade nos

momentos de conflitos e rupturas da ordem institucional, denunciando-os à opinião pública.

Thompson (2002) escreve que a última fase de um escândalo político é a fase do pós-escândalo ou das consequências, referindo-se ao período em que a temperatura do drama causado pelo escândalo cai devido ao seu desenlace, fazendo com que seus protagonistas retirem-se da cena de visibilidade pública.

Contudo, no caso Monte Carlo, as denúncias feitas pelo Ministério Público não cessaram os desdobramentos a respeito do escândalo. Após a grande explosão do caso que envolve muitas pessoas ligadas à política, ainda surgiram novos fatos e acusações. Os personagens célebres do Estado permanecem incólumes, sem evidências na estória, nem ligações diretas que assegure suas relações com a contravenção, ou gerando dúvida quanto suas ações em favor da contravenção.

O sétimo episódio da estória transcorre no dia 28 de março, um mês praticamente do início da narrativa sobre o escândalo. No alto da página, uma imagem com tamanho que compreende uma grande parte da capa do jornal, é protagonizada pelo então senador Demóstenes Torres que aparece atrás de uma porta entreaberta, no fundo de uma sala. Os créditos são do fotógrafo Ed Ferreira da Agência Estado. Com o título “Demóstenes acuado” (28/03/2012, p.1), o enunciado expõe a situação delicada vivenciada pelo personagem. No subtítulo da manchete, o jornal informa a saída de Demóstenes da liderança do seu partido, os Democratas (DEM).

Neste sentido, o discurso do veículo está entrelaçado ao modo como define a composição de suas páginas, pois “A mídia impressa, em especial nas capas de revistas e na primeira página dos jornais, utiliza diversas técnicas de tratamento de imagens e diagramação para definirem posições enunciativas” (PINTO, 1999, p.37).

Ainda na capa, há box intitulado com uma frase do delegado federal Fernando Byron: “Vou enfiar o pé na jaca da Prefeitura” (28/03/2012, p.1), a frase faz menção a promessa feita pelo delegado à Cachoeira, que iria cobrar agilidade nas investigações as possíveis irregularidades nas obras do Parque Mutirama, administrada pela prefeitura de Goiânia.

Duas páginas foram destinadas a vinheta “Operação Monte Carlo” e pela primeira vez, duas reportagens ganham destaque em apenas um episódio. Na primeira, “Cachoeira mediu encontro sobre denúncias do Mutirama” (28/03/2012, p.4), a matéria denuncia a

participação de Carlinhos Cachoeira em uma reunião entre representantes da Prefeitura e oposicionistas na Câmara de Goiânia. O encontro teria o intuito de amenizar as denúncias e mediar um acordo entre oposição e prefeitura. Aqui, percebemos que as intrigas ganham destaque ao posicionar de lados contrários, situação e oposição com suas divergências de estratégias políticas, gerando tensão na opinião pública e dramaticidade na estória. Os adversários do senador goiano aparecem no mesmo episódio em que merece destaque como protagonista do caso, revelando a trama e ações de seus personagens.

O interesse em promover a reunião partiu do chefe de gabinete da Prefeitura, Cairo de Freitas, que recorreu a Wladimir Garcêz para conseguir a presença dos representantes da oposição. “O ex-presidente da Câmara tem bom relacionamento com os vereadores oposicionistas, além de ser amigo de longa data do assessor do prefeito” (28/03/2012, p.4).

O encontro de conciliação foi realizado na casa do vereador Santana Gomes (PSD), considerado em um local neutro. Participaram da reunião políticos e vereadores conhecidos do público goianiense, como Geovani Antônio (PSDB), Maurício Beraldo (PSDB) e Elias Vaz (PSOL). De acordo com os vereadores, Cachoeira teria chegado ao local acompanhado de Garcêz e Cairo, porém, o chefe de gabinete da prefeitura afirma que o bicheiro já se encontrava no local no momento da sua chegada. O narrador mais uma vez deixa as conclusões da reportagem por conta dos leitores, pois não acrescenta nenhuma afirmação que conclua quem realmente convidou Carlinhos Cachoeira para a reunião.

Novas investigações revelaram que cerca de um mês antes da reunião discurrida acima, Carlinhos havia tentado influenciar nas apurações policiais que diziam respeito às irregularidades nas obras do Parque Mutirama. Interceptações telefônicas mostram o diálogo entre Cachoeira e o delegado da Política Federal Fernando Byron, onde articulavam para que a situação da Prefeitura no caso se complicasse diante das irregularidades apuradas.

No instante em que a Prefeitura estivesse envolvida com os problemas destas obras, o contraventor tentaria inserir sua empresa - a construtora Delta - nas negociações de retomada da reforma do Parque. No entanto, em ligações dos dias seguintes, Fernando Byron alerta que a investigação havia sido atribuída para outra delegada e a tentativa de

Byron de assumir o inquérito fracassou. Algumas semanas depois desses telefonemas - como se nada tivesse acontecido - Cachoeira se encontrava do outro lado do jogo, participando do encontro de mediação entre Prefeitura e oposição a respeito das obras do Parque Mutirama. Na trama do jornal, a administração de Paulo Garcia, partidário do PT de Lula, que tem como oposição PSDB, de Marconi Perillo, e os Democratas de Demóstenes Torres. Estes dois últimos aliados na disputa das eleições para governador do Estado e Senado Federal no ano de 2010.

Seguindo a cronologia do sétimo episódio, a segunda reportagem de destaque: “Demóstenes será investigado” (28/03/2012, p.5) divulga o pedido do procurador-geral da República (PGR), Roberto Gurgel, para que o Supremo Tribunal Federal (STF) abra um inquérito para investigar o relacionamento de Demóstenes Torres, então senador, e outros parlamentares, com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Cachoeira.

O narrador ainda afirma que “desgastado pela sequência de denúncias” (28/03/2012, p.5) Torres anunciou, no dia anterior (dia 27 de março) renúncia da liderança de seu partido, o DEM. A matéria relembra que o democrata, eleito com expressiva aprovação, possuía boa aceitação popular, mas se tornou alvo de investigações após ter sua vida particular e parlamentar ligada ao contraventor Carlinhos Cachoeira. O senador rompeu com as normas sociais, provocando uma reviravolta na sua apresentação.

Poderíamos dizer que o escândalo é um fenômeno onde as reputações individuais estão em risco. É claro, a ameaça à reputação não é a única questão que está em jogo em muitos escândalos. Se as atividades acobertadas implicam a contravenção de normas legais, ou procedimentos estabelecidos formalmente, os indivíduos podem também incorrer em processos criminais e/ou perda de seus cargos. (THOMPSON, 2002, p.49)

O narrador finalizou a matéria com a fala do senador Randolfe Rodrigues (Psol-AP), favorável à investigação de Torres, que naquela ocasião havia estado com o procurador-geral da República (PGR) Roberto Gurgel, e disse que seu partido iria dar início a abertura do processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes Torres. Se por um lado, Torres, oposição ao governo federal, está acuado, indícios de envolvimento no escândalo governistas não estão a salvo, pois há sinais que levam a administração petista ao caso Cachoeira.

O escândalo Monte Carlo vai ganhando novas dimensões na narrativa, com o surgimento de intrigas que envolvem outros partidos e personagens. Marconi Perillo e

Demóstenes Torres, de Goiás, fazem parte de uma trama com participação de outros agentes políticos, envolvendo protagonistas e antagonistas. Na intriga, cada qual busca construir seu discurso visando os próprios objetivos políticos. Neste contexto, os alvos são as campanhas eleitorais municipais que se avizinham e servem de base para fortalecimento das agremiações para as campanhas presidenciais de 2014.

O episódio analisado descreve momento de tensão na narrativa de O Popular, pois finalmente o Senador Demóstenes Torres passa a ser indicado como contraventor ao lado de Carlos Cachoeira. O Senador conhecido por defender a ética, a moral e os bons costumes é flagrado como cúmplice do crime, em interceptação da Polícia Federal que ganha destaque nas páginas do jornal. Se antes se manteve distante das ligações diretas sobre o caso, neste momento da estória, finalmente Demóstenes passou a protagonista, porém, como anti-herói.

3.5. O herói se transforma em vilão

Partindo para o oitavo episódio, que foi veiculado no último sábado do mês de março, o topo da capa é ocupado pela tradicional vinheta “Operação Monte Carlo”, como símbolo da cobertura do escândalo. Naquele dia surgiram novas acusações contra Cachoeira na manchete intitulada “Diálogos suspeitos” (31/03/2012, p.1) cujos subtítulos eram: “Empresário fala sobre nomeações no governo” (31/03/2012, p.1) e “Senador recebe orientação de Cachoeira em escutas” (31/03/2012, p.1). Trechos das conversas foram reproduzidos, e uma fotografia de Carlinhos Cachoeira foi usada como ilustração.

No primeiro momento, as revelações citadas revelam articulações feitas por Cachoeira a respeito da nomeação de cargos no governo de Marconi Perillo. “O Demóstenes já ia ligar para ele. Oh, Marconi, cê ta é f. (sic) se não por esse cara... (sic)” (31/03/2012, p.1), esse é uma das frases divulgadas, onde o bicheiro conversa sobre nomeações com outro participante da quadrilha. O uso de palavras de baixo calão transparece uma considerável intimidade do contraventor ao se dirigir à Marconi Perillo.

O segundo subtítulo, a respeito de interceptações telefônicas de abril do ano de 2009, Demóstenes Torres aparece definindo estratégias políticas junto com Cachoeira. “Vou mandar o texto procê. O que tá aprovado lá é o seguinte: transforma em crime qualquer jogo que não tenha autorização. Então inclusive te pega, né” (31/03/2012, p.1). As conversas mostram a preocupação do senador em privilegiar os negócios ilegais do

amigo, e por ter um cargo público de grande influência, o senador constrói um discurso político em defesa da aprovação do projeto de descriminalização de jogos.

Nesta edição, duas páginas são utilizadas para discorrer sobre o assunto. Na primeira, a matéria destacada tem como título: “Interceptação flagra conversa sobre nomeações no governo” (31/03/2012, p.3) e subtítulo: “Gravação mostra Carlinhos Cachoeira conversando com braço direito sobre indicação a cargos públicos” (31/03/2012, p.3). O personagem chamado de “braço direito” é Lenine Araújo de Souza, identificado como o responsável pela administração e gerenciamento da contabilidade da quadrilha. Nesta narrativa também surgem os nomes dos personagens Marconi Perillo, Demóstenes Torres e Eliane Pinheiro.

Segundo o narrador, os nomes de Demóstenes e Eliane aparecem nas interceptações como um elo que possibilitava a ligação entre Cachoeira e o governador Perillo. Em uma das conversas - a que foi veiculada na capa do episódio - o “chefe do grupo desbaratado na operação disse a Lenine que Marconi ficaria ‘puto’ (sic) caso houvesse troca em uma indicação” (31/03/2012, p.3).

Mais um vez, diante das acusações feitas ao governador, o jornal busca a opinião de Marconi Perillo que, por meio da assessoria, nega qualquer influência de Cachoeira na sua administração e ainda completa: “Qualquer conversa envolvendo meu nome foi indevida e sem qualquer consequência no governo. Acerca dessas transcrições, sinceramente, não sei do que se trata” (31/03/2012, p.3). Porém, mais adiante no texto, o próprio narrador faz menção ao acordo com as transcrições da Polícia Federal: “Cachoeira ressalta que mandou recado ao governador, que já teria indicado alguém para a função em discursão” (31/03/2012, p.3).

Para dar mais relevância às acusações feitas, o jornal reproduziu - quase em tamanho original - a página do inquérito policial que consta a transcrição dos diálogos comprometedores, dando destaque aos nomes dos envolvidos que aparecem no decorrer da conversa. E a cada nome identificado, o jornal associa a uma descrição e envolvimento no caso. Os nomes que aparecem em destaque: o primeiro “Japonês”, “é o apelido usado pelo grupo para identificar o ex-comandante do policiamento da capital, Sérgio Katayama. No inquérito ele é identificado como quem repassava informações sigilosas sobre operações.” (31/03/2012, p.10). O segundo, Lenine Araújo de Souza “é quem mantinha, administrava, gerenciava e operava a contabilidade do grupo” (31/03/2012,

p.10), o terceiro Geovani Pereira da Silva “responsável pelo controle financeiro do grupo” (31/03/2012, p.10). A seguir, Ananias Ferreira Alves “identificado como ex-policial militar que detinha influência na corporação” (31/03/2012, p.10).

Houve a citação de um indivíduo apelidado “Caolho” e outro “Itamar”, porém a polícia não conseguiu identificá-los. Os dois últimos nomes são: Eliane e Vicente Ferreira Filho. Eliane, “a chefe do gabinete do governador [...] é responsável pela ligação do governador com parlamentares. É amiga de Carlos Cachoeira, com quem trocou mensagens” (31/03/2012, p.10). E por último, Vicente Ferreira Filho “Comandante Regional da Polícia Militar em Anápolis [...] Não tinha ligação com o grupo, daí a preocupação de Cachoeira com a atuação dele na cidade” (31/03/2012, p.10).

Embora anteriormente o narrador afirme a existência de conversas entre Carlinhos Cachoeira e o governador, comprovando seu envolvimento. Porém, o político não é citado na relação dos nomes evidenciados. Ou seja, apesar do nome de Marconi Perillo aparecer no inquérito, o jornal não o destaca, nem sequer faz qualquer tipo de referência a sua imagem. Revelando mais uma vez a forma diferenciada que o jornal O Popular aborda o personagem, na estória.

A segunda matéria de destaque da publicação aponta irregularidades nas atividades parlamentares de Demóstenes Torres. “Senador fez lobby para Cachoeira” (31/03/2012, p.4), apesar de abordar dois sujeitos no título, a matéria é ilustrada apenas com uma fotografia de Carlinhos Cachoeira no ano de 2004. A matéria discorre sobre gravações telefônicas onde Demóstenes teria buscado acelerar projeto sobre loterias, depois que Cachoeira lhe garantiu que a sua aprovação beneficiaria a manutenção dos negócios de jogos ilegais no país.

Fazendo o uso de *flashback* o narrador relembra o projeto que previa a criminalização da exploração de jogos de azar, mas abria brecha para a regularização de loterias estaduais. Conforme o diário goiano, o senador Demóstenes Torres, que sempre se posicionou favorável à legalização dos jogos, agia no parlamento defendendo os interesses do bicheiro. Na época, o senador possuía tanto respaldo no meio político que em alguns de seus discursos no Senado Nacional chegou a criticar o Ministério Público pelo fechamento de mais de 300 mil postos de trabalhos nos bingos. Mesmo que, de acordo com as leis brasileiras, jogos de azar sejam considerados ilícitos.

Demóstenes vive. Analogamente ao conceito de “homem médio” apresentado por Adolphe Quételet, Demóstenes Torres (DEM) seria uma espécie de político médio. Seria. De inexpressivo senador a cavaleiro templário na batalha contra o mensalão, Demóstenes, com suas lanças verborrágicas e escudos documentais, avançou – num passado nem tão distante – a uma cruzada pela moralidade e a ética na política, tornando-se referência no cenário político como o homem íntegro do DEM, aquele que, pelas aparências, seria o último dos bons a se render, o político paroquial do qual todos esperariam somente, e nada mais além, que o correto; o catedrático da moralidade. [...] Para surpresa de muitos e empolgação das editorias de Política, Demóstenes Torres está aí como o mais novo fruto contaminado pela corrupção. Acusado de envolvimento em negócios ilícitos com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, Demóstenes era uma espécie de lobista de Cachoeira no Senado na tramitação de projetos ligados à exploração de jogos de azar. (REIS, 2012)

Este é o momento em que Demóstenes passa a anti-herói na estória, se tornando indispensável na organização da quadrilha criminosa, representando os interesses do grupo na política nacional, defendendo e aprovando projetos que privilegiariam negociações ilícitas – rompeu com as normas sociais. O senador recebeu recursos financeiros da contravenção durante sua campanha para o senado, onde utilizou-se de um discurso de zelador da justiça e combatente da clandestinidade, sendo que acabou por fazer parte do crime contra a ordem social.

O fato identificado na primeira matéria deste episódio, no qual o nome de Marconi Perillo não aparece na reportagem, diante de uma listagem de personagens envolvidos no caso. Além de ceder espaço – em episódios anteriores - para o governador expor suas justificativas e não fazer o mesmo com os outros personagens que também foram citados, o jornal O Popular evita relacionar o nome do governante com as graves acusações que permeiam o caso.

Os dois políticos goianos que, cada um da sua forma, tentavam desvencilhar suas imagens do caso, com o passar do tempo estão cada vez mais presentes nas páginas de notícia que deram espaço para os desdobramentos a Operação Monte Carlo. Por se tratar de figuras do alto escalão da política goiana e nacional, quando citados, esses personagens acabam por proporcionar ampla repercussão nos meios de comunicação, reafirmando a importância deles para a construção da narrativa e do escândalo político que os rodeia.

Na narrativa, Marconi Perillo é descrito como aquele que tomou a frente de vários veículos, inclusive das suas redes sociais, para defender seu governo e negar ramificações da quadrilha no seu mandato. No início da trama, Demóstenes Torres seguia os mesmo

passos de Perillo, ao permitir que a mídia veiculasse suas argumentações a respeito do caso. Porém, ao virem à tona as interceptações telefônicas e, consequentemente, o *lobby* que privilegiou a exploração de jogos, o parlamentar passou a evitar ao máximo os holofotes da imprensa e se resguardou a falar sobre o assunto durante os tramites oficiais.

O escândalo tratado trouxe consequências negativas para a figura política de Demóstenes Torres, ferindo sua imagem pública, haja visto o "discurso infamante" construído pela imprensa nas últimas coberturas realizadas sobre o processo deflagrado contra ele, que acabou por caracterizar o senador com uma identidade moralmente inferior.

É importante observar na evolução da estória a transição da narrativa do jornal. Se anteriormente, O Popular de alguma forma tentou poupar a imagem do senador com relação ao caso, a partir de agora - diante das novas revelações do escândalo nas mídias nacionais - o parlamentar frequenta com regularidade as principais das notícias políticas. Como uma estória não inicia no presente, mas tem sua origem no passado, acompanhada pelo diário goiano as revelações sobre os personagens do Estado se tornam intrigantes, pois, como as mídias nacionais tiveram acesso às informações da política de Goiás primeiro que o principal jornal local? Tal levantamento transparece um possível desinteresse do veículo de abordar (descrever) o assunto.

Portanto, é preciso acompanhar a cobertura deste caso com dois olhares: primeiramente com um olhar sobre os fatos objetivos, compostos pelos indícios que revelam as culpabilidades, e o olhar sobre intenções subjetivas, de ordem ideológica, que trilham um caminho coerente com o posicionamento político do veículo, que apesar de não ser explícito, é fator determinante e imprescindível para a lógica da narrativa jornalística.

Torres passou a ser considerado um político corrupto, mas ainda não se sabe quais as consequências que estes atos ilícitos no seu futuro político. Aqui se finaliza as análises do oitavo episódio, após completar um mês das detenções feitas pela Operação Monte Carlo, a estória continua e ainda prende a atenção do público diante dos desdobramentos do caso.

Uma das razões por que os escândalos midiáticos são do interesse dos leitores e espectadores é que, para aqueles que estão presenciando o desenrolar dos acontecimentos à medida que vão acontecendo, o resultado final é

intrinsecamente incerto. Devido a isso, eles alentam a especulação e, como uma boa novela, eles constantemente testam a capacidade dos leitores e espectadores de avaliar a veracidade dos protagonistas, imaginar a trama e predizer seu resultado. (THOMPSON, 2002, p.103)

Quando o jornalista percebe que o caso não é mais um conflito e que a normalidade foi retomada, não há necessidade de continuar veiculando, dramatizando, pois para o leitor aquele assunto já não será interessante. Mas no escândalo aqui analisado, segue a expectativa em torno do desenlace das estórias dos personagens que mantém as notícias nos jornais.

3.6. O governador blindado pela imprensa

O próximo ponto de virada caracteriza o nono episódio da estória. “Governo reage” (05/04/2012, p.1) é o título da manchete desta edição, ocupando um grande espaço no início da página de capa. A chamada é ilustrada com uma imagem do governador Marconi Perillo, que na fotografia demonstra estar em posição de afrontamento. No subtítulo: “Em entrevista, Marconi diz que não é investigado” (05/04/2012, p.1), numa referência ao conteúdo de entrevista concedida pelo governador à TV Anhanguera, do mesmo grupo que edita o jornal, realizada no dia anterior.

O episódio tem três páginas, a primeira, com o título “Marconi nega envolvimento do governo em escândalo” (05/04/2012, p.4) é inteiramente dedicada ao governador. A ilustração da entrevista de Marconi é uma imagem do governador com o semblante sério, e com o braço ligeiramente levantado, repassando ao receptor uma possível ideia de ‘pulso firme’ do político diante da situação. Aqui, já havia se passado trinta e seis dias desde as primeiras prisões realizadas pela ação policial.

Na entrevista, Perillo reafirmou sua inocência perante o escândalo político e disse não ter conhecimento da participação da sua chefe de gabinete, Eliane Pinheiro, com o grupo do contraventor Carlinhos Cachoeira. Aproveitou ainda para garantir ao público que qualquer servidor que estivesse envolvimento no caso comprovado, seriam repreendido e exonerado.

Um dos pontos altos da entrevista com o governador foi o instante em que ele admitiu ter encontrado com o empresário Carlos Augusto Ramos, em audiência, para tratar sobre a empresa Vitapan. Segundo Perillo, o encontro aconteceu devido aos insistentes pedidos de três pessoas: o senador Demóstenes Torres; o então presidente do

Detran Goiás, Edivaldo Cardoso e o ex-presidente da Câmara de Goiânia, Wladimir Garcêz. De acordo com o discurso do governador, mais uma vez Torres e Garcêz usufruem de suas influências no âmbito político goiano para intervir por Cachoeira.

As duas páginas seguintes têm como assunto principal duas notícias que dizem respeito exclusivamente aos interesses regionais. “Citado em inquérito, Edivaldo deixa a presidência do Detran” (05/04/2012, p.5), noticiando o pedido de exoneração feito na tarde do dia anterior. Em seguida, “Deputados querem celeridade” (05/04/2012, p.6) retratando o pedido de agilidade feito por deputados federais que temem a perda de credibilidade política do Congresso Nacional. O “objetivo é acelerar representação contra parlamentares suspeitos de envolvimento com Carlinhos Cachoeira” (05/04/2012, p.6), descreve o narrador.

Os deputados federais Carlos Leréia (PSDB), Sandes Júnior (PP) e Rubens Otoni (PT) são apontados como supostos envolvidos no esquema dos jogos de azar de Cachoeira. Quando procurados pelo jornal O Popular, nenhum dos deputados se encontrava em seus gabinetes, e nem sequer registraram presença na Câmara naquele dia. Os deputados não demonstraram interesse em elaborar seus discursos de defesa, apenas se resguardaram ao silêncio e se esconderam diante dos holofotes da mídia.

O fato de se esquivarem da imprensa dispõe mais consistência ao discurso moralista dos deputados oposicionistas que cobram celeridade nos processos de investigação dos parlamentares supostamente envolvidos com a contravenção. Esta aceleração visa deteriorar a imagem dos deputados acusados, prejudicando a credibilidade de seus mandatos. O que de alguma forma beneficiaria a oposição e lubrificaria as engrenagens dos jogos políticos.

Diante das matérias decorridas durante esse episódio, concluímos que o governador busca espaço na mídia estrategicamente. Ou seja, quando expõe com frequência e constantemente argumenta a respeito das notícias de suposto envolvimento do seu nome – e do seu governo - nas investigações, ele acaba por utilizar o potencial de grande abrangência social da mídia para afastar as desconfianças que o rondam, mesmo que haja indícios concretos para que elas existam.

Com o desenvolvimento dos novos meios de comunicação, como as formas iniciais da imprensa, os governantes políticos tiveram de se preocupar cada vez mais com sua apresentação diante de audiências que não estavam fisicamente presentes. Os novos meios de comunicação foram usados por eles não somente

como um veículo de promulgação de decretos oficiais, mas também como meio de projetar uma imagem pessoal que poderia alcançar os súditos aos lugares mais distantes. (THOMPSON, 1995, p.179)

A interpretação conjunta de texto e imagem na capa do jornal, onde a foto do personagem e o título anexado a matéria indicam “reação”, transmite a ideia de que o veículo aponta para a superação do governo diante desse escândalo. Devido a grande repercussão que o jornal O Popular designa a entrevista do personagem Marconi Perillo, surgiram as suspeitas da real intensão do narrador ao inseri-lo constantemente no discurso do jornal.

Voltando o olhar com mais atenção para esta proposta de narração do O Popular, percebemos o fato do jornal reproduzir a entrevista de Marconi Perillo veiculada na televisão aberta no dia anterior. Qual o interesse para um jornal impresso ter como pauta principal uma entrevista que já foi ao ar anteriormente e não a sua repercussão? Esta estratégia de narrativa usada pelo jornal é, no mínimo, intrigante para os leitores atentos. Levantando o questionamento de que a abordagem feita pelo o veículo seja uma tentativa de dar visibilidade as retóricas do governador, a qual pode auxiliar na reconstrução da imagem desgastada do político goiano.

3.7. Oitenta celulares no seletor “Clube Nextel”

No décimo episódio, o jornal trouxe na capa o título “Grupo tinha mais de 80 telefones habilitados nos EUA” (06/04/2012, p.1), desde o princípio, junto com a Operação Monte Carlo veio a público o fato de que os celulares utilizados pelos integrantes da quadrilha eram habilitados fora do país, mas precisamente nos Estados Unidos, com o intuito de escapar de possíveis interceptações telefônicas da polícia brasileira.

Este episódio ocupa duas páginas da edição. Na primeira, “Mais de 80 no “Clube Nextel¹⁸”” (06/04/2012, p.4). As operadoras de telefonia nacionais não têm acesso ao banco de dados de clientes com bases estrangeiras, assim não é possível identificar a antena usada durante as ligações, o que dificulta – mas não impossibilita - o processo de localização do autor das chamadas para interceptação.

¹⁸ Nextel é uma empresa estadunidense que iniciou suas operações em 1987 em seu país de origem e em 1997 no Brasil, com o sistema de Rádio Trunking, servindo clientes corporativos. A origem do nome é “Next” (*posterior* em Inglês) e “Tel”, de telefone.

De acordo com a Polícia Federal, na tentativa de escapar de escutas telefônicas, o grupo começou a utilizar os chips do exterior e se auto identifica como um seletor “Clube Nextel” (06/04/2012, p.4). Os chips eram entregues aos componentes da alta cúpula do grupo, pessoas peças-chaves para o funcionamento das atividades ilícitas, principais laranjas de empresas fantasmas, políticos e parentes de Carlinhos. Além do protagonista Cachoeira, o senador Demóstenes Torres e Eliane Pinheiro (secretária de Marconi Perillo) possuíam o aparelho, vindo do exterior. O narrador descreve que, conforme investigações da Polícia Federal, o principal distribuidor de chips advindos do país norte-americano era o ex-sargento Idalberto Matias de Araújo, conhecido por Dadá, personagem importante, aliado de Carlos Cachoeira, na articulação dos esquemas dos jogos de azar nas cidades do interior do Estado de Goiás.

O juiz da 11ª Vara de Justiça de Goiás, Paulo Augusto Moreira Lima, foi responsável pela autorização dos mandatos de busca e apreensão dos celulares. De acordo com o juiz, a “sofisticação da quadrilha” (06/04/2012, p.4) causou espanto e ao formular sua sentença considerou os resultados “no mínimo, estarrecedores” (06/04/2012, p.4).

Na segunda página, o jornal destaca a situação crítica do senador Demóstenes Torres, que havia deixado o partido, sobre pressão dos Democratas, preocupados com a perda de credibilidade partidária, diante da ampla exposição de seu principal senador. Na matéria, o título “Tentativa de se aproximar de Dilma” (06/04/2012, p.5) pontua que Demóstenes, em conversas antigas, conversou com Carlinhos Cachoeira sobre uma possível mudança de partido, visando a aproximação da presidência da República petista. As investigações revelaram que o empresário tinha o intuito de - por meio do governo federal - expandir seus negócios na exploração de jogos de azar a outros Estados brasileiros. Para auxiliar Cachoeira nesse processo, Demóstenes cogitou migrar para o partido da base do governo, o PMDB. Incentivado pelo contraventor pela mudança de partido, ambos acreditavam que o senador teria ainda chances de assumir uma eventual vaga ao Supremo Tribunal Federal (STF), o que também deveria impulsionaria seus planos a candidatura ao governo do Estado de Goiás nas próximas eleições.

O narrador descreve que Torres “teria sido usado como ponte para que Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, tentasse se aproximar do Palácio do Planalto e da presidente Dilma Rousseff” (06/04/2012, p.5). Portanto, o senador passa a não ser o mentor solitário de seus atos, pois “teria sido usado como ponte” para as articulações de

Cachoeira. Embora esteja trazendo uma matéria que afirma a culpa do senador nas atividades ilícitas, ainda há a resistência do jornal de o expor totalmente de forma negativa. Destacando mais uma vez a imagem de vilão dominado por Cachoeira, ou seja, vítima da trama criada pelo empresário contraventor.

É exageradamente evidente o empenho do narrador em distinguir o Demóstenes “antes de Cachoeira”, o implacável combatente contra a corrupção, do Demóstenes “depois de Cachoeira”. Exemplo claro é a imagem que ilustra a reportagem, uma fotografia do rosto de Demóstenes com semblante triste, acompanhado de frases de seus discursos no plenário em situações anteriores, onde repudiava a corrupção e pedia a seus companheiros que honrassem seus mandatos de senadores.

Durante a elaboração da estória há constantemente o conflito entre Demóstenes herói versus Demóstenes vilão, relacionando o antes e o depois da imagem do parlamentar. Antes, como um homem cheio de méritos, um suposto herói da política brasileira. E após as denúncias de envolvimento com a quadrilha, na estória o senador se torna o desprestigiado que se deixou contaminar pelas obscuridades da política, tirando a esperança dos eleitores, agora sem o discurso da oposição firme e determinado contra o domínio dos corruptos. No entanto, em nenhum momento é tido como um grande vilão na trama.

Porém, não há como dividir em “antes” e “depois” se verificarmos que Demóstenes e Cachoeira estão atuando juntos há anos, em terras vistas pelo narrador, descritas cotidianamente. Certamente, as ações na contravenção não são do presente, mas têm suas origens, quando certamente agia dissimuladamente, despreocupadamente de ser visto pelos mediadores sociais. Por parte do parlamentar, havia uma certeza que não seria investigado, primeiro por ser detentor de foro privilegiado; segundo por ter confiado na tecnologia dos celulares Nextel – presente de Cachoeira - que seria supostamente a prova de grampos; e terceiro por garantir com sua influência política a cumplicidade das altas cúpulas do governo, e, porque não, das midiáticas.

3.8. As engrenagens do jogo político

No décimo primeiro episódio da análise, dia 14 de abril, o jornal O Popular teve como título de manchete “Demóstenes sofre 1º revés no STF” (14/04/2012, p.1). O senador havia solicitado que as gravações telefônicas fossem desconsideradas como

prova do seu envolvimento com o empresário, mas teve pedido de liminar negado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

E edição possui duas páginas destinadas ao escândalo. A primeira matéria, que também foi manchete, ocupa metade da página e tem como título “Ministro nega liminar e mantém provas contra Demóstenes” (14/04/2012, p.4). No subtítulo o enunciado explica que o pedido solicitado pela defesa do senador argumenta a ilegalidade das interceptações telefônicas, devido à sua condição de parlamentar que exige autorização prévia do Supremo Tribunal Federal.

Neste ponto da estória, Demóstenes Torres vive o declínio na carreira política, o passado de justiceiro da ética e moral não existe mais, agora ele define estratégias para amenizar as consequências desse escândalo pensando o seu futuro político. Primeiro tentando desconstruir o processo aberto contra ele por quebra de decoro parlamentar. Assim se o pedido de desconsideração das gravações telefônicas fosse acatado, o processo não teria prosseguimento. A tentativa seguinte foi desqualificar a representação feita pelo PSOL, partido que deu origem ao processo, se baseando nas alegações veiculadas pela imprensa. Porém, o senador não teve sucesso em nenhuma das suas articulações.

Demóstenes ainda apareceu de surpresa na sessão do Conselho de Ética, afirmando “que não lançará mão de manobras regimentais ou jurídicas no senado. Disse que vai se defender no mérito e provar que é inocente” (14/04/2012, p.4). A situação para o personagem da estória não parece ter soluções, caminhando para a perda de seu mandato de senador, o que realmente ocorre no final do processo parlamentar. Sobravam evidências contra Demóstenes, porém, com os holofotes da imprensa voltados para suas falcatruas, faltava-lhe apoio.

O senador presidente do Conselho de Ética, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que as acusações contra Torres atingem o senado como um todo:

As graves denúncias, além de constituírem indícios da prática de atividades ilícitas pelo representado, caracterizam-se, por si, atitudes que desprestigiariam o Senado e os seus membros, em flagrante prejuízo da já péssima imagem do Poder Legislativo nacional. (O POPULAR, 14/04/2012, p.4).

O presidente do Conselho ainda resumiu o clima no Senado em relação a Demóstenes: “Há um clima de total frieza, constrangimento e decepção, uma vez que era

uma das figuras mais proeminentes do Senado, um homem acima de qualquer suspeitas” (14/04/2012, p.4). A narrativa é constantemente ponderada, sempre que se insere um elogio à índole adquirida por Demóstenes no decorrer dos anos, em seguida surge um comentário da atual situação do parlamentar. Esta matéria foi elaborada a partir de informações retiradas de agências de notícia do Estado e O Globo.

É perceptível que o narrador destaca as vozes de outros narradores, que, aliás, fazem parte da imprensa nacional, distante da imprensa regional, conforme a produção de sentido que pretende estabelecer para o seu leitor. Durante a elaboração da estória o diário goiano utiliza grande quantidade de informações oficiais, algumas vezes identificadas – como neste episódio – ou apenas “(com agências)”. O uso constante destas fontes faz com que o discurso do jornal seja inserido em uma espécie de agendamento dos acontecimentos, conforme seleção de informações de outras mídias.

Uma pequena matéria que ocupa o lado direito da quarta página, “Citados esperam notificação” (14/04/2012, p.4), discorre a respeito do envolvimento do personagem Marconi Perillo e o prefeito de Anápolis, Antônio Gomide, que não foram convocados para prestar depoimento sobre a citação dos seus respectivos nomes nas interceptações telefônicas da Operação Monte Carlo. Mais uma vez procurado pelo jornal, para dar sua versão sobre as investigações, a assessoria do governador relatou que “ele responderá da forma que for solicitado: por meio de advogado ou pessoalmente” (14/04/2012, p.4). O prefeito anapolino, se conteve em negar qualquer envolvimento com o bicheiro: “Tenho 15 anos de atividade política e nunca estive com ele” (14/04/2012, p.4). O fato de Perillo não ser convidado para prestar esclarecimentos é um fator positivo na sua tentativa de desvincular do escândalo.

Na página seguinte há uma pequena nota advinda da agência paulista “Folhapress”, intitulada “PT nega vingança em CPI” (14/04/2012, p.5). Esta pequena matéria faz referência a outro escândalo, o Mensalão. Desencadeado no ano de 2005, o caso foi denunciado por Roberto Jefferson (PTB). Havia um esquema de compra de votos de parlamentares, durante o governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Desta forma, quando o assunto tomou conta dos principais veículos da imprensa, atingindo diretamente o Partido dos Trabalhadores, o protagonista desta trama.

Durante investigações a respeito do escândalo petista, Marconi Perillo – na época senador - declarou ter alertado o ex-presidente Lula sobre o suposto esquema, levantando

suspeitas de que o então presidente soubesse do Mensalão. Desde então, Lula alimenta por Marconi um rancor político, que tomou proporções de inimizade no âmbito pessoal dos políticos. Este episódio inflou as lutas entre PT e PDB – o que servirá para alimentar a tese de que a Operação Monte Carlo tem também ingredientes de conspiração, com um forte viés político.

A partir do momento que no ano de 2012, o escândalo político “Monte Carlo” tomou conta da mídia, surgiram questionamentos sobre o desejo do ex-presidente Luiz Inácio, o de “que a CPI avance sobre fatos que envolvam o governador Marconi Perillo (PSDB)” (14/04/2012, p.5), como descreve O Popular. No entanto, na matéria da agência de notícias Folhapress, que fez parte do décimo primeiro episódio da estória aqui construída, o presidente do PT, Rui Falcão, negou qualquer tentativa de “vingança ou acerto de contas” (14/04/2012, p.5) com os políticos da oposição.

As relações audaciosas de Cachoeira, até o momento atingiram politicamente várias siglas partidárias. Em tese, os negócios das organizações criminosas lideradas pelo contraventor envolveram os maiores partidos políticos com representação no Congresso Nacional, incluindo o mais importante opositor do governo Dilma Rousseff, o PSDB. Aproximando do fim da estória, no décimo segundo episódio da narrativa, a vinheta “Operação Monte Carlo” ocupa a maior parte da capa do jornal do dia 15 de abril, dividindo-se em três chamadas que tratam de assuntos distintos. A matéria principal foi ilustrada com uma foto do rosto do procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto, que é irmão de Demóstenes Torres. No título o narrador destaca a frase do entrevistado: “Foi irresponsabilidade; e não vou abandonar o meu irmão” (15/04/2012, p.1) revelando que o procurador reconhece as irresponsabilidades praticadas por Demóstenes, mas, exaltando seu lado humano, não poderia romper o relacionamento com o irmão.

A segunda matéria destacada na capa é intitulada “Cachoeira descobriu investigações e PF antecipou operação” (15/04/2012, p.1). A ação policial precisou ser antecipada devido ao vazamento de informações para Carlinhos Cachoeira, o ‘alvo da investigação’. No terceiro destaque, uma fotografia com legenda: “Manifestação na Praça Cívica” (15/04/2012, p.1) onde uma mobilização iniciada nas redes sociais, levou milhares de jovens às ruas, que pediam pelo fim da corrupção.

O penúltimo episódio analisado teve destaque em duas páginas internas da edição. Intitulada “Cachoeira sabia da investigação” (15/04/2012, p.6) a matéria discorre a respeito do vazamento de informações das investigações policiais que se preparava para deter o contraventor. Porém, devido as suas diversas ramificações nos departamentos públicos, onde possuía cúmplices, Cachoeira foi avisado a respeito da sua possível prisão. “A rede de informações de Carlo Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, era tão ampla que a suposta organização criminosa comandada por ele sabia que estava sendo investigada”. (15/04/2012, p.6).

De acordo com a narrativa, fontes não identificadas da Polícia Federal e do Ministério Público, revelaram que embora as investigações já tivessem acumulado um número suficiente de evidências para incriminar os envolvidos no esquema, ainda não se pretendia deflagrar a ação naquele momento. Porém, ainda assim concluíram que a antecipação da operação não teve grandes prejuízos. O narrador afirma que mesmo como a Polícia Federal tomando cuidado de isolar a PF Goiás (que já sabiam ser contaminada pela influência de Cachoeira), ainda houve infiltração de informantes do contraventor.

O narrador em *flashback* descreve que José Olímpio Queiroga, acusado de ser o responsável pelo controle dos jogos ilegais no Entorno de Brasília, teria visitado Goiânia dias antes do carnaval e foi visto em uma longa conversa em um restaurante com Carlinhos Cachoeira. Após os encontros, notaram que o tom das conversas dos investigados teria mudado, temendo alguma ação que colocasse a investigação em risco, a solução foi antecipar as buscas e apreensões da operação.

No final da página, o jornal trouxe uma pequena matéria intitulada “Manifestação para Centro da cidade por 3 horas” (15/04/2012, p.6). Ressaltando a indignação do público goiano diante dos escândalos que envolvem as autoridades que representam o Estado de Goiás na política. A narrativa é ilustrada com uma fotografia feita durante o manifesto, na porta do Palácio Pedro Ludovico Teixeira. De acordo com a reportagem, há quinze dias iniciou-se uma mobilização nas redes sociais, com o objetivo de reivindicar o fim da corrupção na administração pública. Os participantes dão fôlego e pressionam para a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), além de clamar pelo impeachment do governador Marconi Perillo.

Na página seguinte está a matéria de capa, a extensa entrevista concedida pelo Procurador-Geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto. A reportagem é intitulada

por uma afirmação do entrevistado: “Foi um ato de irresponsabilidade” (15/04/2012, p.7). Sinalizando uma possível justificativa das atividades ilícitas do seu irmão, o senador goiano Demóstenes Torres. Durante toda a entrevista, negou qualquer envolvimento como as contravenções do bicheiro Cachoeira e atividades ilícitas articuladas por Demóstenes. O procurador vai além e diz nunca ter nem sequer falado com nenhum dos apontados como participantes da quadrilha.

Durante o decorrer da conversa, Benedito repete por diversas vezes a distância profissional que existe entre os irmãos:

Ele tem a vida dele com senador e eu a minha como procurador, [...] Só quero deixar claro que se alguém pensa que existe sobreposição do trabalho do Demóstenes sobre o meu, está redondamente enganado. Minhas decisões são tomadas com minha equipe. Ele nunca pautou minha vida enquanto procurador, [...] Não aceito essa vinculação que foi feita. (O POPULAR, 15/04/2012, p.7)

Quando questionado se teve encontros com Demóstenes após os acontecidos, Benedito respondeu: “Às vezes eu o visito como irmão. Tenho a obrigação de estar com ele. Estive com ele em Brasília (DF) há alguns dias. Como irmão não posso deixa-lo, até porque é uma questão de humanidade” (O POPULAR, 15/04/2012, p.7).

A sétima página desta edição do jornal foi inteiramente dedicada à entrevista de Benedito. Porém, o ponto de grande pertinência para a análise desta reportagem é a imagem que a ilustra, a foto foi feita por Renato Conde, repórter fotográfico do jornal O Popular, fazendo composição da narrativa. A ilustração - que ocupa um espaço significativo - é um fotografia onde o procurador-geral está com um semblante sério e fixando um olhar piedoso diretamente para a lente da câmera. E, de certa forma surpreendendo os leitores mais atentos, no campo de plano de fundo da fotografia há muitas imagens religiosas católicas. Fazendo com que se levante um questionamento a respeito de qual sentido daquelas figuras sacras no discurso do jornal O Popular.

A análise de discurso defende a ideia de que qualquer imagem, mesmo isolada de qualquer outro sistema semiótico, deve sempre ser considerada como sendo um discurso, recusando a categoria de “signos icônicos” ou “ícones” em que são geral classificadas pelos semiólogos. (PINTO, 1999, p.37).

Ou seja, faz parte da produção de sentido do narrador, que chega ao leitor. Seguindo a linha de raciocínio do autor, voltamos a observar a fotografia de Benedito

Torres com uma visão mais ácida, nos permitindo ir além da figura de um homem somente temente a Deus. Considerando que o Estado de Goiás é composto por uma população que culturalmente possui muita devoção e religiosidade, tal fotografia pode ter sido inserida na narrativa do jornal como signo de devoção e sociabilidade. Os artifícios religiosos podem buscar o efeito de desvinculação da imagem de Benedito as ações infratoras do escândalo político e proporcionar uma possível sensação de compaixão dos leitores menos críticos.

Durante toda a narrativa os enunciados sutilmente mitificam a imagem do procurador como ‘vítima’ do irmão, e uma espécie de herói entre tantos vilões desse escândalo. “Para mim Demóstenes é Demóstenes. Não sabia dessas bravatas que foram colocadas. Até porque ele sabe do meu temperamento e minha forma de ver o mundo” (15/04/2012, p.7).

Porém, mais adiante deste mesmo episódio, a população expõe a imagem do governador. O ato de protesto evidenciou o descontentamento popular que instaurou na sociedade após a repercussão do escândalo. Como há movimentos sociais, o jornal O Popular aborda a grande indignação pública diante das acusações de envolvimento do governador com as contravenções de Cachoeira. Conforme Thompson, “poderíamos dizer que escândalo se refere a ações ou acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública”. (THOMPSON, 2002, p.40). Importante destacar a importância da opinião pública para o jornal, afinal, nas relações sociais e construção da história há a co-participação do leitor, pois a ele que o narrador dirige a palavra durante todo o processo jornalístico.

Apesar das respostas formuladas pelo público serem extremamente variadas, elas tem em comum o que Thompson denominou de “discurso infamante”. Esse tipo de discurso caracteriza-se como um “discurso moralizador, que censura e reprova, repreende e condena, que expressa a desaprovação das ações e dos indivíduos. [...] É um discurso que pode estigmatizar” (2002, p.48) e, por esse motivo, pode colocar em risco as reputações dos indivíduos envolvidos nos escândalos e certamente suas instituições. Neste sentido, o ‘discurso infamante’ está inserido na organização da história, formando o público para a realidade enquadrada previamente pela imprensa. Sempre considerando a função institucional da mídia, no sentido de promover a ordem e evitar o caos.

No dia 21 de abril, sábado, com pouco destaque na capa e sem nenhuma ilustração, apenas tipografia destacada, o jornal trouxe no meio da capa a manchete: “CPMI do Congresso vai investigar 15 crimes” (21/04/2012, p.1) e no subtítulo cita quatro dos quinze crimes investigados: “tráfico de influência”, “fraude em licitações”, “corrupção” e “formação de quadrilha”. E aqui damos início ao décimo terceiro episódio, que encerra o período de análise deste estudo.

A edição dedicou três páginas inteiras ao caso. Na primeira página, novas interceptações telefônicas a respeito do imóvel onde Carlinhos Cachoeira foi preso e havia pertencido ao governador Marconi Perillo. Com o título “Gravações sobre venda de casa” (21/04/2012, p.3), a matéria divulgou trechos de conversas em que o protagonista Cachoeira questiona o seu braço direito Wladimir Garcêz sobre o andamento das negociações, e pede cautela para que não haja vinculação do negócio ao nome do empresário.

As novas conversas revelam um encontro do presidente da Agência Goiana de Obras (Agetop), Jayme Ricon com o apontado como mediador da venda da casa, Wladimir Garcêz. Porém, Ricon nega ter existido qualquer encontro com Garcêz para tratar do assunto. O narrador acrescenta uma afirmativa do presidente da Agetop: “o governador já explicou de que forma ele vendeu essa casa e não há nenhuma relação minha com venda de qualquer casa que seja.” (21/04/2012, p.3).

Sobre o comprador do imóvel em questão, Walter Paulo e seu advogado, esclarecem: “Foi feito o negócio direitinho, peguei a escritura. Eu sabia que a casa era do governador, mas nunca falei com ele sobre isso. O senhor Wladimir é que fez os contatos. O governador assinou honestamente e a casa é minha” (O POPULAR, 04/03/2012), diz Paulo em resposta aos questionamentos de parlamentares em convocação no Congresso Nacional, a respeito da casa. Os discursos de Jayme Ricon e Walter Paulo deixam Marconi Perillo totalmente isento de qualquer participação errônea na negociação deste imóvel, sendo impossível relacionar ou acrescentar algum ponto negativo à imagem do governador.

Ao final da reportagem, um infográfico intitulado de “Entenda o caso” (21/04/2012, p. 3) com as três publicações anteriores feitas pelo diário goiano a respeito dos desdobramentos da venda do imóvel, o formula um espécie de resumo da estória. O qual tem por objetivo auxiliar o leitor a interpretar e entender os desdobramentos das

informações, descrita pelo narrador a respeito da venda do imóvel, mas pode servir como estratégia de fixar o olhar dos leitores menos atentos, no enquadramento discursivo do jornal. Como vimos anteriormente.

Em uma discreta matéria, produzida com a participação das agências O Globo e Folhapress, na quarta página da edição, traz no título “Diálogo aponta que governador teria avião” (21/04/2012, p. 4). Mais uma vez, a partir de flagras de interceptações telefônicas, Cachoeira afirmava que o governador Marconi Perillo seria dono de um avião avaliado em R\$ 4 milhões. De acordo com o bicheiro, a aeronave teria sido adquirida em sociedade com dois empresários, preocupando Cachoeira, diante das ações dos concorrentes com o governador de Goiás. O jornal cita mais adiante a revista *Época* como fonte, a qual veiculou a gravação a respeito das informações da venda da aeronave, que teriam sido feitas em abril do ano de 2011.

Cachoeira diz que está “levando bola nas costas em tudo”. “Aquele cara do Porcão, o Helder, esse cara, ele é sócio do Marconi num avião aí com o Rossine, viu... Ele é um Cessna, 2010, pagou R\$ 4 milhões, um trem assim. E Marconi tem 50%, o Rossi 25% e o esse (sic) Helder, do Porcão, tem 25%. Tá voando com eles aí. (O POPULAR, 21/4/2012, p.4)

Em evidência a imagem do protagonista da estória Carlos Augusto Ramos, o Cachoeira e seus subordinados, coadjuvantes na trama. Mais dois personagens também coadjuvantes, o primeiro, o empresário e pecuarista Rossine Aires Guimarães, o qual é citado na Operação Monte Carlo como doador de campanha em favor de Perillo, cujos recursos chegam a R\$ 4,3 milhões nas eleições de 2010, R\$ 800 mil foi para o comitê da campanha do PSDB em Goiás. O segundo empresário, Helder Rodrigues Zebral é sócio da churrascaria Porcão. O passado dele com a justiça é extenso, sendo condenado no ano de 2003 por apropriação de dinheiro público, além de suspeita de falsidade ideológica.

O jornal descreve que Rossini não apresentou defesa, Helder Zebral divulgou nota em que nega todas as acusações, afirmando não ter nenhum “contato pessoal” com Perillo, muito menos com Cachoeira. O governador também divulgou nota negando existência de qualquer sociedade entre eles e os empresários citados, e ainda argumentou que o governo de Goiás possui oito aeronaves, “quantidade que considera suficiente para atender às necessidades do governador” (21/04/2012, p.4).

A última matéria analisada nesta pesquisa aparece na quinta página desta edição. “Mais de 15 crimes na mira da CPMI” (21/04/2012, p.5) é o título da última matéria dos episódios da estória narrada pelo O Popular. Mais uma vez são informações advindas das agências de notícias Estado e Folhapress.

Outro aspecto que chama atenção na publicação é a imagem que a ilustra, uma fotografia do senador Vital do Rego, com o indicador levantado, em postura de contestação, porém, sozinho no congresso. A informação é da aprovação do requerimento para a criação da CPMI, que passaria a ser conhecida como a CPI do Cachoeira. Porém, até aquele momento apenas o senador Vital do Rego (PMDB/PB) teria sido indicado como representante, ainda faltavam quatro.

O narrador descreve a dificuldade dos parlamentares de participarem do processo para elucidar o escândalo, que pode atingir a vida profissional de grande número de políticos brasileiros. A trama perpassa o poder, cujas intrigas escondem a astúcia dos representantes eleitos – poucos se salvam. Em outras palavras, há muitos envolvidos, não somente os protagonistas da estória do jornal goiano.

A estória do jornal O Popular constrói sua realidade política para o conhecimento e comportamento da opinião pública. Importante, porém, considerar a complexidade das mediações¹⁹.

¹⁹ Com o intuito de que a ressignificação aconteça, a mediação transformadora se coloca de forma a explorar os sentidos dos enunciados, eis que, de saída, não acredita na capacidade da linguagem ou dos enunciados expressarem o pensado e o sentido em sua totalidade.

4. CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi realizada com o intuito de compreender a construção da narrativa do jornal impresso de maior circulação no Estado de Goiás. Valendo-se, para isso, da análise das atuações do jornal O Popular na constituição da estória da “Operação Monte Carlo” no período de 1º de março a 21 de abril de 2012, em um total de treze episódios.

O diário goiano, ao narrar faz o seu enquadramento discursivo, delimitando suas lógicas de conhecimento e suas relações ideologias e de poder. Assim, define no decorrer dos acontecimentos descritos seus personagens - protagonistas e antagonistas - e direcionando seus holofotes de imprensa, que na maioria das vezes estampam nas capas das edições.

O título da manchete “o cassino caiu” no primeiro episódio faz referência à queda de um suposto ‘império dos jogos de azar’ construído por Cachoeira em Goiás e adjacências. E as páginas internas, o material jornalístico é permeado pelas acusações feitas ao empresário e seus comparsas, inclusive servidores públicos que se tornaram espões de Carlinhos Cachoeira nas seguranças públicas estaduais e federais.

A reconstituição da narrativa jornalística do início da cobertura possibilitou que se verificassem abordagens de cunho investigativo dos acontecimentos. Legitimando o papel de “cão de guarda” do veículo e transparecendo autenticidade do discurso do jornal. Porém, é importante frisar que nestes primeiros momentos, o jornal se restringiu ao agendamento dos fatos relativos aos negócios ilegais desarticulados, deixando de lado outras especulações relevantes, como por exemplo, o envolvimento de políticos que compõem a estrutura de representação do Estado sempre lembrando, o que não é publicado, em curto prazo, não será de conhecimento da sociedade.

Passando o instante de “explosão” do escândalo, as atenções se voltam para a divulgação das informações a respeito do imóvel onde Cachoeira foi preso e que havia pertencido ao governador Marconi Perillo. A partir deste momento, a estratégia investigativa proposta no início da narrativa do veículo se modifica, diante da maior visibilidade do Escândalo da Operação Monte Carlo, e cede lugar a uma sequência de matérias previamente veiculadas nas mídias nacionais. Desta forma, diante das notícias

de acusações que envolvem o governador, o jornal O Popular não deixa de transmiti-las, porém, atrai a atenção do seu público para os argumentos dos políticos, constantemente, acrescentados em abordagem que sinaliza para a busca de ordenação dos fatos, evitando a desordem na sociedade, mobilizada e com atenção permanente aos novos fatos que sucedem. Com isso, o veículo se esquia do posicionamento de um mediador como espelho dos acontecimentos sociais, objetivamente, mas exerce papel importante na articulação política do Estado, seguramente defendendo a ordem institucional, sobretudo.

A narrativa segue a mesma linha de estruturação quando insere na estória o personagem Demóstenes Torres, que garante desconhecer as primeiras denúncias feitas pela Polícia Federal. Outro ponto evidenciado neste período inicial que se prossegue até o fim da análise é a identificação de Carlinhos como o único grande vilão, o personagem é considerado o centro da estruturação do escândalo. Apesar de receber destaque do jornal, Cachoeira não tem voz, permitindo conhecer seus argumentos no espaço midiático, se tornando efetivamente o anti-herói da trama, a quem cabiam às críticas cotidianas. Estratégia diferente do tratamento dado aos personagens Marconi Perillo e Demóstenes Torres, que se tornam protagonistas importantes em vários episódios, com abertura para se manifestar na imprensa, com repercussão nacional. Portanto, até este momento, o jornal goiano prossegue com a sua estratégia institucional de minimizar as acusações tratadas na imprensa nacional, sobretudo aos dois políticos goianos.

As notícias de âmbito nacional produzidas pelo jornal O Popular emprega em diversos momentos informações oficiais ou advindas de agências de notícias. Evidenciando um agendamento anteriormente selecionado por outras mídias distantes – geograficamente falando – da região onde os desdobramentos do escândalo acontecem.

A partir deste apontamento, surge outra questão relevante como resultado deste estudo, pois no decorrer das análises da narrativa, percebe-se que o jornal local insere no seu discurso vozes de veículos nacionais (um segundo narrador), para que a partir deles, discorra sobre os assuntos da política regional, mas sempre adequando os argumentos à sua produção de sentido, na construção do discurso. O fato das mídias nacionais acessarem as informações locais antes que o próprio jornal O Popular, evidencia um desinteresse e a possível tentativa do veículo de abster-se do fardo de divulgar notícias extremamente perigosas para as articulações políticas regionais. Quebrando o conceito de “cão de guarda” utilizado no início da cobertura.

Entrelaçada à estratégia de preservação de imagens públicas e contenção de discursos, o jornal adota uma linha narrativa com o uso repetitivo de recursos infográficos. De alguma forma, essa estratégia transparece uma preocupação com o que está sendo assimilado diante da grande quantidade de informações que preenchem as páginas dos jornais. E diante disso, o veículo utiliza-se de discretas habilidades gráficas para direcionar as vertentes de raciocínios pretendidas, estrategicamente, *a priori*.

Mais adiante, de acordo com títulos como: “Agora é com a Justiça”, “Máfia dos bingos é denunciada”, que narram um momento de comemoração junto aos leitores e diante deste instante, identificamos a defesa das lógicas institucionais na sua estória. Os interesses públicos passaram a estar exclusivamente sob a proteção do Ministério Público e da Polícia Federal, diante de tantos escândalos, o mediador jornal esqueceu-se que os fatos dizem respeito à decisão, sobretudo do público, de suas representações sociais; afinal, é a própria população, neste caso também regional, que deverá ter conhecimento da realidade política para exercer sua cidadania, com reflexo na escolha de seus representantes políticos nos períodos eleitorais. Ou realmente é consciente desta realidade, daí cumpre o seu papel na organização de suas estórias.

Percebe-se que os demais poderes - leia-se, Executivo, Legislativo, Imprensa e sociedade civil – estão inertes, receosos que diante de qualquer movimento brusco os coloque diante de respingos da corrupção que ronda a administração pública do país. Nesse sentido, não podemos deixar de esclarecer e reafirmar que o jornal O Popular cumpre seu papel de agendar e informar algo que suscitava interesse da opinião pública, embora defina suas narrativas numa relação próxima aos poderes constituídos, organizando o pensamento da opinião pública, sutilmente. O que somente pode ser percebido numa análise aprofundada e holística das coberturas.

Importante destacar neste instante o paradoxo do conhecimento histórico do jornal e a ausência das narrativas em que os seus personagens políticos são indicados como participantes da contravenção. Como consequência, o questionamento do jornalista Alberto Dine no Observatório da Imprensa, discutido no decorrer deste estudo.

Dando continuidade as análises, os episódios seguintes são munidos de denúncias e interceptações telefônicas inéditas. Em um determinado momento, o jornal reproduz diálogos entre Cachoeira e Demóstenes Torres, no ano de 2009, onde a dupla aparece definindo estratégias políticas em benefício próprio. Neste momento da estória,

Demóstenes sofre uma mutação de personalidade dentro da narrativa. Deixa de ser apenas um personagem importante e passa a ser anti-herói indispensável na organização do esquema criminoso.

Sendo assim, o jornal O Popular sofre pressão da imprensa nacional - como alertado aqui anteriormente - de modo que o veículo goiano não pode mais desviar o olhar da agenda da mídia nacional e até internacional. As quais freneticamente apontavam para o escândalo, e por isso, decide intensificar em seu discurso a exploração da transgressão da imagem do personagem.

Porém, mesmo seguindo a linha da agenda das denúncias da imprensa nacional e da opinião pública regional, o diário goiano ainda alivia a figura do senador, quando deixa transparecer na sua narrativa que Torres teria sido usado por Cachoeira, o verdadeiro anti-herói. Seguindo uma linha de discurso do homem ética da oposição, moralizado, à princípio, o narrador distingue na sua estória, o Demóstenes “antes de Cachoeira” - guerreiro contra a corrupção - do Demóstenes “depois de Cachoeira” - parlamentar que cedeu a contravenção, tornando-se assim, corrupto e envolto à mentiras. Nem mesmo sua memória de passado, conseguiu encontrar os malfeitos do personagem, que atua na política por décadas.

Como já vimos, as narrativas constroem pensamentos, culturas, definem como consequência, muitas vezes, relações sociais e o caráter de um indivíduo. Portanto, a estória descrita pela mídia, se torna relevante para permear os limites da sociedade. Assim, faz-se importante compreender a posição de “quarto poder” da imprensa, de o jornal O Popular em especial para a região. Afinal, uma imprensa que evita contestar uma elite política não pode ser considerada o “cão de guarda” da cidadania, mas da sua moral particular, pois finda por estimular a manipulação e alienação da opinião pública.

No jogo político, consciente ou inconscientemente, o indivíduo está sujeito à influência das histórias publicadas que, talvez inicialmente, na sua essência seja pouco perceptiva no senso comum, mas, com o passar do tempo, as consequências desta estratégia jornalística poderá transparecer no comportamento da sociedade em geral. Muito embora seja necessário acrescentar a complexidade na recepção das mídias. O leitor pragmático convive com suas práticas sociais e suas significações, o que torna ainda mais importante as estratégias narrativas para a ordem institucional, mas com resistência do público.

Diante de tudo o que aqui foi abordado, concluimos que o jornal O Popular foi tendencioso ao desenvolver sua narrativa, além de se abster do aprofundamento dos assuntos nitidamente de interesse do público.

O posicionamento recuado do jornal diante da realidade visível dos fatos evidenciou a existência de um ‘neocoronelismo’ no Estado de Goiás, onde existe uma tentativa de manipulação da opinião pública. A colaboração do maior veículo de comunicação da região a esse tipo de política causa prejuízos à construção da opinião pública. Pois os seus direitos de acesso à informação na sua real proporção, lhes foi negado. Existindo uma possível imposição de um modo de pensar e agir, em prol da hegemonia no campo institucional e social do Estado, conforme lideranças estruturantes do espaço de representação. Tudo isso é possível a partir do trabalho de construção de estórias feitas pelo jornal O Popular. A partir da sua narrativa, deve-se concluir finalmente, o qual tem o poder de estabelecer suas marcas e interferências no meio social que alcança.

5. REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. 2011. Volume 6: p.111 a 125. Disponível em: <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/opapel.pdf>
Acesso em: 01 de novembro de 2012.

ANUÁRIO DE MÍDIA. **O Popular**. 2008. Atualizada em: 23/06/2011. Disponível em: <http://grupomm.mmonline.com.br/rss/anuariosMidia!anunciante.action?idfilial=14438>.
Acesso em: 11 de outubro de 2012.

ARANHA, M^a Lúcia de A. e MARTINS, M^a H. Pires. Cultura, Conhecimento, Linguagem, Pensamento. In: _____. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna. 1986.

BACELAR, Jorge. **Apontamentos sobre a história e desenvolvimento da impressão**. Universidade da Beira Interior, maio 1999. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/bacelar_apontamentos.pdf
Acesso em: 28 de outubro de 2012.

BERLO, David K. **O processo de comunicação: introdução à teoria e prática**. 10^o ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BLUMENCHEIN, Camila. **O revoltoso que ajudou a construir Goiás e Goiânia**. 10/09/2010. Disponível em: http://www.goiasnet.com/cultura/cul_report.php?IDP=9337.
Acesso em: 11 de outubro de 2012.

BORGES, Rosana Maria R.; LIMA, Angelita Pereira. **Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil – História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica**. Revista UFG, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2009.

CHISTOFORI, Elaine Cunha. **O jornalismo do futuro: o processo de comunicação no jornalismo digital**. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. Disponível em: http://www.facom.ufjf.br/documentos/downloads/projetos/1sem_2006/200601PDF/ECC_histofori.pdf. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

COSTA, Luciano Martins. **As sete quedas da imprensa**. 18/04/2012. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/as_sete_quedas_da_imprensa.
Acesso em: 10 de novembro de 2012.

DINES, Alberto. **Quando a imprensa regional olha para o lado**. 10/04/2012. Disponível em:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/quando_a_imprensa_regional_olha_para_o_lado. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

DINES, Alberto. **O Popular na cola de Carlinhos Cachoeira**. Observatório da Imprensa. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed690_o_popular_na_colade_carlinhos_cachoeira. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

DINES, Alberto. **Uma faxina que pode fazer história**. 17/04/2012. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/uma_faxina_que_pode_fazer_historia. Acesso em: 10 de novembro de 2012.

DONOS DA MÍDIA. **OJC (Organização Jaime Câmara)**. 1987 – 2008. Acessado em: 11 de novembro de 2012. Disponível em: <http://donosdamidia.com.br/grupo/21415>

J. CÂMARA E IRMÃOS S/A. **O Popular**. 2001-2012. Atualizada em: 09/10/2012; Acesso em: 09/10/2012. Disponível em: <http://www.opopular.com.br/>

MARTINS, Mário Ribeiro. **Um jornal minúsculo**. 04/04/2005. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=35849&cat=Artigos&vinda=S> Acesso em: 07 de outubro de 2012.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis: as formas de governo, a federação, a divisão dos poderes, o presidencialismo versus parlamentarismo**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. No prelo 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narratologia: análise da narrativa jornalística**. Brasília: Casa das Musas, 2005.

NUNES, Letícia. **A controvérsia, do Império aos nossos dias**. 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/ipub181120031.htm> Acesso em: 09 de outubro de 2012.

ORGANIZAÇÃO JAIME CÂMARA. **Organização Jaime Câmara**. 2011. Atualizada em: 09/05/2011; Disponível em: <http://www.ojc.com.br/index.php?id=/capa/index.php> Acesso em: 09 de outubro de 2012.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. Editora Campus, Rio de Janeiro, segunda edição revista e atualizada, 2001.

RÁDIO BRASIL CENTRAL. **Rádio Brasil Central**. 2012. Disponível em: http://www.radiobrasilcentral.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210&Itemid=134. Acesso em: 09 de outubro de 2012.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M.. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

REIS, Hilbert. **A teoria da árvore dos frutos envenenados**. 10/04/2012. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed689_a_teorias_da_arvore_dos_frutos_envenenados. Acessado em: 10 de novembro de 2012.

PARK, Robert E.. A notícia como forma de conhecimento: Um capítulo da sociologia do conhecimento. In: _____. **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1940.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso: Introdução à análise de discurso**. 2ª edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PORTAL DA PROPAGANDA, **Portal da Propaganda**, 2012. Disponível em: <http://www.portaldapropaganda.com.br/portal/propaganda/28447-veiculos-da-organizacao-jaime-camara-recebem-64-premios-de-jornalismo-em-2011>
Acesso em: 09 de outubro de 2012.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social de mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

THOMPSON, John B.. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THOMPSON, John. B.. **Ideologias e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

THOMPSON, John B.. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. Unisinos, 2001.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional**. 2ª edição. Florianópolis: Insular, 2008.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5ª edição, Rio de Janeiro: LTC, 2002.

WIKIPÉDIA. **JOHANNES GUTENBERG**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Johannes_Gutenberg. Acesso em: 09 de setembro de 2012.

WIKIPÉDIA. **O POPULAR**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_O_Popular. Acesso em: 09 de outubro de 2012.

WIKIPÉDIA. **ROBERT PARK**. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Ezra_Park Acessado em: 15 de outubro de 2012.

6. ANEXOS

- O POPULAR: Edição 01/03/2012, capa.

CONTRIBUINTE JÁ PODE ENVIAR IMPOSTO DE RENDA [13]

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIMÉ OLIVEIRA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA [2ª EDIÇÃO]

ANO 73 - Nº 21.243 R\$ 1,50 GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2012 [opopular.com.br] EXEMPLAR DE ASSINANTE

OPERAÇÃO MONTE CARLO

O cassino caiu

ORGANIZAÇÃO QUE EXPLORAVA JOGOS ILEGAIS FOI DESMANTELADA

A OPERAÇÃO **OS PRESOS**

Carlinhos Cachoeira
Carlos Ramos, suspeito de coordenar o esquema, há oito anos esteve envolvido no 1º escândalo do governo Lula

Wladimir Garcêz
Empresário, ex-vereador e ex-presidente da Câmara de Goiânia

E mais:
80 envolvidos, sendo 44 policiais

Caça-niquels são apreendidos pela Polícia Federal

Mega operação da Polícia Federal e Ministério Público Federal prendeu ontem quadrilha que seria comandada pelo empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Grupo contava com esquema de proteção do braço forte do Estado. Pelo menos 80 pessoas teriam envolvimento, entre políticos e agentes públicos. [14] 7

OPINIÃO

EDITORIAL

Ao contrário de Brasília, Assembleia goiana insiste em manter R\$ 148,152 salários, esta inacreditável irregularidade.

APITSAIRHAN

Se os senhores Campos e Bolsonaro não aprenderam na escola, o Brasil é uma nação política. [9]

EM GOIÁS

Dívida do IPVA vai parar na Serasa

Mais de 50 mil devedores do IPVA em Goiás terão seus nomes inscritos, a partir de hoje, na Serasa. São pessoas com referência aos anos de 2007 a 2010. [6]

NOVO PRAZO

Recadastramento de título vai até dia 23

Os eleitores goianos que não fizeram o recadastramento do título eleitoral vão ter nova oportunidade. O prazo foi prorrogado pelo

TRE até 23 de março. Mais de 175 mil pessoas não compareceram para atualizar documentos. Jufra pede que eleitor agende pela internet. [3]

GOIÂNIA

Atlético e Crac vencem no retorno

Atlético e Crac venceram Humbaira e Rio Verde, respectivamente, na estreia do 2º turno do Goiano. Confira também o resultado de Goiás e Anápolis. [2] e 22

AGÊNCIAS DA CAIXA LOTADAS IRRITAM CLIENTES [1]

LEIS DE INCENTIVO AO ESPORTE E CULTURA TÊM CORTE [1] e [2]



FOUNDAÇÃO 0,5000% CUSTO R\$ 56,00 DIÁRIO (COMERCIAL) R\$ 1,14 DIÁRIO (PARALIZADO) R\$ 1,81 EURO (TURISMO) R\$ 2,40 BOVESPA -0,22% BOIGORDO A VISTA (PARCELAS) R\$ 96,81

tempo	34º
humidade	85%
vento	35%

Ore Goiás, rubia do core parciais de 2-0 em favor de Goiás. O resultado foi parcialmente divulgado.

LOTÉRIAS
Ante o fim do prazo de inscrição, o site da Caixa Econômica Federal estava fora do ar e não foi possível saber o resultado do sorteio de ontem da Quina, Mega-Sena e Lotomania.

48
[1] e [2]

LEITOR	3250-5323
LEITOR	3250-5353
LEITOR	3250-1220

- O POPULAR: Edição 01/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, quinta-feira, 1º de março de 2012



Operação liga Carlinhos Cachoeira a policiais

Organização teria atuado durante 17 anos, com envolvimento de delegados, policiais militares e federais

Oito anos após ter seu nome envolvido no escândalo que culminou na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, o goiano Carlinhos Cachoeira, voltou ao noticiário nacional. Ele foi preso ontem em Goiânia, durante a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal (PF) suspeito de chefiar uma organização que

explorava jogos do bicho e caça-níqueis em Goiás, Distrito Federal e mais três Estados. O esquema, segundo a PF, funcionava há 17 anos e contava com integrantes das Polícias

Civil e Militar goiana, além da própria Polícia Federal. Ao todo, 80 pessoas estavam envolvidas com a organização. Entre elas estão o ex-presidente da Câmara de

Goiânia, Wladimir Garcez Henrique, oito delegados - dois da Polícia Federal e outros seis da Polícia Civil de Goiás, além de três tenentes-coroneis, um major, um

capitão, dois sargentos, quatro cabos e 18 soldados da PM goiana. A Polícia Civil investiga ainda ligações da organização com políticos.

PIB
Goiás 2012

Goiás cresce tanto
que até parece conto de fadas.

O crescimento de Goiás é surpreendente. Hoje o Estado ocupa o posto da 9ª economia do País. De acordo com a SEGPLAN a participação de Goiás no PIB nacional atingiu a marca recorde de 2,64% e foram adicionados mais de 10 milhões de reais na nossa economia, o maior incremento da série histórica do PIB. Isso tudo em meio a uma crise financeira mundial, onde graças ao crescimento do nosso agronegócio conseguimos sair imunes. Para celebrar números tão expressivos de Goiás, o jornal O Popular lança o projeto PIB Goiano 2012, um evento onde os maiores investidores do Estado têm o devido reconhecimento pela sua contribuição. Se a sua empresa faz parte dessa história, participe e dê ainda mais motivos para Goiás seguir crescendo.

Patrocínio:

Realização:

O Popular
A evolução da informação.

• O POPULAR: Edição 01/03/2012, página 5.

GOIÂNIA, quinta-feira, 1º de março de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Jogatina era protegida pelo aparato do Estado

Policiais faziam operações falsas, proteção a casas de jogos e combate a grupos rivais de Cachoeira

Deleza Assis

Uma organização criminosa altamente sofisticada e que esbanjou sucesso nos negócios por quase duas décadas graças a proteção do braço forte do Estado. Assim pode ser classificada a quadrilha comandada pelo empresário do jogo do bicho Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, desarticulada ontem na Operação Monte Carlo, desencadeada após investigação presidida pelo Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO) e a Polícia Federal no Distrito Federal (PF-DF). O bicheiro, pivô do primeiro escândalo do governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ficou conhecido ao aparecer em vídeo supostamente oferecendo propina a Waldomiro Diniz, homem de confiança do então ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu, que caiu após a denúncia. A principal marca desse grupo era, segundo a polícia, a proteção do Estado nas operações criminosas.

A megaoção foi desencadeada em quatro Estados e no Distrito Federal. Com Cachoeira, 31 pessoas foram presas — 9 delas em Goiás. Pelo menos 80 pessoas teriam envolvimento com o esquema criminoso. Entre os investigados de Goiás, o ex-vereador e presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Wladimir Garcez, dois delegados da Polícia Federal e 29 integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás (veja reportagem na página 6). Segundo os

procuradores do MPF-GO, Daniel de Resende Salgado, Lea Batista de Oliveira e Marcelo Ribeiro de Oliveira, os agentes públicos eram responsáveis por desenvolver "pseudo-operações de neutralização dos jogos do bicho para dar a sensação de que havia funcionamento das instituições policiais". Era além: aos integrantes do sistema de Segurança Pública em Goiás caberia até o combate a grupos rivais de Cachoeira, levando à cartelização do jogo.

Em troca, o pagamento de propina, cujo valor variava com a função do agente público ou a patente do militar, por exemplo. Segundo os investigadores, um soldado de fuzil ganhava em média entre R\$ 180 e R\$ 200 para fazer a segurança das casas onde as máquinas caça-níqueis eram operadas. "O sargento ganhava mais. O delegado da Civil recebia R\$ 4 mil mensais em média", afirmou ontem o procurador Daniel Salgado, durante entrevista concedida na sede da PF em Brasília. "Houve tentativa de investigação em 2006, mas as informações sempre vazavam. Houve até a 'ocagem' de máquinas antes de uma das operações contra o grupo — as máquinas são 'limpas', permanecendo só a carcaça. Quando uma organização criminosa passa a se infiltrar no Estado, ele fica vulnerável", acentua.

Das 31 prisões realizadas dentro da Operação Monte Carlo, 9 foram em Goiás e 19 no Distrito Federal. Houve também uma prisão em cada um dos Estados do Tocantins, Rio de Janeiro e Espírito Santo e a apreensão de 200 máquinas caça-níqueis em duas casas de Goiânia e em quatro de Vulpáreis de Goiás, no Entorno do DF, além de R\$ 180 mil em dinheiro. As investigações ainda não apontam para o faturamento da quadrilha, mas apenas uma das casas geraria lucro líquido de mais de R\$ 1 milhões mensais.

Veja vídeo a versão mais detalhada em www.o-popular.com.br



Máquinas caça-níqueis apreendidas pela Polícia Federal na Operação Monte Carlo

"O sargento ganhava mais. O delegado da Civil recebia R\$ 4 mil mensais em média. Houve tentativa de investigação em 2006, mas as informações sempre vazavam. Houve até a 'ocagem' de máquinas antes de uma das operações contra o grupo — as máquinas são 'limpas', permanecendo só a carcaça. Quando uma organização criminosa passa a se infiltrar no Estado, ele fica vulnerável."

DANIEL REZENDE SALGADO, procurador da república em Goiás

COMO FUNCIONA O ESQUEMA

CARLINHOS CACHOEIRA
Apontado como chefe da quadrilha



SUORTE POLICIAL
Policiais militares, civis e federais recebiam propina regular para proteger os exploradores da jogatina, vazarem informações e despistar as fiscalizações.



EXPLORADORES DA JOGATINA
Compartiam uma espécie de "franquia" de Carlinhos Cachoeira para podermos explorar o negócio. Estima-se que mais de 200 casas com máquinas caça-níqueis funcionavam em cinco Estados.



DELTA

DELTA CONSTRUTORA
Policiais federais fizeram busca e apreensão de documentos na sede da empresa em Goiânia e um dos diretores prestou depoimento.



WILADIR GARCEZ
Ex-presidente da Câmara Municipal de Goiânia, atualmente trabalha como representante comercial da Delta Construtora. Foi preso por suspeita de participar do esquema.



Semana de Cultura e Cidadania
Rector da PUC e prefeito de Anápolis fecham parceria



Procurador geral de Anápolis, Wladimir Garcez, prefeito de Anápolis, fechou parceria com a PUC Goiás. O acordo prevê a realização de eventos culturais e esportivos em Anápolis, para que eles possam participar das atividades gratuitas da programação da Semana. A visita foi acompanhada pelo psicólogo Waldemar Vieira, diretor do Instituto Dom Fernando.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Inscrições para bolsas começam hoje

A Pró-Reitoria da Pós-Graduação e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, por meio da Coordenação de Pesquisas, começa a receber hoje as inscrições para o Processo Seletivo PUC Goiás 2012/2013, para cinco modalidades de programas de iniciação científica, que juntos oferecem mais de 280 vagas, incluindo bolsistas (210) e voluntários. O edital com todas as

informações está disponível na página da Pontifícia do site da PUC Goiás (www.pucgoias.edu.br/procurador). As inscrições prosseguem até o dia 31 de março.

Podem se candidatar a uma bolsa aluno regularmente matriculado nos cursos de graduação da PUC Goiás, exceto dos dois últimos períodos. A inscrição deve ser feita especificamente para um dos programas.

PUC Itapetins recebe alunos com Open Day

A PUC Itapetins realizou, no tempo-livre, 28, o Open Day, evento de recepção dos alunos da primeira e de apresentação da escola à comunidade. Em sua segunda edição, o Open Day aproveitou para abordar o tema da Campanha de Fraternidade 2012, Fraternidade e Serviço Público.

Alunos de escola, a médica Maria Helena Damasceno Vieira Bessinghalo ofereceu apresentação artística dos presentes, disponibilizou panfletos, em italiano, com informações sobre presença escolar e um cartaz sobre o modelo de saúde solidária na Itália.



Palma O'Sullivan, coordenadora da PUC Itapetins, fala sobre o modelo de recepção aos alunos.

Conferência abre ano letivo dos pós-graduações em Ciências da Religião

O professor e doutor Enzo Faria, da Universidade Di Paula (Unipa), faz hoje, às 18 horas, a conferência de abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação, Religião, Sociologia e Ciências da Religião, no auditório do Bloco (Anexo 2), com o tema Religião como Construção: Níveis Lógicos. A conferência é gratuita. Informações: (62) 3046-1673.

EXTENSÃO

Responsabilidade civil no Direito do Consumidor

O curso de extensão Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor da PUC Goiás, que será ministrado pelo professor Fabrício Casagrande Zanetti, está com inscrições abertas, no site www.pucgoias.edu.br/extension.

As aulas serão realizadas durante os meses de abril, maio e junho. A duração é de 60 horas-aula, voltadas para a complementação das atividades acadêmicas na graduação e pós-graduação.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Av. Universidade, nº 1448, Setor Universitário - Goiânia
Telefone: (62) 3246-1600 - www.pucgoias.edu.br

• O POPULAR: Edição 01/03/2012, página 6.

6 O POPULAR

GOIÂNIA, quinta-feira, 1º de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO



Wladimir Garcéz na sede da Polícia Federal em Goiânia, onde prestou depoimento

"Ele não representa a empresa."

CLAUDIO ABREU, diretor da Delta Construções, sobre Wladimir Garcéz

"Prisão foi abusiva. Tudo deveria ser resolvido no Juizado de Pequenas Causas."

RICARDO SAYEG, advogado de Carlos Cachoeira



Policiais federais retiram material apreendido de caminhão Delta

Polícia faz busca e apreensões na Delta

Pedro Palazzo

A Delta Construções S.A. foi um dos alvos das buscas e apreensões da Operação Monte Carlo. Policiais federais recolheram documentos no escritório da empresa em Goiânia, localizada no Edifício NewBusiness Style, na Avenida Jamel Cecílio, Jardim Goiás. O diretor da empresa, Claudio Abreu, diz não ter conhecimento dos fatos. Enquanto a Polícia Federal (PF) de Brasília recolhia a papelada na empresa, o diretor prestava depoimento na sede da corporação.

Um dos detidos na operação, o ex-presidente da Câmara de Goiânia Wladimir Garcéz, disse em depoimento que é representante comercial da Delta há seis anos e que possui renda de R\$ 10 mil. No fim do dia, já no escritório da empresa, Abreu negou a informação. "Ele não representa a empresa."

O diretor regional confirmou ser amigo pessoal de Garcéz, mas insistiu não haver vínculo do ex-vereador e ex-secretário de Estado do

Trabalho (entre 2003 e 2004) com a empreiteira envolvida em suspeitas de irregularidades. A mais recente envolve a contratação de caminhões de coleta de lixo em Goiânia, que possui frota própria. Caso semelhante aconteceu em 2009.

A Delta participou também do consórcio que venceu a licitação para fornecer fotossensores instalados nos semáforos da capital. A concorrência foi realizada em 2005 e só concluída em 2009. O processo se arrastou devido a questionamentos das outras proponentes, que se sentiram prejudicadas. O Ministério Público do Estado de Goiás (MP) também fez questionamentos relacionados a este caso.

A empresa também está envolvida em procedimentos questionados em Palmas (TO). O MP daquele estado denunciou por improbidade administrativa representantes da empresa e da prefeitura de Palmas na celebração de um contrato para limpeza urbana. Colaboraram Alfredo Menguinho e Patricia Drummond.

Participação de políticos será apurada

A Operação Monte Carlo, segundo os procuradores da República em Goiás, está longe do fim. Numa segunda fase dos trabalhos, a investigação deve se concentrar na identificação de suposto envolvimento de políticos com a máfia dos caça-níqueis. As suspeitas, mais uma vez, recaem para a possibilidade de o lucro da jogatina estar sendo utilizado no pagamento de despesas de campanhas de candidatos de vários partidos políticos.

Essa investigação, no entanto, será comandada por autoridades que têm competência para este tipo de atuação em caso de foro privilegiado, apenas o procurador-geral pode desencadear investigações dessa natureza.

Os presos na Operação Monte Carlo devem responder por crimes como corrupção ativa e passiva, facilitação ao contrabando, contrabando, violação de sigilo, lavagem de capitais, peculato e formação de quadrilha. (Deire Assis)

Prisões realizadas após 15 meses de investigações

Oito delegados e 29 militares, até mesmo de altas patentes, são suspeitos de integrar o esquema

Rosana Melo

Oito delegados — dois da Polícia Federal e outros seis da Polícia Civil de Goiás — estão entre os investigados da Operação Monte Carlo, deflagrada ontem, depois de 15 meses de investigação. Além dos delegados, 3 tenentes-coroneis, 1 major, 1 capitão, 2 sargentos, 4 cabos e 18 soldados da Polícia Militar goiana são suspeitos de integrar quadrilha que explora jogos de azar. Por causa das suspeitas, o comandante do Policiamento da Capital (CPC) da PM, coronel Sérgio Katayama apresentou-se a Corregedoria da PM e logo depois colocou seu cargo à disposição do comandante-geral, coronel Edson Costa Araújo.

De acordo com fontes ligadas à Polícia Federal, os dois delegados da instituição são Fernando Bayron e Deuselino Valadares. Nenhum dos dois permanece preso. Deuselino apresentou-se no fim da manhã, teria sido ouvido e liberado. A assessoria de comunicação da Polícia Federal do Distrito Federal informou que o envolvimento dos delegados federais no esquema e o vazamento de dados sigilosos para integrantes da quadrilha.

Entre os delegados da Polícia Civil goiana está o corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública-Justiça, Aredes Correa Feres (veja todos os nomes no quadro). Os delegados e os cinco oficiais da PM suspeitos de envolvimento na quadrilha, conforme a investigação da PF, receberiam propi-

Cachoeira pode ir parar em presídio federal

De acordo com a procuradora Lea Batista, do Ministério Público Federal de Goiás (MPF-GO), foi pedido o afastamento de todos os agentes públicos acusados de envolvimento com a máfia dos caça-níqueis e, segundo ela, todos já haviam sido afastados temporariamente de suas funções. E em razão da ampla infiltração do grupo nos organismos estatais, o MPF pediu que fosse determinado pela Justiça Federal o encaminhamento de Carlos Cachoeira a um presídio federal. O advogado do empresário, Ricardo Sayeg, considerou a prisão abusiva e a operação superdimensionada. Segundo ele, as acusações são contraditórias com contravenção e deveriam ser resolvidas no Juizado de Pequenas Causas.

De acordo com os procuradores da República responsáveis pela investigação, os integrantes da quadrilha comandada por Carlos Cachoeira eram muito bem informados sobre todo tipo de investigação que estivesse sendo gestada pela Polícia Federal. O acesso aos dados seria facilitado pelos delegados suspeitos de participação no esquema. Segundo eles, o objeto da organização deixava de ser a exploração do jogo e passava a ser a corrupção de servidores públicos. Mesmo com o sigilo envolvendo a operação, de ontem, circulava desde a semana passada, nos bastidores da Segurança, que uma operação seria desencadeada e que atingiria membros das cúpulas das Polícias Civil e Militar em Goiás, além da PF. (D.A.)

nas semanais e mensais para dar proteção aos exploradores dos jogos de azar, passar informações sobre ações de fiscalização e das polícias.

Os delegados e os oficiais, conforme a PF, chegavam a receber R\$ 4 mil por mês, enquanto os de menor patente, como soldados, recebiam diárias que variavam entre R\$ 180 e R\$ 200. Sargentos recebiam R\$ 300. Quanto maior a patente, maior a propina. Ainda são investigados 1 major, 1 capitão, 2 sargentos, 4 cabos e 18 soldados da PM goiana, e 1 sargento da PM do DF.

A assessoria da PF no DF informou que seis casas onde funcionavam caça-níqueis — duas na capital e quatro em Valparaíso — foram fechadas. A PF acredita que mais de 200 casas de caça-níqueis funcionavam em Goiás, Espírito San-

to, Tocantins, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Estima-se que em apenas seis meses a movimentação financeira das seis casas fechadas ontem chegue a mais de R\$ 3 milhões. Todos os suspeitos podem ser indiciados por corrupção ativa e passiva, contrabando, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, peculato, violação de sigilo, formação de quadrilha, além da contravenção penal de exploração de jogo de azar.

Um alto funcionário da Polícia Civil goiana contou que o delegado Nireu Chaves Junior, do 2º Distrito de Luziânia, foi preso em flagrante, com um revólver com a numeração raspada na casa dele. A PF confirmou a prisão em flagrante de um delegado pelo crime, mas não confirmou o nome dele. O inquérito segue em segredo de Justiça.

SUSPEITOS DE PARTICIPAÇÃO

Veja quem são os acusados de integrar o grupo que supostamente está infiltrado na área de segurança pública

POLÍCIA FEDERAL	JURACY JOSÉ PEREIRA Delegado regional da Polícia Civil em Luziânia	1 capitão 1 major 2 sargentos 4 cabos 18 soldados
2 delegados lotados em Goiânia	NITEU CHAVES JUNIOR Titular do 2º DP de Luziânia	JUDICIÁRIO DE GOIÁS
DEUSELINO VALADARES	MARCELO MAUAD Titular do 2º DP de Valparaíso	1 servidor lotado em Valparaíso de Goiás
FERNANDO BAYRON	JOSÉ LUIS MARTINS DE ARAÚJO Titular do 1º DP de Águas Lindas de Goiás	POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
1 auxiliar administrativo lotado em Brasília (DF)	HYLO MARQUES PEREIRA Titular da Delegacia de Alamedia	1 policial
POLÍCIA CIVIL DE GOIÁS	POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS	POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
6 delegados	3 tenentes-coronel	1 agente
AREDES CORREA FERES Corregedor-geral da Secretaria de Segurança Pública e Justiça	SÉRGIO KATAYAMA	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
		1 sargento

• O POPULAR: Edição 01/03/2012, página 7.

GOIÂNIA, quinta-feira, 1º de março de 2012

O POPULAR 7

OPERAÇÃO MONTE CARLO



Policiais Federais chegam à Superintendência da Polícia Federal em Brasília com materiais apreendidos ontem durante Operação Monte Carlo. Cristiano Borges

"Não podemos perder tempo com aqueles que, por opção, vão fazer essa jogatina. Se fosse denunciado, todo procedimento legal iria ser tomado, mas só iria agir se houvesse denúncia".

CORONEL SÉRGIO KATAYAMA

"Nunca fiz negócio nenhum com ele. Não sei o que ele faz da vida, no que trabalha ou deixa de trabalhar."

ALEXANDRE BALDY, secretário de Indústria e Comércio, sobre Carlos Cachoeira

Coronel Katayama deixa cargo

Ex-comandante de policiamento na capital diz que afastamento dará maior transparência a apurações

Cleomar Almeida

Com apenas nove meses no comando de policiamento da capital, o coronel Sérgio Katayama entregou na tarde de ontem o cargo na sede da Polícia Militar de Goiás, após ser apontado pela Operação Monte Carlo como um dos integrantes da máfia dos caça-niqueis. Em seu lugar, assumiu o tenente-coronel Márcio Queiroz. "Não tenho conhecimento das acusações nem sei quando vou ser ouvido, mas estou pronto para responder à Justiça", afirmou Katayama. O coronel soube, na corregedoria-geral da corporação, que seu nome estava incluído na lista de acusados, e alegou não ter nenhum envolvimento com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlos Cachoeira, suposto comandante do esquema. "Senti espanto, a surpresa é enorme e a vergonha é muito grande perante os meus familiares, amigos e a sociedade goiana", lamentou.

Segundo ele, o cerco aos pontos do jogo de azar em Goiânia não foi prioridade em sua gestão, mas apenas o combate ao crime e à violência. "Não podemos perder tempo com aqueles que, por opção, vão fazer essa jogatina. Se fosse denunciado, todo procedimento legal iria ser tomado, mas só iria agir se houvesse denúncia", salientou, assegurando que todas as denúncias foram encaminhadas às delegacias para que houvesse as apreensões. "Nosso foco não era combater contravenções."

Ele frisou que não sabe se policiais militares seriam responsáveis pela segurança do empresário. Enquanto seguem as investigações, o oficial deve cumprir seu expediente na Polícia Militar, mas em lotação ainda indefinida. Ele ressaltou que entregou o comando com a expectativa de haver "transparência nas apurações".



Sérgio Katayama: policial se diz surpreso e com vergonha de ter sido citado



Um dos presos detidos ontem chega à unidade da Polícia Federal em Goiás

Suspeitas levantadas em fevereiro de 2011

A suspeita de envolvimento de integrantes da Polícia Militar (PM) com a máfia dos caça-niqueis foi levantada em fevereiro do ano passado, quando o secretário de Segurança Pública (SSP) do Estado, João Pardo Neto, decidiu afastar a corporação do combate à exploração das máquinas em Goiás. Na época, ele determinou que os militares fizessem apenas o policiamento ostensivo porque, conforme divulgou O

POPULAR, havia inúmeras denúncias sobre desvios de conduta de policiais que deveriam cercar o jogo ilegal. Por causa da determinação, somente os policiais civis realizariam as investigações e teriam de solicitar formalmente auxílio. Mas, na prática, nada mudou. O comando do 7º Batalhão da PM informou, na época, que não houve orientação para ser repassada a corporação e, portanto, os trabalhos seguiram.

Parentes de Wladimir Garcêz e Cachoeira são lotados no governo

Se no meio político de Goiás o clima foi de tensão ontem com a Operação Monte Carlo, no quinto andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira a apreensão foi ainda maior. Nos bastidores, as informações são de que a Secretaria de Indústria e Comércio tem no quadro de auxílios pelo menos sete parentes de Wladimir Garcêz e Carlinhos Cachoeira, ambos presos.

Segundo servidores da SIC, Wladimir tem trânsito livre na secretaria e visita o local com frequência. "Ele vem praticamente todos os dias aqui", diz uma funcionária. Irmã de Wladimir, Cida Garcêz era assessora de pasta até o mês passado, quando saiu para ocupar cedeira na Câmara de Goiânia. Duas filhas dela ainda estavam na secretaria, além da atual e da ex-mulher de Wladimir. Ainda de acordo com relatos de funcionários, um sobrinho de Cachoeira também trabalhava na pasta. Outros dois nomes foram citados, mas a reportagem não conseguiu confirmar as nomeações.

Titular da SIC, Alexandre Baldy disse na tarde de ontem que desconhece a presença de parentes dos dois. Ele confirmou que Cida trabalhou na pasta, nomeada por "costuras político-partidárias". "Não sei se há outros parentes. Posso levantar tudo e informar amanhã (hoje)". Ele passou o dia em São Paulo.

Baldy nega que Wladimir tivesse tratamento diferenciado. "Todos que vão à secretaria têm trânsito aberto, entram e saem. Sou a pessoa mais fácil, suscetível e de porta aberta. Ele (Wladimir) vai lá, não vou negar, mas relação de coisa para ver, para cuidar, para fazer, comigo ele não tem nenhuma."

Sobre Cachoeira, Baldy disse que tem relação "quase familiar" e o considera um "bom amigo". "Mas nunca fiz negócio nenhum com ele. Não sei o que ele faz da vida, no que trabalha ou deixa de trabalhar." Cachoeira é tio da mulher de Marcelo Limório Filho, cunhado do secretário. (Fabiana Pulcinelli)

Escândalo nacional em 2004

Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlos Cachoeira, ficou conhecido em todo o país no início de 2004 quando a revista Época Veículos reportagem mostrando a transcrição de um vídeo em que ele aparecia negociando com o ex-subchefe da Assessoria Parlamentar da Presidência da República, Waldomiro Diniz, verbas para a campanha eleitoral de 2002.

Na época da gravação do vídeo, Waldomiro Diniz presidia a Loteria do Estado do Rio de Janeiro (Loteri), que era controlada pela Capital Construtora e Limpeza Ltda., empresa de Carlos Cachoeira sediada em Anápolis. A fita chegou às mãos do senador Antônio Feres de Barros (PSDB-MT) que a repassou ao Ministério Público.

Na conversa gravada, Waldomiro acertava contribuições mensais de R\$ 150 mil para Benedita da Silva (PT) e Rosinha Mathews (PMDB), ambas candidatas ao governo do Rio na época. (Malu Longo)

Hábitos simples em Anápolis

Anápolis - O empresário Carlos Augusto Ramos, conhecido como Carlinhos Cachoeira, nasceu em Anápolis, onde ainda mora a maior parte de seus familiares - pais e irmãos.

Apesar de não viver mais na cidade, Cachoeira continua sendo uma pessoa querida na comunidade, tanto que sempre que está em Anápolis costuma reunir os amigos na chácara de um dos seus irmãos, localizada nas proximidades do bairro de Lourdes, na região leste da cidade.

"O local é acolhedor, mas sem luxo", disse um amigo que não quis se identificar, relatando apenas que a chácara tem uma casa pequena, uma piscina, churrasqueira e campo de futebol soquete, entre outras instalações. "Como ele é uma pessoa simples, assim como seu círculo de convivência, ninguém busca mais do que um futebolzinho, cerveja e uma boa conversa. (Paulo Nunes Gonçalves)

- O POPULAR: Edição 03/03/2012, capa.

JEEP LANÇA O UTILITÁRIO COMPASS NO BRASIL

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

ANO 73 - Nº 21.245 **R\$ 1,50** GOIÂNIA, SÁBADO, 3 DE MARÇO DE 2012 opopular.com.br EXEMPLAR DE ASSINANTE

OPERAÇÃO MONTE CARLO

EMPRESA FOI ADQUIRIDA NO ANO PASSADO E, SEGUNDO INQUÉRITO, SERIA USADA PARA LAVAGEM DE DINHEIRO DA MÁFIA DOS CAÇA-NÍQUEIS

Delegado da PF era sócio de Cachoeira em empresa

O Ministério Público Federal aponta, em inquérito que O POPULAR teve acesso, o delegado Deuselino Valadares como sócio de Carlinhos Cachoeira em empresa de segurança. Operação desmantelou quadrilha que explorava jogos ilegais. **16**

Investigação aponta relação com políticos

Apuração da Polícia Federal e do Ministério Público Federal, na Operação Monte Carlo, mostra relação entre Carlos Cachoeira e políticos goianos. **17**

ASSINE O POPULAR NESTE FINAL DE SEMANA
sábado 8h às 17h
domingo 8h às 12h
www.opopular.com.br
Tele POP Ligue e Assine 62 3250-5353

JARDIM NOVO MUNDO
Morador reclama de falhas no transporte

População do Jardim Novo Mundo foi às urnas de projeto da TV Anhanguera e escolheu transporte como pior serviço do bairro. **14**

O Popular face a face 1966



PREÇOS, GAYS E RELIGIÃO NO FACE A FACE
Em resposta a leitores do POPULAR, João Campos (foto) fala sobre projetos para "curar" gays, religião e elevar teto de pena para bandido a 50 anos. **10**

PRAÇA EM TRINDADE



Boi no rolete atrai centenas de pessoas a evento promovido pela prefeitura. Muitos fazem fotos no celular

Inauguração custa 50% do investido

Boi no rolete, feijão tropeiro, shows, foguetório, discurso e telões com realizações

da gestão - além de críticas pesadas a adversário. Esse foi o cenário da inauguração de uma praça, em Trindade. O prefeito Ricardo Fortunato nega propaganda política. Ele diz que festa custou R\$ 4 mil e prefeitura investiu R\$ 8 mil na obra. **11**

Sebastião Nogueira



Paramédicos atendem vítimas de acidente com quatro carros na região do Goiânia 2

TRÂNSITO

Acidente de ambulância causa morte de paciente

Miguelina Vilas Boas morreu ontem após acidente na Perimetral, no Goiânia 2. Ela era transportada, após cirurgia cardíaca, por uma ambulância, foi arremessada para fora e esmagada pelo veículo após colisão. **15**

SUS

Mamografias e partos são reprovados

O serviço de saúde pública de Goiânia tirou nota 6,48 na avaliação do Ministério da Saúde, ficando na 5ª posição entre as capitais brasileiras. No entanto, mamografias, partos e escovação ficaram com pontuação abaixo de 5. **8**

TRIBUTOS

Colchão fica mais caro após norma da Sefaz

Nova forma da Sefaz de cobrar o ICMS das 600 empresas que vendem colchão em Goiás fez com que o preço do produto subisse no Estado. Substituição tributária já elevou preço de bebidas, autopeças e rações. Empresários reclamam. **14**

GOIÁS PEGA O CRACHOJE PARA FUGIR DO DRAGÃO 121

VEJA PASSO A PASSO DA MAQUIAGEM DAMODA Magazine

OPINIÃO

EDITORIAL

Índice de Confiança sobe e se vê que o consumidor goiano de modo geral tem o controle de seus gastos. **18**

WANDERLEY DE FARIA

O período longo de baixa cotação do dólar deu origem a uma explosão de importações e reduziu as exportações. **19**

ISSN 1077-622-1



Tempo	35°
Minim. 16°	95%
	35%

Em Goiás, nublado a noite com pancadas de chuva e trovoadas isoladas, exceto no Oeste.

LOTÉRIAS
Até o fechamento desta edição a Caixa Econômica Federal não havia divulgado os resultados da Quina e da Dupla Sena.

CLASSIFICADOS
1.915 ofertas de IMOVEIS

44

LEITOR
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,5259% OURO R\$94,00 DÓLAR (COMERCIAL) R\$1,733 DÓLAR (PARALELO) R\$1,88 EURO (TURISMO) R\$2,377 BOVESPA +1,45% BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$86,10

- O POPULAR: Edição 04/03/2012, capa.



DOURADO
Se antes era coisa de peruá, hoje dourado é a cor da moda. Teremos mais uma temporada em calças, blusas, sapatos e bolsas, agora, com a aposta em um tom mais envelhecido. [Magazine]

DOMINGO

747 OFERTAS DE EMPREGO

CLASSIFICADOS

DRAMA ESPÍRITA
A novela Amor Eterno Amor, que estreia amanhã no horário das seis na Rede Globo, tem gênero espírita e conta com participação de Gabriel Braga Nunes e Leticia Persiles. [MagazineTV]

ASSINE O POPULAR NESTE FINAL DE SEMANA
sábado 8h às 17h
domingo 8h às 12h
www.opopular.com.br
Tele POP Ligue e Assine 02 3250-5353

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 73 - Nº 21.246 **R\$ 2,50**

GOIÂNIA, 4 DE MARÇO DE 2012

[opopular.com.br]

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Construtora ligada a Cachoeira tem 276 milhões em contratos públicos

A Delta Construções foi uma das empresas alvo de buscas e apreensões da Operação Monte Carlo, deflagrada na última quarta-feira, que investiga o jogo ilegal em Goiás e mais quatro Estados. Só nos últimos dois anos, a empresa teve, pelo menos, R\$ 276 milhões em contratos com o governo estadual e as prefeituras de Goiânia, Anápolis, Aparecida e Catalão, onde presta serviços de limpeza, aluguel de carros e infraestrutura. Parte dos contratos é questionada pelo Ministério Público. [4a6]

b) Salas ocupadas por CLÁUDIO DIAS ABREU, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS, WLADIMIR CARCEZ HENRIQUE e ANDRÉ TEIXEIRA JORGE, vício, DECA, na empresa DELTA, com endereço na AV DEPUTADO JAMEL CECILIO 2496 QUADRAB- 22, LOTE 4E, 16º ANDAR - EDIF NEW BUSINESS, BAIRRO: JARDIM GOIÁS - GOIÂNIA- GO;

Trecho do inquérito do Ministério Público Federal que apresenta relação entre Carlinhos Cachoeira e a Delta Construções: ele tinha escritório na empresa

JARDIM NOVO MUNDO

Moradores e CMTC buscam soluções para transporte

O pior problema do Jardim Novo Mundo e região, segundo moradores, é o sistema de transporte. Reunião na 52-feira, com CMTC, debate alternativas. [8]

"CURA GAY" É RETROCESSO, DIZEM ESPECIALISTAS

OPINIÃO

EDITORIAL

O transporte coletivo já foi melhor. A demanda de passageiro cresceu, mas nada mais previsível do que isto. [8]

CILDEALVES

Combater ações de governo é um direito de todos. Condenar pessoas publicamente por suas ideias é intolerância. [9]

ELIO GASPARI

A privatista petista queimou o patrimônio social dos ferroviários da Rede Ferroviária Federal. [13]

Esporte



Atacante Reis, de Goiás, disputa bola com adversário. Jogando com um a mais, Verdão foi lento e sem objetividade

Hélio dos Anjos pede para sair do Dragão [26]

Atacante Roni pendura chuteiras amanhã [24]

Goiás empata e pode perder liderança

Ontem, contra o Crac, em Catalão, o Goiás decepcionou a torcida - que nos últimos cinco jogos só viu uma vitória. O empate, em 1 a 1, dá ao Atlético a oportunidade de tirar hoje, contra a Aparecidaense, a liderança do Verdão, pela primeira vez na competição. [23]

RECORDE

Mais de 10 mil famílias devem condomínio

Cerca de 15% dos goiânienses residentes em condomínios devem a taxa mensal. Especialistas indicam cobrança amigável, que resolve 80% dos casos. [16]

ELEIÇÕES 2012

Sem Marconi, PSDB oficializa Leonardo

Leonardo Vilela é oficialmente pré-candidato do PSDB à Prefeitura. Marconi não compareceu, pois decidiu não participar ativamente das eleições deste ano. [12]



Maverick GT
Este Selo + **R\$ 14,90**
O Popular
www.opopular.com.br

ISSN-7677-622-4



Tempo
37°
17°

UMIDADE
85%
35%

Em Goiás, mudado com períodos de mudado com possibilidade de chuvas isoladas no Sul e no Sudoeste.

QUINA
Concurso 214
09 10 21
32 59

MEGA-SENA
Concurso 114
10 21 26
29 32 38

LOTOMANIA
Concurso 124
01 03 12 14 20 27 28 29 40 44
55 62 71 84 86 87 90 91 94 97

76
MAGAZINE

LOTURA
Concurso 124
01 03 12 14 20 27 28 29 40 44
55 62 71 84 86 87 90 91 94 97

• O POPULAR: Edição 04/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, domingo, 4 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

CARLINHOS: Vaiter alguma coisa amanhã, em Goiânia?

BYRON: Num tô sabendo, não. Acredito que não tem nada aqui não.

CARLINHOS: E com a Delta tem alguma coisa?

BYRON: Não, não, tá tudo tranquilo. Pode ficar tranquilo, tá tudo tranquilo.

CARLINHOS CACHOEIRA PERGUNTA AO DELEGADO FERNANDO BYRON, DA POLÍCIA FEDERAL, SE A DELTA ESTÁ NA MIRA DE UMA OPERAÇÃO.

b) Salas ocupadas por CLÁUDIO DIAS ABREU, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA RAMOS, WLADIMIR GARCEZ HENRIQUE e ANDRÉ TEIXEIRA FORGE, WILGO, ZECA, na empresa DELTA, com endereço na AV DEPUTADO JAMBL CECILIO 2496 QUADRA 22, LOTE 4B, 16º ANDAR - EDIF NEW BUSINESS, BAIRRO: JARDIM GOIÁS - GOIÂNIA - GO;

Delta tem contratos milionários

Valores chegam a pelo menos R\$ 276 milhões, com limpeza, infraestrutura, e até locação de automóveis

Alfredo Mergulhão e Pedro Palazzo

A Delta Construções - empreiteira na qual o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, mantém uma sala - celebrou pelo menos R\$ 276 milhões em contratos de limpeza, aluguel de carros e infraestrutura com o governo do Estado e as principais prefeituras de Goiás nos últimos dois anos. A empresa foi alvo de busca e apreensões da Operação Monte Carlo, deflagrada na semana passada, que apura o jogo ilegal em Goiás e outros quatro Estados.

Escutas telefônicas autorizadas pela Justiça Federal mostram a relação de Cachoeira com o diretor da regional Centro-Oeste da empresa, Cláudio Dias Abreu. Além do empresário, o ex-presidente da Câmara de Goiânia e ex-secretário de Estado Wladimir Garcez também tinha sala no escritório da empresa em Goiânia, no 16º andar do Edifício New Business Style, na Avenida Jamel Cecilio, Jardim Goiás.

Dados do site Transparência Goiás mostram que a Delta entrou no Estado em 2006. A partir daquele ano a empresa - com mais de 50 anos de atuação - passou a ter contratos frequentes com a administração pública. Em seu primeiro ano contratando com o governo do Estado, a empreiteira e prestadora de serviços recebeu R\$ 5,5 milhões.

O grande salto aconteceu em 2010, após a empresa ter vencido licitação para fornecer, por meio de aluguel, quase 2 mil carros para as Polícias Militar e Civil. O aluguel de automóveis começou em 2006, com outra empresa - a LM Transportes, Serviços e Comércio. A concorrência vencida pela Delta em 2009 era a continuidade desta modalidade de contrato, questionada anteriormente pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP) pelo alto valor.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Justiça (SSPJ), a Delta recebe aproximadamente R\$ 3 milhões por mês pelo aluguel dos carros. Com estes pagamentos, entre outros serviços, a empresa recebeu em 2010 R\$ 54,9 milhões do governo estadual. Em 2011, os repasses foram de R\$ 51,6 milhões. Há, no entanto, empenhos que ainda não foram liquidados. A secretaria informou que o contrato é válido até o fim do ano. Os empenhos de 2012 ainda não aparecem no site de Transparência Goiás.

A Delta também venceu licitações nas principais prefeituras do Estado, como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis e Catalão. Somente na Agência Municipal de Obras (Amob) da capital teve empenhos em 2010 e 2011 R\$ 54,2 milhões. Alguns dos contratos da empresa são exibidos no site. Entre eles, a implantação de infraestrutura urbana e a construção do via-



Carros locados pelo Estado para a Polícia Militar. Delta recebe cerca de R\$ 3 milhões mensais pela locação de quase 2 mil carros ao Estado

Questionamentos em Goiânia começaram com fotossensores

Contratos da Delta Construção com a Prefeitura de Goiânia foram questionados pelo Ministério Público do Estado de Goiás (MP). Uma licitação aberta em 2005 para a compra de fotossensores de semáforo para a capital demorou quatro anos para ser concluída. A concorrência pública foi vencida por um consórcio entre a Delta Construções e a Deltaway Sistemas de Trânsito e Tecnologia Ltda.

A demora se deu devido a interferência do MP e da Câmara Municipal de Goiânia. Os vereadores chegaram a instalar uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar a instalação dos fotossensores nos semáforos da cidade. A CEI foi encerrada sob argumento de falta de elementos a serem investigados. Vereadores da oposição criticaram a medida.

O viaduto da Avenida T-63 na capital e outra obra que gerou a polêmica durante a concorrência pública e a execução. O orçamento inicial de R\$



18,1 milhões recebeu aditivos e ultrapassou os R\$ 20 milhões. A obra foi questionada por técnicos e apresentados vários problemas durante a construção e depois de pronta (como má qualidade do asfalto e placas de revestimento soltas). Parte dos problemas se mantem.

SEMLICITAÇÃO

A polêmica se estende quando o assunto é lixo. Em janeiro deste ano o POPULAR revelou contrato da Prefeitura de Goiânia com a Delta, no valor de R\$ 3,7 milhões. Como objeto do con-

trato, constam 19 caminhões de coleta de lixo, cujo aluguel durará seis meses.

A época, a Companhia de Urbanização de Goiânia (Comurg) alegou, como motivo para a urgência do contrato as festas de fim de ano, o esvaziamento da frota própria, intensificada pela falta de manutenção.

A Prefeitura de Goiânia e a Delta já haviam assinado contrato em 2009 com dispensa de licitação. Na época, quatro caminhões coletores de lixo foram alugados por R\$ 352 mil, pelo período de três meses.

duto da Avenida T-63 na capital - a obra, constantemente, apresenta problemas de acabamento.

PROXIMIDADE

Com base na apuração da Polícia Federal (PF), os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) escrevem que fica clara a "ingerência" de Carlinhos Cachoeira nos negócios da empresa, "conhecida por realizar contratos de vulto com a administração pública", segundo o inquérito civil público. No documento, Carlinhos Cachoeira é classificado como sócio de Cláudio Abreu na compra de terras em Varzea Grande (MT) e no Distrito Federal (DF), na aquisição de terrenos em Catalão e na Ideal Seguradora, sua última também em sociedade com o delegado Deu-

selino Valadares, da PF. Nas gravações telefônicas autorizadas pela Justiça, há diversas conversas nas quais Carlinhos Cachoeira ordena o fornecimento de valores a Cláudio. Numa delas, o líder da suposta quadrilha diz para o responsável pelo controle financeiro da organização, Geovani Pereira da Silva, disponibilizar R\$ 400 mil ao diretor da empreiteira.

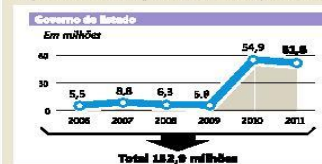
Em outro trecho do inquérito civil público do MPF, que o POPULAR teve acesso, há a transcrição de uma conversa entre Carlinhos Cachoeira e Geovani na qual o valor a ser entregue a Cláudio é de R\$ 700 mil. O montante seria para o diretor da Delta Construtora "enviar para fora" do País. As investigações do órgão ministerial e da PF che-

gam à conclusão de que Cláudio atua como laranja do chefe da organização, que seria sócio oculto em vários empreendimentos.

A ligação de Cláudio com o grupo coordenado por Cachoeira fica evidente - no entendimento dos investigadores - pela presença de uma sala ocupada pelo suposto líder do bando no escritório da Delta Construções na capital. No pedido do MPF para que a Justiça recolhesse provas, o órgão ministerial solicitou a busca e apreensão de documentos, computadores, mídias e aparelhos celulares na sala ocupada pelo suposto líder do bando no local, assim como na que seria ocupada pelo ex-presidente da Câmara de Goiânia, Wladimir Garcez. Este último também é investiga-

CONTRATOS DA DELTA EM GOIÁS

Empresa venceu licitações do Estado e de prefeituras



Prefeitura de Anápolis

2010: 16 milhões
2011: 38,2 milhões
Total: 54,2 milhões

Prefeitura de Goiânia*

2010: 41,1 milhões
2011: 23,3 milhões
Total: 64,4 milhões

Prefeitura de Aparecida de Goiânia

2010: 51 milhões**

Total geral: 302,5 milhões

*Valores empenhados

**Contrato de dezembro de 2010 com duração de 5 anos.

do pela participação na exploração de jogos de azar e está preso na Casa de Prisão Provisória (CPF).

Cláudio teria livre trânsito na contabilidade das operações que seriam chefiadas por Carlinhos Cachoeira. Inclusive, numa escuta telefônica ele revela espanto ao tomar conhecimento de que tem disponível "apenas R\$ 100 mil" no caixa da organização. Para Cachoeira, o diretor da empreiteira não pode ser o último a saber do que se passa dentro da organização. Numa gravação ele repreende Idalberto Matias, o Dudá, por não ter informado Cláudio sobre o conteúdo de vazamentos de operações da PF. Dudá é sargento da aeronáutica da reserva e atuaria como araponga.

DEFESA

Por meio da assessoria de comunicação, a Delta Engenharia nega qualquer relação comercial com Carlos Augusto Ramos e que ele tenha uma sala no escritório da empresa em Goiânia. A assessoria classifica o pedido de busca de provas na sede da empreiteira na capital como "equivocado". "Não vamos responder equívocos", disse a assessoria. O representante da Delta disse que a empresa não tem a ver com a vida privada do seu diretor. E sustentou que não houve apreensão de documentos no local. "Levaram apenas o laptop e iPad de Cláudio". A assessoria argumentou que a amizade entre os dois é possível porque moram na capital e não se diferencia das relações que o diretor mantém com outras pessoas.

• O POPULAR: Edição 04/03/2012, página 5.

GOIÂNIA, domingo, 4 de março de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

"Toda vez que eu vi um equipamento de ssés, mandei recolher na hora. Mas, da forma como está, só conseguimos fazer alguma apreensão se houver denúncia. Caso contrário, não temos como adivinhar onde esses equipamentos estão guardados. E os donos dos bares só permitem a entrada, para jogar, de pessoas da confiança deles."

OFICIAL DA POLÍCIA MILITAR

Caça-níqueis somem dos bares

Reportagem percorreu 150 quilômetros e encontrou somente duas máquinas em funcionamento

Carla Borges

A Operação Monte Carlo, da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público Federal (MPF), foi um duro golpe no esquema criminoso de funcionamento de máquinas caça-níqueis em Goiás. Na semana em que o empresário de jogos Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, foi preso e que autoridades da Segurança Pública de Goiás foram também presas ou conduzidas coercitivamente a prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento com essa rede, O POPULAR percorreu bares e outros locais onde havia caça-níqueis. Em duas tardes, com cerca de 150 quilômetros rodados pelas ruas e becos da capital e Aparecida de Goiânia, a reportagem encontrou apenas dois locais com máquinas. Ao contrário do esperado, ambos em pontos bem centralizados: uma via do mercado público do Setor Pedro Ludovico e um bar na Praça do Avião, no Setor Aeroporto.

O sumiço dos caça-níqueis, no entanto, não significa que sua exploração foi definitivamente encerrada. Sugere mais que quem explora a jogatina está em compasso de espera, aguardando "a poeira baixar" para retomar as atividades. Enquanto isso, outra contravenção muitas vezes associada às máquinas alimentadas a dinheiro, continua firme e forte, como sempre esteve: o jogo do bicho. Antes, era comum encontrar locais onde funcionava uma banca do bicho e que acomodava também os caça-níqueis. A operação teve repercussão também no jogo do bicho. Apontadores contaram que chegaram a perder até 50% do movimento, mas pou-

Apontador teme ação ao jogo do bicho

Embora não seja alvo das investigações da Operação Monte Carlo, o jogo do bicho é uma modalidade de contravenção muitas vezes associada à exploração de máquinas caça-níqueis. Trata-se de um dos jogos mais antigos do Brasil, cuja longevidade pode ser atribuída à relação de confiança estabelecida com os milhares de clientes e também à sua forma de se adaptar às mudanças. A principal delas é o uso da tecnologia. Hoje, qualquer tentativa de desmantelamento do esquema do jogo do bicho seria frustrada, a menos que todos os chefes sejam presos e impedidos de comandá-lo, de fazer extrajúrias, o que mostra-se quase impossível.

Na base, o jogo do bicho tem uma estrutura muito bem articulada e ágil. Cada apontador conta com uma máquina eletrônica, semelhante às leitoras portáteis de cartão de crédito, na qual registra as apostas de seus clientes. As apostas são feitas on line. Isso significa dizer que ele pode trabalhar para o jogo do bicho de sua banca, de casa, da casa do cliente, de qualquer lugar onde estiver. O celular completa a comunicação. O cliente não precisa ir até a banca. Pode fazer seu jogo por telefone – o que é bastante



Máquinas caça-níqueis apreendidas pela polícia: jogos de azar proliferam

frequente – e acertar depois. "O jogo do bicho se mantém devido a essa relação de confiança", disse ao POPULAR um apontador que tem uma banca na Vila Brasília, em Aparecida de Goiânia. "Mesmo quem desconfia da manipulação de resultados, sabe que o prêmio será pago. Sempre."

Alem da tecnologia, outro ponto a favor da organização do jogo do bicho é a solidiedade entre os manda-

chucas das loterias. Em Goiás são feitas apostas nas Loterias Lotô, Boa Sorte, União e Para Todos (PT), esta última do Rio de Janeiro. As demais são goianas. Apenas a Lotô tem a máquina portátil, mas ela registra apostas também para a PT do Rio. Já no formulário de papel, é possível fazer apostas em todas as quatro loterias. O apontador ganha 20% sobre o que vende. Os acertos são feitos duas vezes

por dia, por um funcionário chamado popularmente de "recolhe". Um apontador ouviu pela reportagem relatos que o movimento de apostadores caiu bastante depois da divulgação da operação, embora os clientes fiéis continuem indo a banca como de costume. Esse apontador teme que a polícia endureça suas ações em relação ao jogo do bicho, como já aconteceu antes.

continuar com a máquina", disse a reportagem.

Apreensões relativamente recentes feitas pela polícia também indicam que há locais em que a jogatina em caça-níqueis corre solta, mas muito bem escondida. Um oficial da PM contou a reportagem que o último equipamento que apreendeu estava guardado em um cômodo nos fundos da casa do dono do bar. O oficial foi com outros policiais ao local e revistou o bar. Confiante, o proprietário permitiu que sua casa também fosse revista pelos policiais. Quando eles

estavam saindo, um deles percebeu um quartinho trancado. Lá dentro estava a máquina. "Toda vez que eu vi um equipamento desses, mandei recolher na hora", relata o oficial. "Mas, da forma como está, só conseguimos fazer alguma apreensão se houver denúncia. Caso contrário, não temos como adivinhar onde esses equipamentos estão guardados. E os donos dos bares só permitem a entrada, para jogar, de pessoas da confiança deles", acrescenta.

O POPULAR foi informado de um bar onde isso acontece. Tendo apreensão e problemas com a polícia, o dono guardou os equipamentos em sua casa, um sobrado (o bar fica no andar inferior), aonde poucas pessoas têm acesso. A reportagem, ele negou a prática. Já na Vila do Mercado Popular do Setor Pedro Ludovico, DPOULAR encontrou dois homens jogando em duas das três máquinas instaladas no local, que uma pessoa que se identificou como responsável disse não ser caça-níqueis, mas "apenas de joguinhos". Já na Praça do Avião, o equipamento estava visível, mas desligado, também tarde de sexta-feira.

Os acertos costumam ser semanais. Mesmo quando as máquinas dão prêmios e eles são pagos pelo dono do bar – os equipamentos mais novos não são alimentados com moedas, mas somente com cédulas –, é possível saber quanto foi apostado e pago, por um dispositivo eletrônico instalado nos caça-níqueis. O POPULAR solicitou da PM um balanço sobre os equipamentos apreendidos durante a operação de três anos atrás. O assessor de comunicação da instituição, tenente-coronel Américo Barbosa, informou que a PM não dispunha da estatística pronta sobre isso por se tratar de um crime com menor potencial ofensivo. "São crimes pequenos, cujos autores são logo colocados em liberdade e, não tipificamos como apreensão de caça-níqueis", explicou.

Sobre a situação encontrada pela reportagem, o militar disse que, apenas na segunda-feira a PM falara sobre o assunto. A mesma posição foi dada pela Secretaria de Segurança Pública.

PUC GOIÁS COM VOCÊ
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA VIDA

Engenharia de Produção e Sistemas tem primeira dissertação de mestrado

A mestrande Adrienne de Oliveira Brito (foto) apresentará a primeira dissertação de mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas sobre a produção de etanol. A apresentação será no próximo dia 8 de março, no sala 317, Bloco D, Anexo 3. A dissertação intitulada *Análise de Cadeia de Suprimentos do Etanol em Goiás à Luz da Teoria das Redes*, representa um marco na história do Programa, pois inicia o processo de consolidação de sua consolidação acadêmica.

Fielto parte da turma assistente de prof. dr. Osvaldo Luiz Gonçalves Quintana, pós-doutor pela Universidade do Minho (Portugal) e doutor pela Coppe/UFRJ, e os professores da PUC Goiás de Antônio Moura (especialista em cadeias produtivas do etanol) e dr. Ricardo Luiz Moura (presidente da turma e orientador de pesquisa).

Departamento de Educação tem novo diretor

Oreitor Wilson Amado apresentou, no último dia 2, o prof. Dr. Romilson Martins Skelton como diretor do Departamento de Educação (EDU) da PUC Goiás. A cerimônia foi prestigiada por docentes e alunos da unidade acadêmica e também por três docentes honorários da PUC Goiás: dom Tereza Balduino, Alda Maria Borges Cunha e Pedro Wilson Guimarães.

A professora Edvigeia Carla de Andrade foi homenageada pela Reitoria da Universidade, em reconhecimento ao trabalho no Departamento de Educação (EDU), mas também na educação em Goiás. A prof. Carla, que também recebeu homenagem dos colegas docentes e dos funcionários, dirigiu o EDU por 12 anos e está se aposentando, com 40 anos de trabalho na PUC Goiás.

O novo diretor do Departamento de Educação é doutor e mestre em Educação pela UFG, graduado em Pedagogia pela PUC Goiás, onde é professor titular do Departamento de Educação. Ele afirmou os princípios que norteiam sua gestão: respeito, lealdade, transparência, ética e colegialidade.

Prof. Romilson recebeu o cargo de reitor do setor.

Estudantes irão para o Chile

Cinco graduandos da PUC Goiás serão beneficiados por bolsas de mobilidade Internacional (Bolsa-Intercâmbio) Santander, patrocinadas pelo Santander Universitário. Os alunos continuarão a graduação, em um período de seis meses, em duas instituições do país chileno, a PUC Chile e a Universidade Católica del Norte.

Os alunos foram selecionados pelo Comitê de Seleção do Programa Fórmula Santander da PUC Goiás, com base em critérios de desempenho acadêmico e histórico em áreas políticas.

Os selecionados, que viajarão em julho, são Guilherme Quintana (Enfermagem), Kennedy Feliciano (Enfermagem), Kaiane Marques Sousa Lima (Jornalismo), Thiago Gonçalves Tapayá (Direito) e Roberto Martins de Oliveira (Psicologia).

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Avenida Universitária, nº 1440, Setor Universitário - Goiânia
Telefone (62) 3648-1000 - www.pucgoias.edu.br

• O POPULAR: Edição 04/03/2012, página 6.

6 O POPULAR

GOIÂNIA, domingo, 4 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

"Foi feito o negócio direitinho, peguei a escritura. Eu sabia que a casa era do governador, mas nunca falei com ele sobre isso. O senhor Wladimir é que fez os contatos. O governador assinou honestamente e a casa é minha."
"Ele me pediu prazo até dia 15 de fevereiro porque a obra da casa da senhora atrasou. Eu falei que esperaria. Tudo normal."

WALTER PAULO SANTIAGO, da Faculdade Padrão, sobre o negócio da casa no Alphaville Ipês

'Casa foi emprestada a Wladimir'

Walter Paulo Santiago, dono da Faculdade Padrão, confirma que comprou casa de governador em 2011, mas alega que não a recebeu

Fabiana Pulcinelli

O empresário Walter Paulo Santiago confirmou ontem que comprou a casa que pertencia ao governador Marconi Perillo (PSDB), no Residencial Alphaville Ipês, em janeiro do ano passado, mas disse que ainda não a recebeu. Segundo ele, o ex-vereador Wladimir Garcês, que serviu de "corretor" no negócio, pediu emprestada a casa para que uma mulher morasse temporariamente.

O POPULAR revelou ontem que o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, foi preso na casa que foi de Marconi entre 2007 e o início de 2011. A Operação Monte Carlo, deflagrada na quarta-feira pela Polícia Federal, investiga esquema de jogos ilegais.

Mais de um ano depois da compra, Walter diz que a casa ainda não foi entregue e que não há pagamento de aluguel. O empresário, proprietário da Faculdade Padrão, afirma que não tinha conhecimento de quem morava no local e que não tem pressa em receber o imóvel, adquirido no valor de R\$ 1,4 milhão.

Walter conta que foi procurado por Wladimir - também preso na operação - para saber se ele tinha interesse em comprar a casa. Ele afirma que não estava procurando, mas decidiu apresentar a filha. "Tenho três filhas. Duas já casaram. Já comprei a casa para quando essa outra quiser casar. Ela tem 25 anos. Ainda não tem previsão de casamento", diz.

O empresário afirma que a casa está em nome de uma das filhas da família, mas não quis dizer o nome. "Foi feito o negócio direitinho, peguei a escritura. Eu sabia que a casa era do governador, mas nunca falei com ele sobre isso. O senhor Wladimir é que fez os contatos. O governador assinou honestamente e a casa é minha."

Fechado o negócio, Walter

conta que o "corretor" pediu a casa emprestada por 45 dias para que "uma senhora que decorou a casa" morasse até que a residência dela, que estava sendo construída também no Alphaville, fosse finalizada. De 45 dias, o empréstimo passou para meses. O proprietário da casa afirma que ligou para Wladimir no fim do ano passado para perguntar da casa. "Ele me pediu prazo até dia 15 de fevereiro porque a obra da casa da senhora atrasou. Eu falei que esperaria. Tudo normal", conta.

Walter diz que ainda está esperando, mas não faz cobranças porque não está precisando da casa. "Minha filha ainda não vai casar e eu não vivo de aluguel. Não preciso da casa agora", justifica. "Ele esqueceu de entregar. Não tem problema algum. É tudo de boa-fé. Não existe nenhum medo de não receber a casa, nada disso", completa.

Apesar da demonstração de confiança, Walter diz não ser amigo de Wladimir. "Não somos amigos. Ele me procurou perguntando se eu gostava de comprar uma casa. Como minha filha precisaria, eu comprei. Não sei da vida dele, não sei nada. Não tenho outro assunto com ele a não ser a casa. Mas não existe nada errada dessa casa", afirma.

Walter também diz que não tem "nenhuma amizade" com Cachoeira. "Conheço por nome. Já vi algumas vezes, mas não tenho nenhuma intimidade, nenhuma amizade, também não tenho nada contra ele. Nada, nada, nada. Embora frequente o Alphaville, onde a ex-mulher e a filha moram - em outra casa -", Walter afirma que ninguém da família tinha conhecimento dos moradores da nova casa. "Fui na casa antes de comprar. Achei bonitinha, é um condomínio de primeiro nível, perto da minha família. Pequenininha, mas bonitinha. Ai depois nunca mais voltei lá. Nunca vi quem mora."

O governador disse na sexta-feira que não sabia que Cachoeira morava na casa. "Foi um negócio normal, fechado há um ano e já devidamente declarado no Imposto de Renda deste ano. Essa pergunta (sobre o morador) tem de ser



Vista do condomínio Alphaville: casa que era do governador Marconi Perillo foi vendida por R\$ 1,4 milhão

Marconi alega que declarou à Justiça valor pago pelo imóvel

O governador Marconi Perillo (PSDB) afirmou ontem que o preço da casa no Residencial Alphaville Ipês declarado à Justiça Eleitoral na campanha de 2010 foi menor porque referia-se ao valor que já havia sido pago pelo imóvel.

Conforme mostrou a reportagem de ontem, a casa foi vendida por R\$ 1,4 milhão em janeiro do ano passado ao empresário Walter Paulo Santiago, mas tinha como morador até quarta-feira Carlinhos Cachoeira.

Na declaração apresentada no ano anterior, o valor do imóvel era de R\$ 417.816,13. "A casa foi financiada pela Caixa Econômica Federal e até aquele período eu havia pago este valor. Declarei o que foi pago. Mas a casa foi comprada por R\$ 720 mil. Depois disso, eu quitei o financiamento e resolvi vender", explicou o governador.

Marconi afirmou também que a casa em que morava atualmente no Alphaville-Cruzeiro e alugada. A casa no Ipês foi inicialmente alugada, em 2007, mas Marconi disse ter comprado logo em seguida. Ele morou no local até 2010. No início do ano seguinte, decidiu vender e disse que foi procurado pelo ex-vereador Wladimir Garcês, que inicialmente falou que ele mesmo estaria interessado em comprar. "Quando fui passar a escritura, ele me informou que o comprador seria o Walter Paulo", diz. (F.P.)

Segundo o governador, as mensagens tratavam do negócio da casa e de questões políticas, já que o ex-vereador apoiou nas eleições de 2010.

Walter foi candidato a vereador por Goiânia nas eleições de 2008 pelo PT. Na época, declarou à Justiça Eleitoral que não tinha bens. Teve 5.219 votos.

Reportagem da revista Época, publicada na sexta-feira no site, também mostrou relações de Cachoeira com outros políticos goianos, especialmente com o senador Demóstenes Torres (DEM), que é citado nas investigações como grande amigo do empresário preso. As gravações citam ainda conversas com ex-deputados federais Jovair Arantes, líder do PTB na Câmara e pré-candidato a prefeito de Goiânia, Carlos Alberto Leiria (PSDB) e Sandes Júnior (PP). O inquérito também afirma que Cachoeira indicou pessoas para nomeações em cargos públicos no Estado.

Marconi afirmou ao POPULAR que nunca recebeu indicações de Cachoeira e que o governo não fez negócios com o empresário.

Feita ao proprietário da casa", afirmou o tucano. "Eu li a reportagem. Tudo que o governador falou foi verdadeiro. Eu não conversei com ele, não falamos disso, eu estava viajando. Mas é tudo

verdade. Não há nenhum problema. Está tudo bacana", disse Walter.

As investigações da Operação Monte Carlo mostraram troca de torpedos de celular entre o governador e Wladimir.

Furtado diz que Cachoeira não controla polícia

Marília Costa e Silva

"É um pouco folclore" atribuiu ao goiano Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o controle das polícias, afirmou ontem o secretário de Segurança Pública, João Furtado, em entrevista ao POPULAR. "Se ele tivesse todo esse poder não precisaria ter feito o que fez, disse o secretário que ontem falou pela primeira vez depois da humilhante prisão de delegados e policiais militares goianos pela Operação Monte Carlo.

João Furtado confirmou que amanhã vai comunicar a determinação da Justiça, que enviou à Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO) ordem para substituir todos os investigados que não foram presos ou acusados no inquérito. Eles ficaram em serviço administrativo, para não interferir nas investigações "como medida cautelar", disse.

"SURPRESA"

Segundo o secretário, em Goiânia o tenente coronel Marcio Queiroz, que desde a última quarta-feira está no comando do Policiante da Capital, será confirmado amanhã em substituição ao coronel Sérgio Katayama, que pediu exoneração depois de ter sido apontado como um dos informantes das ações da polícia aos integrantes da máfia dos caçaniquês.

Além de prometer a substituição de todos os envolvidos, João Furtado assegurou ontem ter sido surpreendido pelo grande número de policiais acusados de fazerem parte da organização criminosa, mas ressaltou que não são de Goiás, mas de outros Estados do Brasil.

O secretário disse que em um primeiro momento não tinha conhecimento sobre a investigação, já que ela foi conduzida pela Polícia Federal do Distrito Federal. Quando foi solicitada, conforme dis-

"Lamentamos perder tanta gente dos quadros das Polícias Civil e Militar, mas não lamentamos a depuração ética que fortalece as instituições"

JOÃO FURTADO NETO
secretário estadual de Segurança Pública

se, a SSP-GO colaborou com a operação.

DESGASTE

Questionado se a imagem da Secretaria de Segurança Pública de Goiás teria ficado desgastada com o caso, que é o segundo em um ano envolvendo policiais militares goianos - o primeiro foi a

Operação Sexto Mandamento, deflagrada em fevereiro de 2011, na qual foram presos militares acusados de integrar grupo de extermínio -, João Furtado afirmou acreditar que a credibilidade das corporações não foi comprometida. Ao contrário, ele acha que ela aumenta com o afastamento das pessoas envolvidas nesta operação "ética".

Além disso, conforme Furtado, não é para comparar as duas ações da PF. Ele observa que houve reação contrária da corporação a Operação Sexto Mandamento, o que não ocorreu agora em relação às pessoas envolvidas na Operação Monte Carlo, que "cometeram desvios éticos", assegurando que há críticas internas contra a conduta dos envolvidos e não contra as corporações. "Lamentamos perder tanta gente dos nossos quadros, mas não lamentamos a depuração ética que fortalece as instituições", acentuou João Furtado.



João Furtado confirma afastamento dos envolvidos

- O POPULAR: Edição 16/03/2012, capa.

HONDA CR-V MUDA CONCEITO COM NOVO MODELO ^{B7}



★ ANO 73 - Nº 21.258

R\$ 1,50

GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE

[opopular.com.br]

GO-125

Empresa tapa buraco usando areia

Os buracos na rodovia GO-125, entre Edeia e Edeialina, estavam sendo cobertos apenas com areia por empresa contratada pela Agetop pelo programa Terceira Via. Inquerito civil público apura o caso. **B**

REFORMA

Prefeito muda pelo menos 10 secretários

Após semanas de articulação, o prefeito Paulo Garcia anuncia hoje pelo menos 10 novos secretários. Na próxima semana, Prefeitura demite 1.596 comissionados. **B2**

COPA DO BRASIL

Atlético bate Gurupi e avança

O Dragão passou fácil pelo Gurupi (TO), na primeira fase da Copa do Brasil, vencendo por 4 a 2. Destaque em campo foi o jovem Fábio Lima, que fez dois gols. **21**

DEPENDENTE É A MAIOR DÚVIDA DO CONTRIBUINTE ^{B5}

PRAÇA DO SOL SERÁ REFORMADA APÓS ABANDONO ^{B3}

DENTISTA LEVA TRÊS TIROS DE PACIENTE EM GOIÂNIA ^{B8}

OPINIÃO

EDITORIAL

A morosidade com a qual a Justiça julga processos relacionados com o consumo é um problema. **16**

SILVANA BITTENCOURT

Nos engarrafamentos irritantes, as ruas ensinam todos os dias que algo errado foi feito por ali. **17**

OPERAÇÃO MONTE CARLO

82 são indiciados em 12 crimes da máfia do bingo

CONFIRMA A LISTA COMPLETA DOS INDICIADOS E DOS CRIMES

GRUPO TINHA 15 TELEFONES HABILITADOS EM MIAMI PARA FUGIR DA PF

CPI PARA INVESTIGAR JOGOS JÁ TERIA ASSINATURAS SUFICIENTES

Os envolvidos na exploração de jogos de azar revelados pela Operação Monte Carlo serão denunciados pelo Ministério Público Federal na próxima segunda-feira. Carlinhos Cachoeira será indiciado em 8 crimes. **14 e 5**

12 VISITA A GOIÁS

Dilma só quis falar de Norte-Sul. Nada de crise



Além de dois ministros, Dilma Rousseff percorreu trecho da ferrovia em Goiás com dois governadores tucanos, Marconi Perillo e Siqueira Campos

A presidente Dilma Rousseff driblou ontem, em eventos de Anápolis e Goianira, todas as perguntas sobre a crise na base aliada no Congresso

e concentrou o foco na aceleração das obras da Ferrovia Norte-Sul. Assim como seus antecessores, Dilma prometeu entregar a obra - com proje-

to estendido até São Paulo - em seu mandato. Desde o lançamento do PAC, entrega do modal foi adiado sete vezes. **10**

FILME ANTIGO

SARNEY
Iniciadas em 1987, a Ferrovia Norte-Sul tinha previsão de entrega de 24 meses.

FHC
Entre 1995 e 2002, o trecho goiano nunca chegou a sair do papel.

LULA
A primeira promessa era de entrega do trecho goiano em julho de 2010.

LULA
Em dezembro de 2010, Lula fez inauguração simbólica do trecho, que ficaria pronto em abril de 2011.

DILMA
A previsão é de conduzir o trecho goiano em julho de 2012 e a obra completa em 2014, 27 anos depois de seu início.



Magazine

Vaca rabiscada
Polêmica e protestos após rabiscos aparecerem em duas esculturas do Cow Parade.

Na telona
Entre as várias estreias na capital nesta sexta, tem Protegendo o Inimigo, com Denzel Washington.

Campo

Saúde desde o parto
O cuidado correto com a saúde do bezerro é determinante para desempenho do rebanho.

JSSN 1677-622-4



21258



9 771677 622000

Tempo
33 °
17 °

PREVISÃO
95%
50%

QUINA
Concurso 848
15 33 39
55 62

LOT OFÁCIL
A Caixa Econômica Federal modificou os dias dos sorteios semanais da Lotofácil. Serão às segundas, quartas e sextas-feiras.

CLASSIFICADOS
1.723
ofertas de IMOVEIS

58

LEITOR
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,5215%

OURO R\$ 96,20 ▲

DÓLAR (COMERCIAL) R\$ 1,804 ▼

DÓLAR (PARALELO) R\$ 1,97 ■

EURO (TURISMO) R\$ 2,480 ▲

BOVESPA -0,74% ▼

BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$ 85,31 ▲

• O POPULAR: Edição 16/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, sexta-feira, 16 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Cachoeira indiciado em 8 crimes

Denúncia do crime, baseada em inquérito da PF, deve ser apresentada pelo MPF na segunda-feira

Alfredo Mergulhão

O Ministério Público Federal (MPF) deve denunciar na próxima segunda-feira os envolvidos no esquema de exploração de jogos de azar revelado há 17 dias, na Operação Monte Carlo. A denúncia será baseada no inquérito feito pela Polícia Federal (PF) que o órgão ministerial recebeu na quarta-feira. Ao todo, 82 pessoas foram indicadas, entre elas Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A ligação do empresário com políticos goianos será objeto de duas investigações: uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados (veja reportagem na página 5) e outra a ser realizada pela Procuradoria Geral da República (PGR).

Dos indicados, apenas dois não foram enquadrados penalmente no crime de formação de quadrilha. Do total, 68 pessoas foram indicadas por crime continuado, 41 membros do grupo por corrupção passiva e outros 31 por corrupção ativa. Noroeste crimes praticados ainda aparecem ocultação de bens oriundos de crime, evasão de divisas do País, falsidade ideológica, contrabando, quebra de sigilo telefônico e prevaricação (veja quadro nesta página).

CACHOEIRA

Apontado como líder da quadrilha, Carlinhos Cachoeira foi indiciado por oito crimes: corrupção ativa, contrabando ou descaminho, crime continuado (que é uma agravante), falsidade ideológica, formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime, evasão de divisas do País, quebra de sigilo garantido pela Justiça e formação de quadrilha. A defesa do empresário entrou com pedido de habeas corpus, que deve ser julgado somente na segunda-feira pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. O MPF deu parecer contrário ao pedido. Colaboraram Márcio Leijão e Marília Costa e Silva.

Assessores também indiciados

Os dois principais assessores de Cachoeira foram indiciados pelos mesmos crimes. Lenine Araújo de Souza e Geovani Pereira da Silva foram enquadrados por corrupção ativa, contrabando ou descaminho, crime continuado, falsidade ideológica, formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime e evasão de divisas do País. Lenine era o administrador e contador do grupo. Ele está preso na Penitenciária da Papuda, no Distrito Federal. Geovani era o gerente financeiro e permanece como o único foragido entre os envolvidos que tiveram mandado de prisão expedido pela Justiça.

OS INDICIADOS

Inquérito da Polícia Federal apontou a responsabilidade de cada um dos 82 envolvidos na exploração de jogos de azar da quadrilha que seria liderada por Carlinhos Cachoeira.

OS LÍDERES



Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira - Líder do grupo criminoso

■ Corrupção ativa, contrabando ou descaminho, crime continuado (agravante), falsidade ideológica, formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime, evasão de divisas do País, quebra de sigilo garantido pela Justiça.

Lenine Araújo de Souza e Geovani Pereira da Silva - apontados como os membros da quadrilha imediatamente abaixo de Cachoeira na hierarquia.

■ Corrupção ativa, contrabando ou descaminho, crime continuado (agravante), falsidade ideológica, formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime e evasão de divisas do País.

Gleyber Ferreira da Cruz - principal homem de confiança de Cachoeira para "assuntos externos" e responsável pelos pagamentos de propinas.

■ Ocultação de bens oriundos de crime, evasão de divisas do País e formação de quadrilha.

Malberto Matias, o Dada - Principal responsável pelo setor de inteligência do grupo.

■ Corrupção ativa, crime continuado (agravante), formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime.



Wladimir Garcez Henrique - Fazia a intermediação da quadrilha com agentes públicos, compropendos.

■ Corrupção ativa, crime continuado (agravante) e formação de quadrilha.

José Olímpio de Queiroga Neto - Representante da quadrilha no Entorno do DF.

■ Corrupção ativa, contrabando ou descaminho, crime continuado (agravante), falsidade ideológica, formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime.

Raimundo Washington de Sousa Queiroga - Irmão de José Olímpio, segundo na hierarquia no Entorno do DF.

■ Corrupção ativa, contrabando ou descaminho, crime continuado (agravante) e formação de quadrilha.

Claudio Dias Abreu - Diretor da Delta Construções e sócio oculto de Cachoeira.

■ Falsidade ideológica, formação de quadrilha, ocultação de bens oriundos de crime, evasão de divisas do País, quebra de sigilo garantido pela Justiça.

Adriano Araújo de Souza - Ex-cunhado e laranja de Carlinhos Cachoeira.

■ Ocultação de bens oriundos de crime e formação de quadrilha.

DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL

Fernando Antônio Heerde Byron Filho - revelou dados sigilosos e recebia propina.

■ Violação de sigilo funcional, corrupção passiva, crime continuado (agravante) e formação de quadrilha.

Deusilino Valadares dos Santos - revelou dados sigilosos, recebia propina e era sócio de Cachoeira.

■ Violação de sigilo funcional, falsidade ideológica, ocultação de bens oriundos de crime.

DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL

Hylo Marques Pereira - deixava de atuar na repressão de jogos de azar e recebia propina.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Nitau Chaves Júnior - deixava de atuar na repressão de jogos de azar e recebia propina.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Marcelo Zagab Mauad - deixava de atuar na repressão de jogos de azar e recebia propina.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Andres Correia Pires - corregedor da Polícia Civil - deixava de atuar na repressão de jogos de azar e recebia propina.

■ Violação de sigilo funcional e formação de quadrilha.

José Luiz Martins de Araújo - deixava de atuar na repressão de jogos de azar e recebia propina.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Juney José Pereira - deixava de atuar na repressão de jogos de azar e recebia propina.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Uziel Nunes dos Reis - Ex-subcomandante da PM em Luziânia, repassava informações sobre a atuação policial.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Massatoshi Sergio Katayama - Ex-comandante do Policiamento da Capital, repassava informações sobre a atuação policial e recebia propina.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

Devandir Frazão de Mota - Ex-comandante da PM em Águas de Lindas, repassava informações sobre a atuação policial.

■ Corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha.

DEMAIS INDICIADOS

Corrupção Passiva, crime continuado e formação de quadrilha

27 pessoas

Adão Alves Pereira, Alex Sandro Klein da Fonseca, André Peninha de Aguiar, Antônio Ferreira dos Santos, Antônio Luiz Crounel, Edmar Francisco Dourado, Edmilson Vilas Boas de Souza, Emerson Rodrigues dos Santos, Geraldo Antônio de Souza Lopes, João Martin de Souza, Jolide Deus Teixeira Barbosa, Jorge Flores Cabral, José Angelo Ferreira Neto, Joemar Café de Matos, Julio César Guimarães Santos, Joenam Pereira Ribeiro dos Santos, Leonardo Jefferson Rocha Lima, Luis Fabiano Rodrigues da Silva, Luiz Claudio de Souza, Marco Aurélio Barbosa da Costa, Milton Ferreira Biliu, Overlakes Bezerra de Barros, Teodorico Mendes de Souza Filho, Tony Batista Santos Oliveira, Valdemar Rodrigues de Araújo, Vanildo Coelho, Wlter Dantas da Costa.

Corrupção ativa, contrabando e descaminho, crime continuado (agravante) e formação de quadrilha

11 pessoas

André Luiz Freitas Pinheiro, Anselmo Barbosa Câmara, Francisco Miguel de Souza, Haroldo Salvador Ruiz Escobar, José Ernesto Nino de Farias, Luisimar Borges Ferreira, Ottoni Olimpio Junior, Paulo Roberto de Almeida Ramos, Tezeinha Francisca da Silva Medeiros, Thiago de Almeida Ramos, William Vitorino.

Corrupção ativa, corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha

11 pessoas

Antônio Carlos da Silva, Antônio José Sampaio Nazareno, Antônio Valtier Pereira da Silva, Arnaldo Rúbio Junior, Cristiano Rufino, Danilo Dias Dutra, Elson Alves Moreira, Fernando César da Silva, Francisco Marcelo de Souza Jr, Queiroga, Luciana Bernardes de Souza, Sônia Regina de Melo.

Ocultação de bens oriundos de crime e formação de quadrilha

2 pessoas

André Teixeira Jorge, Cláudio Kratia.

Prevaricação e Formação de Quadrilha - 1 pessoa

Ana Maria da Silva.

Corrupção passiva, Violação de sigilo funcional, crime continuado e formação de quadrilha - 1 pessoa

Anderson Aguiar Drummond.

Crime contra a economia popular - 1 pessoa

Conrado Caiado Viana Fereira.

Ocultação de bens oriundos de crime e falsidade ideológica

1 pessoa

Edson Coelho dos Santos.

Quebra de sigilo garantido pela Justiça e formação de quadrilha - 1 pessoa

Joachim Gomes Thomé Neto.

Corrupção ativa, crime continuado e formação de quadrilha

1 pessoa

Marcos Antônio de Almeida Ramos.

Contrabando e descaminho, crime continuado e formação de quadrilha - 1 pessoa

Rita de Cássia Moreira da Silva.

Ocultação de bens oriundos de crime - 1 pessoa

Rogério Diniz.

Corrupção ativa, corrupção passiva, crime continuado e formação de quadrilha e Ocultação de bens oriundos de crime - 1 pessoa

Rosário Simprini Cruz.

Corrupção ativa, contrabando e descaminho, crime continuado (agravante) e formação de quadrilha e Ocultação de bens oriundos de crime - 1 pessoa

Valmir José da Rocha.

PENAS	
Ocultação de bens oriundos de crime	Reclusão de 3 a 10 anos e multa.
Quebra de sigilo telefônico ou de Justiça	Reclusão de 2 a 4 anos e multa.
Evasão de divisas do País	Reclusão de 2 a 6 anos e multa.
Crime continuado	Aumento de 1/6 a 2/3 a pena do crime praticado continuamente.
Quadrilha ou bando	Reclusão de 1 a 3 anos.
Falsidade ideológica	Reclusão de 1 a 5 anos e multa se o documento é público, e reclusão de 1 a 3 anos e multa, se o documento é particular, podendo ser aumentada em 1/6 se o agente é funcionário público.
Corrupção Passiva	Reclusão de até 12 anos e multa.
Prevaricação	Detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
Violação de sigilo funcional	Detenção de 6 meses a 2 anos ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
Corrupção ativa	Reclusão de 2 a 12 anos, podendo ser aumentada em 1/3, e multa.
Contrabando ou descaminho	Reclusão de 1 a 4 anos.
Crime contra a economia popular	Detenção de 6 meses a 2 anos e multa. Penas:
Ocultação de bens oriundos de crime	Reclusão de 3 a 10 anos e multa.
Quebra de sigilo telefônico ou de Justiça	Reclusão de 2 a 4 anos e multa.
Evasão de divisas do País	Reclusão de 2 a 6 anos e multa.
Crime continuado	Aumento de 1/6 a 2/3 a pena do crime praticado continuamente.
Quadrilha ou bando	Reclusão de 1 a 3 anos.
Falsidade ideológica	Reclusão de 1 a 5 anos e multa se o documento é público, e reclusão de 1 a 3 anos e multa, se o documento é particular, podendo ser aumentada em 1/6 se o agente é funcionário público.
Corrupção Passiva	Reclusão de até 12 anos e multa.
Prevaricação	Detenção de 3 meses a 1 ano e multa.
Violação de sigilo funcional	Detenção de 6 meses a 2 anos ou multa, se o fato não constitui crime mais grave.
Corrupção ativa	Reclusão de 2 a 12 anos, podendo ser aumentada em 1/3, e multa.
Contrabando ou descaminho	Reclusão de 1 a 4 anos.
Crime contra a economia popular	Detenção de 6 meses a 2 anos e multa.

• O POPULAR: Edição 16/03/2012, página 5.

GOIÂNIA, sexta-feira, 16 de março de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

CPF já tem assinaturas suficientes

Deputado federal Protógenes Queiroz afirmou que vai apresentar o requerimento na próxima semana

Bruno Rocha Lima

O deputado federal Protógenes Queiroz (PC do B-SP) afirmou que vai apresentar na próxima semana o requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Jogos na Câmara dos Deputados. Protógenes já conseguiu 208 assinaturas – são necessárias 171 para que a comissão seja instalada – e diz que pretende chegar a 300 para então protocolar o pedido. As assinaturas extras são uma forma de prevenir que possíveis retraições de assinaturas na última hora inviabilizem a investigação.

"O objetivo desta CPI será investigar a espionagem política patrocinada pelo grupo ligado a Carlinhos Cachoeira, lavagem de dinheiro e, principalmente, a ligação de políticos com o esquema. Pelo que sabemos, são muitos", afirmou ontem Protógenes ao POPULAR. O Senador assiste com "alguma ansiedade", segundo uma fonte, as novas denúncias que vêm surgindo sobre a ligação de Demóstenes Torres (DEM) com Carlinhos Cachoeira. O POPULAR apurou que já é



Deputado federal Protógenes Queiroz: assinaturas extras como prevenção

comentado nos corredores do Congresso a possibilidade de ser encaminhada na próxima semana representação contra o democrata no Conselho de Ética do Senado, embora, hoje, a medida ainda seja considerada como pouco provável. Segundo fontes de Brasília, aten-

dência é de que as movimentações mais visíveis contra o senador continuem partindo da Câmara, como o CPI. "Os senadores não têm disposição de investigar seu pai, até pelo clima ruim que se criou na Casa, que tem poucos membros e todos convivem

mutuo entre si. O ruído mais forte que percebemos hoje vem da Câmara", avalia uma fonte, que complementa: "É evidente que alguns senadores e até membros do governo que não têm boa relação com Demóstenes devem estar inflando a Câmara a agir contra ele".

Políticos, policiais e parentes na lista

Ex-presidente da Câmara de Goiânia, Wladimir Garcez (PSDB) fazia a intermediação entre os membros da organização criminosa desbaratada pela Polícia Federal, na Operação Monte Carlo, e agentes públicos, como policiais e delegados. Indiciado por corrupção ativa, crime continuado e formação de quadrilha, ele continua preso no Núcleo de Custódia da Penitenciária Odenir Guimarães, em Aparecida de Goiânia. Identificado pelas investigações como sócio oculto de Cachoeira em fazendas, empresas de segurança e outros negócios, o ex-diretor da Delta Construções, Claudio Dias Abreu, também foi indiciado.

Sargento reformado da Aeronáutica, ele trabalhava como arapanga na obtenção de informações sigilosas acerca de operações que objetivavam combater as atividades da quadrilha. Dado e acusado de recrutar policiais corruptos e fez parte do grupo clandestino de investigadores que atuou na Operação Satiagraha, deflagrada em 2008, cujo principal alvo era o banqueiro Daniel Dantas. Ex-cunhado e laranja de Carlinhos Cachoeira, Adriano Araújo de Souza foi indiciado.

Entre os servidores públicos acusados de participar do esquema, 11 ocupavam postos elevados nas estruturas policiais a que pertencem. Dois são delegados da PF, seis da Polícia Civil e três policiais militares de alto escalão (AM).

Aparelho de rádio usado por quadrilha era habilitado nos EUA

Márcio Leijoto e Alfredo Mergulhão

O uso de aparelhos de rádio da marca Nextel habilitados em Miami, nos Estados Unidos, foi uma tentativa do empresário de jogos de azar Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, de driblar a interceptação de conversas de com aliados pela polícia. A ideia teria partido do sargento da Aeronáutica Idalberto Matias, o Dadda, apontado como principal responsável pela "inteligência operacional" da quadrilha, e do delegado da Polícia Federal, Fernando Byron. O uso destes aparelhos foi noticiado pelo POPULAR com exclusividade no começo da Operação Monte Carlo.

Responsável pela aquisição dos aparelhos, no começo do ano passado, teria sido Gleyb da Cruz, apontado como o principal homem da

confiança de Carlinhos Cachoeira para resolver "assuntos externos". Cada um que recebia o aparelho era festejado como "membro do grupo". Isso porque, conforme noticiado pela revista Época, apenas 15 pessoas integravam esse grupo.

A intenção do grupo era evitar a escuta telefônica, mas conforme O POPULAR apurou, a Polícia Federal conseguiu captar os áudios das conversas. Os agentes federais não podiam obter o extrato da conta (detalhamento das ligações) nem o cadastro de interlocutores ou mesmo saber qual antena o telefone estava usando. Isso impediu, por exemplo, algum flagrante com fotos e filmagens da pessoa que está usando o aparelho. Entretanto, os policiais conseguiram com outro aparelho captar as conversas na mesma frequência usada pela quadrilha.

Além do próprio Cachoeira, Byron, Dadda e Gleyb, integravam o seleto grupo de proprietários do aparelho, suspeitos indiciados pela Polícia Federal, como Geovani Pereira da Silva, Lenine Araújo de Souza e José Olímpio de Queiroz Neto. O delegado da Polícia Federal Deusilmo Valadães também teria um.

Outro que ganhou o aparelho foi o senador Demóstenes Torres (DEM), que não aparece entre os indiciados pela Polícia Federal, mas cujas conversas com Cachoeira pelo aparelho serão alvo de investigação na Procuradoria Geral da República (PGR). O senador diz que as conversas eram de assuntos triviais, admite manter amizade com o empresário, mas desde quarta-feira se mantém em silêncio. Procurado ontem pelo POPULAR, ele voltou a dizer que não falaria sobre o caso.

Defesa de empresário diz que PF superdimensionou operação

Sebastião Nogueira - 23.5.00



Carlinhos Cachoeira está preso em Mossoró (RN)

A defesa do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, disse que a Polícia Federal (PF) "superdimensionou" o papel de alguém acusado de explorar jogos de azar. Para o advogado Ricardo Sayeg, o indiciamento de seu cliente pela Polícia Federal do Distrito Federal por oito crimes, entre eles corrupção ativa, formação de quadrilha e ocultação de bens oriundos de crime. É o mesmo argumento usado na época em que Cachoeira foi preso, no dia 29 de fevereiro. "Foi uma decisão exagerada", disse o advogado ontem ao POPULAR.

Sayeg diz que em nenhum momento o empresário fez uso de quadrilha armada, emprego de violência, envolvimento com drogas ou prostituição. Portanto não haveria nenhuma gravidade que justificasse as medidas adotadas até então pela PF pelo Ministério Público Federal (MPF). Cachoeira se

de-fim do crime pelo qual seu cliente é acusado: exploração de jogos de azar. Por essa teoria, o grande esquema de corrupção e propina empregado por Cachoeira, conforme investigação do MPF, devem ser subdimensionados. "Um dono de supermercado que contrata um PM como segurança não pode ser condenado por isso. Qualquer tipo de envolvimento está limitado à atividade-fim, que no caso é uma contravenção penal", disse o advogado.

DELAÇÃO PREMIADA

Ontem, circulou em Brasília (DF) a informação de que Cachoeira estaria disposto a colaborar com as investigações para ser beneficiado por um acordo de delação premiada. A negociação estaria ocorrendo com o Ministério Público Federal. Sayeg diz que não está sabendo "nada disso". (ML)

PUC GOIÁS COM VOCÊ
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA VIDA

Programa abre vagas para pesquisador voluntário

O Programa Intelectual da Mulher abriu inscrições, então, para pesquisadores voluntários interessados em participar de pesquisas As pesquisas públicas em Goiás na observação da realidade da Paraíba.

Os candidatos deverão estar cursando qualquer curso de graduação ou pós-graduação e partir do segundo período, ter disponibilidade de horário compatível com as pesquisas e para viagens no interior do Estado.

Serão oferecidas sete vagas com o mesmo número para cadastro de reserva. O prazo final para inscrições é 28 de março. Mais informações pelo telefone: (62) 3644-1088.

Exposição Arte em Família será aberta hoje
O Projeto Arte em Família, do Sistema de Bibliotecas de PUC Goiás, apresenta, a partir de hoje, a exposição Arte em Família, com obras de Paulo Steinert e Maria Helena Vellozo.

Escola de Circo Dom Fernando comemora 16 anos

A Escola de Circo Dom Fernando, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da PUC Goiás, completará 16 anos ontem. Para comemorar, a coordenação da Escola preparou uma programação intensa para as crianças, com atividades recreativas e teatrais, pelo princípio do circo social: a arte circense como ferramenta de cidadania e transformação social.

Os alunos recebem apresentações abertas à comunidade, escolas e instituições filantrópicas.

Reitor prestigia lançamento de revista do Externato São José

O reitor da PUC Goiás, Wladimir Garcez, participou, no último dia 14, do lançamento da primeira revista Impressão do Projeto Cultural: Babilônia-Pirâmides, produzida por professores e alunos do Colégio Externato São José, na sede da escola.

Apoiadora de Iniciativa, a PUC Goiás foi a responsável pela impressão das exemplares que serão entregues aos alunos que ajudaram na correção do texto on-line da revista e também para serem arquivados nas bibliotecas da universidade e do Externato, visando contribuir com pesquisas históricas e culturais sobre Pirâmides. A programação faz parte do Projeto do Ano da escola, que homenageia as instituições filantrópicas.



Alunos da Escola de Circo Dom Fernando

Meestrad em Direito apresenta dissertação

O mestrad Mario Telles Costa apresenta hoje, às 19h30, no Auditório em Direito, Dissertação Intelectual e Desempenho de PUC Goiás, a dissertação intitulada Auditoria pública como instrumento no âmbito do controle externo de constitucionalidade: análise e possibilidades. A apresentação será realizada na Sala de Desenvolvimento, Bloco A, Campus V.

A banca examinadora será formada pelos professores doutores Haroldo Ribeiro, professor de PUC Goiás, e Desempenho de PUC Goiás (UEG); Roberto Francisco Barreto Martins, titular de Direito Constitucional da PUC Goiás; Belen Cunha Franco (graduada), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo Intelectual e Desempenho de PUC; e Dirceu Pereira Duarte Junior (jurista), da PUC Goiás.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Avenida Universitária, nº 1640, Bairro Universitário - Goiânia
Telefone: (62) 2948-1800 - www.pucgoias.edu.br

- O POPULAR: Edição 20/03/2012, capa.

JOÃO CARVALHO E FAEL ESTÃO NO 11º PAREDÃO

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 73 - Nº 21.262 R\$ 1,50

GOIÂNIA, TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE

[opopular.com.br]

OPERAÇÃO MONTE CARLO

A 1ª DENÚNCIA DO MPF FOI FEITA ONTEM À JUSTIÇA, COM 81 ACUSADOS DE 4 CRIMES

Agora é com a Justiça

Máfia dos bingos é denunciada

Carlinhos Cachoeira e mais 80 pessoas foram denunciadas ontem pelo Ministério Público Federal à Justiça por quatro crimes – formação de quadrilha armada, corrupção ativa e passiva, peculato e

violação de sigilo por parte de policiais. A máfia dos caça-níqueis ainda deve responder por mais duas denúncias. O MPF admitiu que o envolvimento de Cachoeira com jogo do bicho está sob investigação. 14

FÓRUM



Fenômeno é membro da organização da Copa

Ronaldo ouve Estados sem-Copa

O ex-jogador Ronaldo, o Fenômeno, é a grande atração de evento, hoje, em Goiânia, com representantes de Estados que não receberão jogos da Copa do Mundo de 2014. 120

ASFALTO

Rodovias e ruas serão recuperadas

O programa Rodovia será retomado pelo governo estadual com a reconstrução de 42 trechos de rodovias. Ruas de 132 cidades também serão contempladas. 15

GOIÂNIA 2012

Atlético vence Morrinhos de virada

O Dragão conseguiu ontem vencer o Morrinhos, por 2 a 1, fora de casa, e se manter colado no Goiás na luta pela liderança do Goiânia. 119

EXPEDIENTE

Judiciário retorna ao antigo horário

A partir de 1º de maio, o Judiciário goiano volta a atender das 8 às 18 horas, e não mais das 12 às 19 horas, como ocorreu nos últimos meses. Decisão foi tomada ontem pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Goiás. OAB-GO comemorou decisão. 18

CELG

Marconi cobra agilidade da Eletrobras

O governador Marconi Perillo enviou ofício ao ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, cobrando agilidade no cronograma da operação para salvar as contas da Celg. Repasse de parcela da Caixa à empresa está em atraso. Impasse foi revelado ontem pelo POPULAR. 110

OPINIÃO

EDITORIAL

Serão oportunas campanhas de conscientização dos torcedores, mas é preciso que os violentos sejam punidos. 16

LEANDRO RESENDE

Perdemos uma "boa" crise econômica mundial por nada. As empresas são as mesmas, antigas e repintadas. 17

ROBSON MACEDO

O Prê-Atleta não tem credibilidade pela irregularidade no pagamento. Inscrições estão abertas. 120

ARTE



ROUBO DE GADO - Primeiro, a vaca de Siron Franco foi rabiscada. Depois, outras foram depredadas. E, por fim, a vaquinha Oásis, escultura da artista Alice Nascimento, foi furtada justamente do Parque Vaca Brava. Os jovens colocaram a obra na carroceria de uma Saveiro e fugiram. Descobertos, foram presos e, posteriormente, soltos com fiança. 1Magazine

JÚRI POPULAR

PMs são absolvidos de crime de execução

Três policiais denunciados na ação que resultou na morte de Rodrigo Torres, em 2002, foram absolvidos com base na perícia inconclusiva. Entre eles, Ricardo Rocha, coronel preso na Operação Sexto Mandamento. 19

APÓS DENÚNCIAS, SECRETÁRIO PEDE PARA SAIR

ABERTAS INSCRIÇÕES PARA 3 MIL BOLSAS UNIVERSITÁRIAS



Após absolvição, Ricardo Rocha (centro) disse que quer voltar a ser comandante da PM

ISSN 1677-622-4



Em Goiás, nublado com períodos de encoberto com pancadas de chuva e trovoadas.

QUINA
Conhecimentos
08 14 15
24 28

LOT OFÁCIL
Conhecimentos
03 04 06 07 08 10 11 13
16 19 20 21 22 23 25

CLASSIFICADOS
1.999
ofertas de IMOVEIS

42
anúncios classificados

LEI 924
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,5247% OURO R\$ 95,00 DÓLAR (COMERCIAL) R\$ 1,806 DÓLAR (PARALELO) R\$ 1,96 EURO (TURISMO) R\$ 2,520 BOVESPA +0,07% BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$ 85,04

• O POPULAR: Edição 20/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, terça-feira, 20 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Denúncia feita, agora é a Justiça

MPF denunciou 81 pessoas, entre elas Carlinhos Cachoeira, por participação em quatro crimes

Alfredo Mergulhão

O Ministério Público Federal (MPF) ofereceu ontem a primeira de pelo menos três denúncias que serão feitas contra a máfia dos caça-níqueis em Goiás. Ao todo, 81 pessoas são acusadas pelos crimes de formação de quadrilha armada, corrupção ativa e passiva, peculato e violação de sigilo por parte de policiais. Apontado como líder da organização criminosa, o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, teve ontem iniciado o julgamento do seu pedido de habeas-corpus. Mas devido ao pedido de vista de uma desembargadora, ele deve permanecer preso por no mínimo mais uma semana (leia reportagem nesta página).

O MPF pretende realizar outras duas denúncias, com base no trabalho policial ainda em andamento. A PF analisa o material apreendido durante a Operação Monte Carlo, deflagrada no dia 28 de fevereiro e que culminou com a desarticulação da quadrilha. A polícia também vai realizar perícias, emitir laudos e quebrar sigilos bancário e fiscal dos envolvidos. De acordo com a procuradora Leá Batista de Oliveira, nesta segunda etapa os membros da organização criminosa devem ser acusados de lavagem de dinheiro, crime contra o sistema financeiro, evasão de divisas do País e sonegação fiscal.

Outra denúncia ainda deve ser feita. Esta última relativa à própria exploração de jogos de azar. Os participantes da quadrilha serão acusados de contrabando, crime contra a economia popular, lavagem de dinheiro e também de exploração do jogo do bicho em pontos na capital e no entorno do Distrito Federal (DF). Os procuradores do MPF argumentam que as máquinas caça-níqueis comportam mecanismos e equipamentos importados clandestinamente.

Mais uma vez, o órgão ministerial destacou o papel de Carlinhos Cachoeira como líder da quadrilha. Ele explorava máquinas caça-níqueis e autorizava abertura de pontos do negócio clandestino. As escutas telefônicas com autorização da Justiça revelaram que a atuação do empresário extrapolava a contravenção. Foram registrados diálogos do bicheiro com políticos goianos, como o senador Demóstenes Torres (DEM) e os deputados federais Jovair Arantes (PTB) e Carlos Alberto Lereia (PSDB). Um vídeo que mostrava um encontro entre o deputado federal Rubens Ottoni (PT) com o Cachoeira veio a público após a



Procuradores Leá Batista de Oliveira e Daniel Machado explicam denúncia contra grupo de Carlinhos Cachoeira

MPF quer devolução de dinheiro gasto

Além de acusar os membros da organização criminosa que exploravam a jogatina em Goiás, o Ministério Público Federal (MPF) pediu que a Justiça Federal fixe indenização para que a quadrilha repare os prejuízos causados aos cofres públicos. No que depender do órgão ministerial, a conta das despesas com operações frustradas de combate ao crime serão repassadas aos criminosos.

O procurador Daniel de Resende disse que solicitou ao juiz federal que oficie a Secretaria Nacional de Segurança Pública para a reavaliação dos custos à União com o envio e manutenção da Força Nacional de Segurança no Entorno do Distrito Federal (DF) entre maio e agosto do ano passado. Uma das principais atribuições da força seria o enfrentamento à jogatina. Mas as ações fracassavam com os

constantemente vazamentos de informações sigilosas, por parte de agentes públicos corrompidos pelo exploradores de jogos de azar ligados a Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira.

“Esses agentes organizavam pseudotações, simulações de trabalhos policiais, tudo para conferir impressão de enfrentamento ao crime, ou, em outros casos, eram utilizados para eliminação de concorrentes e desarticulação de pessoas que se afastavam do controle e orientação do grupo, viabilizando um domínio territorial rígido, de longo prazo e cartelizado da atividade, monopolizando-a em todo o Estado”, escrevem os procuradores na denúncia.

O valor para reparação dos danos causados pela quadrilha será definido conforme o Código de Processo Penal. (A.M.)

“Constatamos quando houve efetiva fiscalização do MPF e do MPFE, que tem como atribuição constitucional a fiscalização das polícias, houve por parte da organização criminosa uma espécie de recuo. Eles chegaram a retroceder”, afirmou o procurador Daniel de Resende Salgado. Ele ressaltou que o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e compartilhamento de dados aumentará a possibilidade de exercer o controle efetivamente.

O MPF, inclusive, sugeriu a criação de um grupo de controle externo da atividade policial, que envolva os dois ministerios e outros órgãos de fiscalização externa. Daniel de Resende também defendeu um trabalho mais próximo das corregedorias das polícias para pelo menos “minimizar os danos causados pelos trabalhos de organismos criminosos no seio do Estado”. “O Estado torna-se vulnerável e, em consequência, a sociedade também quando existe essa infiltração”, completou.

Daniel de Resende lembrou que há resistência das polícias com o controle externo da atividade policial. As polícias cobram autonomia. No entanto, o Sindicato das Polícias Federais de Goiás (Sinfepgo) emitiu nota na qual declarou apoio incondicional à atuação do MPF na Operação Monte Carlo. (A.M.)

Órgão pede controle das polícias

Os Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual (MPFE) estudam compartilhar informações para ampliar o controle externo da atividade policial. Os procuradores do MPF informaram que já fizeram requerimento ao órgão estadual, para que o controle seja efetivado. Dos 81 denunciados ontem, 39 são policiais militares, civis, federais e rodoviários federais.

“Constatamos quando houve efetiva fiscalização do MPF e do MPFE, que tem como atribuição constitucional a fiscalização das polícias, houve por parte da organização criminosa uma espécie de recuo. Eles chegaram a retroceder”, afirmou o procurador Daniel de Resende Salgado. Ele ressaltou que o desenvolvimento de trabalhos conjuntos e compartilhamento de dados aumentará a possibilidade de exercer o controle efetivamente.

O MPF, inclusive, sugeriu a criação de um grupo de controle externo da atividade policial, que envolva os dois ministerios e outros órgãos de fiscalização externa. Daniel de Resende também defendeu um trabalho mais próximo das corregedorias das polícias para pelo menos “minimizar os danos causados pelos trabalhos de organismos criminosos no seio do Estado”. “O Estado torna-se vulnerável e, em consequência, a sociedade também quando existe essa infiltração”, completou.

Daniel de Resende lembrou que há resistência das polícias com o controle externo da atividade policial. As polícias cobram autonomia. No entanto, o Sindicato das Polícias Federais de Goiás (Sinfepgo) emitiu nota na qual declarou apoio incondicional à atuação do MPF na Operação Monte Carlo. (A.M.)

“Quando houve fiscalização do MPF e do MPFE, que tem como atribuição constitucional a fiscalização das polícias, houve por parte da organização criminosa uma espécie de recuo.”

DANIEL DE RESENDE SALGADO, procurador de república

Jogo do bicho também é alvo de investigação

O envolvimento do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com o jogo do bicho no Estado também é alvo de investigações do Ministério Público Federal (MPF) de Goiás. A informação foi confirmada ontem durante a coletiva dos procuradores da República com a imprensa.

Informações que constam em um dos relatórios feitos na investigação da Polícia Federal mostram que entre janeiro e agosto do ano passado a quadrilha liderada por Cachoeira teria faturado R\$ 11 milhões apenas com o jogo do bicho, resultando em um lucro líquido de R\$ 3 milhões para o grupo. O MPF informou ontem que

o jogo do bicho é outra prática ilegal bastante rentável da quadrilha denunciada. Entretanto, até o momento, pouca conta da investigação sobre como isso estava disseminado no Estado ou mesmo se havia envolvimento de agentes públicos para encobrir sua prática, na mesma proporção encontrada na Operação Monte Carlo.

A operação ficou concentrada na exploração das máquinas caça-níqueis. O braço direito de Cachoeira, Lenir de Souza, apontado como o segundo na hierarquia do grupo, é citado em documento da Justiça Federal, como responsável por controlar as bancas do jogo do bicho pertencentes ao grupo. (Márcio Leijó)

TRF começa a julgar habeas-corpus

Começou a ser julgado, na tarde de ontem, pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, em Brasília (DF), o pedido de habeas-corpus interposto pela defesa do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira. O relator do processo, desembargador federal Tourinho Neto, foi o único a manifestar seu voto. Ele opinou pela manutenção da prisão do goiano, que desde 1º de março está detido no presídio de segurança máxima de Mossoró (RN).

O julgamento do HC foi suspenso devido ao pedido de vista feito pela desembargadora Assusete Magalhães, que deve retornar com o seu posicionamento na próxima sessão da corte, que será realizada amanhã que vem. O juiz Osvaldo

de março é o dia em que Carlinhos Cachoeira foi transferido para presídio em Mossoró (RN).

de Oliveira Fernandes Filho, que substituiu o desembargador Carlos Olavo, preferiu aguardar o posicionamento da magistrada para somente depois proferir o seu voto. Além do HC tramita no TRF-1 pedido de Cachoeira para que possa cumprir prisão domiciliar.



Carlos Cachoeira: HC volta a ser julgado na próxima semana

- O POPULAR: Edição 21/03/2012, capa.

PRESIDENTE DO ATLÉTICO RESPONDERÁ AOS LEITORES ¹¹⁸

O Popular

2ª EDIÇÃO Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 73 Nº 21.263 **R\$ 1,50** GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 2012 **opopular.com.br** EXEMPLAR DE ASSINANTE

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Exclusivo

A teia de Cachoeira

Denúncia revela influências de esquema na esfera pública

Investigações mostram que o empresário Carlinhos Cachoeira, acusado de liderar quadrilha especializada no ramo de jogos de

azar, com ramificações dentro das forças de segurança pública, repassava por meio de ligações telefônicas informações sigilosas

de investigações policiais a servidor. Ele também tinha influência na nomeação de pessoas em cargos públicos. ¹⁴

CASO SECULT

Delegacia investiga mais dois contratos

Secretaria Municipal de Educação teria contratado, sem licitação, serviços de empresa ligada ao ex-diretor da Secult Wilson Ribeiro da Costa. Valor chegaria a R\$ 1,9 milhão. ¹Magazine

De olho no Big Brother

João Carvalho é eliminado com 86% dos votos ¹²

Processo de estupro contra Daniel é arquivado ¹²

OPINIÃO

EDITORIAL

Ao decidir pelo retorno ao expediente das 8 às 18 horas, Corte Especial do TJ-GO privilegia o horário da razão? ¹⁶

ROSÂNGELA CHAVES

O ensino de filosofia pode despertar no estudante o interesse por uma cidadania ativa e questionadora? ¹⁷

PAISAGEM



NO JOÃO LEITE, ÁRVORE SEM GRAÇA FICA CHEIA DE GARÇA - Quem passa pela BR-060 ao lado da Barragem do Ribeirão João Leite ao entardecer tem a chance de assistir a um belo espetáculo de garças-vaqueiras que colore m de branco a paisagem. ¹³

IPASGO

Cai em 46,5% número de leitos de UTI

O número de leitos de UTI no Ipango caiu 46,5% nos últimos 12 meses e o de médicos e leitos totais, 20%. Diretor do instituto diz que quantidade é suficiente, mas usuários reclamam e migram para planos de saúde particulares. ¹⁵



Valdineia colocou a filha em outro plano após demora

SÍNDROME

Down: o único problema é o preconceito

Especialistas comentam que a única diferença entre portadores de Síndrome de Down e não-portadores é a questão do tempo. Mas isso não chega a ser um problema, como exemplifica O POPULAR. Obstáculo continua sendo o preconceito. ¹⁹

PRESSIONADA NA AL, BASE ADIA VOTAÇÃO DE GRATIFICAÇÃO ¹¹⁰

MARCONI: "ICMS UNIFORMIZADO VAI FALIR GOIÁS" ¹¹³

ESTUDANTE BEBENO RECREIO E ENTRA EM COMA ALCOÓLICO ¹⁸

ISSN: 1677-622-4



21263

Tempo	32°	95%
Umidade	18°	50%

Em Goiás, multado com períodos de encoberto com pancadas de chuva e trovoadas. Ventos com intensidade moderada.

QUINA	01 20 27 33 48
-------	----------------

DUPLA SENA	08 09 22 26 30 43 14 24 26 32 42 50
------------	-------------------------------------

CLASSIFICADOS
2.483
ofertas de IMOVEIS

44
ofertas de IMOVEIS

LEITOR	3250-5323
3250-5353	
3250-1220	

POUPANÇA 0,5509% OURO R\$ 95,94 ▲ DÓLAR COMERCIAL R\$ 1,821 ▲ DÓLAR (PARALELO) R\$ 1,98 ▲ EURO (TURISMO) R\$ 2,538 ▲ BOVESPA -0,64 ▼ BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$ 85,08 ▲

• O POPULAR: Edição 21/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, quarta-feira, 21 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

A rede de contatos de Cachoeira

Denúncia do MPF revela que Carlinhos Cachoeira trocava informações com funcionários do governo

Alfredo Mergulhão

A denúncia oferecida nesta segunda-feira pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a máfia dos caça-niquéis em Goiás traz novos detalhes acerca dos tentáculos do líder da quadrilha no meio político. Considerado como chefe da organização criminosa, Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, é flagrado em troca de informações com uma funcionária do governo estadual sobre uma operação da Polícia Federal que atingiria os negócios do prefeito de Águas Lindas, Geraldo Messias. Cachoeira também aparece no documento obtido com exclusividade pelo POPULAR indicando nomes para cargos comissionados na Câmara de Anápolis. Ontem, a peça acusatória do MPF foi recebida pela Justiça Federal em Goiás.

O documento traz o registro de duas conversas e várias mensagens gravadas pela Polícia Federal (PF) entre Cachoeira e a chefe de gabinete civil da governadoria, Eliane Gonçalves Pinheiro. As interceptações telefônicas com autorização judicial revelam contatos nos quais o líder da quadrilha passa informações de que no dia seguinte a PF faria busca e apreensão na casa do prefeito de Águas Lindas, Geraldo Messias (PP), durante uma operação.

A Operação Apaté ocorreu no dia 13 de maio do ano passado. Na ocasião, Geraldo Messias sequer foi visto nos locais objeto de busca. "O prejuízo à administração causado por essa conduta foi a baixa efetividade da operação em questão, sendo que o prefeito de Águas Lindas seguiu sendo o alvo avisado", afirma o documento assinado pelos procuradores Daniel de Resende Salgado e Lea Batista de Oliveira.

AGENDA

Eliane Gonçalves Pinheiro cuida da agenda do governador Marconi Perillo (PSDB), função que ocupa desde o governo passado. Ainda na gestão de Alcides Rodrigues (PP), atuou na articulação do tucano para que prefeito pepistas aditsem a campanha de Marconi ao governo estadual. Ela trabalha no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira e era ligada ao ex-secretário Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Fernando Cunha, morto em novembro de 2011.

A chefe de gabinete do governador confirmou as conversas. "Me lembro dessas mensagens", disse. Eliane Gonçalves Pinheiro afirmou que, devido à amizade que mantém com o prefeito de



Caça-niquéis apreendidas: líderes do esquema trocavam informações privilegiadas

Influência até na nomeação de parentes em órgãos públicos

O poder de influência de Carlinhos Cachoeira também atinge a Câmara de Anápolis. No Legislativo do município, o chefe da organização fazia pedidos a Fernando Cunha Neto. Ele é neto do ex-secretário Extraordinário de Assuntos Estratégicos e sobrinho de Cachoeira. Ao parlamentar, o líder da quadrilha pediu a acomodação no gabinete de uma sobrinha do delegado federal Deuselino Valadares, também indicado pelo Ministério Público Federal (MPF) como membro do grupo.

Fernando Cunha Neto admitiu as negociações, mas nega que a sobrinha do delegado

tenha sido contratada, mesmo que informalmente. "Recebo pedidos de emprego, dimissionante, mas nesse caso não houve a nomeação", afirma. Deuselino também teve uma conversa com a sobrinha gravada pela PF. No diálogo, ele pergunta se o emprego na Câmara de Anápolis atenderia as pretensões da mulher.

A contratação se arrastou por meses, intermediada pelo ex-presidente da Câmara de Goiânia, Wladimir Garcez (PSDB), e Gleyb Ferreira, ambos presos preventivamente desde a deflagração da Operação Monte Carlo, no dia 29 de fevereiro. A

indicação reforça a proximidade de Cachoeira com o delegado. As investigações chegaram à conclusão de que Deuselino Valadares é sócio do empresário em uma empresa de segurança. A ex-sogra de Carlinhos Cachoeira também ocupa cargo público em Anápolis. Gabriela Campos de Souza, primeira mulher do líder da quadrilha, e de Adriano Apriço de Souza, preso na Operação Monte Carlo, apontado como laranja do chefe da organização criminosa. (A.M.)

Extraordinário de Assuntos Estratégicos e casada com um irmão do líder da organização criminosa. "Tenho uma amizade de muitos anos com ele", admitiu. A reportagem tentou contato com Geraldo Messias, mas não obteve retorno. O prefeito ganhou de Cachoeira uma viagem a Las Vegas, nos Estados Unidos, no ano passado. (Colaboraram Maria Costa e Silva e Márcio Leijto)

Deputado diz ter entregue requerimento de CPI

O deputado Protógenes Queiroz (PCdoB-SP) informou ontem à noite em sua página no Facebook que entregou horas antes requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Jogos ao presidente da Câmara dos deputados, Marco Maia (PT-SP). Ele não informou o número total de assinaturas obtidas, mas disse que foi um "número maior que o necessário" (171 nomes). Em entrevista ao POPULAR, na semana passada, Protógenes disse que o objetivo da CPI é investigar a "espionagem política patrocinada pelo grupo ligado a Cachoeira, lavagem de dinheiro e, principalmente, a ligação de políticos com o esquema".

No texto colocado no Facebook, a assessoria do deputado diz que "no requerimento de instalação da CPI, Protógenes alegou que os atos de contravenção e corrupção encaixados por Cachoeira constituem uma verdadeira ameaça ao Estado Democrático de Direito, fragilizando suas instituições". (ML)



Wladimir Garcez no dia da prisão pela Polícia Federal

Ex-vereador tinha várias funções dentro do grupo

Márcio Leijto

Integrante do seletivo grupo liderado por Carlinhos Cachoeira que possuía um rádio habilitado nos Estados Unidos (EUA) para tentar escapar de escutas telefônicas, o ex-vereador de Goiânia, Wladimir Garcez, tinha várias funções na organização criminosa. O POPULAR teve acesso a documentos que revelam mais detalhes sobre esse envolvimento. Um dos principais braços direitos de Cachoeira, o ex-vereador era um dos responsáveis pela intermediação da quadrilha com agentes de segurança pública e com autoridades políticas, se envolvendo também nos negócios ilícitos e nos supostamente lícitos do grupo.

Conversas telefônicas interceptadas pela Polícia Federal com autorização da Justiça mostram que Garcez dialogava abertamente em torno de abertura de casas de jogos e seria dono de algumas máquinas caça-niquéis. O ex-vereador apareceu diversas vezes sendo acionado pelos membros da quadrilha para interceder junto a policiais civis e saber informações sobre ações em andamento ou planejadas.

É o que aconteceu no dia 1º de março do ano passado, quando Cachoeira teria pedido a ele que intercedesse junto ao então corregedor-geral da Segurança Pública de Goiás, Aredes Pires, que intercesse numa operação policial. No mesmo dia, conforme as investigações, Garcez retornou ao empresário dizendo que conversou com os policiais respon-

sáveis pela ação, mas que os meios não poderiam fazer nada. Cachoeira ligou mais tarde autorizando o ex-vereador a oferecer R\$ 5 mil aos policiais. Entretanto, nas investigações do Ministério Público Federal de Goiás (MPF) não ficou claro se a quadrilha teve o devido sucesso.

NEGOCIAÇÃO

Garcez atuaria tanto em Goiânia como no Entorno do Distrito Federal. Ele demonstrava ter poder de articular junto a forças policiais operações em casas de quadrilhas rivais. No dia 17 de março de 2011, o ex-vereador diz a Cachoeira que uma batida policial na casa de jogos de quadrilhas rivais não ocorreu porque a Polícia Civil estava sem combustível. Quatro dias depois, os dois conversaram sobre como a polícia deve agir para coibir ações derivadas.

Volume de conversas gravadas pela PF mostra que o ex-vereador mantinha um contato quase diário com Cachoeira. Pelo menos durante o período investigado. Ele negociaria também com outros líderes do grupo, como Geovani Pereira, Gleyb da Cruz e Lenine Araújo. Garcez também é flagrado em conversas nas quais revela contato com o delegado da PF Deuselino Valadares.

Em conversas registradas no dia 1º de abril, Cachoeira pede a Lenine que deposite R\$ 10 mil na conta de Garcez. No mesmo dia, Lenine teria recebido outra ligação, para que mais depósitos fossem feitos na conta do ex-vereador, que também aparece como recebendo dinheiro para compra de peças de máquinas caça-niquéis.

Cumplicidade de delegados foi decisiva

O vazamento da Operação Apaté, que identificou fraudes de R\$ 200 milhões na Receita Federal e envolveu várias prefeituras e órgãos públicos, para Carlinhos Cachoeira foi possível graças à cumplicidade dos delegados da Polícia Federal (PF) Fernando Cunha e Deuselino Valadares, conforme evidência denúncia apresentada na segunda-feira pelo Ministério Público Federal (MPF). Realizada no dia 13 de maio de 2011, a ação policial já era de conhecimento da quadrilha duas semanas antes.

O primeiro contato para alertar o grupo sobre a operação teria sido no dia 27 de abril, mas as informações fo-

ram fornecidas com mais detalhes a partir do dia 10 de maio. Deuselino teria sido o primeiro a falar da operação para o grupo. Ele alertou Gleyb Ferreira da Cruz, um dos braços direitos de Cachoeira. Três dias antes da operação, Deuselino teria se encontrado com Cachoeira para falar sobre o assunto, conforme o empresário contou em diálogo flagrado pela PF no final da tarde daquele dia.

INFORMAÇÕES

De acordo com as investigações, durante os dias que antecederam a operação, Gleyb, Cachoeira, Deuselino, Byron e o ex-vereador de Goiânia, Wladimir Garcez, trocaram

inúmeras informações sobre a operação. Na véspera, Gleyb lembrou o empresário por telefone: "Op pref amanhã". No dia 16, Cachoeira teria pedido a Gleyb que se encontrassem em um escritório na Avenida 136, em Goiânia, para tratar do assunto.

Nos áudios interceptados pela PF antes e depois da operação, Byron não deu detalhes sobre quais as prefeituras atingidas e sobre os depoimentos prestados como também orientou sobre como deveria ser a fala das testemunhas na parte que interessava a Cachoeira. No dia 30 de maio, o empresário chegou a pedir para Byron para que o prefeito de Águas Lindas não

fosse iniciado.

Garcez também demonstrou preocupação com a operação. Ele aparece em duas conversas interceptadas nos dias 12 e 13 falando sobre o assunto. Na última, conforme as investigações, cobra mais detalhes sobre o que seria o resultado da ação policial.

A preocupação de Cachoeira em ajudar a operação em Águas Lindas, Geraldo Messias (PP), se explica além da aliança política pelo fato de a cidade ser uma das mais importantes para os negócios ilegais do empresário. A troca de informações privilegiadas também dava a Cachoeira prestígio e influência junto a autoridades. (ML)

FAÇA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL NA FAC-LIONS 16 x R\$270,00 Tel: 3567-3480

- O POPULAR: Edição 28/03/2012, capa.

EIXO ANHANGUERA É APROVADO, APONTA PESQUISA¹⁹

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

2ª EDIÇÃO

★ ANO 73 Nº 21.270 R\$ 1,50

GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE

[opopular.com.br]

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Demóstenes acuado

STF RECEBE PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO DO SENADOR, QUE DEIXA LIDERANÇA DO DEM



Pressionado, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) abertura de inquérito para investigar o senador Demóstenes Torres (DEM). Gurgel alegou "indícios de envolvimento de parlamentares" com esquema de jogos ilegais. **[4, 5o Giro]**

“Vou enfiar o pé na jaca da Prefeitura mesmo”

A frase é do delegado da PF Fernando Byron, investigado na Operação Monte Carlo. Ele prometeu ao bicheiro Carlinhos Cachoeira empenho na investigação de supostas irregularidades nas obras do Parque Mutirama. Cachoeira também se reuniu com vereadores para mediar acordo acerca da questão. **[4]**

Demóstenes em seu gabinete no Congresso ontem: senador quer ter acesso às transcrições antes de se pronunciar sobre denúncias

SAÚDE

Hugo será comandado por médicos

A gestão do Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) será, a partir de maio, do Instituto Gerir, uma organização social formada por médicos goianos. Na concorrência, venceu candidatos de São Paulo e Bahia. O Gerir prevê que o Estado economizará R\$ 12 milhões por ano. **[6o Giro]**

TRAGÉDIA

Bebê morre trancado em carro após 4 horas

José Ronaldo, de 1 ano de idade, foi deixado pela mãe dentro de um Fiat Uno. Sob o sol e com portas e janelas cerradas, não resistiu.

Andressa do Prado de Oliveira, a mãe, disse a polícia que o bebê chorava muito e ela queria dormir, depois de tomar medicamento. **[8]**

EDUCAÇÃO



A GREVE ACABOU! - Funcionária da rede pública estadual prepara a sala para retomada do ano letivo hoje. A decisão de suspender o movimento ocorreu após reunião do governador Marconi Perillo com representantes do Sindicato. **[8]**



Polícia coleta provas na casa de Andressa: revoltados, vizinhos tentaram agredir a mãe

OPINIÃO

EDITORIAL

Atenção às vias públicas de Goiânia no período seco pode prevenir buracos do período chuvoso. **[6]**

ROSÂNGELA CHAVES

Há quase 10 anos, os orixás nos confrontaram. Agora, as vaquinhas enchem os olhos e suavizam o cotidiano. **[7]**

ELIO GASPARI

Futuro de Demóstenes Torres está pendurado na distância que separa o verdadeiro do verossímil. **[7]**

ESTADO

Estado libera secretaria para captar recursos

O governo estadual lançou ontem programa que libera órgãos e secretarias a incrementar receitas. Fontes apontam colapso orçamentário, por comprometer 88% da receita com folha de pagamento e dívidas. **[2]**

SENADO

Comissão aprova fim de salários extras

A Comissão de Assuntos Econômicos apreciou ontem o projeto que acaba com o 14º e o 15º salários - no valor de R\$ 26,7 mil cada. O senador goiano Cyro Miranda (PSDB) votou favorável, mas protestou. **[10]**

De olho no Big Brother

Jonas sai com 54% dos votos. BBB12 será de Fael ou Fabiana **[8]**

ISSN: 1677-622-4



21.270

temperatura	34°
umidade	90%
vento	16°
chuva	40%

Em Goiás, nublado a encoberto com pancadas de chuva e trovoadas isoladas no Sul, Sudeste e Leste.

QUINA

Concurso 2.038
23 37 62
63 72

DUPLA SENA

Concurso 1.938
09 25 36 37 38 44
05 14 22 23 46 47

CLASSIFICADOS

2.462
ofertas de IMÓVEIS

44

empresas em risco

LEITOR

3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,5819% OURO R\$ 97,00 DÓLAR (COMERCIAL) R\$ 1,813 DÓLAR (PARALELO) R\$ 1,97 EURO (ITURISMO) R\$ 2,507 BOVESPA -0,97% BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$ 85,92

• O POPULAR: Edição 28/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, quarta-feira, 28 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Cachoeira mediou encontro sobre denúncias do Mutirama

Reunião entre representantes de Paulo Garcia e vereadores de oposição foi na casa de Santana Gomes

Alfredo Mergulhão

O empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, participou no ano passado de pelo menos uma reunião com representantes da Prefeitura e da oposição na Câmara de Goiânia. O encontro foi para mediar um acordo acerca das denúncias sobre as obras do Mutirama, que estavam acirradas na época. As tratativas ocorreram no fim de agosto na casa do vereador Santana Gomes (PSD) e foram organizadas pelo ex-presidente do legislativo municipal, Wladimir Garcéz (PSDB), preso há um mês na Operação Monte Carlo.

Cerca de um mês antes da reunião com os vereadores, Carlinhos Cachoeira já havia tentado influenciar nas investigações sobre supostas irregularidades nas obras do Mutirama. Uma interceptação telefônica autorizada pela Justiça revela conversa dele com o delegado da Polícia Federal Fernando Byron. O bicheiro pediu para o policial complicar a situação da Prefeitura no caso.

Algumas semanas depois desse telefonema, Carlinhos Cachoeira já estava do outro lado do balcão, mediando um possível acordo entre situação e oposição na capital. A presença dele na reunião mostra o tamanho da rede de relações que o líder da máfia de cacheteiros tinha, com proximidade de políticos de todas as legendas. E ele estava acompanhado de Wladimir Garcéz, que declarou em depoimento ser funcionário da Delta Construções, uma das empresas que chegaram a fazer propostas para a licitação das obras do parque, no valor de R\$ 50 milhões. A reunião foi realizada a pedido do chefe de gabinete da Prefeitura, Cairo de Freitas. Ex-secretário de Saúde do município, ele falava em nome do prefeito Paulo Garcia. "Nativa de amenzar as denúncias", a Polícia Nacional, disse não saber o que o empresário fazia na reunião. Como os parlamentares de oposição não queriam ir à Prefeitura nem os representantes do prefeito a Câmara, a saída foi marcar o encontro num lu-



Brinquedo do Mutirama: obras no parque, que foram retomadas nesta semana, têm sido alvo de denúncias de vereadores

Partidas de futebol e encontros em bares

Presente na reunião entre representante da Prefeitura e vereadores no ano passado, o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, não era uma figura desconhecida dos parlamentares. Os quatro vereadores que se encontraram – com participação do bicheiro – para negociar um acordo com intuito de amenizar as

críticas e denúncias sobre a licitação admitiram ter contatos com o líder da organização criminoso.

Todos os parlamentares assumiram, no entanto, manter apenas relações sociais com o contraventor. Geovani Antônio (PSDB) e Santana Gomes (PSD) afirmaram já terem ido à chácara de Carlinhos Cachoeira "jogar futebol". As

"peladas" com o chefe da quadrilha dos caça-niquéis também já foram realizadas nas fazendas e casas de outras figuras proeminentes do Estado, como cantores sertanejos.

O vereador Maurício Beraldo (PSDB) sustentou que não jogava futebol e não participava dessas confraternizações, mas admitiu que esteve com Carlinhos Cachoeira

em outros eventos sociais, como jantares e em bares. Elias Vaz (PSol) já havia assumido a interlocução com o bicheiro. "Ele conversava com todo mundo, sobre todos os assuntos, principalmente política", disse. Todos negaram ter recebido dinheiro para campanha ou negociado esse tipo de apoio com o Cachoeira. (Alfredo Mergulhão)

gularidades na licitação e na execução das obras do Mutirama. Escutas telefônicas da PF mostraram os estreitos laços entre o bicheiro e o delegado Fernando Byron. Cachoeira solicitava ao policial que ele assumisse os trabalhos de apuração, com a finalidade de prejudicar a Prefeitura.

Nas gravações feitas em 8 de agosto, Byron afirma que vai tentar assumir o inquérito e promete "enfilar o pé na jaca da Prefeitura". Mas no dia seguinte alerta que a investigação foi distribuída para outra delegacia. Como o trabalho seria feito em grupo, também composto por membros do Ministério Público Federal (MPF), ele tentaria participar. Byron foi denunciado pelo MPF por vazamento de informações sigilosas e por receber propina.

Nas escutas, ainda há uma conversa do delegado com Cachoeira que sugere o pagamento de propina. Num outro diálogo, Byron pede dinheiro ao bicheiro para quitar a compra de um apartamento. O líder da organização criminoso se prontificou imediatamente a realizar o pagamento da dívida.

A data dessas conversas coincide com as primeiras denúncias feitas pelo vereador Elias Vaz sobre o Mutirama. Porém, o vereador havia denunciado os problemas relativos à licitação dos brinquedos do parque. Como as compras e as reformas das atrações já realizadas com recursos próprios do município, a PF e o MPF não investigaram a aplicação do dinheiro público.

Os órgãos federais investigaram somente a outra parte do processo licitatório, que diz respeito ao túnel da Avenida Araguaia e a plataforma que passará acima da Marginal Botafogo. Elias Vaz também denunciou irregularidades nessa etapa, sobretudo de que a licitação foi direcionada a uma empresa, a Warte Engenharia, vencedora do certame. A Delta Construções chegou a entrar na disputa, mas depois saiu da concorrência. Carlinhos Cachoeira era sócio do diretor da Delta no Centro-Oeste, assim como de Wladimir Garcéz, funcionário da empreiteira.

"Conheço o Wladimir Garcéz há mais de 30 anos. Ele era meu dentista", disse Cairo. Sobre Cachoeira, o ex-secretário disse não saber o que o empresário fazia na reunião.

Como os parlamentares de oposição não queriam ir à Prefeitura nem os representantes do prefeito a Câmara, a saída foi marcar o encontro num lu-

gar neutro. Também participaram da reunião os vereadores Geovani Antônio e Maurício Beraldo, ambos do PSDB, e Elias Vaz (PSol).

Os vereadores sustentam que Carlinhos Cachoeira chegou na companhia de Garcéz e Cairo, mas o chefe de gabinete nega. Cairo de Freitas alega que o chefe da jogatina já esta-

va na casa de Santana Gomes quando chegou. As duas partes também discordam a respeito da participação do bicheiro na reunião. Os parlamentares asseguraram que o Cachoeira não participou. Carlinhos falou pouco, mas disse que a paralisação da obra seria ruim para Goiânia. Mas ninguém fez proposta indecente", afirmou Santana

Gomes. "Nego que ele tenha falado", rebate o chefe de gabinete. Cairo de Freitas também nega. Carlinhos Cachoeira não apareceu na reunião.

GRAMPO

Carlinhos Cachoeira também tentou intervir nas investigações sobre supostas irre-

Wladimir teria articulado irmã na Câmara

Macydos Aquino

A condução de Cida Garcéz (PV) à Câmara de Goiânia teria sido uma articulação do grupo do empresário do jogo Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, na Prefeitura de Goiânia.

Cida é irmã de Wladimir Garcéz, apontado nas investigações da Polícia Federal (PF) como braço direito de Carlinhos. Ele está preso no Núcleo de Custódia do complexo prisional de Aparecida de Goiânia desde a deflagração da Operação Monte Carlo, no dia 29 de fevereiro passado.

Poucos dias antes, o prefeito Paulo Garcia (PT) havia puxado o então vereador Juarez Lopes (PTM) para ocupar a Secretaria Legislativa, abrindo vaga a primeira suplente Sirlei Borba (PTM).

Mas aquela altura ela já havia transferido seu domicílio eleitoral para a cidade de Rubebata, onde pretende se candidatar a prefeita, e por isso não assumiu, liberando a vaga a Cida, segunda suplente na chapa.

"A Prefeitura fez isso para



Cida Garcéz assumiu mandato após articulações na Câmara

atender um pedido do Carlinhos e do Wladimir", afirma um vereador da oposição. "Foi tudo combinado". Desde que assumiu a vaga, Cida Garcéz tem votado com a Prefeitura, apesar de o PV já haver se alinhado que não apoiaria a candidatura de Paulo Garcia à reeleição este ano.

O vereador Deivison Costa (PT do B), de oposição a Paulo e ligado ao grupo político que comanda o governo estadual,

confirmou a presença de Wladimir durante as articulações para a presidência na Câmara, em dezembro de 2010, sua interferência na condução de Cida a vereadora. "A ideia dele era que a irmã assumisse".

CONSEQUÊNCIA

Juarez Lopes disse que saiu da Prefeitura porque não tem intenção de disputar reeleição à Câmara e que "Wladimir não tem nada a ver com essa

história". Cida Garcéz não atendeu as ligações de reportagem e não retornou, conforme pedido em recado deixado em seu gabinete ontem.

O secretário de Comunicação do Município, Andrey Azeredo, alega que a ida da segunda suplente foi mera consequência da saída de Juarez e nega qualquer influência de Wladimir. "Era natural, o Juarez não queria disputar reeleição (a vereador)", disse. Paulo Garcia não atendeu as ligações da reportagem.

Sob a condição de não aparecer, um vereador da base de Wladimir, "Era natural, o Juarez não queria disputar reeleição (a vereador)", disse. Paulo Garcia não atendeu as ligações da reportagem.

Sobre a possível participação de Cachoeira nas denúncias de irregularidades nas obras do Parque Mutirama, a mesma fonte diz que "há um ano sabíamos disso". "Era tudo articulado pelo grupo do Cachoeira, porque a ele se pertencia a licitação", acusou.

Ex-ministro da Justiça fará defesa de empresário

O empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, contratou o ex-ministro da Justiça Marco Thomaz Bastos para defendê-lo de todas as acusações da Polícia Federal, que o prendeu durante a Operação Monte Carlo no dia 29 de fevereiro, em Goiânia.

Em 2004, ainda como ministro e comentando uma concessão de liminar para que Cachoeira continuasse atuando com jogos lotéricos – o empresário explorou a Loteria do Estado de Goiás (LEG) de 1995 a 2004 – Marco Thomaz Bastos havia determinado rigor no combate ao jogo.

A Advocacia-Geral da União (AGU) vai fazer o que fez em relação a todos os outros casos, vai cassar a liminar e manter a lei", afirmou. Após conversar com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Bastos também havia dito que o governo continuaria lutando pela medida provisória que proibiu os bingos. "O presidente disse que está disposto a ir em frente e a proibição é definitiva."

Segundo publicado ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Cachoeira já havia tentado contratar Bastos para defendê-lo. O acordo não ocorreu no início porque "o empresário achou os honorários advocatícios do ex-ministro muito salgados".

A defesa de Cachoeira estava por conta de uma equipe de cinco advogados criminalistas, comandada por Ricardo Sayeg, de São Paulo. Mas na última segunda-feira o pedido de habeas corpus do empresário foi negado pela Justiça Federal. O juiz Fernando Tourinho Neto negou liberdade alegando ser necessário manter a ordem pública.

O desembargador argumentou que, além do indicativo de extensa ramificação da organização de Cachoeira, havia indícios de reiteração de condutas criminosas, como corrupção ativa e evasão de dividas, formação de quadrilha e exploração de jogos de azar. Cachoeira permanece preso no presídio federal de segurança máxima em Mossoró (RN) (MA).

• O POPULAR: Edição 28/03/2012, página 5.

GOIÂNIA, quarta-feira, 28 de março de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Demóstenes será investigado

Script/Ilustração: Folhapress

PGR pediu ao Supremo abertura de inquérito para apurar envolvimento com Cachoeira

Calo Henrique Salgado

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu ontem que o Supremo Tribunal Federal (STF) abra um inquérito para investigar as relações do senador Demóstenes Torres (DEM) e outros parlamentares com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, preso desde o fim do mês passado acusado de liderar quadrilha de jogos de azar. Desgastado pela sequência recente de denúncias, o goiano comunicou ontem a renúncia da liderança de seu partido no Senado.

O processo já está em tramitação no STF sob sigilo de Justiça e foi encaminhado após parlamentares da Frente de Combate à Corrupção terem feito visita a Gurgel, que confirmou, após a conversa, que o pedido de inquérito seria encaminhado "nas próximas horas". Gurgel argumentou que não pediu antes a abertura do inquérito porque não dispunha, até então, de elementos suficientes para isso.

A assessoria de imprensa da Procuradoria-Geral da Repu-



Senador Demóstenes Torres deixa Senado: pedido de renúncia à liderança do DEM

blica (PGR) confirmou ao POPULAR a existência de "indícios de envolvimento de parlamentares" com o esquema de jogos ilegais que foram alvo da Operação Monte Carlo, deflagrada pela Polícia Federal. Segundo os congressistas que estiveram na PGR, Gurgel também informou que vai encaminhar ao Senado e à Câmara listas com os nomes dos senadores e deputados suspeitos de ligação com Carlinhos Cachoeira.

Escutas telefônicas que es-

bancaram uma viagem de táxi-aéreo. Em outra denúncia, divulgada pela revista *Carta Capital*, o senador goiano aparece como detentor de 30% dos lucros obtidos através dos negócios ilegais do contraventor. Os dois se falaram por telefone 298 vezes em 2011.

Demóstenes, que continua evitando entrevistas, comunicou sua renúncia através de ofício ao presidente nacional do DEM, senador José Agripino (DEM-RN). O colega leu o documento em plenário. No documento, Torres afirma que o interesse é "acompanhar a evolução dos fatos noticiados nos últimos dias".

Senador diz que fala após ver denúncias

Em carta encaminhada ontem ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o senador Demóstenes Torres disse que só subirá ao plenário da Casa para comentar as denúncias que apontam seu envolvimento com Cachoeira quando tiver acesso a íntegra das investigações apresentadas pela Procuradoria-Geral da República ao STF.

"Meu desejo é ocupar a tribuna do Senado tão logo eu tenha acesso ao conteúdo dos autos, que, segundo afirmam, estão em poder do procurador-geral da Re-

pública (Roberto Gurgel)", comunicou o senador. Gurgel confirmou que recebeu há 15 dias a parte do inquérito que trata da ligação de políticos com Cachoeira.

Na carta, Demóstenes volta a dizer que pretende ser investigado. "Se existe alguma suspeita sobre meu procedimento, exijo profunda e metódica investigação no foro constitucionalmente adequado (STF)", completou. O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida, disse que chegou das investigações ao STF "tranquilidade" e é "positiva".

Ao comentar o caso, José Agripino disse que, se comprovado o envolvimento de Demóstenes com o esquema comandado por Carlinhos Cachoeira, o partido adotará a mesma medida usada contra o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, que foi obrigado a renunciar para não ser expulso do partido. "Estamos no campo das hipóteses, evidentemente um partido com a história do DEM, que já fez o que já fez, chegando à expulsão de um governador, tem autoridade moral para dizer que vai fazer o que os outros partidos não fizeram", afirmou.

No entender de Agripino, se houve erro, cabe ao partido tomar a decisão de punir. "O DEM vai esperar a Procuradoria-Geral da República diga quem é culpado e quais as faltas cometidas", disse ele. "Não convivemos com a perda de ética. O DEM tem como comportamento honrar o passado que o Brasil todo conhece", frisou. O senador Randolfe Rodrigues (PSol-AP), que esteve com Gurgel, disse ontem que seu partido vai pedir a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado contra Demóstenes. (Com Agências)



Ciaasa

DE FORD A GENTE ENTENDE

NÃO COMPRE CARRO HOJE

AMANHÃ A CIAASA REABRE AS PORTAS COM PREÇOS, PRAZOS, TAXAS E BRINDES COMO VOCÊ NUNCA VIU.




Ciaasa

DE FORD A GENTE ENTENDE

AV. MUTIRÃO C/ AV. D

CIAASA.COM.BR

Não compre seu Ford antes de nos consultar.

FAÇA REVISÕES EM SEU VEÍCULO REGULARMENTE.

- O POPULAR: Edição 31/03/2012, capa.

CORRENTISTAS DE BANCO TEMEM HACKERS **It3**

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

ASSINE O POPULAR NESTE FINAL DE SEMANA

Sábado 8h às 17h
domingo 8h às 12h

www.opopular.com.br

Tele POP 02 3250-5353

★ ANO 73 - Nº 21.273 **R\$ 1,50**

GOIÂNIA, SÁBADO, 31 DE MARÇO DE 2012

[**opopular.com.br**]

EXEMPLAR DE ASSINANTE

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Diálogos suspeitos



Empresário fala sobre nomeações no governo

Novas gravações revelam que o empresário Carlinhos Cachoeira articulou nomeações no governo de Marconi Perillo, que nega influência do empresário em sua gestão.

“O Demóstenes já ia ligar para ele. Oh, Marconi, cê tá é f. se não pôr esse cara...”

Trecho de diálogo em que Carlos Cachoeira comenta sobre nomeações com Lenine, seu braço direito na organização.

Senador recebe orientação de Cachoeira em escutas

Conversa gravada de abril de 2009 revela que Cachoeira e o senador Demóstenes Torres decidiam estratégia para parlamentar agir em projeto sobre criminalização dos jogos. **D, 4 e G10**

“Vou mandar o texto procê. O que tá aprovado lá é o seguinte: transforma em crime qualquer jogo que não tenha autorização. Então inclusive te pega, né”

Demóstenes Torres em conversa com Cachoeira debatendo orientação de projeto no Congresso

SOB INVESTIGAÇÃO

Coronel afastado do Batalhão Rodoviário

O coronel Moisés Mendonça, comandante do Batalhão Rodoviário da Polícia Militar, foi afastado das suas funções enquanto ocorre in-

vestigação sobre possíveis irregularidades na corporação. O POPULAR apurou andamento da operação Portas Abertas. **PM nega. B8**

CO-FUNDADOR DA FICHA LIMPA DIZ QUE LEI FOI APRIMORADA **It2**

PRESIDENTE DA FIFA PEDE AO BRASIL MAIS TRABALHO E MENOS PALAVRAS **It20**

VIDA URBANA

Jardim América cobra segurança

Moradores do tradicional bairro Jardim América de Goiânia apontaram segurança como maior problema do setor, com a votação de mais de 40% dos participantes de enquete da TV Anhanguera. Iluminação pública foi destaque positivo da votação. **I5**

OPINIÃO

EDITORIAL

A Proteste avaliou os cintos de segurança de 20 veículos nacionais e o resultado geral foi decepcionante. **I6**

WANDERLEY DE FARIA

Cobre a reforma política do senador e do deputado federal em que votou, em benefício da população. **I7**



Batalhão terá comando provisório até fim da apuração



"ARTISTAS RECLAMAM COM RAZÃO"

Respondendo a perguntas de leitores do POPULAR sobre a exposição CowParade, das 62 vaquinhas espalhadas pela cidade, Doracino Naves (foto), da Secretaria de Cultura, fala sobre investimento, vandalismo e projetos. **Magazine**



Doracino Naves

Pop Vest

Análise de obra de Luis Fernando Veríssimo

O PopVest traz análise de obra de Luis Fernando Veríssimo, O Melhor das Comédias da Vida Privada, que faz parte da lista de indicações da UEG. **IMagazine**



INFRAESTRUTURA

Parque Macambira sai do papel

O parque ambiental Macambira - Anicuns, anunciado há 10 anos, teve, ontem, obras iniciadas, no Setor Façalville. Prefeito Paulo Garcia garantiu que obra "só para quando estiver pronta". Previsão é que seja concluído em 26 meses. **D0**

MEGA DESCONTOS ASSINANTES

Assinantes de O Popular recebem desconto especial de 9,90

Tele POP 02 3250-1220

Assinantes de O Popular recebem desconto especial de 9,90

Assinantes de O Popular recebem desconto especial de 9,90

ISSN: 1677-622-4



21273

9 771677 622000

Em Goiás, nublado com chuva isolada no Sul. Demais áreas, clara e nublado. Ventos fracos.

QUINA
Cenário 2.851
05 17 39
58 69

DOPLA SENA
Cenário 1.075
07 27 37 40 45 49
71 84 14 26 29 34 42 43

CLASSIFICADOS
1.593
ofertas de IMÓVEIS

40
regulamentação em vigor

LEITOR
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,6073% OURO R\$ 95,70 ▼ DÓLAR (COMERCIAL) R\$ 1,827 ▲ DÓLAR (PARALELO) R\$ 1,98 ■ EURO (TURISMO) R\$ 2,533 ▼ BOVESPA -0,56% ▼ BOI GORDO A VISTA (MÉDIA) R\$ 86,53 ▲

• O POPULAR: Edição 31/03/2012, página 3.

GOIÂNIA, sábado, 31 de março de 2012

O POPULAR 3

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Interceptação flagra conversa sobre nomeações no governo

Gravação mostra Carlinhos Cachoeira conversando com braço direito sobre indicação a cargos públicos

Pedro Palazzo

Numa interceptação telefônica feita pela Polícia Federal (PF) na Operação Monte Carlo, o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, conversa com Lenine Araújo de Souza, identificado como seu braço direito, sobre sua influência em nomeações no governo de Marconi Perillo (PSDB). Na conversa, o nome do senador Demóstenes Torres (DEM) aparece como elo de Cachoeira, que contava também com a amizade da chefe de gabinete do governador, Eliane Pinheiro. Em uma das interceptações telefônicas, o chefe do grupo desbaratou a operação diz a Lenine que Marconi ficaria "puto" caso houvesse troca em uma indicação.

Procurado pelo POPULAR, o governador Marconi Perillo afirmou, por meio de sua assessoria, que não há influência de Cachoeira no governo. "Qualquer conversa envolvendo meu nome foi indevida e sem qualquer consequência no governo. Acerca dessas transações, sinceramente, não sei do que se trata." O governo ouviu separadamente esta semana quatro auxiliares que têm relacionamento com Carlos Cachoeira (Alexandre Baldy, Eliane Pinheiro, Edivaldo Cardoso e Wilder Moraes) e decidiu que eles serão mantidos nos cargos (veja na 1ª p.).

A conversa transcrita pela PF foi gravada em 5 de janeiro de 2011, três dias depois de Marconi dar posse ao secretário-geral. Um dos assuntos é uma suposta mudança de nome escolhido para ocupar cargo. Ao ser informado por Lenine da possível alteração, Cachoeira responde: "Então, mania que eu falei falar com Marconi, perguntar pro Marconi se ele vai ou não vai assumir. Cachoeira desqualifica a fonte de Lenine, mas o nome não é citado no diálogo.

Lenine conta que soube da informação por meio de Luziânia. O município era uma das bases do grupo que explorava cana-riugos e demais jogos ilegais. O subcomandante do 5º Comando Regional da Polícia Militar (CRPM), localizado na cidade, Uziel Nunes dos Reis, foi denunciado pelo MPF por repassar informações sigilosas e evitar o fechamento de casas de jogos.

No diálogo com Lenine, Cachoeira ressalta que mandou recado ao governador, que já teria indicado alguém para a função em discussão, sobre a qual eles não falavam conversa. "Já mandei avisar a ele. O Demóstenes já tá ligar pra ele", diz, em referência a Marconi (veja no quadro ao lado).

O empresário diz que a situação o indispôs com "Itamar" — quando é identificado na parte do inquérito o qual O POPULAR teve acesso. "Falei pro Itamar, chegando lá você mede força com ele". Cachoeira também se refere a uma mulher que teria ficado insatisfeita com a situação. "Já prometi pra menina lá. (...) E ela, agora, não vai falar e mais nada."

Lenine também se refere na conversa a um despacho dado pelo "Japonês" em 30 de dezembro de 2010, penúltimo dia do governo Alcides Rodrigues (PP). No inquérito, "Japonês" é o apelido dado ao coronel Sérgio Katayama, também denunciado.

O braço direito de Cachoeira estava preocupado com o despacho, que foi encaminhado à Corregedoria da PM.

DIÁLOGOS COMPROMETEDORES



MJ - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

Japonês
Japonês é o apelido usado pelo grupo para identificar o ex-comandante do policiamento da capital, Sérgio Katayama. No inquérito ele é identificado como quem repassava informações sigilosas sobre operações.

Lenine Araújo de Souza
Identificado como "braço direito operacional e gerencial" de Cachoeira. É quem mantém, administra, gerencia e opera a contabilidade do grupo.

Geovani Pereira da Silva
Responsável pelo controle financeiro do grupo. Era procurado por membros da quadrilha para acionamento de contas e auxílio a ocultar o dinheiro ilegal.

LENINE: Negócio, né. Aquele negócio, o o... que você me mostrou aquele dia, lá, na sua casa, lá. (???) despachou pra dois, dois órgãos, né.

CARLINHOS: O coisa despachou?

LENINE: Despachou. Dia 30/12, rapaz. Um dia antes do, do, do final do ano.

CARLINHOS: Uai, mas que é isso, uai. Sacanagem, hein.

LENINE: É. Eu tô com uma cópia, aqui, do despacho do JAPONÊS. E ele tá garantindo, aqui, o ANANIAS, que também despachou com o cara de GOIÂNIA, o CORREGEDOR de GOIÂNIA. Ele viu na mão dele, lá.

CARLINHOS: É, mas deixa apurar... O que é que tem? Não é, não?

LENINE: Não, não, realmente, realmente, eu não entendo(?)... quer dizer... Eu não tenho recibo, nenhum, né. Pra cá pra mim é bosta nenhuma, né. Mas é... ali, é o seguinte, tem nome de amigos ali, que pode pagar alguma coisa, né.

CARLINHOS: É, uai. Eu acho que você devia deixar apurar.

LENINE: Mas tem que sentir e tem que organizar. Eu tô vendo, aqui, agora, né. Tem que... manter a... que jeito que vai fazer, né.

CARLINHOS: Exatamente. E, aí, o que me fala.

LENINE: He, então, tá bom. Parece que o CAOLHO também não vai, lá, não?

CARLINHOS: Como é que é?

LENINE: O CAOLHO não vai assumir aquele negócio, lá, não?

CARLINHOS: O ANANIAS que te falou?

LENINE: Não, aí, a informação que eu tive foi de LUZIÂNIA ontem.

CARLINHOS: Não, vai, vai, assumir.

LENINE: Que me ligaram ontem, à noite, diz que, né... não seria ele, não.

CARLINHOS: Então, manda quem te falou, falar com o MARCONI, perguntar pro MARCONI se ele vai ou não vai assumir. É especulação. Não sabe "bosta" nenhuma. Nego, não sabe "bosta" nenhuma. Aí, o "bosta" aqui entrou lá e chamou o outro pra assumir no lugar dele. MARCONI, hora que souber disso, vai ficar putado. Já mandei avisar ele. O DEMÓSTENES já está ligando pro MARCONI. Cé acha que tem qual a chance desse outro assumir no lugar do coisa.

LENINE: Eu imagino que fosse, né. Impresão de quem quer sentar na cadeira, né.

CARLINHOS: É. Impresão não, "buro", né. Num sabe o que que tá falando. Vai é cair a cara se eu num... O Cara me indispôs com o ITAMAR... Falei pro ITAMAR, chegando lá agora o mede, mede força com ele, uai. MARCONI vai ficar é putado. Como é que chama o Cara, que o MARCONI já tinha indicado o Cara, rapaz. O MARCO... O DEMÓSTENES já tá ligar pra ele. Oh, MARCONI, cé tá é "fudido" se você não por esse Cara, aí. Já prometi pra menina, lá, e ela tá é pra... E ela, agora, não vai falar é mais nada. Eu já liguei pra ela, ela não quis me atender. Cé tá é "fudido". Aí, o MARCONI não vai colocar o Cara, tá louco.

LENINE: É, eu sei disso. Agora, eu acho o seguinte, cara, o, o, o... o amigo lá, ele não deveria, ele deveria ter, ter seguindo, né, rapaz. No último dia ele saiu o trem, né, rapaz.

CARLINHOS: Não, isso é bom também... então, liga pra, pra ELIANE e reclama. Fala, ELIANE, não tem um centavo meu e insistir(?)... insistir(?)

LENINE: (...) Eu não sei se... o fato de GOIÂNIA, né. Mas o outro tá aqui na minha mão. (???) assinado por ele, dia 30/12, tá na minha mão.

CARLINHOS: Fica com medo, né. Mas não tem problema, não. É bom checar também, uai. Não tenho medo de nada, não. Cé também não. Tudo o resto, aí, (???), nós corcortamos.

LENINE: Não, claro. Mas o que aconteceu foi exatamente isso. Fico com medo. Foi a mesma situação. Depois eu fui entender porque que aquele... aquele tanto de papel foi pro, pro, pro ZÉ. Já também. Foi exatamente a mesma coisa do, do outro lá. Jantou tudo... Aí, o, o, o ZÉ tá me contando, "isso é medo, LENINE, medo de quem vai sentar na próxima cadeira".

CARLINHOS: Exatamente. Aí, fica com medo. Deixa isso pra lá. Isso é bom que agora segura até o pagamento lá, sabe. Manda o GOVÃO, segura.

LENINE: Tá bom. E o... o ANANIAS tá demonstrando preocupação com o VICENTE em ANÁPOLIS, hein.

CARLINHOS: Ah, então num é... num vai também não. Já mandei (???) inclusive, vai falar com MARCONI hoje à tarde. Não vai não. Esse comandante pra nós, ainda, vai ser bom. Cé vai ver.

LENINE: Aí, eu também acho. Também, acho. Então tá beleza. Que dia que cé volta?

CARLINHOS: Uai! Cé tá arrumar vaga, hoje à noite.

LENINE: (Despede-se.)

Ananias Ferreira Alves
Identificado como ex-policial militar que detinha influência na corporação. É descrito no inquérito como "sacristão de Katayama".

Caolho
Não é identificado no inquérito.

Itamar
Não é identificado no inquérito.

Eliane
A chefe de gabinete do governador Marconi Perillo (PSDB) é citada na denúncia do MPF. No governo, ela é responsável pela ligação do governador com parlamentares. É amiga de Carlos Cachoeira, com quem trocou mensagens.

Vicente Ferreira Filho
Comandante Regional da Polícia Militar em Anápolis (3º CRPM). Não tinha ligação com o grupo, dá a preocupação de Cachoeira com a atuação dele na cidade.

Conversas sobre recursos do Detran

Alfredo Mergulhão

Em outro trecho da conversa entre Carlos Cachoeira e seu braço direito, Lenine Araújo, os dois falam sobre o "Caolho": "Há, então tá bom. Parece que o Caolho também não vai lá, não", disse Lenine. "Como é que é?", pergunta Cachoeira e Lenine responde: "O Caolho não vai assumir aquele negócio lá não?". Esse apelido não aparece na parte do inquérito que o jornal teve acesso.

Em outro diálogo interceptado pela PF e revelado com exclusividade pelo POPULAR em 10 de março, Cachoeira discute pagamentos a Delta Construções com o ex-diretor da empresa no Centro-Oeste, Claudio Dias Abreu, e com o presidente do Departamento Estadual de Defesa do Gás (Detran), Edivaldo Cardoso (PT/DB).

As ligações foram interceptadas em 15 de julho do

25 mil reais seria o valor citado em conversas obtidas por meio de escutas telefônicas

ano passado. Por volta de meio-dia, Claudio Dias Abreu reclama ao chefe da quadrilha de entradas da Secretaria de Segurança Pública e Justiça (SSPJ) nos repasses de verbas a Delta. O ex-diretor da empreiteira afirma que a empresa, dona da frota de carros utilizados pelas Polícias Civil e Militar, além do Corpo de Bombeiros,

Em seguida, Carlinhos Cachoeira e pegou uma conversa com Edivaldo Cardoso, que trata de escalá-lo. O presidente do Detran garante ter acabado de se encontrar com Marconi Perillo e fala em um possível encontro entre o governador e Cachoeira. "Me recebeu lá na salinha", disse o presidente do Detran, leninista, e Cachoeira havia mais gente para falar com o governador. Os documentos da PF não evidenciam o encontro ocorrido.

A noite, Carlinhos, Claudio e Edivaldo voltam a conversar. Pelo viva voz do telefone celular do empresário, o diretor da Delta dá mais detalhes. Ele afirma que "João Puntado" travou os cartões de crédito da Delta e que só iria andar conforme o humor dele. No dia 11 de agosto, uma nova conversa sugere o que teria sido o desfecho das negociações. Lenine Araújo de Souza, apontado como o se-

gundo homem na escala hierárquica da quadrilha, teve diálogo gravado no qual indica um pagamento. Ele diz que mandou R\$ 25 mil em dinheiro por intermédio de Valmir José da Rocha, apelidado de Gordo. O montante seria destinado a Edivaldo Cardoso (R\$ 15 mil) e "pro Neto" (R\$ 10 mil).

Em entrevista ao POPULAR no dia 10 de março, Edivaldo Cardoso disse que conhece Carlinhos Cachoeira desde 1996, mas garante não ter negócios com ele e negou ter recebido propina. O dinheiro mencionado por Lenine era pagamento de uma dívida com seu sogro, o ex-prefeito da cidade de Goiás Bowdy Veloso, morto atirado em 2008.

As gravações não entram na denúncia do MPF, pois não tratavam de jogo ilegal. Apenas os telefones de Cachoeira e Lenine estavam gravados.

Baldy diz que indicação foi técnica

O secretário da Indústria e Comércio, Alexandre Baldy, disse ontem que sua indicação para o governo não foi política, mas técnica, e que ele não entrou na corte do senador Demóstenes Torres (DEM) do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, com quem tem ligações familiares. "Fui convidado pelo Marconi", disse ontem ao POPULAR.

O secretário informa que tem oito empresas e 2 mil funcionários e que na época do convite estava morando em São Paulo. "O governador me convidou pra entender que podia contribuir com o governo, foi por questões técnicas." O secretário afirma que seu sogro, o empresário Marcelo Limritto, da Hypermarcas, não teve participação em sua indicação. "Meu sogro não tem o menor interesse político", disse.

• O POPULAR: Edição 31/03/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, sábado, 31 de março de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Senador fez lobby para Cachoeira

Novas gravações divulgadas pela PF mostram que Demóstenes foi atrás de projeto sobre loterias

Marcelo Leijoto

A revelação de um diálogo entre o senador Demóstenes Torres (DEM) e o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, de abril de 2009, na qual os dois falam sobre um projeto que previa a criminalização da exploração de jogos de azar, mas abria brecha para a regularização de loterias estaduais, não apenas mostram que o senador agia por interesse dos negócios do empresário, como também abrem novas perspectivas para o posicionamento de Demóstenes, que sempre colocou favorável a legalização dos jogos de azar.

No diálogo, os dois falam sobre o projeto de lei 7.228/2002, que está parado na Coordenação de Comissões Permanentes (CPCP) da Câmara dos Deputados desde dezembro de 2004. Cachoeira pede para que o senador interceda de modo que o projeto seja encaminhado ao plenário para votação, o que até hoje não aconteceu. O empresário pede a Demóstenes que fale com o então presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB).

Lago no seu primeiro ano de mandato, em um discurso feito em junho de 2003, o senador defendeu a legalização de todas as modalidades de jogos de azar como forma de aumentar os recursos para o ensino público. Os tributos oriundos da jogatina iriam para a Educação.

No ano seguinte, ajudou a derrubar a Medida Provisória 168/04, que proibia a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e caça-níqueis. A MP foi editada pelo governo federal na época como uma tentativa de dar uma resposta às denúncias surgidas após a revelação de um vídeo na qual o subchefe para Assuntos Parlamentares da Casa Civil, Waldimir Diniz, conversava com Carlinhos Cachoeira.

Em um discurso no Senado, o senador criticou a MP por fechar mais de 320 mil postos de trabalhos nos bingos. Na mesma ocasião, criticou os contratos da Caixa Econômica Federal com a empre-



Carlinhos Cachoeira, segundo escutas da PF, pediu para senador acelerar aprovação de projeto sobre loterias

Senador tentou interceder na Justiça

Macloys Aquino

Por orientação do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, o senador Demóstenes Torres (DEM) tentou influenciar no julgamento de quatro policiais civis de Anápolis – um delegado e três agentes – acusados de tortura, custódia ilegal, extorsão e improbidade administrativa. Segundo escutas da Polícia Federal na Operação Monte Carlo, os policiais são acusados de dar cobertura aos negócios de Cachoeira em Anápolis em 2009.

Segundo gravações reve-

ladas ontem pelo jornal *O Globo* de um diálogo ocorrido em abril daquele ano, em que Cachoeira fala para que Demóstenes “de um pulinho” no gabinete do desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás Alan Sebastião de Sena Conceição.

Aquele negócio tá concluso aí, aquele negócio do desembargador Alan, você lembra? A procuradora entregou aí para ele. Podia dar uma olhada com ele”, pede Carlinhos Cachoeira.

Tá tranquilo. Eu faço”, responde Demóstenes. Depois, em outra ligação, o senador avisa que já havia con-

versado com o magistrado. “Acabei de chegar lá do desembargador. O homem disse que vai olhar o negócio e tal. Diz que vai fazer o mais rápido possível”. Ao POPULAR, o desembargador Alan Sebastião disse não se lembrar de visita ou ligação do senador em 2009, mas reiterou que “isso não importa, porque seu voto foi pela condenação dos réus. No voto, o desembargador aplica multas e determina perda de funções públicas, mas exclui sanção de suspensão de contratar com o poder público. O importante foi o voto ter sido na direção das pro-

vas colhidas”, disse o magistrado. Ele afirmou ser comum políticos e outras pessoas procurarem desembargadores para pedir agilidade em julgamentos.

Os policiais foram absolvidos pela 2ª Câmara em setembro de 2009. Os votos em favor da absolvição dos policiais foram do desembargador Alfredo Abinagem, já aposentado, e de Jerônimo Pedro Villas Boas, juiz que a época atendia em substituição no Tribunal de Justiça. Houve recurso e o processo seguiu para o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde ainda tramita.

dos, onde o trecho que permitia a autorização das loterias estaduais foi suprimido quando passou pela Comissão de Defesa do Consumidor. Na época, o relator era o então deputado goiano Luiz Bittencourt. “A possibilidade generalizada (de Estados regulamentarem jogos de azar) não contribuiria para a proteção da economia popular”, disse o relator, na época.

Entretanto, ao passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o trecho voltou ao projeto, pois o substituto apresentado pela comissão anterior fora rejeitado.

Após a modificação pela CCJ, o projeto ficou pronto para ir ao plenário, mas foi engavetado na CPP. O deputado goiano Sandro Mabel (PMDB) chegou a pedir urgência na aprovação em 2004, mas o pedido foi indeferido.

Nos diálogos divulgados pela mídia, o senador foi atrás de informações sobre a lei e se comprometeu a ir atrás da sua votação, mas alerta Cachoeira que a aprovação seria prejudicial aos interesses dele. “O que tá aprovado é o seguinte: transforma em crime qualquer jogo que não tenha autorização. Então inclusive te pega, né? Então vou mandar o texto pra você. Se você quiser votar, tudo bem, eu vou atrás. Agora a única coisa que tem é criminalização, transforma de contravenção em crime, não regulariza nada”, diz o senador.

Foi então que Cachoeira mostrou conhecimento no projeto. “Não, regulariza, sim, uai. Tem a 4-A e a 4-B (item que permite a criação das loterias estaduais). Foi votada na Comissão de Constituição e Justiça. Demóstenes ainda tenta angustiar dizendo que a regulamentação poderia nunca ocorrer, mas cede ao pedido de Cachoeira.

OUTRO PROJETO

Uma outra tentativa de legalizar os jogos de azar foi feita cinco meses após essa conversa. Os deputados federais aprovaram na CCJ um projeto de lei que legalizava os bingos em todo o País, mas assim como o PL 7.228, esse projeto também se encontra parado na CPP, pronto para ser votado em plenário, mas sem previsão para que isso ocorra.

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela, não foi localizado pela reportagem para comentar o andamento do projeto apresentado por ele em 2002. A defesa de Demóstenes tem dito que ele só vai se pronunciar sobre os diálogos após tomar conhecimento de todas as gravações que constam na investigação que originou a Operação Monte Carlo.

O que tá aprovado lá é o seguinte: transforma em crime qualquer jogo que não tenha autorização. Então inclusive te pega, né? Então vou mandar o texto pra você. Se você quiser votar, tudo bem, eu vou atrás. Transforma de contravenção em crime, não regulariza nada.”

DEMÓSTENES TORRES, explicando projeto para Carlinhos Cachoeira

“Não, regulariza, sim, uai. Tem a 4-A e a 4-B (item que permite a criação das loterias estaduais). Foi votada na Comissão de Constituição e Justiça.”

CARLINHOS CACHOEIRA, mostrando conhecimento sobre o assunto, ao retratar senador Demóstenes Torres

sa norte-americana Gtech, que gerencia as loterias federais, afirmando que a empresa “possui extensa folha corrida globalizada de falcatruas”. Um ano antes da conversa revelada pela imprensa nacional ontem, Demóstenes também atuou pela aprovação do projeto de lei 121/08, que proi-

be as empresas de cartões de crédito a autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via rede mundial de computadores. O projeto é fruto da CPI da Pedofilia, mas de certa forma era favorável a Cachoeira, pois os jogos on-line eram grandes concorrentes das ca-

sas de jogos ilegais do empresário.

REGULAMENTAÇÃO

O projeto 7.228 é originado de do projeto de lei 51/2002, do Senado Federal, e foi proposto pelo então senador e hoje prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito

Vilela (PMDB). Pela proposta, o jogo ilegal passaria de contravenção para crime, mas o então senador havia permitido uma brecha para que os Estados e o Distrito Federal autorizassem a exploração de loterias.

O projeto foi encaminhado para a Câmara dos Deputa-

Prefeito diz que não sabia de reunião

Macloys Aquino

O prefeito Paulo Garcia (PT) afirmou ontem que não sabia da reunião entre seu ex-chefe de gabinete, Cairo Alberto de Freitas, e o empresário Carlinhos Cachoeira, ocorrida em agosto de 2011. Ontem, durante evento de inauguração das obras do Parque Macambira Amicus, o prefeito disse ter tomado conhecimento do encontro por meio da imprensa.

Cairo deixou o cargo na última quinta-feira, depois da revelação de que ele se aproximou do empresário para conseguir com vereadores oposição um cessar-fogo nas críticas às obras do Mutirão e estancar os desgastes à administração de Paulo.

A reunião entre Cairo, Cachoeira e Waldimir Garcês (braço direito do empresário) ocorreu no final de agosto de



Prefeito Paulo Garcia: elogio a ex-chefe de gabinete

2011 na casa do vereador Santana Gomes (PSD), com os colegas Eliete Vaz (PSOL), Giovanni Antônio e Maurício Beral-

do, ambos do PSDB. “As argumentações (de Cairo) comigo”, disse o prefeito ontem de manhã, “foram ade-

“Nunca vi nunca conversei (com Carlinhos Cachoeira)”

PAULO GARCIA
Prefeito

quadas, transparentes. Ele mostrou a grande capacidade de homem público ao pedir seu afastamento”. Paulo Garcia afirmou não conhecer Cachoeira. “Nunca vi e nunca conversei”. Para ser sincero, viu sua imagem pela primeira vez atualmente, publicada em veículos de comunicação”, afirmou.

O afastamento de Cairo de Freitas foi a medida encontrada pelo Paço Municipal para tentar impedir que a proximidade a Cachoeira atingia a carreira política de Paulo Garcia este ano.

Marconi usa Twitter para se defender de acusações

O governador Marconi Perillo (PSDB) usou sua conta no Twitter (www.twitter.com/marconiperillo) no fim da noite de ontem para se posicionar em relação às denúncias que começaram a surgir na imprensa, frutos da Operação Monte Carlo, que relacionam o empresário Carlinhos Cachoeira ao seu governo. Marconi se refere especificamente à reportagem da revista *Carra Capital*, que cuja edição circula neste fim de semana. “Não sou alvo de qualquer investigação. Não cometi e jamais cometeria qualquer ato ilícito ou nada que envergonhasse os que acreditam em mim”.

Foram 12 “tuitadas”. Ele começa falando que ontem assinou o decreto que submeteu servidores do Estado à Lei da Ficha Limpa, nos moldes definidos pela Justiça Eleitoral. “E mais uma demonstração de transparência, espírito republicano e moralidade do meu governo”, segue escrevendo o governador.

Sobre a reportagem, Marconi diz que é “leviana, maldosa, irreal e tendenciosa” e diz que em alguns casos é “mais rigoroso que a própria lei”. É uma “reportagem completamente distorcida e dissociada da verdade dos fatos. Não aponta nada de concreto. Essa matéria serve a interesses escusos daqueles que insistem no terceiro turno em Goiás. Não é isso que a sociedade deseja”.

Nas mensagens finais, Marconi informa que a equipe jurídica dele está medidas judiciais asserem tomadas para reparar sua honra. (ML)

- O POPULAR: Edição 05/04/2012, capa.

JULIA ROBERTS VIVE RAINHA MÁ NO CINEMA [Magazine]

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

2ª EDIÇÃO

★ ANO 74 - Nº 21.278 R\$ 1,50

GOIÂNIA, QUINTA-FEIRA, 5 DE ABRIL DE 2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE

[opopular.com.br]

OPERAÇÃO MONTE CARLO



Governo reage

Em entrevista, Marconi diz que não é investigado

Mais de um mês depois de deflagrada a Operação Monte Carlo, o governador Marconi Perillo concedeu ontem uma longa entrevista exclusiva à *TV Anhangüera*. O tucano negou envolvimento de seu governo com o esquema de Carlos Cachoeira. "Não há conversa minha nem de auxiliar meu envolvido em maracutia", disse. **14**

Cai presidente do Detran

Edivaldo Cardoso pediu exoneração da presidência do Detran-GO ontem à tarde. Conforme O POPULAR de 10 de março, ele foi flagrado em conversas com Cachoeira e seu grupo. É o terceiro membro da equipe a sair do cargo. Os outros foram a chefe de gabinete Eliane Pinheiro e o procurador Marcelo Siqueira. **15**

Dionísio Gomes

HUGO

Médicos acusados de omissão de socorro

Levado pelo Samu, homem baleado na cabeça chegou ao hospital na madrugada de terça-feira, quando cinco médicos deveriam estar no plantão. O POPULAR apurou que profissionais estavam em casa, dormindo. Paciente, não identificado, morreu horas depois. **17**

EX-GOVERNADOR MAURO BORGES TEM MELHORA, MAS SEQUE EM UTI **113**

CNI/IBOPE: DILMA ATINGE RECORDE DE 77% DE APROVAÇÃO **110**

OPINIÃO

EDITORIAL

Repercussão de entrevista do governador Marconi Perillo reafirma importância da disposição à transparência. **18**

KARLA JAIME

Ritual da malhação do Judas revela ódio ancestral destituído de humildade e questionamento. **19**

FUTEBOL

Adilson Batista assina com Atlético

Para tentar avançar na Copa do Brasil e levantar o campeonato goiano, o Atlético contratou Adilson Batista, treinador que ajudou a derrubar em três clubes diferentes. Adilson estava há seis meses sem treinar. **122**

FALTAM 555 MIL

Nem 70% dos contribuintes enviaram IR

Em Goiás, o contribuinte já começou a enrolar na entrega da declaração do IR, que ainda não chegou a 30%. Mas fluxo está melhor do que no ano passado. **114**

COPA DO BRASIL

GOIÁS EMPATA COM AMÉRICA (MG) E DECIDE NO SERRA



Zuhair Mohamed

Na partida de volta, no Serra Dourada, Goiás e América (MG) terão a chance de serem mais eficientes do que ontem, quando empataram, em Sete Lagoas, em 0 a 0. Na jogada acima, Larley disputa bola com zagueiros mineiros. **120**

Renato Conde



Jaime Câmara Júnior com vice-governador José Eliton, diretores da OJC, lideranças empresariais e gestores públicos: reconhecimento ao talento da publicidade goiana

PRÊMIO

Melhores da propaganda em Goiás

Os números dos participantes na 2ª edição do Prêmio Jaime Câmara de Propaganda são maitisculos: 47 agências e 548 peças publicitárias. Alguns profissionais levaram para casa o cobicho troféu do maior prêmio da publicidade de Goiás. **116**

JSSN-2017-422-4

9 771677 622001

21278

Tempo
36°
90%
16°
40%

Nublado encoberto, com pancadas de chuva e trovoadas. Temperatura estável e ventos fracos a moderados.

MEGASENA
Concurso 1.117
02 05 12
13 25 35

QUINA
Concurso 2.355
16 17 37
65 69

LOTOFÁCIL e LOTO MANIA
Veja os resultados na página 13.
Confira o resultado oficial no site da CEF, antes de descartar a sua aposta.

40
Bingo
Classificação

LEIJO
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,6169% OURO R\$95,50 DÓLAR (COMERCIAL) R\$1,827 DÓLAR (PARALELO) R\$1,98 EURO (TURISMO) R\$2,510 BOVESPA -1,18% BOI GORDO A VISTA (MÉDIA) R\$88,45

• O POPULAR: Edição 05/04/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, quinta-feira, 5 de abril de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Marconi nega envolvimento do governo em escândalo

Em entrevista à TV Anhangüera, governador descartou qualquer ligação do Estado com esquema de contravenção de Cachoeira

Pedro Palazzio

Trinta e seis dias depois de deflagrada a Operação Monte Carlo, o governador Marconi Perillo concedeu ontem entrevista exclusiva à TV Anhangüera, em que negou envolvimento de seu governo com o esquema do empresário Carlos Cachoeira, acusado de comandar a máfia dos jogos ilegais. Marconi admitiu ter se encontrado com Cachoeira em audiência formal e em três diferentes ocasiões festivas. Mas disse que o empresário lhe garantiu ter abandonado o comando da contravenção.

O governador afirmou por duas vezes que não é um dos investigados pela Polícia Federal: "Eu não sou investigado. Não há nada que aponte qualquer relação minha com qualquer envolvido, a não ser a relação política com o senador Demóstenes (Torres, sem partido)". Ainda ontem, o governador aceitou o pedido de demissão de Edvaldo Cardoso da presidência do Detran, e o terceiro auxiliar a deixar cargo comissionado após a revelação das denúncias (leia reportagem na página 5).

A ex-chefe de gabinete do governador Eliane Pinheiro pediu desligamento da função na terça-feira. As conversas de Eliane com Cachoeira foram reveladas com exclusividade pelo POPULAR, na edição de 21 de março (leia reportagem na página 6).

O governador disse que não admitiu porque não estava convencido do envolvimento dele em relação ilícita. "Não pedi pra ele sair. Ele pediu demissão, segundo ele, dado ao desgosto que poderia causar ao governo. Sempre acreditei e continuarei acreditando nele. Espero que possa provar que sejam inverdades".

Marconi negou ser "o maior", citado em conversa entre Eliane e Cachoeira: "Claro que não. Não tenho a menor informação sobre isso. A Eliane nunca me disse isso". Ele destacou que, se algum dos milhares de servidores do Estado se

envolvesse em algum ato ilícito, não o informariam. "Queria reafirmar: qualquer secretário ou funcionário envolvido nesta operação ou em qualquer outro ilícito será sumariamente demitido".

O governador revelou ao POPULAR e à rádio CBN que três pessoas pediram que ele recebesse o empresário Carlinhos Cachoeira em audiência. São eles: Demóstenes Torres, Edvaldo Cardoso e o ex-vereador e ex-secretário do Trabalho na gestão anterior de Marconi, Wladimir Garcez. O encontro formal aconteceu, mas nem o governador nem a secretaria particular dele souberam especificar a data. Lembram apenas que foi no primeiro semestre de 2011. "O recebi formalmente para tratar de assunto relativo a uma indústria farmacêutica em Anápolis". Marconi se refere a Vitapan, empresa de Cachoeira que está no nome de seu ex-cunhado Adriano Apigio, também detido na Operação Monte Carlo.

Marconi contou que, além deste, teve encontros com o empresário em um aniversário, em um "jantar festivo" na casa de Edvaldo e em uma reunião-jantar na casa de Demóstenes. Nesta ocasião, o governador disse que Cachoeira queria dizer a ele uma coisa: "Ele me disse: 'Estou fora da contravenção há muito tempo'. E eu lhe disse: 'Olha, isso é uma coisa muito boa. Você é uma pessoa que circula na sociedade. Tem um grande relacionamento, que você procura a iniciativa privada, procura ampliar seus negócios industriais e comerciais e você será com certeza uma pessoa bem recebida na sociedade'".

Sobre a influência do empresário no governo, Marconi afirmou que "até agora o que a gente ouviu e viu foram diálogos falando de coisas que não aconteceram". O governador afirmou que "não há nada de concreto que possa ter beneficiado o grupo Cachoeira". Sobre a prisão de Cachoeira em uma casa que já pertenceu a ele, disse: "Isso foi um azar".

Governador teve acesso a inquérito da Monte Carlo

O governador Marconi Perillo (PSDB) afirmou ontem que teve acesso ao inquérito da Operação Monte Carlo por meio de advogados. "Do que já li sobre o processo não respinga em auxílios ou vantagens", disse, citando inclusive indevidamente o meu nome.

Marconi disse que leu parte do inquérito que se refere ao governo do Estado. "Na conclusão eles dizem que não há a mínima ligação de qualquer pessoa do governo do Estado em relação aos atos de contravenção ou ilícitos apurados na Operação Monte Carlo".

Secretários de estado têm foro privilegiado no Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). Os procuradores do Ministério Público Federal não pediram ao TJ autorização para investigar auxílios.

As ser questionado sobre o

indiciamento de policiais civis e militares, o governador disse que "99% deles são funcionários de carreira". Ele disse que todos foram afastados.

Durante a conversa, destacou ao ser perguntado se pediu a ex-chefe de gabinete Eliane Pinheiro para deixar o cargo, que "não há qualquer relação do governador em relação a estes ilícitos apurados na Operação Monte Carlo. No final da entrevista, ao ser questionado sobre o que espera no desfecho do caso, reiterou: "Tenho convicção que, quando estes assuntos todos vierem à tona, ficará consignado que não há qualquer envolvimento do governo de Goiás em relação a qualquer ilegalidade. Estou muito tranquilo e pronto pra me defender, defendendo o governo do Estado em qualquer instância".

Entrevista

MARCONI PERILLO

"Conversei com Cachoeira uma vez pelo telefone, em seu aniversário"

Depois da entrevista à TV Anhangüera, o governador Marconi Perillo (PSDB) conversou com O POPULAR e com a rádio CBN Goiânia e deu mais detalhes sobre o conteúdo do inquérito da Operação Monte Carlo.

O sr. disse que nunca esteve convencido do envolvimento de sua ex-chefe de gabinete Eliane Pinheiro com Carlinhos Cachoeira, hoje está?

Sempre tive muita certeza de que ela não tinha e não tem ligação qualquer outra que não seja em função da relação familiar que o Fernando Cunha, ex-secretário já falecido, tinha com a família do Carlos Ramos: um filho do Fernando Cunha era casado com uma irmã do Carlos Ramos. Segundo ela, a relação se deu exclusivamente na ordem familiar.

Ela sempre foi extremamente correta, nunca me decepcionou em nada, e neste momento em que ela pede exoneração, até que tudo se já esclarecido, para evitar maiores desgastes ao governo, relaciono uma vez da demonstração de que está comprometida com o melhor para o governo do Estado.

Cachoeira fala que o sr. ficaria "p..." quando soubesse que um indicio dele não seria nomeado. Dá-se a impressão de intimidade. Qual a impressão que o sr. tem quando vê que ele trata o sr. assim?

Imagino que deva ser na confusão que ele tinha na relação do senador Demóstenes comigo. É um diálogo completamente indevido, sem meu conhecimento. Sem qualquer nexo de causalidade com os fatos.

Cachoeira fala no diálogo que mandou Demóstenes falar com o sr.

O senador Demóstenes fez comigo dezesseis vezes neste período em que estou no governo novamente. Todas as semanas ele vinha aqui para falar de algum assunto político. Nos últimos meses do ano foi sobre o assunto Celg. Ele me ajudou porque sempre teve relação boa com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

O diálogo é de 5 de janeiro de 2011, logo depois da prisão de Cachoeira. Demóstenes o procurou para pedir indicação de policiais militares civis?

As nomeações da área de segurança pública foram praticamente todas definidas por mim e pelo secretário João Furtado, com algumas indicações do deputado João Campos (PSDB), que é delegado de polícia. Não me lembro de qualquer conversa do senador Demóstenes sobre este tipo de assunto.

Agora, as pessoas conversam o que quiserem em seus aparelhos. O importante é

que não há conversa minha nem de auxiliar meu envolvido em qualquer maracutia, em qualquer ação criminosa, em qualquer ilícito. Acho que isso é que deveria pautar a imprensa, os jornais: não há qualquer envolvimento do governo com ilícito. E não há qualquer indicação, de qualquer pessoa, que tenha sido feita no sentido de proteger quem quer que fosse.

Em diálogo entre Edvaldo Cardoso e Cachoeira, Edvaldo diz que esteve no Palácio, que foi recebido "na salinha lá".

Um dia (Marconi não soube especificar a data, apenas que foi no primeiro semestre de 2011) Edvaldo me pediu uma audiência para o Carlos Ramos tratar comigo de assunto relacionado à indústria Vitapan, em Anápolis. Essas solicitações foram feitas também pelo ex-vereador Wladimir Garcez, também ex-secretário do Trabalho na gestão anterior de Marconi) e pelo senador Demóstenes. Essas três pessoas me pediram uma reunião para falar deste assunto. Depois me pediram outra reunião para dar sequência, já que, segundo eles, as providências que eles haviam solicitado - me parece que em relação ao Prodiut - não haviam tido o encaminhamento desejado.

O sr. esteve com Cachoeira alguma vez além da audiência no Palácio e nas ocasiões festivas que citou à TV Anhangüera?

Recebi o Cachoeira aqui, uma vez, no Palácio. Estive com ele em um aniversário. Estive com ele em uma reunião, jantar na casa do Demóstenes e num jantar festivo que foi feito na casa do Edvaldo.

O sr. conversou com ele quantas vezes por telefone?

Uma vez, cumprimentando pelo seu aniversário.

A Eliane comentou com o sr. sobre a Operação Apatze?

Jamais. Eliane teria coragem de falar isso comigo nem qualquer outro assunto relacionado à licitude.

O sr. conversou com Demóstenes depois de deflagrada a Operação Monte Carlo?

Estive com ele há três (quatro dias, quando estava em dúvida ainda sobre a defilação, sobre o que fazer na defesa dele. Ele me disse apenas que vai fazer a defesa dele na Justiça e que vai fazer a defesa dele no Conselho de Ética.



Dionísio Gomes

Quais secretários foram indicados por Demóstenes?

Wilder Moraes (suplente do senador, secretário de Infraestrutura) e Edvaldo.

Como o sr. avalia a influência de Cachoeira no governo, apontada no inquérito?

Até agora o que a gente ouviu e viu foram diálogos falando de coisas que não aconteceram, de assuntos que deveriam ser conversados por terceiros. Na verdade, o que existe é que na prática não há nada de concreto que possa ter beneficiado o grupo Cachoeira ou outros empresários a ele ligados.

Quando cheguei ao governo havia um contrato da empresa Delta com a Secretaria de Segurança Pública. Esse contrato continuou com os mesmos preços e com a troca de carros velhos por novos. Depois, num certamente da agência de obras, a Delta ganhou dois lotes numa licitação disputadíssima.

Dois lotes que foram vendidos pela Construtora Calapó que foi desqualificada, não é isso?

Eu não sei. São mais de 20 lotes, mais de 90 empresas participaram desta licita-

ção. Tivemos em média um deságio de 25% e economia de R\$ 170 milhões.

Em uma gravação, Wladimir Garcez, com Cachoeira, que lista a ele nomes para serem nomeados no Secretariado de Educação. E, também, a ex-sogra dele.

Não sei quem fez as indicações políticas na cidade de Anápolis. O fato é que no interior todo o secretário de Articulação Política (Sérgio Cardoso) é quem organiza os consensos e as lideranças locais fazem as indicações das pessoas que vão ocupar os cargos comissionados, obedecendo a critérios de competência e de ficha limpa. Não tive esta informação de que seria ex-sogra de Carlos Cachoeira. Em relação a esta lista de nomes, não tenho esta informação. Vou verificar para ver se realmente estão nomeados no governo.

O sr. sabe da relação de Cachoeira com a Delta?

Depois que a operação veio à tona todos sabem da relação dele com a Delta. E também, em conversas que eu ouvi, eles tinham uma relação de amizade. Eu não diria Delta, eu diria o Carlos com o representante da Delta, o sr. Claudio (Abreu).

• O POPULAR: Edição 05/04/2012, página 5.

GOIÂNIA, quinta-feira, 5 de abril de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Citado em inquérito, Edivaldo deixa a presidência do Detran

Interceptações telefônicas mostram que Edivaldo Cardoso seria destinatário de R\$ 15 mil

Márcio Leijoto

O presidente do Detran de Goiás, Edivaldo Cardoso (PT do B), pediu exoneração do cargo ontem à tarde. Edivaldo é citado pelo menos três vezes em uma interceptação telefônica de março e duas em agosto do ano passado - nas conversas telefônicas interceptadas pela Polícia Federal (PF) durante a Operação Monte Carlo sobre a transferência de R\$ 15 mil. Reportagem do POPULAR de 10 de março revelou com exclusividade que Edivaldo foi flagrado em conversa com o empresário Carlinhos Cachoeira, preso em 29 de fevereiro.

Horas antes do anúncio da exoneração, em entrevista à TV Anhanguera, o governador Marconi Perillo (PSDB) havia dito que se reuniria com Edivaldo a tarde para tratar das notícias de envolvimento dele com Cachoeira. A reunião com Edivaldo durou alguns minutos e ele saiu da ex-presidência. Imediatamente, a assessoria do governador informou que o presidente interino do órgão é o controlador-geral do Estado, José Carlos Siqueira.

Edivaldo é a terceira pessoa a deixar o cargo no governo estadual após as denúncias que surgiram com o desmoronamento da Operação Monte Carlo. Na terça-feira, a chefe de gabinete do governador, Eliane Pinheiro, pediu exoneração. O mesmo fez o procurador Marcelo Siqueira na mesma tarde, ao se afastar do cargo de procurador-chefe administrativo da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Na Prefeitura de Goiânia, Ciro de Freitas também pediu afastamento da chefia de gabinete do prefeito Paulo Garcia ao surgir na imprensa a informação de que ele participava de uma reunião com Cachoeira e

Presidente do Detran confirma diálogo com contraventor

Alfredo Margulhão

O presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran), Edivaldo Cardoso, confirmou ontem ao POPULAR o relacionamento com o empresário Carlinhos Cachoeira. Edivaldo informou que conheceu o empresário em 1996 por meio de seu sobrinho, ex-prefeito da cidade de Goiás, Rauldy Velloso, morto em 2008.

O presidente do Detran garantiu, entretanto, não ter negociações com Cachoeira. O POPULAR expôs que uma das ligações interceptadas pela Polícia Federal, durante a Operação Monte Carlo, seria entre Edivaldo Cardoso e Cachoeira.

Questionado pelo POPULAR sobre a controvérsia, que teria ocorrido em 15 de julho do ano passado, Edivaldo disse: "Isso foi há mais de um ano", afirmou, acrescentando não se lembrar do assunto. O presidente do Detran acredita que os dois podem ter falado sobre a contratação da Detran com o Estado de alguns de vistorias, pedindo para a Secretaria de Segurança Pública.

FUNDO DE SEGURANÇA

O Detran contratou com o fundo de segurança pública do Estado. Pode ser que a conversa tenha sido sobre o pagamento



Edivaldo Cardoso: ligações interceptadas pela Polícia

do como o segundo homem da conversa deve ser esse contrato com o Detran. João Furtado, entretanto,

Apenas duas assinam pe

Cristiano Stepien

Apenas duas integrantes da bancada de Goiás na Câmara assinaram o pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o envolvimento de autoridades com a máfia dos jogos de azar. Flávia Moraes (PP) e Irla de Araújo (PMDB) responderam o requerimento pessoal para deputado Prestigioso (PC do B-SP).

Novas transcrições de diálogos a que o POPULAR teve acesso e que constam no inquérito mostram que os contatos de Edivaldo com Cachoeira eram mais frequentes do que o afirmado pelo presidente do Detran. Em uma conversa telefônica no dia 16 de maio, Cachoeira pergunta a Edivaldo qual a relação dele com o então delegado-geral da Polícia Civil, Edmundo Dias. Na época, o delegado incomodava a quadrilha por causa de operações da Polícia Civil contra a exploração de jogos de azar. Edivaldo teria dito que a relação não era muito boa.

No dia 13 de julho, uma nova ligação de Cachoeira para Edivaldo. O empresário avisa que está como ex-deputado federal e ex-presidente do Inquérito, na gestão do ex-governador Alcides Rodrigues, Pedro Canedo (PP). Quatro dias depois, a noite, Cachoeira chama Edivaldo para comer uma pizza com ele, com o então diretor da regional Centro-Oeste da Delta Construções e suportes de Cachoeira, Cláudio Abreu, e com o ex-vereador de Goiânia e braço-direito do empresário, Wladimir Garcez (PSDB).

De acordo com o inquérito a que o POPULAR teve acesso, Edivaldo aparece como mais um proprietário de um celular usado pelo grupo de Cachoeira, de dígitos escusos, de dígitos escusos. Então, em entrevista ao jornal, o governador Marconi Perillo (PSDB) admitiu que esteve em um jantar com Edivaldo e com o então presidente do Detran. Edivaldo teria dito que a relação não era muito boa.

Edivaldo teria dito que a relação não era muito boa.

Reportagem sobre a conversa de Edivaldo com Cachoeira publicada em 10 de março

Dinheiro seria referente a pagamento de dívida da família

Edivaldo Cardoso diz que os R\$ 15 mil que surgiram nos diálogos interceptados pela Polícia Federal se referem ao pagamento de uma dívida que Lenine Araújo teria com seu sogro já falecido, o ex-prefeito de cidade de Goiás, Rauldy Velloso. Edivaldo diz que é o advogado da esposa e da sogra na ação que trata do espólio

do político e que ficou responsável por cobrar essa dívida. Ele negou ao POPULAR que tenha acontecido o encontro na pizzaria com Cachoeira e os outros citados no inquérito e diz que Pedro Canedo o procurou uma vez para fazer um pedido que não foi atendido. Edivaldo negou ainda

que tivesse se encontrado com Canedo e Cachoeira. A reportagem procurou novamente ontem para ouvir sobre a sua saída da presidência do Detran, sobre o jantar em casa e sobre as outras denúncias, mas ele não foi localizado. Nem mesmo as ligações. Pedro Canedo também não foi localizado.

vereadores da oposição. Em março de 2011, a PF flagrou uma conversa entre Lenine Araújo e Souza e Giovanni Pereira da Silva, os dois principais aliados do empresário Carlinhos Cachoeira e respon-

sáveis pela coordenação financeira e operacional da quadrilha em Goiânia e no entorno do Distrito Federal, na qual Lenine avisa ao companheiro que tem de pagar R\$ 15 mil para Edivaldo e pede para Geo-

vani procurar uma pessoa identificada como "Gordo" para que ela entregue o dinheiro. Depois pede que o próprio Giovanni faça o pagamento. Já no dia 8 de agosto, Lenine conversa com outro interlo-

Presidente se diz vítima de ataques

Ao deixar o cargo, Edivaldo Cardoso divulgou à imprensa carta na qual justifica o pedido de exoneração. Ele ataca "setores da mídia" e adversários políticos, que, segundo ele, "procuraram de todas as formas vincular minhas atividades eminentemente privadas, sobre as quais inclusive tenho a prerrogativa de manter sigilo, notadamente as que envolvem minha atividade profissional como advogado, com a minha atuação como membro da equipe do Governo de Goiás". Edivaldo frisa na carta que em nenhum momento apareceu como alguém investigado. "É claro que isso cria a possibilidade de constrangimentos ao Governo de Vossa Excelência, bem como a meus clientes constituídos, não me restando alternativa que não aguardar o desenrolar dos fatos até que a sanha de uns se satisficasse e volte a prevalecer o verdadeiro Estado democrático de Direito."

Em 2012, 215 inquéritos foram abertos

Segundo informações da Secretaria de Segurança Pública e Justiça de Goiás (SSPJ-GO), foram instaurados, até ontem, neste ano, 215 inquéritos contra o crime de jogos de azar no Estado. Em 2011, durante os 12 meses do ano, foram contabilizados 449 procedimentos. Atualmente, as Polícias Civil e Militar estão com operações em andamento, frisa o órgão, em relatório oficial encaminhado à imprensa. "Nos últimos 12 dias, foram apreendidas 85 máquinas caça-níqueis na Operação Las Vegas", Edivaldo afirma em Goiânia, Aparecida de Goiânia, Trindade, Senador Canedo e Catalão. De acordo com a SSPJ-GO, o número total de máquinas caça-níqueis que se encontram disponíveis para destruição, em Goiás, ainda estão em fase de levantamento. Até agora, contudo, a estimativa previa repassada pelo órgão é que existem 1.801 equipamentos em poder da Polícia Civil, aguardando por este procedimento, assim que houver autorização judicial. (Patrícia Drummond)

PUC GOIÁS COM VOCÊ
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA VIDA

Semana Santa
Dom Washington preside missa do Crisma em Trindade

O arcebispo de Goiânia, dom Washington Cruz (foto), preside hoje, às 8 horas, a Missa do Crisma, com benção dos Santos Crisma e consagração do Crisma.

A celebração será na Beneficência do Divino Pai Eterno, em Trindade, e contará com a participação dos padres da Arquidiocese.

A missa será transmitida ao vivo pela PUC TV (canal 34 UHF e 20 na rede) e Rádio Difusora Católica PUC Goiás, em além do site www.pucgoias.org.br.

Administração da PUC cria Setor de Segurança e empossa novos encarregados

A Pró-Reitoria de Administração (Proad) da PUC Goiás empossou, ontem, 4, os novos titulares dos setores de Transporte e Segurança da universidade, ligados à Divisão de Serviços Gerais (DSG). A funcionária Nádia Angélica de Lima assumiu como encarregada do Setor de Transporte e a funcionária Alan Araújo Foges, como encarregada do Setor de Segurança, recém-criado pela instituição.

O Setor de Segurança visa proporcionar à comunidade universitária medidas integradas de proteção, com a finalidade de prover segurança dentro dos limites da instituição, assim como vigiar, proteger e guardar os bens móveis e imóveis evitando furtos, roubos e depredações. As atividades serão realizadas a partir de vigilância ostensiva, circuitos fechados de televisão e alarmes, entre outras ações e equipamentos, incorporando todas as ações já implementadas pela universidade neste sentido.

Segunda edição do Memento Universitário já está na rede

Avulsos em vídeo sobre o trabalho realizado pelos acadêmicos do curso de Biomedicina no Laboratório Clínico PUC Goiás, em além do site www.pucgoias.org.br.

Apresentando a esportista

Os alunos inscritos no curso de Esporte e Recreação da PUC Goiás, em além do site www.pucgoias.org.br.

Bancos de investigação

A Coordenação de Pós-Graduação do Setor de Segurança da PUC Goiás, em além do site www.pucgoias.org.br.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Avenida Universitária, nº 1640, Setor Universitário - Goiânia
Telefone: (62) 2466-1000 - www.pucgoias.org.br

• O POPULAR: Edição 05/04/2012, página 6.

6 O POPULAR

GOIÂNIA, quinta-feira, 5 de abril de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Deputados querem celeridade

Objetivo é acelerar representação contra parlamentares suspeitos de envolvimento com Carlinhos Cachoeira

Caio Henrique Salgado

Os deputados da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção devem pedir que o corregedor da Câmara dos Deputados, Eduardo da Fonte (PP-PE) de celeridade as representações protocoladas contra Carlos Leiria (PSDB), Sandes Júnior (PP) e Rubens Ottoni (P) por suposto envolvimento com o empresário e contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Parlamentares também pressionam para que o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), instale uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso. Já foram coletadas assinaturas suficientes para o início das investigações.

Anteontem, Marco Maia disse em entrevista coletiva que as denúncias divulgadas contra os parlamentares goianos são graves, mas ainda não confirmou a abertura da CPI, que depende apenas de sua leitura em plenário e de uma posterior indicação de seus membros por parte das bancadas. Da mesma forma, não existem indicativos concretos sobre o andamento dos processos protocolados na corregedoria, já que Eduardo da Fonte está no exterior. Ele deve fazer investigações preliminares para decidir se envia ou não o processo para o Conselho de Ética, onde os parlamentares podem perder seus mandatos.

O deputado da Frente tem até 45 dias para decidir sobre a continuidade dos processos. De acordo com Chico Alencar (PSOL-RJ), integrante da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, a utilização do prazo pode macular a imagem da Câmara. "Vamos conversar com o corregedor e pedir celeridade nesse processo. O prazo máximo é 45 dias, mas, em função da própria credibilidade do Parlamento, ele pode e deve ser reduzido. Não precisa ficar 45 dias analisando a cada representação não dar em



Chico Alencar: utilização de prazo máximo para analisar processo macula imagem da Casa

Sandes Júnior diz que ligação era "brincadeira"

O deputado federal Sandes Júnior (PP) apresentou ontem explicações para conversas telefônicas entre ele e o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. Em uma das ligações, o peepista fala com Cachoeira sobre "vários cheques", que responde dizendo que o parlamentar deveria repartir o dinheiro. "Eu fiz você receber", diz o contraventor.

Segundo o deputado, apresentou cópias de documentos, os dois con-

nada", afirmou.

O deputado completou dizendo que a Casa precisa mostrar agilidade na apuração das denúncias, "sob pena de o olhar da sociedade sobre a

versavam sobre recisão de contrato de Sandes, que é radialista, com a rádio *Positiva FM*. Ele teria recebido dez cheques de R\$ 5 mil da emissora.

Ele diz que Cachoeira ligou para saber se ele havia recebido o dinheiro da rádio e fez brincadeiras sobre a situação. Cachoeira teria movido uma ação contra outra rádio do mesmo grupo e depois teria desistido do processo, facilitando o recebimento da quantia por parte do deputado.

Corregedoria da Câmara se similar ao que ela tem sobre o Conselho de Ética do Senado, que nem constituiu esta e que é, como nos sabemos, um espaço do corporativismo e

do protecionismo." Sem presidência, o Conselho de Ética do Senado deve ter sua nova composição na terça-feira. O objetivo é justamente iniciar a apreciação de processo por quebra de decoro parlamentar protocolada por senadores contra o ex-democrata Demóstenes Torres, que aparece em uma série de denúncias e que está sem partido desde a última terça-feira. Paralelamente, o senador goiano articula com peemedebistas uma tentativa de abrandar o andamento do processo que pode resultar na cassação desse mandato.

A reportagem tentou encontrar na manhã de ontem os três deputados goianos que são alvos de representação na Corregedoria. Leiria, Sandes Júnior e Rubens Ottoni não registraram presença na Câmara ontem e não estavam em seus gabinetes no fim da manhã.

Sandes entregou, no entanto, justificativas sobre seu estacionamento com Cachoeira e seus colegas (leia reportagem ao lado).

Grupo se reunia em blocos funcionais do Senado

Macloys Aquino

Escutas da PF a que O POPULAR teve acesso mostram que integrantes do grupo comandado por Carlinhos Cachoeira se reuniam em um bloco de apartamentos funcionais de senadores, em Brasília. No dia 21 de dezembro de 2011, o senador Idalberto Mattos de Araújo, o Dada – um dos braços de Cachoeira – e Lenine de Souza, segundo na hierarquia, conversam sobre o recebimento de dividas e a atuação de um grupo concorrente na exploração de caça-niquéis em Valparaíso.

Lenine é quem liga e requisita a presença de Dada, que fala da impossibilidade por estar com Claudio Dias Abreu, ex-gerente regional da Delta Construção S.A., "o homem", que depois revelase Carlinhos, e Waldemar Garcez, lobista da Delta e

braço direito de Cachoeira.

Lenine pergunta onde ele está. Dada: "Aqui na 309, bloco C, no estacionamento, na Sul, Asa Sul". Demóstenes Torres (sem partido) mora no bloco G, que compartilha o estacionamento com o bloco C, onde ocorreu o encontro. O nome do senador não é mencionado na conversa.

Dada informa que ele, Cachoeira e Claudio iriam até a casa de um advogado, no Lago Sul, identificado na escuta apenas como "Gustavo". Lenine queria que as informações que repassava chegassem a Carlinhos. Dada garante a interlocução e comenta: "Pois é, bicho, tá doído, é? O cara (concorrente) quer criar um estado paralelo ali, quer dizer que Valparaíso, aquela área ali não é mais do Goiás, é Estado independente dele". A ligação dura 17 minutos.

Demóstenes vai preparar defesa em sítio no feriado

Brasília – O senador Demóstenes Torres (sem partido) viajou ontem para um sítio onde vai passar o feriado da Semana Santa, segundo seu advogado, Antonio Carlos Almeida, o Kakay. "Ele vai analisar os documentos que eu lhe entreguei", disse o advogado, que manteve em sigilo o endereço do local.

Pela manhã, advogados do escritório de Kakay se reuniram com o senador para preparar a defesa. Natercia, Demóstenes, pediu desligamento do DEM, alegando que a legenda fez um prejulgamento do. O partido iria abrir processo disciplinar contra o senador, mas como ele pediu o desligamento, o procedimento será anulado. Kakay deve entrar no Supremo Tribunal Federal na segunda-feira com reclamação pedindo a anulação das escutas entre o senador e Carlinhos Cachoeira.

O advogado alega que o Ministério Público Federal e a Justiça Federal deveriam ter pedido autorização ao STF para fazer as gravações telefônicas da Operação Monte Carlo, porque Demóstenes Torres, na condição de parlamentar, tem foro privilegiado. (folhapress)

Reportagens mostraram troca de informações sobre operação

Alfredo Mergulhão

Outra personagem que deixou o governo do Estado devendo a sua ligação com Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, além do presidente do Detran, Edivaldo Cardoso, e ex-chefe de gabinete da governadoria, Eliane Gonçalves Pinheiro. Conversas a respeito do vazamento de informações sigilosas foram reveladas com exclusividade pelo POPULAR há duas semanas. A ex-assessora do governador Marconi Perillo (PSDB) aparece nos documentos da Polícia Federal (PF) repassando dados sobre a Operação Apatite, que afetaria os negócios de Carlinhos Cachoeira.

Elane Gonçalves Pinheiro cuidava da interlocução do governador com parlamentares e trabalhavam no 10º andar do Palácio Pedro Ludovico Teixeira, de onde trocava mensagens de texto e telefonemas com Carlinhos Cachoeira no dia 12 de maio do ano passado. Era vespertino da Operação Apatite, que identificou fraudes de R\$ 200 milhões na Receita Federal e envolveu várias prefeituras e

órgãos públicos. Um dos alvos da operação foi o prefeito de Aguas Lindas de Goiás, Geraldo Messias, que é amigo de Cachoeira e aliado de Perillo. Segundo o relatório da PF – que incluiu foto, número de CPF e os números de telefones – Eliane ficou com a responsabilidade de passar a informação ao prefeito. O documento traz o registro de duas

conversas gravadas e uma série de mensagens trocadas entre Eliane Pinheiro e o chefe da organização criminosa, por meio de telefones da marca Nextel habilitados no exterior. Antes da publicação da reportagem no POPULAR, Eliane Pinheiro confirmou as conversas da com o bicheiro, de quem afirmou ser amigo desde 2003. Ela disse também man-

ter amizade com Geraldo Messias e que tentou proteger os cinco filhos dele. "Eu queria fazer para ele tirar os filhos de casa, porque haveria uma operação policial lá. Mas nem tinha mandado de prisão, era só de busca e apreensão", disse na ocasião. Eliane Pinheiro sustentou que não conseguiu contato com o prefeito de Aguas Lindas.

Diá 21

O POPULAR revela com exclusividade que Eliane Pinheiro havia recebido informações de Carlinhos Cachoeira no dia 12 de maio de 2011 sobre busca e apreensão na casa do prefeito de Aguas Lindas, Geraldo Messias (PP).



"Eu queria falar para o Geraldo Messias tirar os filhos de casa, porque haveria uma operação policial lá. Mas nem tinha mandado de prisão, era só de busca e apreensão"

Elane, dia 21.3.2012

Diá 10

O governador Marconi Perillo fala pela primeira vez sobre o envolvimento de Eliane com Cachoeira. Em entrevista ao POPULAR, Perillo diz que a troca de mensagens e ligações "não se enquadra em crime, irregularidade ou ilícito". E reiterou que qualquer servidor comissionado, se cometer qualquer tipo de crime, será exonerado sumariamente.



"Só vi uma ligação dela referente ao prefeito de Aguas Lindas, não vi mais nada, é só uma ligação. Não fez nada pelo que vi pela imprensa"

Governador Marconi Perillo, dia 10.3.2012

RELEMBRE O CASO

Eliane Pinheiro pediu exoneração do cargo de chefe de gabinete do governador 14 dias após notícia publicada pelo POPULAR

Março/2012

Diá 3

Eliane pede exoneração do cargo. Em carta, reclama da forma como a imprensa tem noticiado o envolvimento dela com o empresário e diz querer evitar que o governo estadual se torne "alvo de especulações da mídia"

Abril

Diá 4

Troca de mensagens e conversas de Eliane com Cachoeira são divulgadas pelos jornal O Globo e Folha de São Paulo.

FAÇA PÓS-GRADUAÇÃO EM LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL NA FAC-LIONS 16 x R\$180,00 Tel: 3567-3480

- O POPULAR: Edição 06/04/2012, capa.

PESCADO E OVOS PRESSIONAM INFLAÇÃO EM MARÇO B2

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

2ª EDIÇÃO

★ ANO 74 - Nº 21.279

R\$ 1,50

GOIÂNIA, SEXTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2012

[opopular.com.br]

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Magazine

ESPECIAL
FIM DE SEMANA

CINEMA



UMA AVENTURA NA SELVA BRASILEIRA

Chega aos cinemas a história dos irmãos Villas-Bôas, que reacende discussões sobre a luta do índio pela terra.

CELEBRAÇÃO

A PAIXÃO DE CRISTO
COM ELENCO ESTELAR

Encenação da Paixão de Cristo da Paróquia Sagrada Família será hoje na Praça Cívica com atores globais.

Selo no POPULAR
dá ao leitor direito a
desconto no cinema

Campo



ATAQUE DAS MOSCAS

Produtor conta como perdeu toda a plantação de feijão para a mosca-branca.

OPINIÃO

EDITORIAL

Não bastassem tantas carências nos hospitais públicos, temos casos agora de médicos omissos. B6

SILVANA BITTENCOURT

Com uma elevada taxa de urbanização, Goiânia segue em passos tortos, conduzida sob muitos equívocos. B7

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Grupo tinha mais de 80 telefones habilitados nos EUA

Relatório da Polícia Federal mostra que Carlinhos Cachoeira teria distribuído mais de 80 aparelhos celulares com rádio habilitados nos Estados Unidos para membros da quadrilha que explora jogos de azar em Goiás, aliados, familiares e autoridades políticas com a intenção de escapar de possíveis escutas telefônicas. Grupo usava até mães para trazer os chips dos EUA para Goiás. B4

Falta só a Justiça autorizar a destruição



Policiais mostram algumas das máquinas que estão há meses no depósito da Academia da Polícia Civil

Mais de 1,8 mil máquinas caça-niqueisse acumulam no depósito da Polícia Civil e em delegacias aguardando apenas autorização judicial para destruição. Delegada geral pede centralização das decisões. B4

PMs BATIAM CONTINÊNCIA PARA CACHOEIRA, DIZ DEPUTADO IGIO

COPA DO BRASIL

Chrisiano Borges



Disputa de bola em jogo emocionante no Serra

Atlético faz 2 e vira contra Ponte Preta

Em uma partida dramática, o Atlético começou perdendo ontem à noite por 1 a 0 da Ponte Preta, mas, após alterações no segundo tempo, conseguiu a virada e bateu o time adversário por 2 a 1. Resultado deixa o Dragão em vantagem na luta pelas oitavas da Copa. B7

ABANDONO

Abrigo não vai receber mais crianças

O Condomínio Sol Nascente, que atende crianças vítimas de maus-tratos e abandono, irá vetar a entrada de novos casos por falta de estrutura. Hoje o espaço atende 45 crianças, sendo 30 com menos de 5 anos. B

TRAVESTI MORRE APÓS APLICAÇÃO DE SILICONE B6

EMPRESÁRIO É MORTO A TIROS EM CONFEÇÃO B8

FOGARÊU

QUASE 3 SÉCULOS DE TRADIÇÃO

A Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás, cujo registro data de 1745, voltou a se repetir na quarta, seguida por 3 mil pessoas. Ruas de pedra foram palco para a manifestação cultural que retrata a perseguição e prisão de Jesus. B Magazine



JSSN-2077-622-4



21279



Tempo



35°

16°

80%

40%

Em Goiás, parcialmente nublado. Pancadas de chuva isoladas nas regiões sudoeste e sul.

QUINA

Concurso 2012

17 21 47

53 65

LOTOFÁCIL

ACaixa Econômica Federal modificou os dias dos sorteios semanais da Lotofácil. Serão às segundas, quartas e sextas-feiras.

CLASSIFICADOS

702

ofertas de IMÓVEIS

46

Imagem

Classificados

6 meses

3250-5323

3250-5353

3250-1220

BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$ 88,45

POUPANÇA 0,6273%

OURO R\$ 95,50

DÓLAR (COMERCIAL) R\$ 1,826

DÓLAR (PARALELO) R\$ 1,99

EURO (TURISMO) R\$ 2,513

BOVESPA +0,26

- O POPULAR: Edição 14/04/2012, capa.

SALÁRIO MÍNIMO DEVE SUBIR A R\$ 667,75 EM 2013 ^{BO}

O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 74 - Nº 21.287 **R\$ 1,50**

GOIÂNIA, SÁBADO, 14 DE ABRIL DE 2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE

[**opopular.com.br**]



Daniel Galera e os dilemas dos homens

Nesta edição, o POPVest analisa o livro "Mãos de Cavalo", do jovem escritor Daniel Galera (foto). Obra faz parte da lista do vestibular da UFG. Livro aborda as várias fases da vida de um homem. [Magazine]

BAIRRO

Vila Finsocial cobra mais segurança

A Vila Finsocial, bairro da Região Noroeste, pede mais segurança. Este é o maior problema da região segundo 37,5% dos moradores que votaram em enquete da TV Anhanguera. [7]

AS 7 MARAVILHAS DE GOIÁS

Que local você gostaria que estivesse entre As 7 Maravilhas de Goiás? Participe da escolha. [Magazine]

OPINIÃO

EDITORIAL

Ao dificultar renegociação das dívidas dos Estados, União sacrifica perspectiva de desenvolvimento. [8]

WANDERLEY DE FARIA

Consumidor ganha com a briga entre governo e bancos privados. Mas endividamento ainda preocupa. [9]

HÉLIO ROCHA

Congresso e Assembleia Legislativa deveriam estar trabalhando mais para compensar ano eleitoral. [11]

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Demóstenes sofre 1º revés no STF

O ministro Ricardo Lewandowski negou ontem pedido de liminar da defesa do senador Demóstenes Torres (sem partido). Por meio de seu advogado, ele pretendia que o Supremo Tribunal Federal (STF) desconsiderasse as gravações telefônicas como provas de seu envolvimento com o empresário Carlos Cachoeira. Lewandowski não entrou no mérito da questão, que deve ser julgado pelo Plenário da Corte. [4]

Procurador-geral pede exoneração

O procurador Ronald Bicca deixou a chefia da Procuradoria Geral do Estado ontem. Ao POPULAR, confessou estar "cansado" de ouvir seu nome relacionado ao de Cachoeira e disse que "não volta mais" a Goiás. [5]

AEROPORTO

OBRA PARADA FAZ ANIVERSÁRIO DE 5 ANOS ...



... E RETOMADA DOS TRABALHOS É ADIADA DE NOVO

A poucos dias de estourar o prazo estipulado em dezembro do ano passado, o Tribunal de Contas da União (TCU) ainda não recebeu o projeto executivo do novo Aeroporto Santa Genoveva. Previsão é que a obra - paralisada desde 2007 - só seja retomada em junho, após a análise do documento pelo TCU. [6]

VIOLÊNCIA

Médico grava professora agredir criança

A professora de uma escola de Anápolis foi levada a delegacia por agredir uma de 5 anos. A denúncia foi feita por um médico que gravou a criança levando safonas. Na Grande Goiânia, duas famílias acusam agressão de filhos em berçário. [6]



BENEFÍCIO AO CORAÇÃO
O cardiologista Darlan Carneiro Silva responde perguntas sobre a relação entre exercício físico e boa saúde. [24]

EDUCAÇÃO

Reposição de aulas começa hoje no Estado

Até novembro, 3,1 mil alunos - de um total de 600 mil - vão frequentar as escolas da rede pública estadual aos sábados. O objetivo é repor 26 dias letivos afetados pela greve dos trabalhadores em Educação. As férias de julho estão garantidas. [3]

PREFEITO MAGUITO VILELA RECONHECE DESGASTE EM APARECIDA [1]

VILANOVA DEVE VENDER RONDINELLY APÓS O GOIÂNÃO [23]

MEGA DESCONTO PARA ASSINANTES

Qualquer taxa de assinatura por apenas **R\$ 9,90**

Tele POP 02 3250-1220

O Popular

www.opopular.com.br

JSCN-2077-622-4



21287

9 771677 622000

Tempo

35°

17°

85%

35%

Parcialmente nublado com períodos de nublado no Oeste. Nas demais áreas, claro a parcialmente nublado.

QUINA	CONVÊNIO 2012
06 13 15	33 34

DUPLA SENA	CONVÊNIO 1991
17 24 05 11 15 16 38 43	04 06 21 26 28 44

CLASSIFICADOS

1.821

ofertas de IMÓVEIS

46

Atendimento 24h

Classificados

LEIÇÃO
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,5995% OURO R\$96,50 ▼ DÓLAR (COMERCIAL) R\$1,838 ▲ DÓLAR (PARALELO) R\$1,99 ▼ EURO (TURISMO) R\$2,513 ▼ BOVESPA -1,51% ▼ BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$87,34 ▼

• O POPULAR: Edição 14/04/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, sábado, 14 de abril de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Ministro nega liminar e mantém provas contra Demóstenes

Pedido foi feito pela defesa de senador, que argumenta ilegalidade de escutas devido à sua condição de parlamentar, que exige autorização do Supremo Tribunal Federal

Brasília - O senador Demóstenes Torres (sem partido) sofreu ontem sua primeira derrota no campo jurídico. O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido de liminar para desconsiderar as gravações telefônicas em que o senador goiano aparece tratando dos interesses do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, feitas durante a Operação Monte Carlo, da Polícia Federal. Lewandowski não entrou no mérito da validade das provas no despacho. Isso será definido quando a liminar for julgada em plenário no Supremo.

Nesta fase inicial, a estratégia de Demóstenes é tentar desconstruir o processo. Na defesa previa que apresentara, por escrito, ao Conselho de Ética do Senado, ele tentara desqualificar a representação feita pelo PSOL, que deu origem ao processo por quebra de decoro parlamentar contra ele, com alegação de que foi baseada em notícias da imprensa.

O senador goiano tem até dia 25 de abril para encaminhar a defesa prévia aos seus colegas senadores. Apesar de o julgamento no Conselho de Ética ser político, Demóstenes



Ricardo Lewandowski não entrou no mérito da legalidade

espera que eventual anulação, pelo STF, das gravações de suas conversas telefônicas com Cachoeira tirem o fôlego do processo por quebra de decoro.

A defesa do senador havia pedido à Corte a desconsideração das gravações, já que elas foram feitas sem autorização do STF. Pela legislação brasileira, parlamentares somente podem ser investigados com a

supervisão do STF e a pedido do procurador-geral da República. No caso de Demóstenes, a defesa sustenta que o senador foi monitorado durante meses sem que o Supremo tivesse conhecimento da investigação e autorizado escutas telefônicas.

De acordo com informações do Ministério Público, não havia indícios da prática de crime contra Demóstenes

quando a investigação foi iniciada. Quando indícios suficientes foram reunidos para indicar a participação do senador nos crimes que estão sob investigação, o caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo.

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, reafirmou essa tese, alegando que o foco das operações da PF era Cachoeira, e não Demóstenes, que teria aparecido de forma lateral nas investigações.

Para dar sustentação ao processo por quebra de decoro, o Conselho de Ética está pedindo novamente a Lewandowski que envie cópia dos autos da Operação Monte Carlo. Ele já negou pedidos semelhantes feitos pela Corregedoria do Senado, alegando que o inquérito está sob sigilo de Justiça. O Conselho de Ética insiste porque já recebeu do STF, no passado, informações sobre inquéritos sigilosos.

Ao aparecer de surpresa na sessão do Conselho de Ética, quinta-feira, Demóstenes afirmou que não lançara mão de manobras regimentais ou jurídicas no Senado. Disse que vai se defender no mérito e provar que é inocente. A pena

máxima para quebra de decoro é a cassação de mandato.

A representação feita pelo PSOL, e aceita pelo presidente do Conselho de Ética, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), afirma que as acusações contra Demóstenes atingem o Senado como um todo: "As graves denúncias, além de constituírem indícios de prática de atividades ilícitas pelo representado, caracterizam-se, por si, atitudes que desprestigiam o Senado e os seus membros, em flagrante prejuízo da já pessima imagem do Poder Legislativo nacional".

O presidente do Conselho de Ética resumiu o clima no Senado em relação a Demóstenes: "Há um clima de total frieza, constrangimento e decepção, uma vez que (Demóstenes) era uma das figuras mais proeminentes do Senado, um homem acima de qualquer suspeita", disse Valadares.

Mas ele ponderou: "Aqui não é um tribunal inquisitório e o presidente nem o relator podem ser considerados carrascos". O relator do processo será o senador Humberto Costa (PT-PE). A escolha foi feita por sorteio, de acordo com o regimento do Senado. (Agências Estado e O Globo)

Citados esperam notificação

Pedro Palazzio

O governador Marco Ni Perillo (PSDB) e o prefeito de Anápolis, Antônio Gomide (PT), não receberam o ofício expedido pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski pedindo esclarecimentos sobre a citação deles nos monitoramentos telefônicos da Operação Monte Carlo. Os documentos foram registrados no dia 9.

A defesa de Marconi não deverá ser feita pela Procuradoria Geral do Estado (PGE). Horas antes de se desligar do cargo de procurador-geral (leia na página 5), Ronald Bicca disse que trata-se de procedimento pessoal. A assessoria do governador informou que ele responderá da forma que for solicitado: por meio de advogado ou pessoalmente.

Gomide afirmou que não teve conversa com Cachoeira: "Tenho 15 anos de atividade política e nunca estive com ele". O prefeito disse que o ex-diretor da Delta Construções, Cláudio Abreu - alvo da operação - levou a prefeitura membros da empreiteira Queiroz Galvão, interessados em receber atrasados de 2003. "Disse que não tinha condição de pagar."

**Vamos ao cinema?
Com O Popular
e Moviecom 4,00!
é só R\$ 1,00!**

**DESCONTO
ESPECIAL**

Recorte o selo da capa do jornal O Popular e com mais R\$ 4,00 troque por 01 ingresso dos Cinemas **Moviecom do Buriti Shopping!**

Exceto filmes 3D**. Observe a faixa etária indicativa do filme e a lotação da sala.

O Popular
www.opopular.com.br

moviecom
viva o cinema

* O selo tem validade apenas para Goiânia, de 16 a 19/04/2012, para o valor do ingresso inteiro, somente para a compra de 1 (um) único ingresso, obedecendo a faixa etária indicativa do filme e a lotação da sala. ** A promoção não é válida para filmes 3D. O selo deve ser trocado na bilheteria dos Cinemas Moviecom do Buriti Shopping, com o complemento de R\$ 4,00 em dinheiro.

• O POPULAR: Edição 14/04/2012, página 5.

GOIÂNIA, sábado, 14 de abril de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Procurador-geral deixa cargo

Ronald Bicca se diz cansado após ver seu nome ligado a Cachoeira. Alexandre Tocantins assume função

Mário Leijó e
Bruno Rocha Lima

O procurador Ronald Bicca pediu ontem exoneração do cargo de procurador-geral do Estado e, horas depois, foi embora para Brasília. Dizendo-se "cansado" após ver seu nome relacionado ao do empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, Bicca diz que vai fazer um curso de um ano sobre Direito Público na Universidade de Coimbra, em Portugal.

"Já estou em Brasília. Não volto mais [para Goiás]. Estou cansado e não ganho nada a mais permanecendo no cargo", disse, em entrevista por telefone, ontem à noite.

Cachoeira foi preso em 29 de fevereiro durante a Operação Monte Carlo, que desmontou a principal quadrilha de azar em Goiás, com fortes ramificações no meio político estadual.

Bicca viu seu nome aparecer em trechos de conversas interceptadas pela Polícia Federal e a imprensa noticiou na semana que ele aparece em uma lista da PF com um dos 26 políticos ligados a Cachoeira.

Bicca admite que pediu exoneração por causa da repercussão das notícias envolvendo seu nome ao empresário. Observa que seu salário como procurador-geral não é diferente do de procurador concursado em fim de carreira (situação na qual ele se encontra a partir de agora) e argumenta que não vê



Bicca: curso de direito público em Coimbra, Portugal

muita vantagem em permanecer no cargo nestas condições e sofrendo o desgaste das revelações da Operação Monte Carlo.

Procurador é o quarto auxiliar do governo estadual a deixar o cargo após as denúncias da Operação Monte Carlo. O POPULAR divulgou ontem, com exclusividade, diálogos de Carlos Cachoeira e seus assessores diretos que citam o procurador.

Antes dele, pediram exoneração do cargo o presidente

do Detran, Edivaldo Cardoso, a chefe de gabinete do governador, Eliane Pinheiro, e o procurador-chefe administrativo, Marcelo Siqueira.

PORTUGAL

O agora ex-procurador-geral pretende mudar nas próximas semanas para Coimbra. "Desde que assumi o cargo de procurador-geral já tinha essa intenção de sair para fazer esse curso em Coimbra. Senão fosse

agora, seria no ano que vem. Então agora que é o momento. Eu tenho que apresentar em maio minha proposta e preciso de tempo para elaborar", disse.

Bicca dá a entender que a gota d'água para seu pedido de exoneração foi o contato feito por um jornal de Brasília para ouvir dele a versão para novos trechos de conversas interceptadas pela PF em que seu nome é citado. "O que eu posso dizer a você é que não vai vazir nunca diálogo meu com o Cachoeira, porque nunca tive conversa com ele. Já o vi em eventos sociais, mas ele nunca me procurou para tratar de nada em relação ao Estado. Quem manda [no meu trabalho] é o ordenamento jurídico, e a legislação", disse.

Em tom de desabafo, o procurador diz que não tem intenção de voltar mais a Goiás e nega que tenha sido indicado para o cargo a pedido do senador Demóstenes Torres (sem partido) ou do secretário de Segurança Pública e Justiça (SSPJ), João Partido.

"Foi um pedido direto do Marconi. Ele que me convidou. Eu era presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Estado", afirmou.

CITACÕES

Onome do procurador aparece citado em conversas entre Cachoeira e ex-corregedor da SSPJ, delegado Aredes Pires, e entre Gleyb Ferreira da Cruz e Geovani Pereira da Silva, braços-direitos do empresário.

Conforme revelado ontem pelo POPULAR, em um dos trechos, gravado em 22 de fevereiro de 2011, Gleyb e Geovani conversam sobre o aluguel de um imóvel para atender um procurador chamado Ronald. Gleyb relata ao colega que estava ao lado de Cachoeira no momento do diálogo.

Em outra gravação, do dia 20 de julho do ano passado, Cachoeira relata a Gleyb que se encontrará com Bicca para discutir uma pendência relacionada a precatórios de uma entidade de classe dos policiais.

O diálogo não deixa claro qual seria a entidade e nem qual a pendência com relação aos precatórios. O nome de Bicca também é citado em conversas entre Cachoeira e Aredes sobre precatórios.

Bicca nega que tenha sido procurado por Cachoeira ou qualquer outra pessoa para tratar de precatórios relacionados a policiais. E diz que não conhece pessoalmente Aredes.

Não tem cabimento essa informação, porque eu não tenho nem poder de interferir sobre precatórios. São denúncias infundadas", afirmou.

SUBSTITUTO

Por meio do Twitter, a assessoria de comunicação do governo estadual informou que o governador Marconi Perillo aceitou o pedido de Bicca e já escolheu seu substituto interinamente: o atual procurador geral adjunto Alexandre Tocantins.

PT nega vingança em CPI

Belo Horizonte - O presidente do PT, Rui Falcão, disse ontem que a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar Carlos Cachoeira e suas relações políticas não visa a "vingança ou acerto de contas" com opositores.

A declaração de Falcão foi em resposta ao questionamento sobre se é desejo do ex-presidente Lula que a CPI avance sobre fatos que envolvam o governador Marconi Perillo (PSDB). Durante as investigações do mensalão, em 2005, Perillo declarou ter alertado Lula sobre o suposto esquema. Isso levantou suspeita de que Lula soubesse do mensalão.

"De maneira nenhuma. Primeiro, esse suposto envolvimento do governador precisa ser confirmado", afirmou, acrescentando que o governador Marconi Perillo aceitou o pedido de Bicca e já escolheu seu substituto interinamente: o atual procurador geral adjunto Alexandre Tocantins.

Coronel não deve presidir inquérito, diz deputado

Rozanna Melo

O deputado estadual major Araújo (PRB) entregou ontem ao comando-geral da Polícia Militar solicitando que o coronel Lorival Camargo, corregedor-geral da PM, não seja o presidente do inquérito que apura a denúncia de venda de promoções na corporação.

O deputado afirma que o coronel não tem imparcialidade suficiente para presidir o inquérito, já que faz parte da comissão que analisa as promoções da PM e já era corregedor-geral desde o comando anterior, quando a denúncia foi feita inicialmente. "Enada

foi investigado", denunciou.

Para o major Araújo, outro problema é que, de acordo com a portaria do comandante-geral da PM, o objeto do inquérito é apenas a investigação da compra de patente, o que é difícil de se provar. "O tráfico de influência não está em investigação", disse.

FARRA DOS CORONÉIS

O deputado denunciou irregularidades que chamou de farra dos coronéis, com a suspeita de venda de patentes por até R\$ 100 mil. Algumas próximas, segundo o deputado, foram pagas pelo contra-veniente Carlos Cachoeira ao ex-comandante-geral Carlos

Antônio Elias.

Por causa de promoções que seriam irregulares, alguns coronéis denunciaram que houve um inchaço no quadro da instituição e alguns viraram coronéis sem comando, "de corredor".

De acordo com o tenente-coronel Anesio Barbosa da Cruz Junior, da assessoria da PM, existem 32 coronéis atualmente na PM, sendo que quatro aguardam, sem comando, o processo de aposentadoria. Outros três, que não concordaram com a aposentadoria, entraram em Justiça e permanecem na corporação. Também estão sem comando.



Major Araújo: coronel não tem imparcialidade para função

Procuradora do DF não vê irregularidade

Dionísio Gomes

A procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal, Eunice Carvalhido, disse ontem que não encontrou nenhum tipo de relação irregular entre funcionários do órgão com o suposto esquema de Dalberto de Araújo, o Dada.

Carvalhido rebateu suspeitas levantadas em interceptações telefônicas. Em conversas, Dada afirma que, após contatos com promotores, conseguiu informações sobre investigações que envolveriam o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), (FF)

PUC GOIÁS COM VOCÊ
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA VIDA

II Jornada de curso superior de Tecnologia em Secretariado

O curso superior de Tecnologia em Secretariado da PUC Goiás realizou, dias 24 e 25 de abril, sua segunda jornada, com o tema **Empreendedorismo: desafios, riscos e qualidade de vida no trabalho**, no Auditório da Área 2 da PUC, a partir das 18h45. O curso de Secretariado da PUC Goiás, graduado com cinco semestres de duração, recebeu nota 4, numa escala de 1 a 5, em avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC). Informações: 3046-1231.

Igreja Católica realiza última sessão sinodal

A Arquidiocese de Goiânia realiza hoje, a partir das 7h30, a última sessão do Sínodo, no Centro Pastoral Dom Fernando. A reunião abre espaço para que os sacerdotes apresentem os desafios que as paróquias devem enfrentar para se chegar ao "caminho juntos", marcando no "mênis de Igreja". O líder da PUC Goiás, Volmir Amado, participará do evento.

PUC apresenta seu Plano de Cargos e Salários

A PUC Goiás apresentou ontem o novo Plano de Cargos e Salários da Carreira Administrativa, que abarca a estrutura dos cargos, consolidação funcional, formas de admissão, reclassificação do cargo e função, vitalidade, funções gratificadas, entre outros itens. O documento foi apresentado pelo reitor Volmir Amado, pelo pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Heitor Gomes e pelo pró-reitor de Comunicação, Eduardo Rodrigues. O evento contou com a participação de diretores de departamento, coordenadores, assessores e docentes.

No encerramento, o reitor explicou que o Plano é reflexo do aperfeiçoamento das relações de trabalho na universidade e das mudanças no mundo do trabalho nos últimos anos, que exigem novas funções e desafios, proporcionando maior desempenho dos funcionários administrativos e um acompanhamento mais qualificado. O documento é uma edição da Série Legislação e Normas, publicada pela Editora PUC Goiás.



O professor Heitor Gomes apresenta o plano de cargos e salários da carreira administrativa.

Diretores recebem Bênçãos Apostólicas

O reitor da PUC Goiás, Volmir Amado e o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Heitor Gomes, receberam, na tarde de ontem, as bênçãos das Bênçãos Apostólicas concedidas pelo Papa Bento XVI para os diretores de departamento da instituição, durante reunião da equipe, na Plenária da Faculdade, na Área 4. A bênção papal foi solicitada pelo prof. Volmir.

Programa Em Nome Vida

O Programa Em Nome da Vida da PUC Goiás promoveu, ontem, o encontro de comissões terapêuticas e representantes do poder público, para discutir em políticas públicas voltadas ao atendimento dos viciados em drogas.

Mais de 15 grupos de Anápolis e de região metropolitana de Goiânia participaram do encontro, na sede da Sociedade Goiana de Cultura, que contou ainda com a presença do deputado federal, João Campos, do presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas, Edmar de Brito, e de representantes da Secretaria Municipal de Saúde e de Justiça Terapêutica.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Avenida Universitária, nº 1440, Setor Universitário - Goiânia
Telefone: (62) 3046-1000 - www.pucgoias.edu.br

- O POPULAR: Edição 15/04/2012, capa.



NOVO CHARME
Atrama Cheia de Charme, que estreia amanhã, é reflexo de fenômeno nacional: avanço da classe C. Isabelle Drummond, Leandra Leale e Tais Araújo estão na novela. [MagazineTV]

DOMINGO

895 OFERTAS DE EMPREGO

CLASSIFICADOS

ALOIRA ETERNA
Já se passaram 50 anos desde a morte de Marilyn Monroe (foto) e o mito de maior símbolo sexual do cinema só faz se ampliar. A trajetória da atriz será celebrada e reverenciada durante todo o ano. [Magazine]



O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 74 - Nº 21.288

R\$ 2,50

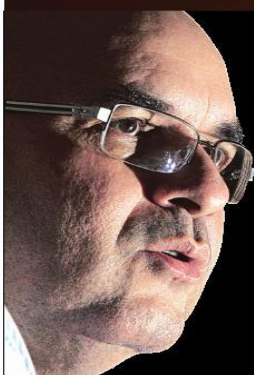
GOIÂNIA, 15 DE ABRIL DE 2012

[opopular.com.br]

EXEMPLAR DE ASSINANTE

Perna do Cordeiro

OPERAÇÃO MONTE CARLO



“Foi irresponsabilidade; e não vou abandonar o meu irmão”

Benedito Torres Neto, procurador-geral de Justiça de Goiás e irmão do senador Demóstenes Torres, disse ontem ao POPULAR que considerou irresponsáveis as falas do irmão de que intercederia junto a ele para que o Ministério Público Estadual beneficiasse Carlos Cachoeira, preso pela Polícia Federal sob acusação de liderar quadrilha de jogos de azar. Benedito diz que não romperá com o senador. **D**

Cachoeira descobriu investigações e PF antecipou operação

A Operação Monte Carlo foi antecipada porque Carlos Cachoeira, principal alvo da investigação, foi informado que estava sendo monitorado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. O vazamento está sendo investigado pela PF, que tem várias hipóteses, tamanha era a rede de informações do empresário. **16**



MANIFESTAÇÃO NA PRAÇA CÍVICA - Mobilização iniciada nas redes sociais levou 3 mil pessoas à Praça Cívica para pedir fim da corrupção, abertura de CPI sobre jogos de azar e sua influência no governo estadual e o impeachment do governador Marconi Perillo. **16**

GOIÂNIA 2012

Entre o céu e o inferno

Goiás e Atlético decidem hoje, em jogos diferentes, quem fecha a 1ª fase do Goiânia como líder e passa para etapa final com vantagem nos critérios de desempate. **19**

te. Ao Verdão, basta bater a Aparecidense, que também tem esperança de figurar entre finalistas. Já o Dragão, precisa vencer o Rio Verde e escorar o Goiás. **22 e 23**

CRAC, APARECIDENSE E ITUMBIARA DISPUTAM ÚLTIMA VAGA NAS FINAIS

RIO VERDE, GOIANÉSIA E MORRINHOS LUTAM PARA NÃO CAIR

OPINIÃO

EDITORIAL

Praticamente quase nada se fez no novo terminal, não obstante já tenham sido gastos R\$ 100 milhões. **18**

CILEIDE ALVES

Quem acompanhou O POPULAR nos últimos anos tinha noção dos interesses e da forma de agir de Cachoeira. **19**

ELIO GASPARI

O encontro da doutora Dilma Rousseff com o companheiro Barack Obama não rolou boa química. **21**

AS 7 MARAVILHAS DE GOIÁS

Que local você gostaria que estivesse entre as 7 Maravilhas de Goiás? Participe da escolha. [Magazine]

CRÉDITO

Quem esperar vai pagar taxa de juros menor

A queda dos juros tem possibilitado crédito com taxas menores. Mas especialistas pedem paciência a quem puder esperar, pois bancos devem reduzir mais. **17**

ESTRADA

Acidente com quatro mortes em Aruanã

Três pessoas ficaram feridas e quatro morreram ontem em um capotamento em uma estrada de terra entre Aruanã e Britânia. **13**

SENADO

José Sarney passa mal e é internado

O presidente do Senado, José Sarney, passou mal na noite de sexta-feira e foi internado no Hospital Sirio-Libanês, em São Paulo. **13**

VILA FINSOCIAL TERÁ MAIS ABORDAGENS E OPERAÇÕES POLICIAIS, PROMETE PM

MEGA DESCONTO PARA ASSINANTES

Quadrinhos, revistas, mais por apenas **R\$ 9,90**

Tela POP 3250-1220

O Popular
www.opopular.com.br

ISSN: 1677-622-4



21288

9 771677 622000

Tempo	36 °
Umidade	90 %
Velocidade	16 °
	35 %

Em Goiás, céu nublado com períodos de chuva com chuvas isoladas no Sul e Sudeste.

QUINA	Concurso 1880
37	50 58
65	76

MEGA-SENA	Concurso 1880
03	14 52
55	57 60

LOTOMANIA	Concurso 1235
07	17 21 24 32 39 45 48 49 50
53	57 59 62 64 74 85 87 97 98

78	3250-1220
3250-5323	
3250-5353	
3250-1220	

LEITOR	3250-5323
3250-5353	
3250-1220	

• O POPULAR: Edição 15/04/2012, página 6.

6 O POPULAR

GOIÂNIA, domingo, 15 de abril de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Cachoeira sabia da investigação

Polícia Federal está investigando o possível vazamento de informações sigilosas no âmbito da Justiça

Alfredo Mergulhão

A rede de informações de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, era tão ampla que a suposta organização criminosa comandada por ele sabia que estava sendo investigada. E, por esse motivo, a deflagração da Operação Monte Carlo foi antecipada para 29 de fevereiro. Embora tenha colocado que todos os principais membros da quadrilha atrás das grades, o vazamento das informações sigilosas da investigação tornou-se objeto de novo inquérito na Polícia Federal (PF). Até o momento, duas pessoas foram ouvidas. Uma delas servidora da Justiça Federal.

A Polícia Federal não revela informações sobre o inquérito de número 0005803-52.2012.4.01.3500. Mas O POPULAR apurou que a polícia investiga a possibilidade de vazamento na Justiça Federal, no Ministério Público Federal (MPF), na própria PF, além de órgãos estaduais, como o Ministério Público Estadual e até a Justiça goiana.

O inquérito também apura como o denunciado José Olímpio de Queiroga Neto soube antecipadamente da investigação. Ele está preso preventivamente desde que a operação foi deflagrada. Acusado de chefiar uma família que explorava máquinas caça-níqueis no entorno do Distrito Federal (DF), Queiroga esteve em Goiânia dias antes do carnaval. A visita à capital foi monitorada por agentes da PF.

Nas ocasiões, os policiais acompanharam todos os passos de Queiroga. Numinício de noite, ele foi a um condomínio residencial fechado, onde ficou por quase uma hora. Em seguida, foi ao encontro de Carlinhos Cachoeira num restaurante localizado em um shopping center da cidade. Os dois conversaram por muito tempo. Depois desse encontro, a forma como os denunciados falavam ao celular teria mudado, o que gerou apreensão entre os investigadores e motivou a antecipação das prisões.

O carnaval acabou em 21 de fevereiro, oito dias antes da deflagração da Operação Monte Carlo. Embora as investigações tenham conseguido levantar provas suficientes para incriminar os envolvidos no esquema, não era intenção da PF nem do Ministério Público Federal (MPF) fechar o cerco contra o grupo de Cachoeira no último dia de fevereiro. Fontes dos dois órgãos consideram



Policiais retiram material apreendido de caminhonete: operação foi antecipada por possível vazamento de informação

Lereia diz que sabia de atividade ilegal

Carla Borges

Um dos deputados que se aliou ao deputado federal Fernando Henriques, o Ronaldinho, disse à publicação. Questionado sobre o fato de ser um homem público e saber que Cachoeira não fazia negócios legais não seria um motivo para romper a amizade, ele discorreu. "Pelo contrário. Quando ele sair da cadeia, continuarei amigo dele. Tenho pessoas da minha família que já erraram, não deixaram de ser parentes. Amigo que já errou não deixa de ser amigo", respondeu.

Lereia, no entanto, diz que

não gosta de jogo com máquinas eletrônicas.

"Eu gosto e de baralho, o Fernando Henriques gosta, o Ronaldinho", disse à publicação. Questionado sobre o fato de ser um homem público e saber que Cachoeira não fazia negócios legais não seria um motivo para romper a amizade, ele discorreu. "Pelo contrário. Quando ele sair da cadeia, continuarei amigo dele. Tenho pessoas da minha família que já erraram, não deixaram de ser parentes. Amigo que já errou não deixa de ser amigo", respondeu.

O deputado também defendeu que parte do dinheiro de Carlinhos Cachoeira — "dinheiro grande" — tem origem lícita. "Tem esses contratos com empreiteiras, tem de fazer um levantamento". Em outro trecho, ele novamente defende o amigo: "A vida dele foi grampeada nos últimos anos. Eles já sabem quem e quem. Não prejudicaria nada solta-lo. É uma pessoa boa. Não tem envolvimento com tráfico de droga, com assassinato, essa parte não tem. O que tem ali é contravenção".

Lereia também admitiu

que tem um avião em sociedade com o irmão de Cachoeira. "Eu tenho parte de um avião pequeno que era em sociedade com o irmão dele. Não é jato, não. Se fosse jato, eu não daria conta, aí você poderia saber que era o quê". Sobre as máquinas caça-níqueis, o deputado disparou: "Essas máquinas no Brasil são para roubar mesmo".

Finalmente, sobre o envolvimento do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) com Cachoeira, Lereia admitiu saber que eles eram amigos.

que os prejuízos não foram tão grandes. Porém, entendem que a autoria do vazamento precisa ser identificada.

Queiroga é acusado de ser responsável por escolher as outras pessoas que podem participar das atividades ilegais da organização na região de Luziânia e de repassar uma porcentagem dos lucros das casas de jogos a Cachoeira. Conforme as investigações, ele esteve na casa onde mora o juiz Leão Aparecido Alves, da 1ª Vara Federal em Goiânia, durante sua visita à cidade. Trata-se da varina qual os mandados de prisão

são assinados contra os envolvidos no esquema de Carlinhos Cachoeira.

O magistrado confirma que mantém amizade com Queiroga há 19 anos. A mulher dele, Maria do Carmo Alves, conheceu o denunciado um ano antes dele. Leão Aparecido admite que a relação com o investigado levanta suspeitas, mas sustenta que o vazamento não partiu dele nem da mulher. O juiz estava em Brasília no dia da visita de Queiroga, em substituição a um colega em uma vara da capital federal.

"Se ele soubesse de alguma

coisa de antemão, não teria sido preso. Os fatos provam a isenção da Justiça Federal", diz Leão Aparecido, ressaltando que o investigado não fugiu. O magistrado não está entre os investigados a respeito do vazamento de informações sigilosas, até porque tem foro privilegiado. Ele não pode ser investigado pela PF.

No entanto, Maria do Carmo, depois da PF, na presença dos procuradores da República Daniel Resende e Lea Batista, responsáveis pelas investigações da Operação Monte Carlo. A outra pessoa que já de-

pôs é uma servidora pública da Justiça Federal em Goiânia. Não há prazo para conclusão do inquérito. No dia em que foi preso, Queiroga manteve-se em silêncio quando interrogado a respeito da sua vinda a Goiânia e sobre o vazamento da operação.

OUTRAS POSSIBILIDADES

O POPULAR apurou que a PF adota outras linhas de investigação para apurar o vazamento da Operação Monte Carlo. Como os procedimentos investigatórios tiveram origem no Ministério Público esta-

dual (MP) em Valparaíso de Goiás, passando pelo órgão ministerial e pela Polícia Civil em Goiânia, antes da PF entrar no caso, os membros do grupo chefiado por Carlinhos Cachoeira poderiam ter obtido as informações nessas instâncias. Além do MP e da Polícia Civil de Goiás e Federal, a Justiça estadual poderia ter vazado a informação.

O MP começou a investigação em 2010, na 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Valparaíso de Goiás, ocupada à época pelo atual coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Criminal e da Segurança, Bernardo Boclin. Em setembro daquele ano o órgão ministerial acionou a Polícia Federal, uma vez que os crimes praticados pela quadrilha extrapolaram os limites do território goiano. O caráter de nacionalidade da organização criminosa obrigou a PF a assumir a investigação.

Dos 81 denunciados na Operação Monte Carlo, 28 são policiais militares, 6 delegados e 1 agente da Polícia Civil, 2 delegados e 1 escrivão federais, além de 1 policial rodoviário federal. Eles estariam envolvidos no acobertamento das ações da organização criminosa por meio de recebimento de propina e no vazamento de informações.

Devido ao envolvimento de policiais federais lotados na capital, o departamento da PF em Goiás foi isolado das investigações. Os trabalhos foram concentrados em Brasília, onde as escutas telefônicas foram feitas. Em Goiás, apenas os policiais vinculados ao núcleo de inteligência atuaram no caso, fazendo monitoramentos de envolvidos. Os delegados Fernando Byron e Deuselino Valadares chegaram a ser convocados no dia da operação como se fossem participar das prisões, mas se tratava de um artifício da PF. Na verdade, estavam entre os suspeitos.

Como a Justiça estadual poderia ter autorizado a quebra de sigilo telefônico da quadrilha antes do deslocamento da competência da investigação, há a chance do vazamento ter saído do Judiciário de Goiás. Procurado pela reportagem, o juiz substituto da 1ª Vara Federal em Goiânia, Paulo Augusto Moreira, não quis se manifestar, assim como o procurador Lea Batista. Responsável pelo inquérito que apura vazamento, o delegado federal Raul Alexandre disse que ainda não tem informações para repassar sobre o caso.

Manifestação para Centro da cidade por 3 horas

Rosana Melo

Cerca de 3 mil pessoas participaram ontem de uma manifestação que teve início há 15 dias nas redes sociais e que pede, entre outras coisas, o fim da corrupção, a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar influência do empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, no governo estadual e o impeachment do governador Marconi Perillo.

A manifestação estava marcada para as 10 horas de ontem, mas os primeiros manifestantes chegaram à Praça Cívica foram surpreendidos com o fechamento da praça por uma grande estrutura do Corpo de Bombeiros, com carros-tendas onde eram feitas oficinas com dicas sobre primeiros socorros e um grande contingente de cadetes em formação. O tenente-coronel Martiniano Gondim, chefe de Comunicação Social do Corpo de Bombeiros, explicou que essa foi a



Manifestantes na porta do Palácio Pedro Ludovico Teixeira: mobilização por redes sociais

primeira vez que a campanha de prevenção a acidentes foi feita fora dos quartéis da corporação. "Desde quinta-feira estávamos marcando para que acontecesse na praça", disse. Alunos de várias escolas estaduais fo-

ram convidados para participar das oficinas. Nilton Domingos, um dos organizadores do protesto, disse que foi frustrante chegar à Praça Cívica e ver que ela estava tomada, principalmente le-

vando-se em consideração que era uma estrutura dos Bombeiros. "O governador é um estrategista nato, maquiavélico e ditador. Quemira contra a instituição mais respeitada do País", disse.

A mobilização de estudantes, funcionários públicos, sindicalistas e outros profissionais começou às 10 horas no anel externo da Praça Cívica, junto ao Corceto.

Com gritos de guerra, os manifestantes, usando panos de palhaço e apitos, desceram a Avenida Goiás até a Praça do Bandeirantes travando o trânsito no Centro da cidade.

Na Praça do Bandeirantes, os manifestantes ficaram por mais de 40 minutos e evitaram novamente que um carro de som com alguns políticos fizesse discursos. Um boneco simbolizando o governador Marconi Perillo foi queimado pelos manifestantes.

Logo depois, o protesto seguiu de volta para a Praça Cívica, onde os manifestantes andaram até a porta do Palácio das Esmeraldas. Policiais militares e bombeiros apenas acompanharam a manifestação. Apesar do trânsito parado na Avenida Goiás, a avenida não foi fechada. Maria Regina Martins

Cunha, de 52 anos, esperou o trânsito ser liberado por agentes da Agência Municipal de Trânsito (AMT) para voltar para casa, no Jardim América. "O movimento é justo", disse.

De acordo com o Comandante do Policiamento da Capital (CPC), coronel Marcelo Queiroz, nenhuma agressão foi registrada nas mais de três horas de manifestação. Segundo estimativa da PM estiveram presentes apenas 800 pessoas.

Após o ato nas ruas, o protesto ganhou força na internet. A hashtag #foramarconi chegou a ser o tópico mais comentado no Twitter no Brasil à tarde, e milhares de pessoas comentavam a manifestação no Facebook, inclusive rebatendo os números oficiais da PM.

Em nota, a assessoria de imprensa do governador Marconi Perillo afirmou que o governo estadual "respeita todas as manifestações, mas entende que os protestos de ontem não representam o pensamento do povo goiano".

• O POPULAR: Edição 15/04/2012, página 7.

GOIÂNIA, domingo, 15 de abril de 2012

O POPULAR 7

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Entrevista

BENEDITO TORRES NETO

"Foi um ato de irresponsabilidade"

Alfredo Mergulhão

O procurador-geral de Justiça de Goiás, Benedito Torres Neto, considerou "irresponsáveis" as falas do seu irmão, o senador Demóstenes Torres, de que teria intercedido junto a ele para que o Ministério Público Estadual atendesse interesses do

empresário Carlos Cachoeira, de acordo com gravações interceptadas pela Polícia Federal entre o senador e o empresário e reveladas ontem pelo jornal Correio Braziliense (veja correlata). "Não sabia dessas bravatas", disse ontem em entrevista ao POPULAR. Ele afirma que todos os pedidos de

Cachoeira foram contrariados e ressaltou que não vive à sombra do irmão. "Se alguém pensa que existe sobreposição do trabalho do Demóstenes ao meu, está enganado." Mas ele disse que não romperá com o senador. "Como irmão não posso deixá-lo, é uma questão de humanidade."

Demóstenes estava autorizado a usar o nome do senhor?

Jamais, mesmo porque eu nunca vi esse sujeito [Carlinhos Cachoeira], nunca conversei com ele, nem tive qualquer relacionamento. Mas como procurador de justiça, eu atendo as pessoas. Elias Vaz é conhecido e está sempre presente na sala dos promotores e sempre trazia informações da Câmara para serem apuradas pelo MP. Não só ele como outros deputados também fazem isso. Lamento muito o que aconteceu, foi um ato de irresponsabilidade do senador Demóstenes. Ele tem a vida dele como senador e eu a minha como procurador. Ninguém pauta a minha vida nem meus atos. Tenho minha independência, todos os promotores e procuradores sabem disso. Quero expressar minha indignação e repúdio a toda essa situação criada, porque traz um transtorno institucional e familiar para mim também. Lamento profundamente essa situação. Jamais pedi nada para os colegas do MP e os promotores podem comprovar isso.

Isso significa um rompimento?

Não, sempre foi assim. Ele (Demóstenes) sempre teve a vida dele enquanto senador e eu a minha como procurador. O que eu quero mostrar para a sociedade é isso. Não estou rompendo com ele porque ele está num momento difícil, jamais deixaria um barco a deriva. Esse é um dos momentos mais difíceis da minha vida. Só quero deixar claro que se alguém pensa que existe sobreposição do trabalho do Demóstenes sobre o meu, está redondamente enganado. Minhas decisões são tomadas com minha equipe. Ele nunca pautou minha vida enquanto procurador. É claro que a gente conversava sobre todas as situações. E quem não conversava? Ele era um dos senadores mais atuantes no Brasil, principalmente no que diz respeito ao judiciário. Então a gente sempre trocava ideias sobre questões institucionais. Não aceito essa vinculação que foi feita. Vamos adotar providências jurídicas contra essas associações.

Demóstenes chegou a fazer pedidos ao senhor?

Foi feito somente o pedido para audiência com o Elias Vaz. Eu orecebi e tratei de questões do Mutirão. Todas as pretensões (de Carlinhos Cachoeira) foram contrariadas. Jamais houve qualquer ingerência do procurador geral com os promotores, para que eles fizessem de uma maneira ou de outra, que atendessem interesses dessas pessoas.

O senhor sabia que Carlinhos Cachoeira esteve por trás dos pedidos que chegaram ao MP?

Não sabia e todas as pretensões foram rejeitadas. Essa foi a postura do MP quando elas foram delineadas. Para mim Demóstenes e Demóstenes. Não sabia dessas bravatas que foram colocadas. Até porque ele sabe do meu temperamento e minha forma de ver o mundo. Não tinha ciência de que fez pedidos nesse sentido, foi esse senhor [Carlinhos Cachoeira].



Renato Conde

"Você falou com seu irmão?"

Carla Borges

"Manda ele designar um promotor para entrar com ação contra isso aí, porque isso é parte do MP, entendeu?"

CARLOS SAUGUSTO RAMOS, O

Escutas telefônicas de diálogos entre o contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o senador Demóstenes Torres (sem partido) revelam que Cachoeira sugeriu e o senador acatou as determinações de pedir ao Ministério Público a abertura de uma ação contra o senador Demóstenes Torres Neto, intercedendo em relação à investigação sobre a obra do Parque Mutirão, a lotação de uma promotora de Justiça, que estava em Catalão, e a investigação sobre supostas irregularidades na doação de um terreno no Distrito Agroindustrial de Anápolis (Dai) a uma empresa. A transcrição dos diálogos foi divulgada ontem pelo Correio Braziliense.

Em um dos diálogos, de 16 de maio do ano passado, Cachoeira pede a Demóstenes que fale com seu irmão (Benedito) sobre a questão da empresa, que estaria em uma área incômoda para ele. "Você falou com seu irmão?", questiona. "Denovo, não, vou encontrar com ele pessoalmente", diz o senador. "Tem deser vir Ministério Público, entendeu?", acrescenta Cachoeira. "Pode deixar que eu tomo conta disso. (...) Vou procurar meu irmão agora na hora do almoço, vamos almoçar juntos e vou falar essa questão com ele", tranquiliza o senador. "Manda ele (Benedito) lá designar um promotor para entrar com ação contra isso aí, porque isso é parte do Ministério Público, entendeu?", enfatiza Cachoeira.

Nanoite de 16 de maio, Demóstenes liga para Cachoeira e diz que acertou com o irmão. "Tratei com ele aquelas duas questões, diz que vai resolver, falou?", informa o senador.

Outro pedido de Cachoeira é para que Demóstenes interceda junto ao irmão para que ele receba o vereador Elias Vaz (Psc), que entrou com uma apresentação no MP com denúncias de superfaturamento na obra do Parque Mutirão, executada pela Prefeitura de Goiânia. "Vou ligar lá,

CARLINHOS CACHOEIRA, ao senador Demóstenes Torres

"Tratei com ele aquelas duas questões, diz que vai resolver, falou?"

SENADOR DEMÓSTENES TORRES, em resposta a pedido de Carlinhos Cachoeira

Te ligo daqui a pouco", responde Demóstenes.

Em outra gravação, Cachoeira pede que Demóstenes use sua influência junto a outra autoridade do MP, o presidente da Associação Goiana do Ministério Público (AGMP), Alencar José Vital, para que ele interfira em um processo contra Amilton Batista, presidente da Câmara Municipal de Anápolis. "O Alencar, que é o promotor que coordena essa turma, ficou de dar uma resposta", diz Demóstenes.

Na mesma ligação telefônica, Cachoeira fala sobre um processo rejeitado por um ministro sobre a Faculdade Padrião, para ter o curso de medicina, propriedade de um empresário ligado a Cachoeira (Valter Paulo é proprietário da Faculdade Padrião). Demóstenes afirma

que seria melhor abrir um novo processo e diz que Alencar vai "cuidar pessoalmente das duas situações". Comenta ainda que até o fim do dia o presidente da AGMP retomaria a ligação.

NOTA DO MP

A publicação da reportagem do Correio Braziliense levou o MP de Goiás a publicar uma nota em seu site, onde transcreve integralmente o pedido de entrevista encaminhado pela equipe do jornal, que afirma ter tido acesso às gravações informadas pelos dois colegas enquanto ele exercia suas funções institucionais, prossegue. O promotor diz estranhar que seu nome tenha sido citado. "O senador Demóstenes nunca me ligou dizendo ou pedindo absolutamente nada relativo a essa pessoa. Nunca me pediu nada, nem com relação a esse assunto nem com relação a nada que pudesse fazer no estrito âmbito das minhas funções, que circunstância a comarca de Goiânia".

Em entrevista na tarde de ontem, o presidente da AGMP avisou: "Se ficar comprovado que o Alencar mencionou nas conversas sou eu, vou processar o senador Demóstenes Torres".

Sabia das relações do seu irmão com Carlinhos Cachoeira?

Não sabia, nunca estive com ele (Cachoeira), nunca falei nem com ninguém desse grupo.

Tem encontrado com seu irmão?

As vezes eu o visito como irmão. Tenho a obrigação de estar com ele. Estive com ele em Brasília (DF) há alguns dias. Como irmão não posso deixá-lo, até porque é uma questão de humanidade.

As provas contra o senador Demóstenes são válidas?

Eu não vou entrar nesse mérito, porque uma vez impedido, sempre impedido. Não posso entrar nesse assunto inclusive porque isso faz parte da defesa do Demóstenes.

O MP está poupando agentes públicos, sendo de certa forma omisso no caso?

Não concordo com isso. A operação começou no MP em Valparaíso a partir do trabalho feito lá. Quando o processo chegou ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), os promotores identificam que têm agentes públicos federais envolvidos. Em decorrência de uma questão legal o caso foi encaminhado à Justiça Federal. Depois da operação, fizemos pedido de parti-

lhecimento das provas, para que elas chegassem ao MP e pudessem tomar as providências. Porque existe a necessidade das provas chegarem para fazermos o encaminhamento. O MP não pode pegar o que saiu na imprensa para atuar, mas já oficiamos a Justiça Federal para pegar essas provas. Nossos promotores também já estiveram na Secretaria de Segurança Pública (SSP) para tratar dessa situação, para um trabalho principalmente no tocante ao controle externo da atividade policial e à improbidade administrativa. Vamos propor as ações devidas.

Porque o MP não abriu processo disciplinar contra Demóstenes Torres, que é procurador?

O Senado Federal tem a sua corregedoria, assim como o MP. Nós temos de aguardar o desdobramento do que acontecer com o senador, porque ele está licenciado do MP. Ele está sob o auspício do Senado. Depois que o Senado decidir a vida o MP vai se manifestar. Até agora, o código de processo civil fala de sus-

peição e de impedimento. Eu, sendo irmão do senador Demóstenes, estou impedido de atuar no caso dele. Agora, é claro que se eu não posso atuar, vai atuar o decano, conforme a lei. E a lei vai ser aplicada da maneira correta.

As provas contra o senador Demóstenes são válidas?

Eu não vou entrar nesse mérito, porque uma vez impedido, sempre impedido. Não posso entrar nesse assunto inclusive porque isso faz parte da defesa do Demóstenes.

- O POPULAR: Edição 21/04/2012, capa.

MAN LANÇA PESADOS TGX, PRODUZIDOS NO BRASIL B4



O Popular

Fundado em 3 de abril de 1938 por JAIME CÂMARA, JOAQUIM CÂMARA e REBOUÇAS CÂMARA

★ ANO 74 - Nº 21.294 R\$ 1,50

GOIÂNIA, SÁBADO, 21 DE ABRIL DE 2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE

[opopular.com.br]

ACIDENTE

SEDADO, PEDRO
(foto) CHEGA DE
AMBULÂNCIA
AO INSTITUTO
ORTOPÉDICO
DE GOIÂNIA (IOG) NA
TARDE DE ONTEM



Cris Berto Borges

Cantor Pedro em estado grave

Filho do cantor Leonardo, Pedro capotou o carro ontem, por volta de 7 horas, em trecho próximo à divisa entre Minas Gerais e Goiás, e foi internado em estado grave inicialmente em Itumbiara. O pai pediu orações aos fãs. [6]



Leonardo, pai de Pedro: "Que rezem por ele!"



Em análise nesta semana, o livro **Uma Noite em Cinco Años**, do escritor Alberto Martins. Obra, que tem um texto teatral e usa personagens do passado como personagens, faz parte da lista do vestibular da UFG. [Magazine]

AGITAGOIÁS
TOMACANTO
LAGODASROSAS. [6]

SUSPENSOS DIREITOS
POLÍTICOS DE
MAGUITO E ADEMIR [11]

AS 7 MARAVILHAS DE GOIÁS
Que local você gostaria que estivesse entre as 7 Maravilhas de Goiás? Participe da escolha. [Magazine]

OPINIÃO

EDITORIAL

Segurança deve ser mais ágil e dura; Judiciário, menos lento. Bandido tem de aprender a ter medo de Polícia e Justiça. [2]

WANDERLEIDE FÁRIA

Anúncios sucessivos de reduções nos juros convidam o brasileiro a se endividar. Todo cuidado é pouco. [13]

OPERAÇÃO MONTE CARLO

CPMI do Congresso vai investigar 15 crimes

Tráfico de influência, fraude em licitações, corrupção e formação de quadrilha, entre outros ilícitos, estão no leque de atuação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) instalada no Congresso Nacional. Presididos pelo senador Vital do Rego (PMDB-PB), os trabalhos devem atingir empresas "associadas" ao empresário Carlos Cachoeira, como a Delta Construção. [4]

Cachoeira mirou a CEF

Em gravação, empresário Carlos Cachoeira comenrou escolha de Marise Fernandes para superintendência da Caixa e planejou fazer negócios com banco. [4]

Esporte

Organizadas são suspensas

As torcidas Força Jovem Goiás e Esquadrão Vilanovense foram suspensas pela Justiça por 120 dias e a Dragões Atléticos, por 30. Medidas já valem para amanhã, na capital e em Catalão, nos primeiros jogos da semi final do Goiãno. [25]



Mistério na escalação dos times [24]

Dragão e Crac estão embalados [26]



Ricardo Rafael

RIVALIDADE CASEIRA - O "sim" une hoje João e Aline, que se casam às 20 horas. Mas, se a pergunta for sobre futebol, o casal não vai ter a mesma afinidade. João é alviverde; Aline, colorada. A rivalidade, no entanto, não impede a paz. [25]



ORIGEM DA RIVALIDADE
Professor Marcus Jery fala sobre as diferenças históricas e culturais entre vilanovenses e emeraldinos. [23]

ASSINANTE TEM PREÇO ESPECIAL



Take POP e 3250-1220
O Popular
www.opopular.com.br

ISSN-1677-622-4



21294

9 771677 622000

Tempo
35°
16°

UMIDADE
80%
40%

Em Goiás, nublado com pancadas de chuva isolada no Oeste. Demais áreas, clara e parcialmente nublada.

LOTÉRIAS
Por ocasião do sorteio de 11 milhões, hoje, a Caixa Econômica Federal sorteará e divulgará os resultados da Quina, Dupla Sena, Mega Sena, Lotofácil, Lotomania e Timemania. Veja na página B1.

CLASSIFICADOS
1.525
ofertas de IMOVEIS

LEITOR
3250-5323
3250-5353
3250-1220

POUPANÇA 0,5914% OURO R\$98,44 DÓLAR (COMERCIAL) R\$1,873 DÓLAR (PARALELO) R\$2,03 EURO (TURISMO) R\$2,563 BOVESPA -0,20% BOI GORDO À VISTA (MÉDIA) R\$87,69

• O POPULAR: Edição 21/04/2012, página 3.

GOIÂNIA, sábado, 21 de abril de 2012

O POPULAR 3



Gravações sobre venda de casa

Carlinhos Cachoeira e Wladimir Garcêz falaram várias vezes sobre negócio envolvendo imóvel no Alphaville

Pedro Palazzio

Gravações do inquérito da Operação Monte Carlo revelam que o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e Wladimir Garcêz, ex-vereador e também preso pela Polícia Federal (PF), conversaram pelo menos em duas ocasiões sobre a venda de uma casa. Transcrições da Operação Monte Carlo, as quais O POPULAR teve acesso, revelam três ligações na manhã do dia 12 de julho de 2011 de Garcêz falando a Cachoeira sobre encontro que teria naquela manhã com o presidente da Agência Goiana de Obras (Agotop), Jayme Rincón, para conversarem sobre a venda de uma casa.

De acordo com as interceptações, o encontro seria no Alpha Mall, um centro de compras próximo aos Condomínios Alphaville. Rincón nega a reunião e diz nunca ter conversado sobre compra ou venda de casa. Em 5 de abril, Cachoeira fala a Claudio Abreu, ex-diretor da Delta Construções no Centro-Oeste, sobre a venda de uma casa que seria do governador Marconi Perillo (PSDB), segundo gravações reveladas ontem pela Revista Época (veja quadro). O governador rechaçou o conteúdo das conversas de Cachoeira e seus auxiliares (veja reportagem nesta página).

Conforme O POPULAR revelou em 3 de março, Cachoeira foi preso dia 29 de fevereiro na residência onde ele morava no Alphaville Ipes, e o ex-diretor da Delta Construções no Centro-Oeste Claudio Abreu desta casa em janeiro de 2011. O imóvel foi transferido em 13 de julho do ano passado para empresa ligada ao dono da Faculdade Padrão, Walter Paulo Santiago.

A venda de um imóvel no condomínio de luxo foi tema de conversas em outras ocasiões. Em 9 de abril, um amigo dos empresários Rossine Guimarães e Claudio Abreu ligou para Cachoeira. Estava interessado em comprar uma casa que ele teria para vender, no Alphaville. Cachoeira atendeu a primeira ligação e desceu quando perguntado se ainda estava vendendo: "E... eu tô mas eu não vou... é... eu não vou, daqui a pouquinho eu te chamo aí, só to terminando uma reunião aqui e te chamo aí (sic)".

Depois, o empresário ligou

CACHOEIRA CONVERSA SOBRE VENDA DE CASA

1 Em 9 de abril de 2011 um amigo de Claudio e de Rossine procura Cachoeira, interessado em comprar casa no Alphaville. Cachoeira então, liga para Claudio

Carlinhos: Você já foi falar pros outros que eu tenho casa para vender no Alphaville... do Marconi, rapaz?
Cachoeira: Que eu que falei, rapaz. É o Rossine que falou lá. Eu briguei com o Rossine. Não, não. Pode falar isso pra ninguém não. Liguei um tal de Rodrigo aqui pra mim dizendo que o Rossine tinha falado. Esse tem aí não pode sair não, Claudio. Pode de jeito nenhum falar que eu que tenho casa para vender (sic).

2 Depois de recusar a Claudio, Cachoeira retornou a ligação a Rodrigo, o amigo de Claudio e Rossine

RESUMO: CARLINHOS diz que quem estava vendendo não era ele, e sim outra pessoa.
DIALOGO: RODRIGO: O CARLOS, CARLINHOS: A RODRIGO naquela hora eu estava conversando aqui, disse eu te falar, não a casa que tá vendendo era uma outra pessoa, é... o ROSSINE pessoa que era minha, eu vou ter com a pessoa e eu falo lá com RODRIGO: Ah beleza tranquilo. Eu tava eu morava ali no Alphaville ali perto do CLAUDIO e aí no seu vizinho casa, é... lá procurando uma casa, eu queria sair do Alphaville e eu procurando ali no Alphaville ou no Centro do Sul, aí quando o ROSSINE conversou comigo, opa da conta pra mim. Mas beleza, aí se você quiser passar mais tempo pra eu ou depois quando eu dia tiver interesse em comprar o imóvel dele eu converso com ele. CARLINHOS: eu vou ver e se falo aí, então liga, um abraço. (ENCERRAÇÃO)

3 Em 12 de julho de 2011, o PF registra ligação entre Wladimir e Cachoeira

INTERLOCUTORES/COMENTÁRIO: CARLINHOS X WLADIMIR (G) DATAHORA INICIAL DATAHORA FINAL DURAÇÃO 12/07/2011 08:52:44 12/07/2011 08:53:42 00:00:58 ALVO INTERLOCUTOR ORIGEM DA LIGAÇÃO TIPO 1180002745000 3161007450108 1180100274500 R
RESUMO: WLADIMIR diz que já falou com JAYME RINCÓN sobre a venda de casa e está indo atrás.

4 Horas depois, Cachoeira fala sobre uma casa com um de seus auxiliares, Rogério Diniz

INTERLOCUTORES/COMENTÁRIO: CARLINHOS X ROGERIO (G) DATAHORA INICIAL DATAHORA FINAL DURAÇÃO 12/07/2011 14:18:04 12/07/2011 14:19:09 00:01:05 ALVO INTERLOCUTOR ORIGEM DA LIGAÇÃO TIPO A
RESUMO: CARLINHOS diz que é para ROGERIO deixar as coisas com o PROFESSOR WALTER PAULO, da FACULDADE PADRÃO, que ele já comprou a casa no ALPHAVILLE.

Governador diz que diálogo é "leviano"

O governador Marconi Perillo (PSDB) disse ontem, durante a inauguração de obras em Cachoeira Alta, que as conversas entre o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, e o ex-diretor da Delta Construções no Centro-Oeste Claudio Abreu

são "levianas", "irresponsáveis" e "cretinadas". "O que eu posso fazer se duas pessoas que estão na contravenção que fazem uma afirmação de que você comprou uma casa ou um carro? Você vai acreditar nisso? Isso é uma coisa leviana, irresponsável, que mere-

ce meu repúdio. Isso é uma coisa cretina", afirmou o governador em entrevista coletiva à imprensa ontem à tarde.

Marconi resmungou que a venda dessa casa no Alphaville foi mediada pelo ex-vereador e ex-secretário de Estado Wladimir Garcêz e que

só soube que a casa seria vendida para o empresário Walter Paulo Santiago — dono da Faculdade Padrão — no momento de transferir o imóvel. Por meio da assessoria de imprensa, o governador acrescentou que não autorizou Cachoeira a vender a casa.

retorno. A escritura da casa comprada por Walter Paulo foi registrada um dia depois das conversas de Cachoeira sobre a venda. Na entrevista concedida ao POPULAR, no início do mês passado, Walter Paulo disse que Garcêz pediu prazo até dia 15 de fevereiro para entregar a casa, porque uma "senhora" estava reformando sua residência em moradia.

Na casa em que Cachoeira foi preso, estava também sua companheira, Andressa Alves Mendonça. Agora ela mora em uma casa na Rua Lupus, no Alphaville Cruzeiro do Sul. Andressa foi gravada em conversas sobre uma casa com Cachoeira em 5 de maio, quando o casal conversou sobre um imóvel.

Cachoeira explica que mandou tirar do nome dele e transferir para uma empresa registrada no nome de André Teixeira Longe, o Deca. Andressa ficou satisfeita: "Mas e quando você for escriturar? Porque eu quero que você passe a lá pro meu nome. E como que você vai fazer? Não fica claro sobre casa e eles falam. Relatores da PF mostram que Cachoeira tem pelo menos cinco imóveis, além de muitos bens no nome de Andressa. O POPULAR tentou contato com advogados de Cachoeira, mas não obteve retorno.

para Claudio e cobrou explicações. Diálogo revelado pela revista Época mostra que Cachoeira não queria que souberem que ele estava vendendo uma casa. "Você (ininteligível) de falar para os outros que eu tenho casa para vender no Alphaville... do Marconi, rapaz?", Claudio reage e diz que brigou com Rossine por ter falado. Cachoeira continua a reclamar: "Pode de jeito nenhum falar que eu que tenho casa para vender (sic)". Pouco mais de uma hora depois, Cachoeira retorna a ligação do amigo de Rossine e Claudio e diz que quem está vendendo a casa não é ele. "A casa que tá vendendo era uma outra pessoa, é... o Rossine pensou que era minha, eu

vou ver com a pessoa e te falo também (sic)".

Três meses depois, em 12 de julho de 2011, Cachoeira e Garcêz começaram a falar sobre a venda de uma casa às 7h36. Wladimir diz que vai se encontrar com Jayme Rincón no Alpha Mall. Menos de uma hora depois, conversam de novo sobre o assunto. As 8h53, em outro contato, Garcêz afirma que já conversou com Jayme. Em entrevista ao POPULAR, o presidente da Agotop afirma que nunca se encontrou com Wladimir Garcêz neste centro de compras. "Nunca encontrei com o professor Wladimir no Alpha Mall. O recebi várias vezes na Agotop, como representante da Delta, com agenda marcada. Já o encon-

trei na rua em algumas circunstâncias. Era um cara que circulava socialmente". Jayme diz também nunca ter tratado sobre compra e venda de casa, nem do governador nem de outras pessoas. "Nunca participei de compra e venda de casa do governador. Eu não sou corretor. O governador já explicou de que forma ele vendeu essa casa e não há nenhuma relação minha com venda de qualquer casa que seja".

Horas depois das conversas com Garcêz, Cachoeira ligou para Rogério Diniz. Orientou o funcionário a deixar as contas com o professor Walter Paulo, da Faculdade Padrão. Disse, de acordo com as transcrições feitas pela PF, que foi quem comprou a ca-

sa. "No dia seguinte foi lavrada a escritura do imóvel".

ESCRITURA

Walter Paulo, o novo proprietário da casa localizada no Alphaville Ipes, disse que Garcêz serviu de corretor na negociação da residência. "Foi feito o negócio direitinho, peguei a escritura. Eu sabia que a casa era do governador, mas nunca falei com ele sobre isso. O senhor Wladimir é que fez os contatos. O governador assinou honestamente a casa e minha", disse ao POPULAR em 4 de março.

A reportagem tentou por uma semana contato com o empresário e seu advogado, Nilson Pedro da Silva. Deixou recado mas não recebeu

Diá 3
O POPULAR revela com exclusividade que Carlos Cachoeira tinha sido preso no 29 de fevereiro na casa na Rua Cadoreira, QD G-1, LT11, no Residencial Ipes, no Condomínio Alphaville, a mesma que tinha sido do governador Marconi Perillo (PSDB).

2 Casa onde Cachoeira foi preso foi de Marconi

Neste dia, Marconi informou ao POPULAR que tinha vendido a casa por R\$ 1,4 milhão um ano antes por intermédio de Wladimir Garcêz, com quem trocou torpedos que foram interceptados pela Operação Monte Carlo, sobre esta venda. Ele disse que só no dia da transcrição do imóvel ficou sabendo que o comprador era o empresário Walter Paulo Santiago, dono da Faculdade Padrão.

Diá 4
Walter Paulo Santiago confirmou ao POPULAR que comprou a casa do governador há um ano, mas que ainda não a tinha recebido de volta. Ele afirmou que no mesmo dia da compra emprestou o imóvel, de graça, para uma amiga de Wladimir Garcêz e que não sabia quem motivava lá era Carlos Cachoeira e sua mulher Andressa Mendonça Alves. Walter Paulo disse que tinha comprado a casa para apresentar uma filha de 25 anos quando ela for se casar.

3 Casa foi emprestada a Wladimir

Andressa Mendonça Alves mudou-se do imóvel depois da prisão de Carlos Cachoeira para uma casa no Residencial Cruzeiro do Sul, também no Condomínio Alphaville.

ENTENDA O CASO

A história sobre a venda da casa

Março/2012

Abril

Diá 29
Gravações divulgadas ontem pela Revista Época revelam conversas entre Carlos Cachoeira e Claudio Abreu em que o empresário reclama que Claudio estava falando "para os outros" que ele "tem casa para vender no Alphaville do Marconi".

Gravações da Operação Monte Carlo às quais O POPULAR teve acesso mostram uma conversa interceptada pela Polícia Federal em 12 de julho de 2011 em que Wladimir Garcêz diz a Cachoeira que marcou encontro com Jayme Rincón para conversarem sobre a venda de uma casa. Jayme Rincón nega que houve este encontro. A transcrição da escritura do imóvel de Marconi para Walter Paulo ocorreu em 13 de julho de 2011.

CERTIDÃO DE MATRÍCULA

empresário, portador da Carteira de Identidade RG: 1984048-858-00 e inscrito no CPF: 308.421.011-03, residente e domiciliado na rua (IV, 35, R. QD 17, L. 8, Quadra 16, Centro, Goiânia - GO), venho por meio desta e certificando ao Sr. MARCONI PERILLO, inscrito no CPF: 308.421.011-03, residente e domiciliado na rua (IV, 35, R. QD 17, L. 8, Quadra 16, Centro, Goiânia - GO), que a escritura de compra e venda de imóvel, inscrita no CNPIM nº 08.010.850.001.32, com sede na Rua F-14, nº 01, Quadra 16, Centro, Goiânia - GO, foi assinada por mim, o Sr. MARCONI PERILLO, em 13 de julho de 2011, em conformidade com o que consta no CNPIM nº 08.010.850.001.32, com sede na Rua F-14, nº 01, Quadra 16, Centro, Goiânia - GO, e que a escritura de compra e venda de imóvel, inscrita no CNPIM nº 08.010.850.001.32, com sede na Rua F-14, nº 01, Quadra 16, Centro, Goiânia - GO, foi assinada por mim, o Sr. MARCONI PERILLO, em 13 de julho de 2011, em conformidade com o que consta no CNPIM nº 08.010.850.001.32, com sede na Rua F-14, nº 01, Quadra 16, Centro, Goiânia - GO.

• O POPULAR: Edição 21/04/2012, página 4.

4 O POPULAR

GOIÂNIA, sábado, 21 de abril de 2012

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Nomeação na CEF é comemorada

Cachoeira e Cláudio Abreu teriam comemorado nomeação de superintendente da Caixa

Alfredo Mergulhão

Em conversa telefônica gravada pela Polícia Federal (PF) como parte das investigações da Operação Monte Carlo, o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos comemora a escolha de Marise Fernandes de Araújo para ocupar a superintendência da Caixa Econômica Federal (CEF) da região sul de Goiás. Do outro lado da linha, o ex-diretor da Delta Construções para o Centro-Oeste, Cláudio Dias Abreu, também vibra, uma vez que a empreiteira venceu licitação para executar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em Catalão.

A gravação foi feita em 14 de abril do ano passado, 20 dias antes de Marise Fernandes assumir o cargo. A superintendente atual do PAC em Catalão, onde ficou por seis anos na superintendência do Norte, Carlinhos Cachoeira nasceu na cidade e ela comandava seus negócios. "Vou levar ela aí para você conhecer", promete Cachoeira a Cláudio Abreu, que responde: "Isso é importante, você sabe por quê? As obras de saneamento aí do PAC em Catalão, que nós vamos fazer, isso tudo vai depender da

"Estou na secretaria e vou ficar"

Zuhair Mohammad



Wilder Moraes: indicação não interfere em permanência

balho de seu auxiliar.

MISSÕES

Wilder Moraes garantiu ao POPULAR que não pensa em deixar o governo, a despeito do escândalo que envolve o senador Demóstenes Torres. Ele afirma que encaminha vários projetos importantes para o Estado na Seifra e que não é sua intenção parar todos os meios.

"São projetos estruturantes para o Estado", afirma, citando as negociações para retomada das obras paradas no novo terminal do Aeroporto Santa Genevieve, as negociações com o Dnit para construção do anel viário de Goiânia, além de outros projetos nas áreas de energia, água e esgoto.

"Minha relação com o governador é de companheirismo. Se ele precisasse do cargo, teria me pedido, seria o primeiro a falar", disse, garantindo que isso não aconteceu. Para completar: "Essa notícia de que vou deixar o governo é boato".

O secretário evita, contudo, falar sobre a possibilidade de assumir o cargo de senador na hipótese de cassação do mandato do titular, o senador Demóstenes Torres, que enfrenta processo por quebra de decoro parlamentar no Conselho de Ética do Senado. "Só o tempo vai dizer o que poderá ocorrer. Prefiro esperar esse tempo", diz.

Wilder Moraes também evita falar sobre sua relação com o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlos Cachoeira. Ele contudo nega que tenha negócios com o empresário, diz que convive com ele em rodas de amigos, "porque quando mandam em Goiânia, conheço o Cachoeira". Ele justifica que esse é um assunto pessoal e que não se sente à vontade para abordá-lo. Wilder se refere ao fato de sua ex-mulher, Andressa Alves Mendes, ter se casado com Carlos Cachoeira.

Processo Seletivo Interno (PSI) aberto a todos os gestores com pré-requisitos para a função. "Em todos esses anos não há qualquer registro que desabone a carreira da empregada", diz o texto.

"VAMOS MATAR A PAU"

Em uma outra conversa, Cláudio Abreu comemora o contrato para a construção do centro tecnológico da Caixa. "Carlinhos, que vitória lá em Brasília! Essa obra da Caixa. É o edifício digital da Caixa", diz Abreu. E Cachoeira responde: "Excelente, Cláudio! Excelente... Isso para nós vai ser muito bom. Vamos fazer um negócio bacana, bonito, show de bola... Vamos matar a pau".

Em nota, a CEF afirmou que a contratação para a obra em Brasília observou todos os procedimentos técnicos e legais. "Pode-se atribuir a ligação telefônica mencionada pela revista, eventualmente, ao fato de que sua data coincide com a fase de abertura dos envelopes das propostas de preços... na presença de todas as empresas que participavam do certame... quando se constatou que o preço ofertado pela empresa Delta Construções S.A. foi menor". Mesmo assim, a CEF instaurará processo de análise preliminar para reaver todos os seus aspectos, assim como solicitará uma auditoria no processo.

Sobre Catalão, onde a Delta foi contratada para executar obras de saneamento orçadas em R\$ 25,1 milhões, a CEF sustenta que a responsabilidade pelas licitações e nações é do município tomador do recurso. "A Caixa não participa nem interfere nos processos licitatórios a cargo dos tomadores".

Diálogo aponta que governador teria avião

Alfredo Mergulhão

Em diálogo gravado pela Polícia Federal (PF) como parte da investigação da Operação Monte Carlo, o empresário Carlos Augusto de Almeida Ramos, diz que o governador Marconi Perillo (PSDB) seria dono de um avião avaliado em R\$ 4 milhões. De acordo com Carlinhos Cachoeira, a aeronave Cessna foi adquirida em sociedade com dois empresários, um deles doador para a campanha do tucano ao governo nas últimas eleições.

A gravação publicada ontem pelo site da revista *Epoca* é de abril do ano passado. Na ocasião, Carlinhos Cachoeira revelou a preocupação com a proximidade de Marconi Perillo em relação aos empresários. Ele conversa com o tucano Vladimir Garcês, ex-presidente da Câmara de Goiânia e ex-secretário Estadual do Trabalho.

Cachoeira diz que está "jeitando bola nas costas em tudo". "Aquele cara do Porcão, o Helder, esse cara, ele é sócio do Marconi num um avião aí com o Rossine viu... Ele é um Cessna, 2010, pagou R\$ 4 milhões, um trem assim. E Marconi tem 50%, o Rossi

"Aquele cara do Porcão, o Helder, esse cara, ele é sócio do Marconi num um avião aí com o Rossine viu... Ele é um Cessna, 2010, pagou R\$ 4 milhões, um trem assim. E Marconi tem 50%, o Rossi 25% e esse Helder, do Porcão, tem 25%. Tá voando com eles aí", diz.

CARLOS CACHOEIRA em diálogo interceptado pela PF

25% e o esse Helder, do Porcão, tem 25%. Tá voando com eles aí", diz.

Rossine Aires Guimarães é sócio de Carlinhos Cachoeira e Cláudio Dias Abreu, ex-diretor da Delta Construções na Região Centro-Oeste. Ele é o único dos citados na Operação Monte Carlo que também aparece como doador de campanha. Empresário e especulista, Rossine possui R\$ 4,3 milhões nas eleições de 2010. Do total doado, R\$ 800 mil foi para o comitê financeiro da campanha do PSDB em Goiás.

Helder Rodrigues Zebal é um empresário nascido em Luziânia mas que fez fama em Brasília, quando tornou sócio da churrascaria Porcão. Ele já esteve envolvido com a Justiça. Foi condenado em

2003 a dois anos e oito meses de cadeia por apropriação indevida de dinheiro público, após ter embolsado recursos destinados a fundações que ele criava. Também foi condenado a devolver os valores. E ainda precisou dar explicações à polícia por suspeita de falsidade ideológica e falsificação de documento.

Helder Rodrigues Zebal divulgou nota ontem em que nega ser sócio de Marconi Perillo. A gravação, em que Cachoeira conversa com o ex-advogado, foi feita em abril do ano passado. Na nota, Zebal afirma não ter nenhum "contato pessoal" com Perillo nem contratos com empresas ligadas ao governo de Goiás.

O empresário esclarece que

não conhece o senhor Carlos Cachoeira ou que, com ele, tenha qualquer tipo de negócio", diz a nota.

RS 116 MIL

A família Zebal é citada em outra informação que consta no inquérito. A Polícia Federal descobriu que a mãe de Zebal, Tereza Rodrigues Zebal, recebeu R\$ 116 mil da empresa Algor e Panajá, que, para a PF, é uma empresa de fachada da construtora Delta. O empresário nega qualquer relação com a construtora, mas confirma a existência do depósito. Segundo ele, trata-se do pagamento por uma compra de gado de Rossine, o suposto sócio no avião.

O governador Marconi Perillo afirmou por meio de nota que nunca participou de nenhuma sociedade com Rossine e Helder e que jamais adquiriu qualquer tipo de aeronave. Ele argumenta que o governador de Goiás tem oito aeronaves, quantidade que consideraria suficiente para atender as necessidades do governador. Marconi Perillo negou conhecer os empresários mencionados por Carlinhos Cachoeira como seus sócios na compra do avião. (Com Agências e Globo e Folhapress)

MPT quer investigação de vice-presidente do TRT

Alfredo Mergulhão

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em Goiás pediu ontem uma investigação acerca das supostas ligações entre o vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 18ª Região, Júlio César Cardoso de Brito, e membros do grupo de Carlos Augusto de Almeida Ramos, o Carlos Cachoeira. O MPT protocolou no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma representação para abertura de procedimento administrativo.

O MPT pretende verificar a conduta de Júlio César. O documento foi direcionado à corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. De acordo com relatório da Polícia Federal (PF), o desembargador foi acionado integrante da organização criminosa de Carlinhos Cachoeira para intervir numa ação judicial, além de ter viajado com assessores do empresário para Buenos Aires no ano passado.

O Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário Federal em Goiás (Sinjudfgo) também fez pedido administrativo pedindo a investigação imediata, por meio de requerimento entregue ao presidente do TRT-GO, o desembargador Mário Bortazzo. O Sinjudfgo cobra uma "rigorosa apuração dos fatos para que assim se espante qualquer dúvida sobre a conduta ilibada de membro da Corte". Por meio de nota, o sindicato afirma que "índices dessa natureza abalaram a credibilidade institucional sobre o vice-presidente e também corregedor, que detém atribuições essencialmente essenciais, conforme estabelece o Regulamento Interno do Tribunal".

Em interceptações telefônicas realizadas em junho do

ano passado, Júlio César é mencionado por Marco Antônio de Almeida Ramos, irmão de Carlinhos Cachoeira. Ele pede a Gleyb Ferreira da Cruz - que seria assessor no gerenciamento das atividades da quadrilha - que informe ao desembargador sobre uma ação que tramitava na Justiça do Trabalho. Segundo a PF, Marco Antônio e Júlio César trataram do assunto por um "telefone seguro".

Alguns dias depois, a Pregistrações que o desembargador estava com o carro importado de Marco Antônio. As escutas telefônicas também revelam Gleyb convidando o Júlio César para uma viagem a Buenos Aires com Marco Antônio. O assessor de Cachoeira ainda ajuda o magistrado a converter moeda nacional em dólar.

O desembargador nega qualquer facilitação ao favorecimento aos membros da quadrilha. No entanto, ele admite ter uma "amizade recente em fase de conhecimento" com Gleyb. Em relação a Carlinhos Cachoeira, sustenta que teve convívio "apenas superficial". Júlio César confirma a viagem para Buenos Aires, mas alega ter pago as próprias despesas. Ele apresentou o comprovante de viagem emitido por uma concessionária, referente a uma promoção que lhe dava direito as passagens para a capital argentina por ter comprado um carro zero quilômetro.

Sobre o automóvel, Júlio César explica que Gleyb havia estado no aeroporto de prédio onde mora e deixado a chave na portaria. Precisei ir à casa da minha mãe, e como estava chovendo, utilizei o automóvel que pensava pertencer ao Gleyb. No mesmo ano, um funcionário do Gleyb o buscou.

Cachoeira teria induzido mudança no Dnit

Rio - Gravações da Polícia Federal mostram que o grupo de Carlinhos Cachoeira, teria arquitetado uma forma de afastar Luiz Antônio Pagot do cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Pagot deixou o órgão em julho do ano passado depois de denúncias da esquema de superfaturamento de obras

e recebimento de propina por meio de empreiteiras.

No dia 10 de maio de 2012, segundo informações da PF, Cachoeira disse ao então diretor da Delta para o Centro-Oeste, Cláudio Abreu, que "plantou as informações contra Pagot na imprensa. O material e uma entrevista com o ex-diretor do Dnit foram publicadas pela revista *Epoca*". Enfiou tudo no

... do Pagot", diz Cachoeira na gravação.

A revista *Veja* publicou reportagem em 2 de julho de 2011 na qual informou que representantes do PR, do então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e funcionários de órgãos ligados à pasta montaram um esquema de superfaturamento de obras e recebimento de propina por empreiteiras. Logo após a publicação da denúncia, a presidente Dilma Rousseff determinou o afastamento de funcionários citados na reportagem. A saída de Pagot teria sido comemorada pelo grupo de Cachoeira. "Fui surpreendido por ter sido afastado através de uma negociação de uma empreiteira com um contraventor", disse Pagot. (Agência Globo)

• O POPULAR: Edição 21/04/2012, página 5.

GOIÂNIA, sábado, 21 de abril de 2012

O POPULAR 5

OPERAÇÃO MONTE CARLO

Mais de 15 crimes na mira da CPMI

Requerimento prevê investigação sobre tráfico de influência e formação de quadrilha, entre outros crimes

Brasília - Com o apoio de 72 dos 81 senadores e de 396 dos 513 deputados, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que vai apurar a ligação de políticos e agentes públicos com Carlinhos Cachoeira, específica como alvo da investigação pelo menos 15 tipos de crimes cometidos pelo contraventor e seu grupo. Entre os espectros de ilícitos estão citados no requerimento de criação da CPMI tráfico de influência, fraude em licitações, corrupção e formação de quadrilha, entre outros.

O documento especifica a necessidade de investigar todas as empresas "associadas" a Cachoeira, o que inclui a Delta Construções, maior empreiteira do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O texto se refere a "empresas supostamente legais, controladas por Cachoeira ou que a ele estejam associadas, direta ou indiretamente". O texto lembra que em 2005, na CPI dos Correios, os inquéritos parlamentares e policiais "não somente, se tantos, roçaram as atividades ilegais do empresário".

Unger enfrentar o desafio de destrinçar as relações entre o poder público e as atividades do senador Carlos Augusto Ramos, defende o texto. Diz ainda que o enfrenta-



Senador Vital do Rego, que será presidente da CPI mista que investigará Cachoeira

mento da ligação do empresário com agentes públicos "é ponto de honra para o Congresso Nacional". "Está em causa o resguardo da própria lisura do devido processo legislativo", cita o documento.

Os partidos têm até a próxima terça-feira (24) para indicar seus representantes na comissão. No Senado, o PMDB indicou apenas o senador Vital do Rego (PB) pa-

ra presidir a comissão. Faltam ainda quatro nomes. O bloco do governo, encabeçado pelo PT, também terá cinco vagas.

O bloco da minoria indicou os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Cassio Cunha Lima (PSDB-PB), além dos senadores Jaime Campos (DEM-MT). O bloco cede-irá duas suplâncias para os senadores Jarbas Vasconcelos

(PE), dissidente do PMDB, e Randolpho Rodrigues (PSOL-AP). O recém-criado bloco União e Força, formado pelo PTB e PR, terá como representantes os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Vicentinho Alves (PR-TO). O requerimento prevê 16 nomes, além dos 15 previstos no requerimento de criação da comissão, para atender aos partidos panicos. No caso, o rodízio favoreceu o PSD, e não o PSOL, que poderia indicar um titular e um suplente.

SEM ASSINATURA
A lista dos deputados e senadores que não assinaram o pedido de criação da CPI do caso Cachoeira traz deputados e senadores envolvidos em escândalos, também não assinaram o pedido.

Os presidentes da Câmara e do Senado, Marco Maia (PT-RS) e José Sarney (PMDB-AP), também não assinaram o requerimento lido ontem no plenário do Congresso, criando oficialmente a Comissão Parlamentar de Inquérito.

No total, 396 deputados e 72 senadores apoiaram a abertura da CPI - entre eles os quatro deputados suspeitos de envolvimento no esquema de Cachoeira: Sandro Junior (PP-GO), Rubens Ottoni (PT-GO), Stepan Nereses (PPS-RS) e Carlos Alberto Lereia (PSDB-GO).

A CPI vai investigar as informações obtidas pela Polícia Federal, por meio das

operações Vegas e Monte Carlo sobre jogos de azar, que indicam o envolvimento de agentes públicos e privados com o empresário de jogos ilegais Carlinhos Cachoeira.

O senador Demóstenes Torres (sem partido), que responde a processo no Conselho de Ética do Senado por suspeita de envolvimento com Cachoeira, não assinou.

Entre os reus do mensalão, os deputados Pedro Henry (PP-MT) e Valdemar da Costa Neto (PR-SP) não assinaram o pedido. O deputado Zeca Dirceu (PT-PR), filho do ex-ministro José Dirceu, também não está na lista dos que assinaram.

O ex-ministro também é reu do mensalão, além de ter prestado consultoria à empresa Delta-cidade pela Polícia Federal.

Outro que não assinou foi o deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também não assinou o pedido, suspeito de envolvimento no mensalão mineiro. Os deputados Sérgio Moraes (PTB-RS) e Jaqueline Roriz (PMN-DF), envolvidos em recentes escândalos, também não assinaram o pedido.

Moraes ficou conhecido por afirmar que se "lixava" para a opinião pública, enquanto Roriz escapou de processo de cassação depois de aparecer em vídeo recebendo pacote de dinheiro de Durval Lereia, detentor do esquema do mensalão do DEM (Agências Estado e Folha-press)

Procuradores respondem a ataques

Brasília - Os ataques aos procuradores responsáveis pela Operação Monte Carlo, que investiga a atuação do bicheiro Carlinhos Cachoeira e o envolvimento de políticos, como o senador Demóstenes Torres, provocaram a reação da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). Na última sessão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Tito Amaral, ex-vice-presidente da ANPR, falou em punir a imprensa e os procuradores em razão dos vazamentos de dados da investigação.

O presidente da ANPR, Alexandre Camanho, afirmou que o conselho deveria ter se revoltado contra a infiltração do crime no Ministério Público de Goiás, ao qual Tito

Amaral pertence. "Indignar-se contra os vazamentos e não se indignar com o fato criminoso em si causa uma estranheza monumental", afirma. "Há ingenuidade e um grave erro de perspectiva. Indignar-se contra os vazamentos e não se indignar com o fato criminoso em si causa uma estranheza monumental. Realmente é insólita essa manifestação dele", acrescenta.

Camanho negou a responsabilidade dos procuradores, mas admitiu que é preciso investigar o vazamento de informações para a imprensa. "Contra os vazamentos, não há necessidade de alguém se indignar, há necessidade de se apurar e isso está sendo feito", disse.

O presidente da ANPR disse

ser preocupante a decisão do CNMP de punir o procurador Mathias Baraldi, do Ministério Público Federal em São Paulo, por conceder uma entrevista coletiva em que dava explicações sobre uma busca e apreensão, operação que estava sob sigilo. No julgamento, os conselheiros decidiram demitir o procurador, mas a pena foi convertida em suspensão por 90 dias.

"Já se ouve, aqui e ali no MP, alguns colegas dizerem que é melhor que nunca mais falemos nada em razão do julgamento desse caso", afirmou Leimanho. "É evidente que isso seria uma grande brecha, um retrocesso monumental para a democracia", acrescentou. Durante a sessão do CNMP, o conselheiro Lázaro Guimaraes afirmou que a punição a Baraldi seria precedente para se aplicar a mordada aos promotores de Justiça e procuradores da República. "Ficamos muito claros que essa consequência é visível nesse processo", afirmou Guimarães. Uma proposta tramita no Congresso para impedir que integrantes do MP concedam entrevistas sobre investigações em curso. (AE)

"Indignar-se contra os vazamentos e não se indignar com o fato criminoso em si causa uma estranheza monumental"
ALEXANDRE CAMANHO, presidente da ANPR

Cachoeira queria trazer show de Andrea Bocelli

Márcio Leijoto

Interceptações telefônicas feitas em julho e agosto de 2011 pela Polícia Federal mostram que Carlinhos Cachoeira tinha a intenção de trazer para Goiás o tenor italiano Andrea Bocelli. O tenor já estava confirmado para vir ao Brasil, onde se apresentaria em novembro em Belo Horizonte (MG).

A primeira conversa detalhada de Bocelli ocorreu no dia 28 de junho. Gleyb Ferreira da Cruz, um dos principais braços operacionais de Cachoeira, comenta com uma pessoa sobre a vinda do tenor para o país. No mesmo dia, fala com outra pessoa sobre o valor de um show. Algo

em torno de US\$ 2 milhões.

No dia seguinte, Gleyb conversa com Cachoeira e diz que esteve com uma pessoa de São Paulo que achou a proposta interessante. Depois, diz a um homem identificado como Marcel que o show de Bocelli estava "70% certo" e que almoçou junto com o sujeito de São Paulo. "A última conversa interceptada ocorreu no dia 2 de agosto. Marcel fala a Gleyb sobre detalhes do contrato, o compromisso de mudanças de data e diz que isso tudo é feito na Suíça. Marcel também teria dito que se trata de um investimento grande, mas sem riscos. Depois disso não há mais nenhuma citação sobre o show.

PUC GOIÁS COM VOCÊ
CONHECIMENTO A SERVIÇO DA VIDA

Psicologia promove Dia da Integração na PUC Goiás

O curso de Psicologia da PUC Goiás realizou neste quinta-feira, 19, o Dia da Integração, quando foram realizadas avaliações interdisciplinares para o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes 2012 (Enade). Os alunos e professores do Departamento de Psicologia participaram da programação especial com atividades de filmes, debates e esquadras temáticas.

NÃO BASTA SER PÓS, PUC.
TEM QUE SER

Jornada sobre Secretariado discute empreendedorismo

O curso superior de Tecnologia em Secretariado da PUC Goiás realizou, dias 24 e 25 de abril, sua segunda jornada, com o tema Empreendedorismo: Imagem, linguagem e qualidade de vida no trabalho, no Auditório da Av. 2, a partir das 18h45. O curso de Secretariado da PUC Goiás, graduação com dois semestres de duração, recebeu nota 4, numa escala de 1 a 5, em avaliação realizada pelo Ministério da Educação (MEC).

A programação do evento inclui uma série de palestras relacionadas ao tema central da II Jornada do Curso Superior de Tecnologia em Secretariado: Secretariado e imagem-debate sobre a programação visual do profissional do segredo; Intraempreendedorismo: desafios e perspectivas; Qualidade de vida no trabalho; e A linguagem do profissional do Secretariado. As inscrições ainda estão abertas. Mais informações pelo telefone 3948-1231 e no site: www.pucgoias.edu.br/for/PUC%20Goi%C3%A1s.

Engenharia avança condições dos laboratórios

O curso de Engenharia Civil da PUC Goiás realizou, durante o 1º semestre de 2012, visitas científicas aos ambientes laboratoriais da Engenharia da Instituição. As visitas têm o objetivo de analisar as condições dos ambientes laboratoriais, visando a supervisão permanente de condições necessárias em todos os laboratórios. A Estação Central, localizada no bloco 1 da Instituição, foi a primeira a receber a visita de um dos cursos criados pela PUC.

Pró-reitores da PUC Goiás participam de evento em SC

Aprovação de Sandra de Faria, Pró-Reitora da PUC Goiás e Reitora da PUC Goiás, representou a Instituição no Encontro de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Enpro) na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizado nos dias 19 e 20 de maio. O evento propõe a discussão sobre Inovação, Investimentos e Políticas Nacionais.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Avenida Universitária, nº 1640, Setor Universitário - Goiânia
Telefone (62) 2948-1000 - www.pucgoias.edu.br